

AD 9A

Aos dezessete dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala da Chefia da quinta Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios, na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso, aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo instituída pela Portaria número duzentos e trinta e nove barra sessenta e sete, do senhor Ministro do Interior, tiveram prosseguimento os trabalhos relacionados com a apuração dos fatos mencionados na dita portaria decidindo-se officiar aos Gerentes dos Bancos Financeiro de Mato Grosso, SA, Agro-Pecuário de Campo Grande e Agência do Banco do Brasil, SA, solicitando extratos de Conta Corrente relativos ao SPI e continuar ouvindo testemunhas nesta cidade. Ficou decidido, também, que a Comissão se deslocaria, com o objetivo de ouvir depoimentos e promover diligências para elucidação dos fatos, à IR-seis, em Cuiabá - Mato Grosso, IR-9 (nove), em Porto Velho - Território Federal de Rondônia, IR-um, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, retornando, após, ao Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, com a mesma finalidade. De que, para constar, eu, Max Luiz Almeida Nobrega MAX LUIS ALMEIDA NOBREGA na qualidade de Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que vai assinada por todos os componentes desta Comissão.

Aden
Ulysses
Max Luiz Almeida Nobrega
Ulysses

3766
[Handwritten initials]

J U N T A D A

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete, juntei, por ordem do Presidente da Comissão, os seguintes documentos aos autos dêste Inquérito : |
ofícios, reci, digo, ofícios (cópias) CI-MI-239/67 de números 21 a 23/67; têrmos de inquirição efetuados nos dias 18 e 19 de novembro; ofício 231/67, de Chefe da IR-5; documentos diversos; ofícios, recibos; extratos de c/corrente, levantamentos, relatórios, sindicâncias, cópias autênticas, exemplares de jornais, de clarações, correspondências diversas, denúncias, gravação em fita magnética e termos de inquirição efetuados de 21 a 27-11-67, os quais passaram a constituir as fêlhas de números 3765 a 4030, dos mesmos autos. De que, para constar, lavrei, na qualidade de de Secretário da Comissão de Iⁿquérito, o presente têrmo.-

Moac Buiç Almeida Nobre

3767

[Handwritten signatures]

Ministerio do Interior

Campo Grande, Mt.

Of. n. 21/67

17 de novembro de 1967

: Presidente da CI/MI-239/67
: Sr. Gerente do Banco Financial de Mato Grosso S.A.-N E S T A
: solicitação (Faz)

Sr. Gerente

O Exm^o Sr. Ministro do Interior constituiu Comissão de Inquérito Administrativo a fim de apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Indios.

Na qualidade de Presidente da mesma determinei o levantamento contábil da 5ª Inspetoria Regional, sediada nesta cidade. Sabendo que o Orgão mantém transações / bancárias com esse Estabelecimento solicito a colaboração de V.S. no sentido de mandar fornecer a esta Comissão extrato / ou fotocópia das contas correntes do SPI ou de servidores - que, em função do cargo, também eram correntistas.

Atenciosamente

[Handwritten signature: Lúder Cordeiro]
Presidente da CI/MI

3768

AD BSA

Ministerio do Interior

Campo Grande, Mt.

Of.22/67

17 de novembro 1967

: Presidente da CI/MI-239/67

: Sr. Gerente do Banco Agro-Pecuario de Campo Grande-NESTA

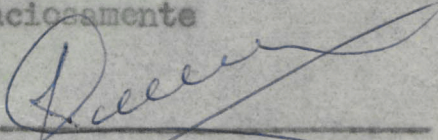
: solicitação (Faz)

Sr. Gerente

O Exmº Sr. Ministro do Interior constituiu Comissão de Inquérito Administrativo a fim de apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Indios.

Na qualidade de Presidente da mesma determinei o levantamento contábil da 5ª Inspetoria Regional, sediada nesta cidade. Sabendo que o Orgão mantém transações bancárias com esse Estabelecimento, solicito a colaboração / de V.S. no sentido de mandar fornecer a esta Comissão extrato ou fotocópia das contas correntes do SPI ou de servidores que, em função do cargo, também eram correntistas.

Atenciosamente



Dr. Jader Figueiredo Corrêa

Presidente da CI/MI

3769
JF BJA

Ministerio do Interior

Campo Grande Mt

Of.23/67

17 de novembro de 1967

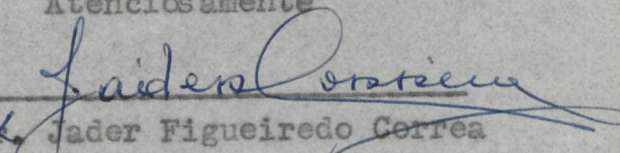
- : Presidente da CI/MI-239/67
- : Sr. Gerente do Banco do Brasil S.A. - N E S T A
- : solicitação (Faz)

Sr. Gerente

O Exm^o Sr. Ministro do Interior constituiu Comissão de Inquérito Administrativo a fim de apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Indios.

Na qualidade de Presidente da mesma determinei o levantamento contábil da 5ª Inspetoria Regional sediada nesta cidade. Sabendo que o Orgão mantém transações / bancárias com esse Estabelecimento, solicito a colaboração de V.S. no sentido de mandar fornecer a esta Comissão extrato ou fotocopia das contas correntes do SPI ou de servidores que em função do cargo, também eram correntistas.

Atenciosamente


Dr. Jader Figueiredo Correa
Presidente da CI/MI



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3770
90/910

TÉRMO DE INQUIRICAÇÃO: Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessente e sete (1967), na sala da Chefia da 5ª Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios, em Campo Grande, Estado do Mato Grosso, aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo instituída pela Portaria Ministerial nº 239/67, compareceu MARIA DE LOURDES DE CASTRO // MAIA, brasileira, solteira, Escrevente Datilógrafo, nível 7, esclarecida sobre as razões de sua convocação, informou que há vinte anos é servidora do SPI, tendo sido sempre lotada na IR-5; que conhece irregularidades praticadas por funcionários na IR-5; que JOSÉ FERNANDO DA CRUZ teve suas prestações de conta como Chefe da Inspeção feitas com todas as irregularidades por que foi a própria depoente que as elaborou e não permitiria a prática de desonestidades ou ilegalidades; que sabe haver FERNANDO CRUZ vendido gado mas não pode afirmar o montante porque as vendas eram feitas diretamente dos índios nos postos e depoente jamais viu qualquer importância de tais vendas serem recolhidas à Inspeção que é quase impossível fazer levantamento do gado vendido nas administrações passadas porque não havia controle do número de rezes e nem se sabia a quantidade existentes nas fazendas da Inspeção; que só na fazenda do KAADIUEUES eram recebidas muitas centenas de animais bovinos por ano em pagamento do arrendamento das terras daqueles Índios; que nem o gado existente nem o gado recebido em pagamento de renda foi contado de modo que era muito fácil o desvio; que esclarece que somente uma vez, na gestão de VALTER SAMARI PRADO e outra vez, na gestão de ALÍSIO DE CARVALHO, houve venda de gado devidamente autorizada pelo Diretor Geral tendo sido contabilizados o gado e prestado conta dos seus valores; que o gado vendido por ALÍSIO DE CARVALHO somava 110 cabeças de gado ao preço de Cr\$ 17.000,00, totalizando Cr\$ 1.870.000,00 quantia empregada na Inspeção e cuja prestação de contas apresenta à Comissão; que VALTER PRADO vendeu 160 cabeças e empregou o dinheiro também na Inspeção mais, ao sair da Chefia, levou consigo os documentos sem fazer a prestação de contas; que a depoente considerou JOSÉ MONGENOT FILHO sem condições para Chefiar a Inspeção e, por essa razão, se afastou do serviço para tratamento de saúde de pessoas da família; que permaneceu afastada durante toda a gestão////
////////////////////////////////////

Maia

Aut
[Assinatura]



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios

5ª INSPETORIA REGIONAL

3771
HJ 09/12

gestão de MONGENOT FILHO, derrubado pela REVOLUÇÃO; que nessa Administração ocorreu o defloramento de uma índia Terena do - posto IPEGUE, cuja responsabilidade é atribuída a seu irmão, - DJALMA MONGENOT, estando o processo na Delegacia de Polícia - Federal nesta cidade; que JOSÉ MONGENOT FILHO abandonou o ser- viço público sendo, por isso, instaurado o processo Administra- tivo, digo, tendo a Inspetoria feito várias comunicações a a- Administração Central sem nunca ter sido instaurado o competen- te inquerito Administrativo; que JOSÉ MONGENOT FILHO é acusado de haver recebido arrendamentos de terras na região dos KADIU- EUES é mitido o recibo como tendo recebido gado ao invés de di- nheiro como de fato aconteceu; que esse procedimento é irregu- lar porque o dinheiro foi embolsado em proveito próprio já - que, não havendo o controle de gado, não estava obrigado a - prestar conta do valor; que o fato foi constatado pelo agente- ENOQUE ALVARENGA SOARES, já falecido; que ENOQUE anotou a irre- gularidade, próprio punho, no canhoto do recibo expedido a fa- vor do arrendatário OZÓRIO OLIVEIRA JAQUES; que não sabe expli- car a razão das muitas viagens feitas pelos Diretores, digo, - pelo Diretor Coronel MOACIR RIBEIRO COELHO; que o Major VINHAS NEVES também viajava muito a Campo Grande sendo que ao assumir VALTER SAMARI PRADO o Major NEVES requisitou e levou Cr\$ Cr\$ 1.500.000,00 (UM MILHÃO E QUINHENTOS CRUZEIROS VELHOS) - cujo recibo ainda se encontra na Inspetoria, digo, que o Major VINHAS NEVES recebeu Cr\$ 2.500.000,00 (DOIS MILHÕES E QUINHEN- TOS CRUZEIROS ANTIGOS) quando da posse de VALTER SAMARI PRADO, cujo recibo em uma só via está anexado a à quarta via da Pres- tação de Contas da Renda Indígena referente ao mês de Abril de 1.965; que VALTER SAMARI PRADO não fez a prestação de Contas - de Cr\$ 45.000.000,00 recebido da verba de assistência Social, - do orçamento do SPI, e se retirou de Campo Grande levando a do- cumentação incompleta alegando que a completaria no RIO; que - estima a renda da Inspetoria em cerca de Cr\$ 150.000.000,00 - com tendência a aumentar porque as medições das fazendas estão demonstrando áreas superiores a às do contrato; que a depoente acha muito estranho ao fato de morrerem muitas rézes dos índios motivados por doença ou mordida de cobra sem que o mesmo acon- teça ao gado dos arrendatários vizinhos; que só existe renda - na reserva dos KADIBEUES porque são as únicas arrendadas na - Inspetoria; que os Chefes da Inspetoria não recolherem rendas ao Fundo Federal Agropecuário e só a depoente o fez quando na-
////////////////////////////////////

Shaw

W



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3772

107 298

quando na Chefia substituta da Inspetoria no que foi imitada-
pelo seu sucessor, o atual Chefe HELIO BUCKER; que todas as -
quantias da renda indígena remetidas a à Administração Central
foram contabilizadas e podem ser encontradas nos balancetes e
Prestação de Contas; que há necessidade de um Contador para -
trazer em dia a escrituração dos livros de Contabilidade por -
quanto todo o serviço é cometido a a depoente cujo tempo não
permite trazer os registros em dias; que não pode lembrar por-
que alguns cheques emitidos ao portador é, não, nominalmente -
que somente dois funcionários recebem gratificação pela dig-
por conta da renda indígena, concedidas por VALTER SAMIRI PRA-
DO; que os gratificados são a própria depoente e o inspetor -
SILVIO SANTOS, sendo Cr\$ 100.000,00 e Cr\$ 125.000,00 para o se-
gundo; que há livro próprio para escrituração da renda indíge-
na mais devido ao atraso na escrituração, já justificado acima,
para, digo, o saldo é controlado através dos Bancos; que o - -
atrazo referido vem desde março de 1.963; que, além do contrô-
le através da conta bancária a depoente elabora mensalmente um
levantamento juntamente com o balancete mensal. Nada mais disse
nem lhe foi perguntado havendo prestado o presente depoimento-
sem qualquer coação o qual após lido e achado conforme vai as-
sinado pela depoente pela Comissão e por mim João Luiz
Almeida Nobre, Secretário que o dactilografei.

Almeida Nobre

Fáder Corrêa
PRESIDENTE

Mariz de Lourdes C. Maia
DEPOENTE

[Assinatura]
VOGAL

Udmar D. Pinheiro
VOGAL

2



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3773
[assinatura]

TÉRMO DE INQUIRICAÇÃO: Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete (1967), na sala da Chefia da 5ª Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios, em Campo Grande, Estado de Mato Grosso, aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo instituída pela Portaria Ministerial Nº 239/67, compareceu JOSÉ MONTEIRO DA SILVA, brasileiro, solteiro veterinário nível 20-A, esclarecido sobre as razões de sua convocação e advertido das penas que poderá incorrer por perjúrio, informou que desde setembro de 1964 até abril de 1965 servia no SPI na condição de contratado; que em abril de 1965, tomou posse, em caráter interino, no cargo de veterinário continuando a servir no SPI; que sabe ter havido o defloramento de uma índia digo índia no próprio rescinto da sede da Inspeção ao tempo da Administração de JOSÉ MONGENOT FILHO, - perpetrado por seu irmão DJALMA MONGENOT; que o depoente ainda não servia ao SPI porém pode informar aberto inquérito policial pela POLÍCIA FEDERAL; que VALTER SAMARI PRADO contou ao depoente haver assinado um recibo de Cr\$ 45.000.000, (QUARENTA E CINCO MILHÕES DE CRUZEIROS ANTIGOS) para o Major VINHAS NEVES e somente recebera Cr\$ 18.000.000,00, queixando-se que não podia trabalhar nessas circunstâncias; que o depoente aconselhou-o a não hajir dessa maneira por quanto é inadmissível que essa convivência não lhe trouxesse também vantagens ilícitas; que o fato se passou na mesa de refeições da residência contigua à sede da Inspeção e VALTER PRADO não ensaiou qualquer reação à acusação do depoente; que VALTER PRADO ainda fez alusão a uma famosa carta que lhe tinha sido dirigida por JOSÉ FERNANDO DA CRUZ e se queixou das dificuldades que estava sentindo para forjar uma prestação de contas que cubrisse o dinheiro extorquido pelo major VINHAS NEVES; que o depoente, na qualidade de veterinário, deveria controlar os animais pertencentes a Inspeção, principalmente no que concerne a baixas - por morte desaparecimento e venda que, todavia, não é possível fazer com perfeição, principalmente em relação ao gado da reserva dos KADIUEUES porque trabalha sozinho na sede da Inspeção e tem doze POSTOS a percorrer; que na reserva dos KADIUEUS a digo há três índios, trabalhadores nível 1 para administrar a fazenda, pessoas de baixíssimos nível intelectual, incapazes de atender à exigências do serviço; que o depoente rejeitou muitos avisos mensais oriundos daquela reserva por quanto não se conforma com a quantidade e as razões das baixas de ga-

[assinatura]

////////////////////////////////////



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3775
107 298

feito com objetivo de vantagens ilícitas, ou seja, para receber propina dos arrendatários; que, é notório na região dos KADIUEUS que ALAN CADERC somente celebrava contrato de arrendamentos se o fazendeiro lhe desse propina; que esses arrendamentos foram tão desbragados que chegaram a arrendar terras até as imediações da sede do Posto; que o depoente presidiu Comissão de inquérito para apurar irregularidades por BENEDITO PIMENTEL na 4ª IR' que o processo não foi concluído por falta de recursos e depoente o entregará a Comissão si o requisitar; que o depoente entrega também processo de sindicância que presidiu para apurar desvio de gado nos Postos de TAUNAY e IPEGUE. Nada mais disse nem lhe foi perguntado havendo prestado o presente depoimento sem qualquer coação o qual após lido e achado conforme vai assinado pelo depoente pela Comissão e por mim João Luiz Almeida Nobrega, Secretário que o dactilografei.

Adelino Carneiro
PRESIDENTE

Josef Antenor da Silva
DEPOENTE

[Assinatura]
VOGAL

Udmar S. Lima
VOGAL



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3776
AD BJA

TÉRMO DE INQUIRICAÇÃO: Aos dezoito dias do mês de novembro do --
ano de mil novecentos e sessenta e sete (1967), na Sala da Che-
fia da 5ª Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índi-
os, em Campo Grande, Estado de Mato Grosso, aí reunida a Comis-
são de Inquérito Administrativo instituída pela Portaria Minis-
terial Nº 239/67, compareceu SILVIO DOS SANTOS, brasileiro, --
solteiro, Inspetor de Índio nível 14-B, esclarecido sôbre as
razões de sua convocação informou que há 23 anos é servidor do
SPI; que antes de ingressar no SPI serviu 4 anos na Divisão de
Orçamento no Ministério da Agricultura; que no SPI ocupou os-
seguintes cargos: Chefia da IR-7, por 2 meses; Chefia da IR-9-
por 2 anos; Chefia dos Posto de São Marcos, no Território de -
Roraimã, por 2 anos; Chefia dos Posto de Guarita do Estado do
Rio Grande do Sul por um ano e sete meses e Chefia do Posto --
Dantas Barreto no Estado da Paraíba por 2 anos; que em junho -
de 1964 foi lotado na séde da IR-5; que na IR-7 sucedeu por -
LOURIVAL DA MOTA CABRAL, digo sucedeu e foi sucedido por LOURI-
VAL DA MOTA CABRAL; que tomou conhecimento da existência de um
Código Alfa Numérico que é utilizado pela IR-7; que esse cód-
igo era utilizado em transmissões sigilosas; que estranhou a
existência do Código; que utilizou também mensagens cifradas-
durante a sua gestão; que quando utilizou o já mencionado dó-
digo encontrava-se no Posto de Guarita; que nesse Posto suce-
deu o Senhor IRIDIANO AMARINHO DE OLIVEIRA; que na época em -
que assumiu o Posto de Guarita o senhor IRIDIANO AMARINHO DE
OLIVEIRA estava respondendo a processo Administrativo; que es-
se processo foi instaurado para apurar irregularidades na ex-
tração de madeiras como também para esclarecer e determinar a
responsabilidade de IRIDIANO nos maltratos que estavam sendo-
infligidos aos índios do Posto, inclusive com raspagem de caba-
ças e uso de palmeatórias; que em que pese todos esses fatos -
dito IRIDIANO foi indicado para assumir o Posto no afastamento
do depoente; que, entretanto, IRIDIANO não assuiu o Posto in-
dicando o senhor AUGUSTO DE SOUZA LEÃO para Chefiar a Guarita;
que nessa oportunidade o depoente foi chamado ao Rio onde coro-
nel JOSÉ LUIZ GUEDES, então Diretor do SPI, comunicou ao De-
poente que IRIDIANO iria voltar a Chefiar a Guarita, por de-
terminação do Ministro da Agricultura; que não sabe se IRIDIA-
NO ERA amigo do Ministro da Agricultura, acrescentando entre-
tanto que esposa do referido IRIDIANO gosava de influência na
Câmara Federal; que durante sua gestão no Posto de Guarita não

////////////////////////////////////

Augusto



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3777
AP BJA

não foi assinado qualquer contrato para extração de madeira --
que ainda na sua gestão não foi retirado do Posto de Guarita -
qualquer quantidade de madeira; que não encontrou, não viu mas
soube que existia um instrumento de tortura denominado "TRON-
CO" que era utilizado na gestão de IRIDIANO DE OLIVEIRA; que -
durante sua gestão não houve utilização do "TRONCO"; que a pe-
nalidade aplicada pelo coronel da polícia indígena, durante -
a sua gestão era de prisão e trabalho obrigatório; que em sua -
gestão não fez nenhum arrendamento; que os arrendamentos eram-
feitos em base irrisórias; que considerava êses arrendamentos-
prejudiciais aos índios mas não tomou providência nenhuma por-
quanto as providências deveriam ser de iniciativas da IR-7; que
não havia invasões de terras do Posto, ao tempo em que chefiou-
que várias foram as tentativas para retirar pinheiros já aba-
tidos na gestão de IRIDIANO; que não permitiu a retirada desses
pinheiros; que o principal interessado nessa época era WALDO-
MIR ARBO; que assumiu a chefia do Posto DANTAS BARRETO, no -
Estado da Paraíba, em 1955; que foi encarregado da aludida duran-
te 2 anos? que foi transferido desse Posto, por questões polí-
ticas provocadas pelo antecessor do depoente, na gestão de JO-
SÉ DA GAMA MAUCHER; que aludido antecessor foi o sucessor do -
depoente; que sua saída do Posto, por portaria assinada por -
digo pelo então Ministro da Agricultura, sendo lotado no Servi-
ço de Expansão do Trigo; que sucedeu o servidor ORICULO CASTE-
LO BRANCO BANDEIRA, na Chefia da IR-9; que ao assumir a IR-9 -
encontrou a Inspetoria em perfeita ordem, embora não existisse
iscrita contábil, existindo entretanto as 4as vias de comprova-
ções de Conta; que existia renda na Inspetoria, decorrente da
extração e venda de castanha; que essa renda nunca foi encami-
nhada a Inspetoria; que a Inspetoria tinha jurisdição sobre 4 -
postos indígenas; que não lembra os nomes dos encarregados des-
ses postos na época de sua gestão; que o próprio depoente era-
quem tratava da Inspetoria que Chefiava; que durante sua gestão
na IR-9 não vendeu nem adquiriu gado; que os únicos recursos -
movimentados pelo depoente na sua gestão na IR-9 eram oriundos
de dotações orçamentárias; que não recorda o nome do servidor-
que antecedeu sua Chefia no Posto de São Marco, tendo encontra-
do o Posto em perfeita ordem; que ao assumir a Chefia de São -
Marco fez entrega ao Chefe da IR-1 senhor MANUEL MOREIRA DE -
ARAÚJO, de 200 rezes; que êsse negócio havia sido realizado pe-
lo depoente; que esse gado foi vendido imediatamente no próprio

Handwritten signature



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3778
907 882

próprio Território de Roraimã; que durante sua gestão não foi-
vendida uma rêz; que no Posto, durante sua gestão, não existiu
invasões ; que não havia renda no Posto, existindo apenas um -
considerado fabrico de farinha de mandioca que era todo consumi-
do no interno de menimos indios; que o depoente abatia duas re-
zes por semana para alimentação do mencionado internato; que *
o governo do Território auxiliava de maneira efetiva a Chefia-
do posto na manutenção do internato, pagando inclusive duas -
professoras; que não havia maltrato aos indios; que tem conhe-
cimento do fato do sargento HELOU SIMÃO haver comprado uma lan-
cha de passeio; que referida lancha custou Cr\$ 12.000.000,00--
que o depoente foi quem embarcou a la digo aludida lancha da -
cidade do Rio de Janeiro para o posto de Manaus; que as provi-
dências que adotou para o embarque dessa lancha foram a pedido
do servidor JOÃO BEZERRA DE MELO; que ao sair do Posto de São
Marcos deixou contadas e numeradas mais de 2.800 rezes; que -
muito embora abatesse rezes para manutenção do internato dos -
garotos indios e tivessem entregue 200 rezes ao chegar ao Pos-
to, na sua saída deixou quantidade superior a recebida. Consi-
derado o adiantado da hora resolveu o Senhor presidente com -
anuência dos demais membros da Comissão suspender os trabalhos
convocando o depoente para prestar outros esclarecimentos em -
dia e hora que lhe serão comunicados. Nada mais disse nem lhe -
foi perguntado havendo prestado o presente depoimento sem qual-
quer coação o qual após lido e achado conforme vai assinado -
pelo depoente pela Comissão e por mim Almeida Nobre

Almeida Nobre, Secretário que o dactilografei.

<u>Eden Correia</u>	<u>Plínio de Paula</u>
PRESIDENTE	DEPOENTE
<u>W. F. F.</u>	
VOGAL	
<u>Udmar D. Riuor</u>	
VOGAL	



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3779

[Assinaturas manuscritas]

TERMO DE INQUIRICAÇÃO: Aos dezanove dias do mês de novembro do -
ano de mil novecentos e sessenta sete, na Sala da Chefia da -
IR-5, em Campo Grande, Estado de Mato Grosso, ai reunida a Co-
missão de Inquérito Administrativo instituída pela Portaria Mi-
nisterial Nº 239/67, compareceu o senhor SILVIO DOS SANTOS, já
qualificado nos presentes autos, que prosseguindo suas decla-
rações informou; que foi substituído da Chefia do Posto de São
Marcos pelo fato de haver feito campanha contra a eleição de
GILBERTO MESTRINHO, que era candidato a Deputado Federal pelo-
Território de Roraimã; que certa feita o entrão Chefe da IR-1-
JOSE FERNANDO DA CRUZ, propoz ao depoente a venda de 200 rezes
; que na ocasião o depoente negou-se a efetivação da transação
argumentando que o número de rezes era pequeno e não havia con-
dições de venda a não ser com ordem superior; que dito FERNAN-
DO propoz ao depoente que se fizesse a venda comunicando que -
as rezes vendidas teriam morrido afogadas; que o depoente tam-
bém não concordou com essa solução; que a venda não foi feita; di-
go não foi feita; que não acredita possa o DR. CARMINDE prati-
car atos desonesto e ter participado da negociata da venda de
gado relatada nas cartas de 22 e 26 de junho de 1965 endereça-
das por ALBERTO JACOBINA ao Major VINHAS NEVES; que JACOBINA -
foi demitido a bem do serviço público mas era servidor contra-
tado na gestão do Major VINHAS percebendo 230.000,00 digo Cr\$-
230.000,00 pela verba indígena na IR-1 e IR-6; que considera -
absurdos os elogios feitos a JACOBINA digo por JACOBINA ao DR.
DORVAL MAGALHÃES porque aquele agrônomo não tem nenhuma das -
qualidades citadas na carta de 22 de junho de 1965, acima cita-
da e mesmo porque foi demitido por irregularidades no SPI; que
DORVAL MAGALHÃES sempre sonhou chefiar a IR-1 e se valia para
isso de todos os meios políticos partidários. Nada mais disse-
nem lhe foi perguntado havendo prestado o presente depoimento
sem qualquer coação o qual após lido e achado con-
forme vai assinado pelo depoente pela Comissão e por mim *[Assinatura]*
[Assinatura] Secretário que o dactilografei.

[Assinatura]
PRESIDENTE

[Assinatura]
DEPOENTE

[Assinatura]
VOGAL

[Assinatura]
VOGAL



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3780
BGA

TÉRMO DE INQUIRICAÇÃO: Aos dezenove dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala da Chefia da-IR-5, em Campo Grande, Estado de Mato Grosso, ai reunida a Comissão de Inquérito Administrativo instituída pela Portaria Ministerial Nº 239/67, compareceu o senhor HELIO JORGE BUCKER, - brasileiro, casado, Agente de Índio 6-B, que esclarecido sobre as razões de sua convocação e advertido das penas que poderá - incorrer por perjúrio informou que a 16 anos é funcionário do SPI; que nesses 16 anos Chefiou os Postos de LA LIMA, subordinada a 5ª IR; CAPITÃO IACRI, no estado de São Paulo; CARAMURU - no município de ITABUNA no Estado de Bahia; que também chefiou a 6ª IR, de dezembro de 1964 a fevereiro de 1.967; que saiu da aludida IR-6 para vir Chefiar a IR-5 onde presentemente se encontra; que ainda no SPI exerceu as funções de Inspetor Itinerante; que por 2 anos afastou-se do SPI indo trabalhar no Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Ministério da Agricultura; que passou 4 anos afastado de suas funções funcionais em virtude de licença; que essas licenças foram para trato de interesses de interesses particulares e para tratamento de saúde; que conhece uma série de irregularidades no SPI dentre as quais se destaca as já denunciadas pelo depoente; que as maiores irregularidades que conhece no SPI dizem respeito ao esbulho das terras indígenas praticados por grupos políticos e econômicos; que no sul de Mato Grosso, por uma Lei aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado, foi desapropriada toda a área dos índios KADIUEUS que ficaram reservados a uma zona de charcos onde não poderiam sobreviver por ocasião das enchentes; que no seu entender o mentor desse esbulho foi o Deputado RACHIDE MAMED, na época Presidente da Assembléia Legislativa; que a Lei desapropriatória foi aprovada por unanimidade sendo posteriormente vetada pelo então Governador do Estado JOÃO PONCE DE ARRUDA; que esse veto foi rejeitado pela Assembléia só não se efetivando o esbulho face ao mandato de segurança impetrado e concedido pelo Supremo Tribunal Federal; que aprovada a Lei todos os Deputados requereram as terras desapropriadas para pessoas de suas respectivas famílias; que esses requerimentos foram publicados no Diário Oficial do Estado cujo número teve a tiragem de 2 exemplares ficando um em Cuiabá e o outro veio para as comarcas das região desapropriadas para fins de registro imobiliários; //////////////////////////////////////

Handwritten signature/initials on the right margin.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3781
BIA

imobiliários; que a Lei desapropriatória citada é a de número 1.077, de 12 de abril de 1.958; que o depoente contou mais de oito parentes do Deputado RACHIDE MAMED entre os que requereram concessão das terras índias desapropriadas; que existe ainda o caso dos índios KAIUÁ, na região de Dourados onde o Estado novo criou uma zona de colonização e desapropriou todas as terras dos índios deixando-os absolutamente sem qualquer gleba; que o responsável é o próprio Ministério da Agricultura, ao qual estava subordinado o SPI e o Departamento de Terras e Colonização este último executou o projeto; que o SPI nada conseguiu e teve que comprar 2 lotes com 30 Has. a fim de localizar os selvícolas; que os Xavantes foram esconderidos por fazendeiros na região de Três Lagoas próxima ao Rio Paraná; que isso determinou a extinção da tribo que ali habitava; que a aldeia Moreira no Município de Miranda, ficou reduzida a 57 Has. para 78 índios Terenos, sendo que o Departamento de Estrada de Rodagem pretende abrir uma estrada com 60 metros de largura cortando essa insignificante propriedade; que as invasões dessas terras devem ser atribuídas à responsabilidade dos diversos Prefeitos do Município; que a área do LIMÃO VERDE, também dos Terenos, tem sido invadida, trazendo em desassossego dos próprios índios pela ação dos prefeitos do Município de Aquidauana; que o mesmo caso ocorreu na aldeia PASSARINHO, dos índios Terenos, no Município de Miranda; que o Departamento Estadual de Estrada de Rodagem invadiu as terras do PI FRANCISCO HORTA, no Município de Dourados, construindo uma estrada e deixou em campo aberto uma área de 3.539 Has., porque não fez as cercas nem desapropriou a terra previamente; que a Inspetoria já conseguiu título definitivo de 11 territórios indígenas; a saber; TANAY e IPEGUE, CACHOEIRINHA, FRANCISCO HORTA, JOSÉ BONIFÁCIO, BENJAMIN CONSTANT, e as aldeias: PIRAJUI, SASSORÓ, PORTO LINDO, TAQUAPERI; que NALIQUE, ALVES DE BARRO e SÃO JOÃO já tem a propriedade assegurada por acordo do Supremo Tribunal Federal, faltando, porém, a transcrição no Registro Imobiliário; que os Bororos foram expulsos mas estão reagindo, das suas terras no Município de Poxoréu; que o responsável por esse esbulho é o Órgão Estadual COMISSÃO DE PLANEJAMENTO E PRODUÇÃO, da Secretaria de Agricultura de Mato Grosso; que os Bororos da área de RE DIGO TEREZA CRISTINA, foram espoliados de suas terras apesar de possuírem Decreto de reserva, dado pelo governo do Estado e demarcados pelo -

Buel

////////////////////////////////////



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3782
P
B

pelo Marechal Rondon e aprovados pelo governador ANTONIO CORRÊA DA COSTA, em 27 de janeiro de 1.897; que o extraordinário no caso é ter sido o governador FERNANDO CORRÊA DA COSTA em digo quem destruiu o trabalho do doador, seu pai, o governador ANTONIO CORRÊA DA COSTA; que outro fato demonstrativo dos mais propósitos do governandor FERNANDO é haver êle concedido digo concedido aos colonos uma área de 75 mil Has., quando a área indígena somente tem 75 digo 65 mil hectares; que, assim, os Bororos ficaram devendo ainda aos colonos 10 mil hectares; que essas terras usurpadas foram concedidos a parentes, a políticos e até a juizes, COMO PODE CITAR, por exemplo os nomes dos Mix-nistros dos Tribunal de Contas do Estado, MANUEL JOSÉ DE ARRUDA e JOÃO MOREIRA DE BARROS; que pode citar também entre políticos e pessoas iulstres digo ilustres beneficiários dessas doações O SUPLENTE DE SENADOR GASTÃO DE MATOS MILL DIGO MULLER, O DEPUTADO RANULFO MARQUES LEAL, CHEFE DO GABINTE DO ATUAL GOVERNADOR, NILO PONCE DE ARRUDA FILHO, O OFICIAL DO EXERCITO OSVALDO MOREIRA FIGUEIREDO, VÁRIOS MEMBROS DA FAMÍLIA LEAL, parentes doa digo atual SECRETÁRIO DE JUSTIÇA DO ESTADO, DR. LEAL DE QUEIRÓS; que inumeros outros figurões da política, da sociedade e da alta finança Matogrossense figuram nessa negociata e podem ser identificados através digo atraves da publicação dos nomes de seus parentes ou dos seus próprios no Diário Oficial do Estadode 15 de março de 1.966; que como grupo econômico interessado no esbulho das terras indígenas, pode citar dentre outros o de JOÃO DA ESCÓCIA, digo JOÃO D'ESCÓCIA SEJOPOLIS; que dito JOÃO D'ESCÓCIA SEJOPOLIS, na condição de representante do senhor BITÃO tentou subornar o depoente exibindo dos che digo dois cheques em branco assinados para que o depoente enchesse com a importância que bem entendesse; que essa tentativa de suborno foi feita com a intensão de sustar à ação do depoente na defesa das terras pertencentes ao patrimônio dos índios; que o restante dos nomes das pessoas implicadas no esbulho de terras indígenas encontra-se no Diário da Justiça do Estado de Mato Grosso, edição de 15 de março de 1.966; que o Senador FILINTO MULLER está implicado no esbulho de terras de TEREZA CRISTINA em virtude de sua interferencia junto ao então diretor do SIP digo SPI Major LUIZ VINHAS NEVES para que fosse sustada à ação impetrada para garantia da propriedade indígena como prova os telegramas 169 de 9/05/66 e o S/N de 25/06/65; -
////////////////////////////////////



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3783
10
BGA

e o S/N de 25/06/65; que o Senador NEY BRAGA, quando Ministro da Agricultura negociou de maneira inconstitucional mais de 38 mil hectares da área de TEREZA CRISTINA, ao firmar sem houver a Assessoria Jurídica do Ministério da Agricultura, um Convênio com o governo com o Estado de Mato Grosso; que esse Convênio foi aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado conforme publicação do Diário Oficial de 4 de agosto de 1966; que esse Convênio esses digo excessivo digo excessivamente lesivo ao patrimônio indígena, até a saída do depoente da IR-6, não havia sido cumprido no que respeito as obrigações no Estado de Mato Grosso; que sabe ainda que grupos econômicos do Estado de São Paulo esbulharam cerca de 10 mil hectares de terras pertencentes aos índios NAMBIQUARAS; que a área esbulhada está localizada entre os rios CARDOSO e PINDAÍUTUBA, afluentes do SARARE, no município de Mato Grosso; que as terras dos índios PARECIS, está esbulhada por inescrupulosos que requereram títulos dessas áreas; que os índios TAPAIUNAS localizados a margem direita do rio MIGUEL DE CASTRO afluentes do rio ARINOS teve direito de terem suas terras vendidas pelo Estado ao grupo BRASUL, do Estado de São Paulo; que as terras dos índios ERIGNIPATZA, (CANOEIRO), ARAS, KAIABIS no rio dos PEIXES, CINTA LARGA na margem direita do CAPITÃO CARDOSO e cabeceiras do rio ARIPUANÁ, sofreram o mesmo processo que deu causa ao esbulho das terras do PARECIS, sendo que no caso particular dos índios CINTA LARGA as terras foram vendidas a grupos NORTE AMERICANOS, podendo atestar a veracidade dessa fato o Senhor AMAURI SILVA prefeito do município de ARIPUANÁ; que os CINTA LARGAS, sofrem periodicamente a incursão de expedições punitivas que visam unicamente o extermínio do grupo o seu afastamento da área que ocupa, conforme se pode comprovar com o relatório do Inquérito provido pelo Departamento Federal de Segurança Publica em junho de 1966; que estava afastado do SPI durante a gestão do Coronel MOACIR RIBEIRO COELHO, pelo que não tem condições de fazer referências a sua Administração; que também desconhece de ciência própria irregularidade que possam haver sido praticadas pelo ex servidor FERNANDO CRUZ; que durante toda a gestão do major LUIZ VINHAS NEVES o depoente Chefia a IR-6 digo chefiou a IR-6; que na sua gestão na IR-6 nunca remeteu qualquer recurso de vendas para a Direção do SPI ou para o Major VINHAS NEVES pessoalmente; que a única importância entregue pelo depoente a LUIZ VINHAS NEVES

////////////////////////////////////

Arred



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3784

[assinatura]

NEVES foi proveniente de dotação orçamentária e em obediência a uma ordem de serviço interno; que esse fato verificou-se em 1965; que a importância entregue era de Cr\$ 77.750.000,00, cuja comprovação negativa encontra-se na Egrégia Corte de Contas do País; que outro fato que compromete a gestão VINHAS NEVES é o telegrama em que aludido ex diretor do SPI recomenda, em atendimento a pedido de FILINTO MULLER, a retirada da ação judicial contra invasores de terras indígenas; que sabe por ouvir-dizer ter sido suprimida, na gestão de ALAN CARDEC, uma cláusula dos Contratos de arrendamento e cláusula suprimida beneficiava o patrimônio indígena; que a supressão dessa cláusula vinha em benefício dos rendeiros; que o corrente exercício, digo que no corrente exercício de 1967, já remeteu a Direção do SPI cerca de Cr\$ 60.000.000,00; que essas remessas foram feitas de maneira diversas qual seja no nome do Diretor do SPI, no nome de LUIZ DE FRANÇA PEREIRA DE ARAÚJO, no Cargo de Diretor Substituto, Fundo Federal Agropecuário e em nome de WILSON FURTADO chefe do IR-4; que o fato de não estarem escriturados os necessários livros contábeis decorre da carência total de funcionários para esse fim uma vez que a Inspetoria conta apenas com concurso de 2 funcionários; que nenhum dos dois funcionários é contador ou contabilista; que um dos funcionários é pessoa de idade avançada em vésperas de aposentadoria; que sabe por ouvir-dizer que o senhor JOSÉ MONGENOT FILHO enriqueceu durante sua gestão na IR-5; que ao assumir a IR-5 soube da existência de um processo instaurado pela polícia Federal sobre o defloramento de uma índia praticado por DJALMA MONGENOT; que quanto a existência de cheques ao portador o assunto está elucidado por uma relação já em poder do Presidente da Comissão de Inquérito; que presentemente a renda do patrimônio indígena oscila em torno de Cr\$ 150.000.000,00; que essa renda pode ser aumentada com as multas que por ventura possam ser cobradas e o acréscimo das áreas que venham a surgir em decorrência das medições; que no Estado da Bahia, a exemplo do que tem acontecido em todo território Nacional também patrimônio indígena sofreu o esbulho de suas terras; que as terras esbulhadas eram localizadas no Sul do Estado, no Município de Itabuna; que inicialmente a área de 50 mil hectares e sofreu um esbulho de 29 mil hectares; que os restantes 21 mil hectares também foram esbulhados posteriormente porém da maneira mais cruel possível; que essas terras pertenciam aos índios PATAXÓ; //////////////////////////////////////

[assinatura]



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3785
10
GSA

PATAXÓ; que esses esbulhos ocorreu ao tempo em que era inter-
ventor no Estado da Bahia o senhor JURACY MAGALHÃES sendo Che-
fe de Polícia o General LIBERATO DE CARVALHO um dos principais
beneficiados pelo esbulho, juntamente com o ex Ministro MANUEL
NOVAES; que a área de que se beneficiou o General LIBERATO DE
CARVALHO eram de 6 mil tarefas a fóra áreas consignadas a pre-
postos seus; que outras áreas eram consignadas a prepostos de
JURACY MAGALHÃES; que não houve propriamente um esbulho mais -
digo mas, sim, um verdadeiro genocídio através da contaminação
da tribo PATAXÓ do ri digo virus da varíola ; que a reserva in-
dígena ficou desabitada porque restou apenas uma meio dúzia de
selvícolas; que no rio ARINOS no norte de Mato Grosso, os in-
dios TAPAIUNAS, também conhecidos por Beijo-de-pau foram enve-
nenados com ARCÊNICO adicionado ao açúcar que receberam de pre-
sentes; que recorda ainda as atrocidades e os requintes de per-
versidade cometidos por uma Expedição organizada pelo Senhor -
JUNQUEIRA, de Cuiabá; que a expedição exterminou uma taba in-
dígena, isto é um acampamento de caça indígena mediante o uso
de bombas e dinamite atiradas de avião sôbre os selg digo sel-
vagens; que os mateiros da mesmo expedição exterminaram os re-
manescentes sendo que estouraram a cabeça de uma criancinha a
bala e pendurarão a mãe do indiozinho assassinado pelas pernas
e partiram-na a facão da verilha para a cabeça; que o executor
dessa monstruosidade, o indivíduo CHICO LUIZ confessou o crime
digo crime no inquérido instaurado pela Polícia Federal, ao de-
por no rescinto do 16º B.C., em Cuiabá; que o referido processo
foi encaminhado à justiça de Cuiabá mas depoente duvida do seu
resultado porque JUNQUEIRA é sócio da família PALMA ARRUDA, de
muito prestígio no Estado; que o depoente comunicou ao Major -
VINHAS NEVES das atrocidades e das negociatas praticadas pelos
funcionários da IR-6 mas aquele Diretor declarou "DESENTERRAR
DEFUNTOS NEM CRIAR MAIS ÁREAS DE ATRITO"; que o Major VINHAS -
possuia todos os processos a êsse respeito e ão digo não tomou
providências porque não quis. Nada mais disse nem lhe foi per-
guntado havendo prestado o presente depoimento sem qualquer --
coação o qual após lido e achado conforme vai assinado pelo de-
poente pela Comissão e por mim João Luiz Almeida Nobrega
Secretário que o dactilografai.

Aden Corrêa
PRESIDENTE

João Luiz Almeida Nobrega
DEPOENTE



~~MINISTÉRIO DA AGRICULTURA~~

Serviço de Proteção aos Índios

5ª INSPETORIA REGIONAL

Campo Grande, Mt.

Of.231/67

Em 18 de novembro 1967

Do : Chefe da I.R.5 do SPI

Ao : Ilmo. Sr. Dr.Jader Figueiredo Correia-Presidente da CI/MI

Assunto : comunicação (faz)

Levo ao conhecimento de V.S. que na chefia da 6ª ININD, em 1966, recebi o suprimento de NCR\$ 12.000,00- (DOZE MIL CRUZEIROS NOVOS) para aplicação naquela Regional, de acôrdo com a deliberação nº 370/66 processo MA-002-1399/66.

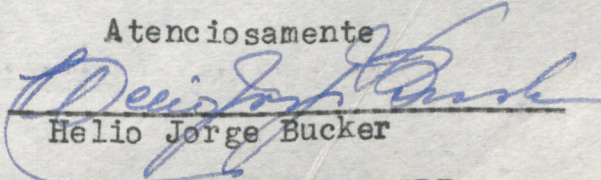
A movimentação do referido recurso, foi / feito através do Banco do Brasil, Agência de Cuiabá, em duas parcelas de ncr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros novos) e aplicados de conformidade com a referida deliberação, cuja copia anexo.

As Prestações de conta correspondente, foram encaminhadas ao FFAP, com o Ofício nº 32 de 31/1/67 ao Sr. Secretário do Executivo do FFAP no Rio de Janeiro (GB) sob o registro nº 04449 de 1/2/67.

Isto posto, solicito providências de V.S. junto ao Sr.Secretário do FFAP para que por outro lamentavel equívoco este funcionário venha a ser novamente preso.

Aguardando suas providências, reitero os meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente


Hélio Jorge Bucker

Chefe da I.R.5-SPI

3287
107
BGA

CONSELHO DO FUNDO FEDERAL AGROPECUÁRIO

PROC. Nº MA 002-1.399/66

DELIBERAÇÃO Nº 370/66

Em sua 366ª Sessão (extraordinária) de 6.6.66, o CFFA, no processo nº MA-002-1.399/66, originado pela solicitação de recursos pelo Serviço de Proteção aos Índios, para formação de culturas nos Postos Índigenas, DELIBEROU, 1º) - aprovar o presente pedido, em caráter excepcional, com a concessão da quantia de ₹ 200.000.000 // (duzentos milhões de cruzeiros) ao SPI, como renda adjudicável, mediante a assinatura do Termo de Ajuste; 2º) - aprovar o Plano de Aplicação para ser executado até 31.12.1966, nas dependências do SPI, em cumprimento às normas legais vigentes e com base nos seguintes // itens: 2.1 - PESSOAL para pagamento mediante recibo, sem vínculo com o Serviço Público e indenização de diárias, alimentação e busada - / ₹ 10 000 000; 2.2. - MATERIAL PERMANENTE para aquisição de ferramentas, utensílios, semoventes e máquinas agrícolas - ₹ 60 000 000; /// 2.3 - MATERIAL DE CONSUMO, para aquisição de sementes, defensivos, / arame farpado, matérias primas e outros ₹ 50 000 000; 2.4 - SERVIÇOS E ENCARGOS - para pagamento de mão de obra com o aproveitamento do braço indígena, visando ao desenvolvimento agropecuário, nos termos do artigo 2º do Decreto-Lei nº 2343, de 27-6-1940 - ₹ 60 000 000; 2.5.- RESERVA TÉCNICA - ₹ 20 000 000. Soma ₹ 200 000 000; 3º) - a entrega dessa quantia será feita parceladamente, aos executores e em quotas indicadas pelo Diretor do SPI, sendo: 3.1 - ₹ 50 000 000 de imediato, com recursos provenientes do item "Rendas a identificar" conta, bilizada neste FFAP, como adiantamento, a serem futuramente ressarcidos com os recolhimentos ao FFAP da renda do SPI; 3.2.- ₹ 50 000 000 após 30 dias e em condições idênticas às do item anterior (3.1); /// 3.3 - ₹ 100 000 000, condicionados à constatação dos recolhimentos, em quotas e datas na proporção que estes se efetivarem, e serão entregues após o ressarcimento das parcelas anteriormente adiantadas; 4º) - exigir, no final dos trabalhos, relatório técnico completo das atividades desempenhadas, se possível, com ilustrações, além da competente prestação de contas; 5º) - recomendar à Secretária Executiva um expediente ao Diretor do SPI; comunicando o deferimento deste pedido e solicitando a S.Sa. as necessárias providências para o breve/recolhimento a este Conselho da receita do mesmo Serviço, bem como / uma relação atualizada dos Postos que integram o SPI.

-continua-

CONSELHO DO FUNDO FEDERAL AGROPECUÁRIO

continuação II

Processo relatado pelo Conselheiro Otto Lyra Schrader

Votação unânime

- Rio, 6 de junho de 1966
- As) Secretário do Plenário - ilegível
- As) Relato - "
- As) Presidente em exercício - ilegível

PLANO DE TRABALHO

11 00 - CARACTERIZAÇÃO

11 01 - SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

30 00 - DO EMPREENDIMENTO

31 00 - CARACTERIZAÇÃO

31 05 - Objeto do plano

Cultura de milho, arroz, feijão, etc. -
em aproximadamente 4.000 alqueires -
de terras, num total de 100 postos -
indígenas, mais ou menos à razão de
R\$ 10.000 o alqueire, isto somente em

preparo de terra..... R\$ 40.000.000

Aquisição de inseticidas, sementes, etc 5.000.000

Salário e mão de obra com o braço indi-
gena..... 5.000.000

Plantio de 500 alqueires de terras dos
postos indígenas do R.G. do Sul da 7a.
Inspetoria Regional, com sede em Curiti-
ba-PR, trigo, cevada, soja, etc. à ra-
zão de 15.000 o alqueire..... 9.000.000

Mão de obra do braço indígena..... 3.000.000

Sementes, inseticidas etc..... 3.000.000

Para o plantio e replantio e conserva-
ção de coqueiral no posto indígena "Ni-
zia Brasileira", da 4a. Inspetoria Re-
gional, em Recife -PE, 6.000 coqueiros-
à razão de 1.500..... 9.000.000

Mão de obra com o aproveitamento do bra-
ço indígena..... 3.000.000 80.000.000

32 00 - MEIO A EMPREGAR

32 04 - Matérias primas

Aquisição de 4.000 rolos de arame farpa
do para feiche de roças nos diversos //
postos indígenas das nove inspetorias a
10.000..... 40.000.000

Aquisição de grampos p/cêrca..... 5.000.000

transp..... 45.000.000 80.000.000

CONSELHO DO FUNDO FEDERAL AGROPECUÁRIO

continuação 111

	transporte.....	45.000.000	80.000.000
32 07 -	Material Permanente		
	Para aquisição de enxadas, foices , facões, machados etc.....	40.000.000	
	(para distribuição a 100 postos in- dígenas)		
	Para aquisição de arados de tração- animal.....	15.000.000	100.000.000
	Reserva Técnica de 10% para atendi- mento de qualquer dos itens do atu- al plano de aplicação.....	20.000.000	
	Total.....	200.000.000	
37 00 -	<u>CUSTO PREVISTO DO PLANO</u>		
31 00 -	Caracterização.....	80.000.000	
32 00 -	Meios a empregar.....	100.000.000	
	Reserva técnica.....	20.000.000	
		200.000.000	
18 00 -	<u>RENTABILIDADE DO EMPREENDIMENTO</u>		
39 05 -	Possibilidade de reversão dos re - cursos do Serviço de Proteção aos Índios, em forma de renda adjudicada.....		400.000.000

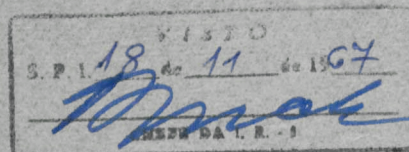
M. A. - S. P. I. - I. R. 5

Confere com o original

Em 18 de Novembro de 1967

[Assinatura]

Auxiliar



BANCO AGRO PECUÁRIO DE CAMPO GRANDE

Nome: SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

Endereço:

1964
Ano

Agência:-

DATA	CÓDIGO DA CONTA	HISTÓRICO	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
1-Dez		Vr. OPT. 8/3/840 P/C/SEBASTIAO A, DE ARRUDA		823,00	823,00
1-Dez		DP. 414075-		432,00	1255,00
"		DP. 370383-		816,00	
"		DP. 414077-		600,00	
		DP. 414079-		360,00	
		DP. 414080-		302,40	3031,00
		SALDO TRANSF. D/CONTA-702-4846 P/ESTA-		960,00	3333,40
		DP. 370386-		1056,00	4293,40
		DP. 370387-		540,00	
		DP. 370389-		180,00	
		DP. 370388-		444,00	
		DP. 370390-		84,00	
		DP. 333458-		1008,00	6597,40
		DP. 333459-		335,00	
		DP. 333460-		360,00	
		DP. 333461-		282,60	
2-Dez		DP. 370063-		542,00	
		DP. 364225-		600,00	8583,00
		DP. 364226-		396,00	
		DP. 370062-		549,60	
		DP. 370055-		360,00	
		DP. 370056-		476,40	
		DP. 370061-		480,00	
		DP. 427850-		420,00	
		DP. 427995-		360,00	
6-Dez		DP. 421855-		840,00	12407,00
10-"		JUROS-		7,95	12767,00
		DP. 421415-		360,00	13607,00
14-"		OP. 8/4/925- P/JAIME TEIXEIRA-		360,00	13614,95
20-"		CH. 369281- P/C/ORALDO S. FLORES-		360,00	13974,95
21-"		DP. 421866-		204,00	14334,95
23-"		DP. 421867-		180,00	4334,95
		DP. 421868-		180,00	
			10000,00		

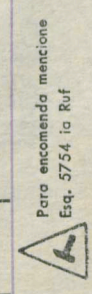
Comunicamos que o saldo de Cr\$

acha-se exato.

de 19

(ass.)

3780



Para encomenda mencione
Eq. 5754 ia Ruf

IMPORTANTE

O silêncio de V(v) S(s) durante o período de 15 (quinze) dias a contar da data do recebimento do presente extrato, confirma a exatidão dos lançamentos e dos respectivos saldos.

EXTRATO Para Simples Conferência
OS SÉLOS DEVIDOS FORAM APLICADOS
NOS DOCUMENTOS EM PODER DO BANCO

5000
040662

BANCO AGRO PECUÁRIO DE CAMPO GRANDE

Pág.

Nome:

Endereço:

1964-
Ano

Agência:-

DATA	CÓDIGO DA CONTA	HISTÓRICO	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
24	23-Dez	DP. 421869- PEDRO DE ARRUDA FARIAS-		348,00	
23		DP. 421870- MARIO PEIXOTO-		300,00-	
22		DP. 421872- ROMULO DE ALMEIDA-		360,00	
21		DP. 421865- VENANCIO CALVEIRA-		84,00	
20		DP. 421871- BENTO BELBER NETO-		360,00	
19		DP. 421875- WALDOMIRO DE ARRUDA PINTO-		360,00	
18		DP. 421874- JOSÉ AGUINALDO DOS SANTOS-		450,00	
17		DP. 421873- DOMINGOS GOMES CHAVES-		360,00	7520,95
16		DP. 421876- REINALDO MENDES		360,00	
15		DP. 427246- JOSÉ ALVES PEREIRA-		960,00	
14		DP. 427245- ILER MARGINEZ-		360,00	
13		DP. 427244- GARIBALDE ERNESTO GLUBERT		620,00	
12		DP. 421879- OSWALDO ANDERSON		360,00	
11		DP. 421878- PEDRO ALVES PEREIRA-		300,00	
10		DP. 421877- TELES TRELHA AYALA-		360,00-	
9		DP. 490550- Manoel Gomes do Prado-		930,00	10840,95
8		DP. 557076- ALADY SCOBAR NUNES-		900,00	11770,95
7		DP. 340617- IVO VARGAS-		450,00	12670,95
6		DP. 340615- ATAIDE TRELHA-		450,00	13120,95
5		DP. 370142- JAIME TEIXEIRA-		90,00	13570,95
4		DP. 378407- NIGINO ALVES MACHADO-		300,00	13660,95
3		DP. 427247- ALCY VIEIRA DE MORAES-		360,00	13960,95
2		DP. 427248- JONES ALVES FERRAZ-		360,00	
1		DP. 427250- OZIRO OLIVEIRA JACQUES-		162,00	
		DP. 427249- CANDIDO CANABARRO DA SILVA		360,00	
		DP. 378424- GARIBALDE ERNESTO GRUBERT		100,00	
		CH. 369282- VISADO-	15000,00		15202,95
		CC. 4/4/79- CRED. P/SEBASTIÃO ALVES ARRUDA-		900,00	15302,95
		OP. 4/5/77- CRED. P/PEDRO TRELHA-	1650,00	450,00	1202,95
		CH. 369283- P/ARCENIO DORVALOS		150,00	1652,95
		DEP. 46461- P/WALTER SAMAIR PRADO-		2760,00	2,95
		DP. 0998- EXT.DO DEP.ACIMA P/TER SIDO LANC.INDEV.	2760,00		152,95
					2912,95

Comunicamos que o saldo de Crd

acha-se exato.

de 19

(ass.)

favor até a data de

16/12/63

EXTRATO Para Simples Conferência
OS SÉLOS DEVIDOS FORAM APLICADOS
NOS DOCUMENTOS EM PODER DO BANCO

IMPORTANTE

O silêncio de V(v) S(s) durante o período de 15 (quinze) dias a contar da data do recebimento do presente extrato, confirma a exatidão dos lançamentos e dos respectivos saldos.

Para encomenda mencione
Eq. 5754 Ia Ruf



BANCO AGRO PECUÁRIO DE CAMPO GRANDE

Pág.

Nome:

Endereço:

1966

Ano

Agência:-

DATA	CÓDIGO DA CONTA	HISTÓRICO	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
15-Mar.		CH. 369284-	150,00		152,95
16"		DP. 481242- FILIBINO XIMENES-		264,00	2,95
17-		DP. 0818- FRANCISCO FERNANDES DA SILVA-		334,00	266,95
18-		DP. 490861- LEONSO BARBOSA-		108,00	600,95
22-		DP. 481934- ANTONIO CAUBI LEITE-		110,00	
23-		IMPORT. CRED. REF. TRANSF. DE OUTRA C/ALISTA		3147,00	818,95
23-		IMPORT. DEB. REF. LANÇ. INDEV.	242,40		3723,55
25-		CH. 369285-	1000,00		2723,55
28-		DP. 481636- ETALIVIO COELHO-	378,71	240,00	2963,55
26-Abr.		CH. 369286-	1000,00		2584,84
28-		CH. 369287-	1238,00		1584,84
29-		CH. 369288-	266,00		346,84
05-Maio		CH. 369289-	80,00		80,84
12-		CH. 369290- LINDERERGUE REZENDE-	600,00	900,00	0,84
13-		CH. 209043- CUSTO DE UM TELEFONEMA C/MIRANDA=MT=	3,00		900,84
17-Jul-		CH. 209042-	200,00		300,84
26-		CH. 399732- RAMON INSABRALDE-	97,00	255,00	297,84
		DP. 00037- CLIBAS DE SOUZA MARTINS-		525,00	97,84
		DP. 00038- CAXIAS RODRIGUES DA SILVA-		225,00	0,84
		DP. 00050- ALCIDES GARCEZ PAINE-		450,00	255,84
		DP. 00049- ALVINO FELIX GARCEZ-		450,00	1005,84
		DP. 00048- ALICIO FELIX GARCEZ-		450,00	
		DP. 00047- REINALDO MENDES		450,00	
28-		DP. 12878- JONES ALVES FERRAZ-		539,70	2805,84
		DP. 12973- CALIXTO DE SOUZA MARTINS-		432,00	3345,54
29-		DP. 07724- ORALDO SILVEIRA FLOREZ-		450,00	3777,54
		DP. 04487- POMPILO RODRIGUES MIRANDA-		418,50	4227,54
		DP. 12913- THEODORICO CASANOVA-		353,25	4646,04
		DP. 12915- MARIO PEIXOTO-		375,00	4999,29
		DP. 12916- ALCY VIEIRA DE MORAES-		450,00	

Comunicamos que o saldo de Cr\$

favor até a data de

de

de 19

(ass.)

EXTRATO Para Simples Conferência

OS SÊLOS DEVIDOS FORAM APLICADOS NOS DOCUMENTOS EM PODER DO BANCO

Para encomenda mencione Esq. 5754 Ia Ruf

IMPORTANTE

O silêncio de V(v) S(s) durante o período de 15 (quinze) dias a contar da data do recebimento do presente extrato, confirma a exatidão dos lançamentos e dos respectivos saldos.

5000

040662

BANCO AGRO PECUÁRIO DE CAMPO GRANDE

Conta N.º

Nome:

Endereço:

Agência:-

DATA	CÓDIGO DA CONTA	HISTÓRICO	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
29-Jul	DP. 129172	JAYME TEIXEIRA-		943,50	5824,29
01-Ag.	DP. 04615-	MANOEL GOMES DO PRADO-		930,00	6767,79
02"	DP. 07420-	AUGUSTINHO RODRIGUES-		105,00	7697,79
04"	CH. 673111-	VISADO S/ESTA PRAÇA-	7801,95		7802,79
08"	DP. 07151-	JOSÉ MARTINS-		600,00	0,84
	VR. DA OP. 7/5/300 P/CTA. GARIBALDE E. GRUBERT			1074,60	600,84
	DP. 07592-	EURIDES DOS SANTOS-		535,00	1675,44
	DP. 16166-	LEONSO BARBOSA-		540,00	
	DP. 16212-	VENANCIO CABREIRA		105,00	
12"	CH. 673112-		2855,43		2855,44
	DP. 16519	HOLMES MONTEIRO LEITE		547,50	0,01
18"	CH. 673113-		201,95		547,51
	DP. 16795-	DAVID VARGAS MACHADO-		138,90	345,56
	DP. 16794-	SEBASTIÃO CARNEIRO-		450,00	
	DP. 16793-	BENTO GALLEN NETO-		450,00	
22"	DP. 1381423-	PEDRO TRELHA=		255,78	
25"	CH. 673114-		185,21		1384,46
29"	DP. 172214-	ILDEBRANDO CAMPESTRINI		545,00	1640,24
	CH. 673116-	VISADO CONTRA ESTA PRAÇA-	2000,00		1455,03
31"	DP. 17956-	HÉLIO P. ALVES-		450,00	2000,03
	DP. 17955-	HELIO P. ALVES-		450,00	0,03
6-Set	DP. 19913-	JOAO FERREIRA PAES-		450,00	900,03
21"	VR. DA OP 27/5/214-	P/CTA. MELCIADES C. DE LIMA		450,00	1350,03
28"	CH. 730311-		300,00		1800,03
	CH. 730316-		198,00		
	CH. 730312-		200,00		
	CH. 730319		97,10		
	CH. 730313		194,00		
	CH. 730791-		220,04		
	CH. 730314-		185,00		
	CH. 730792-		81,00		
	CH. 730320-		55,00		
4-Out	CH. 730317-		100,00-		810,93
4"	CH. 730318-		115,00-		590,89
					405,89
					324,89
					269,89
					169,89

Comunicamos que o saldo de Cr\$

favor até a data de

de 19

(ass.)

EXTRATO Para Simples Conferência
OS SÉLOS DEVIDOS FORAM APLICADOS
NOS DOCUMENTOS EM PODER DO BANCO

IMPORTANTE

O silêncio de V(v) S(s) durante o período de 15 (quinze) dias a contar da data do recebimento do presente extrato, confirma a exatidão dos lançamentos e dos respectivos saldos.

Para encomenda mencione
Eq. 5754 Ia Ruf

Pág.

Conta N.º

BANCO AGRO PECUÁRIO DE CAMPO GRANDE

Nome:

Endereço:

1966
Ano

Agência:-

DATA	CÓDIGO DA CONTA	HISTÓRICO	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
13-Out		DP. 12174-		175,20	54,89
18-		DP. 11371- E. BRUM JACQUES-		300,00	230,09
		DP. 785739-NAZARIO REINALDO DE LIMA-		142,50	530,09
26-		DP. 784747-RAMAO NUNES DA SILVA-		950,00-	672,59
03-Nov.		DP. 06401- MARIO DA COSTA MARQUES-		630,00-	1622,59
07-		CH. 730793- VISADO S/ESTA PRAÇA-	2197,70		2252,59
08-		CH. 730794-	220,39		54,89
16-		CH. 730795-	30,00		34,86
22-		DP. 736659- MARIA L. CASTRO MAIA-		1413,30	4,86
23-		DP. 736665- MARIA LOURDES C. MAIA-		579,30	1418,16
24-		DP. 736629- ENOCK ALVARENGA SOARES-		402,30	1997,46
25-		DP. 692613- ENOCK ALVARENGA SOARES-		450,00	2399,76
28-		VR. OP. 27/5"274-CRED.AGENOR ALVES BARBOSA-		450,00	2849,76
29-		CH. 730796- VISADO S/ESTA PRAÇA-	3294,90		3299,76
01-Dez-		DP. 06781- DP. RAMAO NUNES DA SILVA-		45,70	4,86
07-		DP. 08643- ENOCK ALVARENGA SOARES-		2513,10	50,56
12-		DP. 08403- HILDEBRANDO CAMPESTRINI-		600,60	2563,66
14-		DP. 08421- ENOCK ALVARENGA SOARES-		543,60	3164,26
20-		DP. 735480- ENOCK ALVARENGA SOARES-		945,00	3707,86
20-		DP. 735479- ENOCK ALVARENGA SOARES-		517,50	5170,36
21-		CH. 730797- VISADO S/ESTA PRAÇA-	5165,50		4,86
22-		CH. 730799-	4,86		000
		DP. 735794-		1260,00	000
23-		CH. 333582- VISADO S/ESTA PRAÇA-			

Ao BANCO AGRO PECUÁRIO DE CAMPO GRANDE

Comunicamos que o saldo de Cr\$

a favor até a data de

achase exato.

(ass.)

de 19

EXTRATO Para Simples Conferência
OS SÉLOS DEVIDOS FORAM APLICADOS
NOS DOCUMENTOS EM PODER DO BANCO

IMPORTANTE
O silêncio de V(v) S(s) durante o período de 15 (quinze) dias a contar da data do recebimento do presente extrato, confirma a exatidão dos lançamentos e dos respectivos saldos.

Para encomenda mencione
Eq. 5754 ia Ruf

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
a b c d e f g h i j k l m n o p q r s t u v w x y z

Conta N.º

BANCO AGRO PECUÁRIO DE CAMPO GRANDE

Pág.

Nome:

Endereço:

1967
Ano

Agência:-

DATA	CÓDIGO DA CONTA	HISTÓRICO	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
18-Jan		DP. 552433- NOEMY S. GARCIA-		690,00	1380,00
24-		DP. 552432- Idem, Idem.-	300,00	690,00	1887,15
24-		DP. 539305- P/CTA-CALIXTO DE SOUZA MARTINS-	91,04	507,15	
21-		CH. 333585-	1060,00		1496,10
21-		CH. 333584-			436,10
20-		CH. 333586- OZORIO O. JACUES-		435,37	
20-		DP. 539232- 33-GONÇALINO SILVA-		178,53	
19-		DP. 539235- LEONCIO DE SOUZA BRITO FILHO-		916,11	
18-		DP. 539236- LEONCIO DE SOUZA BRITO-		862,50	
17-		DP. 539234- WALDOMIRO FLORES NOGUEIRA-		510,30	
17-		DP. 554238- MANOEL GOMES DO PRADO-		106,95	
16-		DP. 532456- NAUR DE SOUZA BARBOSA-		922,87	
15-		DP. 554822- LEONCIO BARBOSA-		621,00	
14-		DP. 532367- DURVAL COELHO BARBOSA-		1173,00	
14-		VR; OP. 8/6/114- ALCEBIANES ALVES ALBRES-		779,87	
13-		Idem. 8/6/112- VIILMA CARNEIRO ALVES-		690,00	
12-		DP. 532151- FELISBINO XIMENEZ-		1518,00	
11-		OP. 4/6/113- HONORIVALDO ALVES ALBRES-		790,05	
10-		VR. CD. 4/6/515- ROBERTO REGO FREITAS TOLEDO	55,00	1321,65	
10-		CH. 333587-		120,75	
9-		DP. 532032- VENANCIO CABREIRA-		604,09	
8-		DP. 532033- ROMULO DE ALMEIDA-		481,27	
7-		DP. 532030- POMPILIO R. MIRANDA-			
7-		CH. 333590-			
6-		CH. 333591- VISADO-	71,90		
6-		CH. 333589- VISADO-	139,15		
5-		DP. 533894- JONAS ALVES FERRAZ-	6000,00	569,07	
4-		CH. 333593-	1227,00		
4-		CH. 333595- VISADO-	6506,99		
3-		DP. 542130- HILDEBRANDO CAMPESTRINI			
3-		CH. 333592-	30,00	1351,13	
1-		CH. 333596-	301,00		

Comunicamos que o saldo de Cr\$

acha-se exato.

de 19

(ass.)

favor até a data de

3795

EXTRATO Para Simples Conferência
OS SÉLOS DEVIDOS FORAM APLICADOS
NOS DOCUMENTOS EM PODER DO BANCO

IMPORTANTE
O silêncio de V(v) S(s) durante o período de 15 (quinze) dias a contar da data do recebimento do presente extrato, confirma a exatidão dos lançamentos e dos respectivos saldos.

Para encomenda mencione
Eq. 5754 1a Ruf

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
a b c d e f g h i j k l m n o p q r s t u v w x y z

Conta N.º

BANCO AGRO PECUÁRIO DE CAMPO GRANDE

Pág.

Nome:

Endereço:

1967
Ano

Agência:-

DATA	CÓDIGO DA CONTA	HISTÓRICO	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
6-Março		CH. 333599	100,00		1020,13
7"		CH. 333600	15,00		920,13
		CH. 333597-	200,00		705,13
8"		DP. 533398-	76,00	1790,03	2495,16
10"		CH. 333598-		517,50	2419,16
27"		OP. 27/6/79-		240,00	2936,66
6-Abril		DP. 541856-		517,50	3176,66
7"		OP. 27/6/96-			3694,16
11"		CH. 512881-	240,00		3454,16
12"		OP. 8/6/258-		599,00	4053,16
		DP. 541389-		629,62	5272,28
13"		DP. 541388-		589,50	6581,63
17"		DP. 534654-		1309,35	6507,29
24"		CH. 512882-	74,34		4807,29
3-Maio		CH. 512883-	1700,00	517,50	5065,22
		DP. 390503-			4875,22
24"		CH. 512884-	259,57		4635,22
26"		CH. 512885-	190,00		4525,22
29"		CH. 512886-	240,00		
30"		CH. 512889-	110,00		
		CH. 887907	100,00		
		CH. 512887	500,00		
		CH. 887909	44,36		
		CH. 887912	35,00		
		CH. 887911	87,18		
		CH. 512888	66,50		
		CH. 887903	20,00		
		CH. 887914	400,00		
		CH. 887906	147,14		
		CH. 512890	31,00		
		CH. 887916	30,00		
1-Jun		CH. 887905	340,15		
		CH. 887904	96,00		

Comunicamos que o saldo de Cr\$

acha-se exato.

de 19

(ass.)

favor até a data de

3796

a

(

)

EXTRATO Para Simples Conferência

OS SÉLOS DEVIDOS FORAM APLICADOS NOS DOCUMENTOS EM PODER DO BANCO

IMPORTANTE

O silêncio de V(v) S(s) durante o período de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento do presente extrato, confirma a exatidão dos lançamentos e dos respectivos saldos.

Para encomenda mencione Esq. 5754 1a Ruf



5000
040662

BANCO AGRO PECUÁRIO DE CAMPO GRANDE

Nome:

Endereço:

1967
Ano

Agência:-

DATA	CÓDIGO DA CONTA	HISTÓRICO	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
1-Jun	CH. 887910-		34,70		2445,69
	CH. 887902-		47,50		2421,69
	CH. 887915-		24,00		2373,99
	CH. 889262		47,70		
	CH. 889263		48,42		
2-	CH. 889261-		190,83		
	CH. 887920-		84,00		
	CH. 887919-		120,05		
	CH. 887918-		28,86		1930,69
	CH. 887913-		22,00		1901,83
5-	CH. 887901-		16,80		1879,83
6-	CH. 887917-		122,50		1863,03
12-	CH. 889265-		165,00		1740,53
14-	CH. 889268-		60,00		1575,53
	CH. 889267-		363,00		1515,53
15-	CH. 895393-		30,00		1152,53
	CH. 889270-		105,00		
	CH. 895392-		7,00		1017,53
16-	CH. 889264-		34,00		1010,53
	CH. 889266-		271,30		976,53
	CH. 889269-		174,30		705,23
19-	CH. 895391-		33,70		
	DP. 108468-	LUDIO MARTINS COELHO-		690,00	497,23
6-Jul	DP. 108467-	ITALICIO COELHO-		690,00	1187,23
	DP. 418612-	DOMINGOS GOMES CHAVES-		610,13	1877,23
13-y	DP. 418796-	FELISBINO XIMENES-		1.518,00	2487,36
17-	DP. 418494-	ANANIAS F. LENTE-		258,75	4005,36
18-	DP. 418093-	LEONSO BARBOSA-		621,00	4264,11
	DP. 544405-			31,39	4885,11
19-	Ext. DO DEP. 544405-		31,39		4916,50
	DP. 171039-	VALDOMIRO NOGUEIRA		510,30	4885,11
21-	DP. 171038-	GONÇALINO SILVA-		178,53	
	DP. 171037-	LEONCIO DE SOUZA BRITO-		730,71	

BANCO AGRO PECUÁRIO DE CAMPO GRANDE

Comunicamos que o saldo de Cr\$

acha-se exato.

a favor até a data de

3797

EXTRATO Para Simples Conferência
OS SÊOS DEVIDOS FORAM APLICADOS
NOS DOCUMENTOS EM PODER DO BANCO

IMPORTANTE
O silêncio de V(v) S(s) durante o período de 15 (quinze) dias a contar da data do recebimento do presente extrato, confirma a exatidão dos lançamentos e dos respectivos saldos.

Para encomenda mencione
Esp. 5754 ia Ruf

Pág.

Conta N.º

BANCO AGRO PECUÁRIO DE CAMPO GRANDE

Nome:

Endereço:

1967

Ano

Agência:-

DATA	CÓDIGO DA CONTA	HISTÓRICO	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
21-Jul-		DP. 171036- LEONSO DE SOUZA BRITO-		2052,23	8356,88
26		DP. 545681- ARI BARBOSA DE DEUS-		490,07	8846,95
27		DP. 546452- ELOY GOMES CHAVES-		719,17	9566,12
		DP. 545822- RUBENS LEITE PINHEIRO-		1086,75	10652,87
		DP. 544497- ALTÍGIO FÉLIX GARCEZ-		517,50	11687,87
		DP. 544496- ALÍGIO FÉLIX GARCEZ-		517,50	3287,87
31		CH. 895394-	8400,00		3245,87
		CH. 895395-	42,00		3085,87
		CH. 895400-	125,00		3003,37
		CH. 693661-	35,00		2903,37
		CH. 895397-	82,50		3483,37
		CH. 895396-	100,00		3300,87
		OP. 8/6/59- WILSON FERREIRA ALVES	82,50	580,00	4720,87
		CH. 895398-	100,00		
		CH. 895399-		1420,00	
1-Agtº,		DP. 546863- DURVAL COELHO BARBOSA			
		CH. 693667-	237,94		4270,23
		CH. 693668-	177,70		3904,42
		CH. 693666-	35,00		
		CH. 693665-	365,81		
2--		CH. 693664-	90,00		
		CH. 693663-	120,50		
		CH. 693669-	25,00	1069,50	
		DP. 546949- MANOEL GOMES PRADO-			
		CH. 693667-	300,00		4738,42
		CH. 693666-	53,50		4438,42
		CH. 693662-	40,78		4384,92
3--		CH. 693664-	23,40		4344,14
		CH. 693670-	50,00		
		DP. 547179- POMPILIO R. MIRANDA-		481,27	4270,74
		CH. 693679-	182,93		4752,01
		DP. 547362- CALIXTO DE S. MARTINS-		745,71	4569,08
		CH. 693678-	23,00		5314,79

BANCO AGRO PECUÁRIO DE CAMPO GRANDE

Comunicamos que o saldo de Crºs

favor até a data de

acha-se exato.

(ass.)

de 19

EXTRATO Para Simples Conferência
OS SÉLOS DEVIDOS FORAM APLICADOS
NOS DOCUMENTOS EM PODER DO BANCO

5000
040662

IMPORTANTE

O silêncio de V(v) S(s) durante o período de 15 (quinze) dias a contar da data do recebimento do presente extrato, confirma a exatidão dos lançamentos e dos respectivos saldos.

Para encomenda mencione
Eq. 5754 1ª Ruf



1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25

Pág.

Conta N.º

BANCO AGRO PECUÁRIO DE CAMPO GRANDE

Nome:

Endereço:

1967

Ano

Agência:-

DATA	CÓDIGO DA CONTA	HISTÓRICO	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
11-Agtº.		IMP. CUE ÓRA TRASNF. DE HÉLIO BUKER-		4222,17	7902,57
14-"		CH. 693690-	265,63		12124,74
		CH. 697115-	1273,42		
		CH. 697114-	910,81		
		CH. 697109-	52,70		
		CH. VR; OP. 27/6/242-MELCHIADES CORRÊA-		517,50	9622,18
		VR. OP. 8/6/605-ANÍSIO S. MENDES-		571,32	10139,68
		CH. 697116-	456,70		10711,00
		CH. 697100-	145,00		10254,30
		CH. 697117	34,80		
		CH. 697119-	10,00		10074,50
		CH. 697120	100,00		10064,50
		CH. 660661	20,00		
		CH. 660662	83,50		
		CH. 697096	249,82		9861,00
		CH. 660669	100,00		9611,18
		CH. 660663	379,00		9511,18
		CH. 660668-	45,00		9132,18
		CH. 697101	31,60		
		CH. 660671-	22,00		9055,58
		CH. 660666-	83,00		9035,58
		CH. 660665-	11,40		8950,58
		CH. 697094-	1760,71-		
		CH. 660667-	4,00		7178,47
		CH. 660675-	20,00		7174,47
		CH. 660678	130,00		7154,47
		CH. 660673-	55,72		7024,47

Ao BANCO AGRO PECUÁRIO DE CAMPO GRANDE

Comunicamos que o saldo de Cr\$

favor até a data de

achase exato.

de 19

(ass.)

EXTRATO Para Simples Conferência
OS SÉLOS DEVIDOS FORAM APLICADOS
NOS DOCUMENTOS EM PODER DO BANCO

IMPORTANTE

O silêncio de V(v) S(s) durante o período de 15 (quinze) dias a contar da data do recebimento do presente extrato, confirma a exatidão dos lançamentos e dos respectivos saldos.

Para encomenda mencione
Eq. 5754 Ia Ruf



5000
040662

Conta N.º

BANCO AGRO PECUÁRIO DE CAMPO GRANDE

Nome:

Endereço:

Agência:-

Ano

DATA	CÓDIGO DA CONTA	HISTÓRICO	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
22/Agtº.		Ch 560664	211,15		
		Ch 597091	7,40		
		Ch 597102	16,15		
		Ch 560679	42,50		6734,04
		Ch 560670a	52,00		6672,54
		Ch 560674	78,57		
		Ch 560684	165,58		6560,87
		Ch 560683	673,76		6395,19
		Ch 560672	48,96		5721,45
		Ch 560675	48,81		
		Ch 560677	131,16		5471,50
		Ch 560687	100,00		5371,50
		Ch 560681	99,00		5272,50
		Ch 560685	100,00		5172,50
		Ch 593047	139,80		
		Ch 560693	19,00		5013,70
		Ext. de Ch. 593047	67,05	139,80	5153,50
		Ch 560689	108,00		5086,45
		Ch 560699	500,00		4978,45
		Ch 560700	3,50		4478,45
		Ch 560682	6,00		
		Ch 560696	27,00		
		Ch 560688	157,00		
		Ch 560692	1000,00		
		Ch 560698	14,80		2550,05
		Ch 560698	720,00		
		Ch 560694	125,00		
		Ch 560708	100,00		
		Ch 560703	82,50		
		Ch 560705	82,50		
		Ch 560704	100,00		
		Ch 560707	198,77		2060,05
		Ch 593586			

Comunicamos que o saldo de Cr\$

avaliar até a data de

de

(ass.)

EXTRATO Para Simples Conferência
OS SÉLOS DEVIDOS FORAM APLICADOS
NOS DOCUMENTOS EM PODER DO BANCO

IMPORTANTE
O silêncio de V(s) durante o período de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento do presente extrato, confirma a exatidão dos lançamentos e dos respectivos saldos.

Para encomenda mencione
Eq. 5754 1a Ruf

5000
040662

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25

Conta N.º

BANCO AGRO PECUÁRIO DE CAMPO GRANDE

Nome:

Endereço:

1967
Ano

Agência:-

CÓDIGO DA CONTA	HISTÓRICO	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
24	CH: 660709-	9,00		1861,28
23	CH: 660706-	35,00		1817,28
22	CH: 660690-	173,10		
21	CH: 660691-	12,01		
20	CH: 660695-	64,00		1545,76
19	CH: 660702-	24,41		
18	CH: 660686-	7,20		
17	CH: 660701	73,11		1465,45
16	CH: 660801	50,00		
15	CH: 660710	200,00		1215,45
14	CH: 660803	46,40		1169,05
13	CH: 660811	61,00		1108,05
12	CH: 660806	252,06		
11	CH: 660807	100,00		
10	CH: 660816	56,08		
9	CH: 660810	15,00		
8	CH: 660808	519,74		
7	CH: 660809	37,95		
6	CH: 660802	25,20		
5	CH: DP: 543658, O MESMO-	35,57	200,00	2,02
4	CH: 660804-	159,00		202,02
3	CH: 660813-			
2	DP: 352184-HILDEBRANDO CAMPESTRINI-			
1	CH: 660805	8,40	1,00	7,45
	DP: 308627-EDMILSON A. MARCOS-		29,00	8,45
	CH: 660812	29,00		0,05
	OP: 8/6/725-HONORIVALDO ALVES-		905,00	29,05
	OP: 2/6/730-OSWALDO ANDERSON-		591,84	905,05
	CH: 660821-	905,00		1496,89
	CH: 660822	591,84		905,05
				0,05

BANCO AGRO PECUÁRIO DE CAMPO GRANDE

Comunicamos que o saldo de Cr\$

acha-se exato.

380/

EXTRATO Para Simples Conferência
OS SÊLOS DEVIDOS FORAM APLICADOS
NOS DOCUMENTOS EM PODER DO BANCO

IMPORTANTE
O silêncio de V(v) S(s) durante o período de 15 (quinze)
dias a contar da data do recebimento do presente extrato,
confirma a exatidão dos lançamentos e dos respectivos saldos.

Para encomenda mencione
Eq. 5754 1a Ruf

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25
a b c d e f g h i j k l m n o p q r s t u v w x y z

Conta N.º

BANCO AGRO PECUÁRIO DE CAMPO GRANDE

Pág.

Nome:

Endereço:

1967

Ano

Agência:-

DATA	CÓDIGO DA CONTA	HISTÓRICO	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
4-Agt.		CH. 693680-	115,35		5291,79
		CH. 693675-	112,35		
		CH. 693673-	23,30		
		CH. 693681-	661,20		
		CH. 693684-	4,90		
		CH. 693683-	336,20		
		DP. 547484-	8,00	1009,00	
		CH. 693685-	18,20		
		CH. 693671-	6,70		
7-		CH. 693688-	7,20		
		CH. 693687-	220,00		
		CH. 697097-		1930,00	
		OP. 8/6/578-		517,50	
		OP. 8/6/576-			
8-		CH. 697107-	150,00		
		CH. 693689-	507,40		
		CH. 695105-	100,00		
9-		CH. 697111-	140,00		
		CH. 697112-	200,00		
		CH. 697092-	381,03		
		OP. 17/6/590-		790,05	
		OP. 8/6/589-		690,00	
		OP. 8/6/591-		517,50	
		OP. 8/6/592-		779,87	
		CH. 697104-	25,00		
		CH. 697106-	10,00		
10-		CH. 697108-	150,00		
		CH. 697099-	43,20		
		CH. 697103-	100,00		
		CH. 697093-	22,46-		
		CH. 697095-	15,85-		
		CH. 697098-	253,80		
11-		CH. 697110-	11,00-		
				8533,88	
				8508,88	
				8305,68	
				8205,68	

Ao BANCO AGRO PECUÁRIO DE CAMPO GRANDE

Comunicamos que o saldo de Cr\$

favor até a data de

acha-se exato.

de

da 19

(ass.)

EXTRATO Para Simples Conferência
OS SÉLOS DEVIDOS FORAM APLICADOS
NOS DOCUMENTOS EM PODER DO BANCO

IMPORTANTE

O silêncio de V(v) S(a) durante o período de 15 (quinze) dias a contar da data do recebimento do presente extrato, confirma a exatidão dos lançamentos e dos respectivos saldos.

Para encomenda mencione
Eq. 5754 1a Ruf



5000
040662



Ministério do Interior.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Serviço de Proteção aos Índios

5ª INSPETORIA REGIONAL

3 803
[Assinatura]
[Assinatura]
Campo Grande -MT.

Of. nº 235.

Em 20/11"67.

Do Sr. José Monteiro da Silva.

Ao Sr. Jader Figueiredo Correa.

Assunto processo sobre gado do P.I. Taunay e Ipegue.

Atendendo à solicitação verbal de V.Sa.,
passo às vossas mãos, o processo I.R./5 -544/67-524/67,
-525/67, motivado pelos memorandos de número 30/67; ///
228/67;33/67 e 4/67, com 48 folhas devidamente numeradas
e rubricadas.

Cordiais saudações.

[Assinatura]
José Monteiro da Silva.

Veterinário 20-A.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Proc.-I.R.5:-544/67- 524/67 - 525/67

3804

1.
filme.
DJA

Ao Agente Alberto Martins Ferreira, para tomar
as providências apontadas pelo Veterinario Dr. José Monteiro
da Silva, constantes deste Processo.

Em 3/10/67

Helio Jorge Bucker
Helio Jorge Bucker
Chefe da I.R.5

Teste Indígena de Taumoy, 25 de Outubro de 1967.

*Sr. Helio Jorge Bucker, Chefe da 5ª
Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios
Campo Grande. MS.*

*Junto o Processo de nº 544/67-524/67-
525/67, as declarações do ex. Enc.º Sr. Osvaldo
F. Duarte. Quanto as ocorrências sobre o
desaparecimento das reses d'este Teste Indígena de
Taumoy, procurei junto aos índios toda a mor-
nição de rã se conseguia descobrir qualquer
pista mais não foi possível.*

*Formei entendimentos com os vizinhos
sobre o assunto, nova informação com certeza,
mais acham que seja os mesmos índios que
venderam as reses do Teste Indígena "Specu".*

*Sobre o Relatório de Licença do mês de agosto, o
ex. Enc.º Sr. Osvaldo F. Duarte, informou que,
a falta de uma cisa no Relatório de Licença, foi oba-
tida no dia do índio 19 de Abril, foi feito o Termo
de reporto e foi enviado à não deu bote no Relatório
de Licença.*

*O motivo de não jogar o número das
reses no Relatório de Licença, informou o Sr.
Osvaldo F. Duarte, foi de não ter lançado*

continua no verso

os 2 Gausos reprodutores do gado no ffo-
letim.

Respeitosas Saudações.
Atte. *Antônio Pinheiro*
Agosto 6-27.

Atte. *Montes*. Para a
vista dos documentos
anexo, das fianças
proporção medidas a
des tomadas.

T. Pinheiro
6/11/67

Anexo parecer que
vem em seguida,
em folha de
grafado *Pinheiro*.

T. Pinheiro
14/11/67.

Pinheiro



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

Ao Sr. Chefe da IR/5.

Tendo em vista o despacho dado por V.Sa., no dia 14/11/67, no processo IR/5 -544/67 -524/67 -525/67, e tendo em vista ainda, o parecer dado pelo Sr. Alberto Martins Ferreira, atual encarregado dos Pis. Taunay e Ipegue, proponho o seguinte:

- 1 - seja anexado ao presente processo, os memorandos de / número 30/67, 33/67, assinados pelo Sr. Osvaldo F. Duarte, o de número 12/67, assinado pelo Sr. Alberto Martins Ferreira, e o de número 228/67, assinado pelo Sr. Helio Jorge Bucker, chefe da IR/5.
- 2 - juntar também no presente processo, os relatórios, documentos e depoimentos apresentados à esta regional, pela comissão de sindicância, instaurada de conformidade com a ordem de serviço número 23/67 da IR/5.
- 3 - juntar também no presente processo, um levantamento dos animais bovinos existentes no P.I. Ipegue, feito de / conformidade com o fichário, avisos do posto e boletins de criação, existentes na sede da IR/5.
- 4 - após aguardar, digo incluir os documentos acima referidos, o processo deverá aguardar a vinda da Comissão de Inquérito, presidida pelo Dr. Jader Figueiredo Correa.

Campo Grande, 14 de novembro de 1967.

José Monteiro da Silva.
José Monteiro da Silva.
Veterinário 20-A.

Ao Sr. Helio J. Bucker, chefe da IR/5, para
ver se está de acordo. filho.
Em 16/11/67.

Dr. A. M. M. T. M.
Br.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

32/7/67

Respondido pelo of. 228/67
no 30/67

3806 392
79
Respondido pelo
of. 228/67
de 31/7/67

ao Sr. Chefe de V. R. 5 -

até o momento não aparece as 5 Ruas
que dia 29 de Abril antes falta
usar ruas as P. V. V. segue pois já
fui o P. V. V. não tenho no
pistas

P. J. T. 15/7/67

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
L. R. 5 do S. P. I. - C. Grande
PROTOCOLO Nº. 341
em 27 de julho de 67

Orlando V. V.
G. C.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3807

4.
Filme
BIA

Ao Sr. Chefe da IR/5.

De conformidade com o despacho vosso, nos memorandos de números 4 e 7 do encarregado do P.I. Taunay, posso informar-lhe o seguinte:

1º o número de animais bovinos levantados no P.I. Taunay, pela comissão de sindicância, designada pela ordem de serviço Nº23/67 desta Regional, foram os seguintes:

a - 22 (vinte e dois) bovinos machos.

b - 15 (quinze) bovinos fêmeas.

Total de 37 (trinta e sete) animais.

Todos esses animais foram marcados na paleta esquerda, conforme fichário existente na Inspetoria e no posto .

2º na ocasião do levantamento acima referido, faltavam um total de cinco animais, para totalizar a quantidade recebida pelo Sr. Osvaldo F. Duarte, que foi de quarenta e quatro animais bovinos.

3º na época, o Sr. Osvaldo dizia que os animais estavam nos campos do P.I. Taunay, sendo porém difícil para apanhá-los mas deu certeza que posteriormente ele, Sr Osvaldo, pegaria o resto desses animais, ficando / inclusive com fichas para marcá-los.

4º ao contrário do acima exposto, o Sr. Osvaldo posteriormente enviou memorando comunicando o desaparecimento das cinco rézes citadas, sem porem nenhuma justificativa do desaparecimento das mesmas.

Portanto, sou de opinião que o Sr. Alberto M. Ferreira deve verificar os animais que realmente existem no P. I. Taunay, e recebê-los de conformidade com o fichario, e não ficar recebendo pelo que o ex- encarregado citar em memorando.

Caso faltar algum animal, o Sr. Alberto deve procurar saber para onde foram, o porgue faltam e apurar os responsáveis pelo extravio dos mesmos, pois não se justifica o desaparecimento desses animais, sem que ninguém saiba informara o paradeiro dos mesmos.

Sem mais, cordiais saudações.

Campo Grande, 2 de outubro de 1967.

Joé Monteiro da Silva
Joé Monteiro da Silva - Vetº 20-A.

P. J. & pegue

em 21/5/62



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

3808

C. P. R. - a
M. T.

5.
filme

ao Sr. Chefe da E. R. 5-

Relação das reses que foi entregue

e as que faltam

12 Bois, 3 Tauras de gado

10 vacas, 4 Bezerros de ano

2 bezerros de ano, 1 bezerro de 1 mes.

as reses que faltam

6 novilhas de 2 anos 1 bezerro de ano
Também presentes por todo rebanho de alameda
e das fazendas vizinhas. Ovelas muito



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

3809 6. filia.

Mm. n.º 4/67.
Ao Sr. Inspetor
M/M
Chefe da R. S. P. I. Campo Grande - MS.

Posto Indígena "Tannoy",
Em 20 de Setembro, de 1967.

Sr. Chefe, em cumprimento a ordem de Serviço
n.º 51/67, dessa Chefia, comunico-vos que recebi a car-
ga do Posto Indígena de "Tannoy" dos bem móveis e
semoveis, do Sr. Encarregado Carroide F. Duarte,
folheando os seguintes animais:

6 Vacaças de 3 anos.
1 Buzinho de 1 "

Respeitosas Saudações.

Respeitosamente
Assinado

24-9-67

Marcos Antonio Pereira
Enc.º do P. I.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	
I. R. 5 do S. P. I.	C. Grande
PROTOCOLO N.º	525
Em 28 de set.	de 1967



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

3810
7.
BGA
#

Mm.228/67.

Em 31/7/67.

Ao Encarregado do P.I. Taunay.

Tendo em vista, vosso memorando 30/67 de 15/7/67, comunico-vos que, esta chefia não aceita nem reconhece o desaparecimento das cinco rézes referidas naquele memorando, pois não se justifica o desaparecimento de cinco animais, sem que haja nenhuma pista e informações sobre os mesmos.

Deveis portanto, procurá-los na área reservado ao pôsto e nas fazendas visinhas.

Cordiais saudações:

Helio Jorge Bucker.
Chefe da I.R./5.

7.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Ata. 20 de
Monte para
os dois fins
Brasil

16/8/67 N.º 32/67

Resposta
of. memorando

N.º 363

Em 13/11/67
filho

Em tempo
of. memorando
N.º 363, acima referido,
deixou de seguir ao G.
encarregado em virtude
de ter sido dada nova orientação.
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
R. 5 do S. P. I - C. Grande
PROTOCOLO N.º 377
Em 11 de agosto de 1967

2 Chefe da V. P. 5-
Hebe George Bucken
o presente e responder o memorando 228/67.
a respeito das 5 Rises desaparecidas, o Indio
grão o us. vaguio de 8/peque e
vendas.

D. J. Tannay 8/8/67
S. J. Tannay
e.

Agostinho
Buck
11/8/67
8 filho

3811



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

3 812

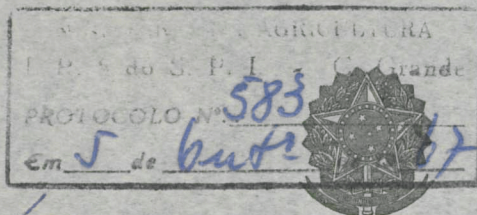
9.

W BGA

Jma

ao Sr. Chefe da S. R. 5-

O Presento e levar o passo comheito
de arvore agado ante Posto de Pequeno
as reses que já vinha faltando a
muitas dias, e que nos vinhas pro-
curando por tão recanto da encosta
da outra alaria, e nas fazendas
vizinhas; eu perguntei ao Alencar Baines
dizendo que foi o Sumario feito que vinha;
o grande trabalho que eu estava a fazer, e
falei esta pranto para dar o esclarecimento
Sobre o mesmo P. S. e Pequeno 30/8/67 O Sr. Baines



Mm-nº 12/67
Ao Sr. Inspetor
Chefe do R. S. S. P. L.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

3813 BJA 10. Jilva.
Dosto Indígena "Tauruay",
Em 3 de Setembro de 1967.
Campo Grande - MS.

Sr. Chefe, conforme ofício nº 192/67, dessa Inspetoria recebi o Dosto Ind. "Spequie", do Sr. Corroldo F. Duarte, com as seguintes cultivações:

Os semovintes e Equinos, pelos fichos, faltando 5 Vacaos mormicos e 1 Vobilha, conforme o Sr. Corroldo, já tinha comunicado a esse Chefe.

Os mórises e ferromentos, recebi sem a relação de carga do I. S., por ter o ex. Hyonô Enock, em comissão levado a esse Chefe.

Respeitosas saudações.

Atenciosamente,
Encº do I. S.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3814
14.
J. L. L.

Levantamento dos animais bovinos existentes no P.I. Ipegue, feito de conformidade com o aviso do posto, boletim mensal e fichário existente na IR/5.

Os animais recebidos pelo Sr. Osvaldo Fioravante Duarte, no dia dois de outubro do ano de 1964, entregue pelo // índio Jair de Oliveira, conforme relação constante na IR, e assinada pelos dois senhores acima referidos, foram os seguintes:

- a - vacas.....17.
- b - boiã 4.
- c - bezerros..... 4.
- d - bezerras..... 4.
- e - touros 2.
- Total..31.

Em janeiro de 1965, existia no P.I.Ipegue um total de // trinta e três animais bovinos, conforme aviso do posto, datado do dia 26/1/65, e assinado pelo Sr. Osvaldo F. / Duarte, e existente nos arquivos da IR.

Em janeiro do ano de 1966, existia no P.I.Ipegue, um total de trinta e três animais bovinos, conforme aviso do posto, datado de 29/1/66, e assinado pelo Sr. Osvaldo F. Duarte.

Em janeiro de 1967, existia no P.I.Ipegue, um total de / 44(quarenta e quatro) animais bovinos, conforme aviso do posto e boletim de criação referente ao mês, enviado pelo Sr. Osvaldo F. Duarte.

Em maio de 1967, existia no P.I. Ipegue, um total de /// quarenta e três animais bovinos, conforme aviso do posto e boletim de criação enviado pelo Sr. Osvaldo F. Duarte.

cont.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3815

12.

12.
12.
12.

Sómente em julho de 1967 fez-se o levantamento mais rigo-
roso dos animais bovinos existentes no P.I. Ipegue, em -
contrando-se os seguintes; conforme fichário exis tente
no pôsto e na Inspetoria.

- 1 - uma vaca com mais ou menos oito anos de idade, que /
foi carimbada com o número 1 na paleta esquerda.
- 2 - uma vaca com mais ou menos 7 anos de idade, que foi
carimbada com o número 2 na paleta esquerda.
- 3 - uma vaca com mais ou menos 7 anos de idade, carimbada
com o número 3 na paleta esquerda.
- 4 - uma vaca com mais ou menos 7 anos de idade, que foi
carimbada com o número 4 na paleta esquerda.
- 5 - uma vaca com mais ou menos 7 anos de idade, que foi
carimbada com o número 5 na paleta esquerda.
- 6 - uma vaca com mais ou menos 7 anos de idade, que foi
carimbada com o número 7 na paleta esquerda.
- 7 - uam vaca com mais ou menos 7 anos de idade, que foi
carimbada com o número 8 na paleta esquerda.
- 8 - uma vaca com mais ou menos 7 anos de idade, que foi
carimbada com o número 10 na paleta esquerda.
- 9 - uma vaca com mais ou menos 4 anos de idade, que foi
carimbada com o número 9 na paleta esquerda.
- 10-uma vaca com mais ou menos 4 anos de idade, que foi
catimbada com o número 11 (onze) na paleta esquerda.
- 11-uma vaca com mais ou menos 4 anos anos de idade, que
foi carimbada com o Nº 6 na paleta esquerda.
- 12- uma vaca com mais ou menos 4 anos de idade, que foi
carimbada com o número 12 na paleta esquerda.
- 13-uma vaca com mais ou menos 4 anos de idade, que foi /
carimbada com o número 13 na paleta esquerda.

cont.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3816
13.
Filho

14-uma novilha com mais ou menos 3 anos de idade, que foi carimbada com o número 14 na paleta esquerda.

15-uma novilha com mais ou menos 3 anos de idade, que foi carimbada com o número 15 na paleta esquerda.

16-uma novilha com mais ou menos 3 anos de idade, que foi carimbada com o número 16 na paleta esquerda.

17-uma vaca com mais ou menos, digo uma novilha com mais ou menos 1 ano de idade, que foi carimbada com o número 2 na paleta esquerda.

18- uma novilha com mais ou menos 3 anos de idade, que foi carimbada com o número 18 na paleta esquerda.

19-uma novilha de mais ou menos 1 ano de idade, que foi carimbada com o número 3 na paleta esquerda.

20-uma novilha com mais ou menos um ano de idade, que foi carimbada com o número 4 na paleta esquerda.

21-uma novilha com mais ou menos 1 ano de idade, que foi carimbada com o número 5 na paleta esquerda.

22-uma boi com mais ou menos 9 anos de idade, que foi carimbado com o número 20 na paleta esquerda.

23-um boi com mais nove anos de idade, que foi carimbada, com o número 24 na paleta esquerda.

24-um boi com mais ou menos oito anos de idade, que foi carimbado com o número 22 na paleta esq.

25-um boi com mais oito anos de idade, que foi carimbado com o número 25 na paleta esq.

26-um boi com mais ou menos 4 anos de idade, que foi carimbado com o número 21 na paleta.

27-um boi com mais ou menos 4 anos de idade, que foi carimbado com o número 23 na paleta esquerda.

28-um boi com mais 3 anos de idade, que foi carimbado com o número 17 na paleta esquerda.

29-um boi com mais ou menos 2 anos de idade, que foi carimbado com o número 19 na paleta esq.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3817
14. Silva

29-um boi com mais ou menos dois anos de idade, que foi carimbado com o número 19 na paleta esquerda.
30-um bezerro de mais ou menos 1 ano de idade, que foi / carimbado com o número 6 na paleta esquerda.
31-uma bezerro com mais ou menos 1 ano de idade, que foi carimbado com o número 1 na paleta esquerda.

T O T A L.....31 animais bovinos.

Ficaram faltando portanto doze animais, de conformidade com o ultimo boletim mensal do mes de maio, enviado pelo Sr. Osvaldo F. Duarte.

O Sr. Osvaldo afirmava que esses animais se encontravam na área do posto, de modo que deixei as doze fichas afim de que o mesmo preenchesse-as de modo semelhante às que haviam sido preenchidas.

Porem após alguns tempos, o Sr. Osvaldo manda memorando dizendo que os animais haviam desaparecido e que não havia nenhuma pista para esclarecer o caso.

Este levantamento tem por fim esclarecer que houve desvio de animais tanto do P.I.Taunay com do P.I.Ipegue.

Campo Grande, 16 de novembro de 1967.

Jose Monteiro da Silva

Jose Monteiro da Silva.

Veterinário 20-A.

3818
15.
Filme

RELATÓRIO.

A comissão de sindicância, designada pela ordem de serviço número 23/67, do Sr. Helio Jorge Bucker, chefe da 5ª Inspetoria / Regional do Serviço de Proteção aos Índios, tendo ultimado a colheita de provas, com a audiência de dezesseis, digo dezesseis testemunhas, e a juntada aos autos dos documentos, vem para o fim previsto, apresentar relatório.

Os documentos anexados aos autos deste processo, foram os seguintes:

- 1 - ofício do senhor Luiz Cunha, ex encarregado do posto indígena de Taunay, datado do dia 27 de agosto de 1962,.
- 2 - Carta do índio Joaquim Dias Pio, presidente do conselho de índios da aldeia de bananal, datada de 23 de janeiro de 1964.
- 3 - declaração prestada ao agente de índios, Enoch Alvarenga / Soares, pelo índio Antônio Silva, capitão da aldeia do Ipegue.
- 4 - cópia da relação de materiais e semoventes, pertencentes ao P.I. Taunay, entregue ao índio Jair de Oliveira, pelo agente E/ Enoch Alvarenga Soares, 28 de outubro de 1964.
- 5 - cópia da relação de todos os semoventes do P.I. Taunay, feita pelo índio Jair de Oliveira, então já encarregado do P.I. // Taunay, em 30 de novembro de 1964.
- 6 - segunda via do telegrama de 16 de março de 1966, enviado pelo Sr. Walter Samari Prado, quando chefe da 5ª I.R. do S.P.I., ao índio Jair de Oliveira, encarregado do posto de Taunay, solicitando o envio de aviso mensal do posto .
- 7 - segunda via do telegrama de 12 de julho de 1966, enviado pelo Sr. João Moreira, quando responsável pelo expediente da IR/5., ao índio Jair de Oliveira, encarregado do P.I. Taunay, solicitando o envio de aviso mensal do P.I. Taunay, em atraso.
- 8 - comunicação do índio Jair de Oliveira, encarregado do P.I. Taunay, ao Sr. Walter S. Prado, chefe da IR/5, da troca de quinze vacas velhas pertencentes ao P.I. Taunay, por quinze novilhas novas.
- 9 - declaração assinada pelo índio Jair de Oliveira e o Sr. Sebastião dos Santos, da troca de quinze vacas velhas pertencentes

- 3819
16. Silva
- ao P.I.Taunay, por quinze novilhas de propriedade do Sr. Sebastião dos Santos, na época capataz da fazenda de nome Central.
- 10- memorando número 19, de 19 de julho de 1966, enviado pelo encarregado Jair de Oliveira, ao Sr. João Moreira, chefe da IR/5 comunicando a ocorrência de doenças nos animais do P.I. Taunay.
- 11- segunda via de uma carta enviada ao encarregado Jair de Oliveira, pelo Sr. José Monteiro da Silva, veterinário da IR/5.
- 12- segunda via de uma carta, enviada ao encarregado Jair de Oliveira, pelo Sr. José Monteiro da Silva, veterinário da IR/5 em 21 de julho de 1966.
- 13- segunda via de um relatório, digo segunda via do arrolamento de bens moveis e semoventes, pertencentes ao P.I. Taunay, que foram entregues ao Sr. Osvaldo Fioravanti Duarte, pelo índio Jair de Oliveira, ex encarregado do P.I.Taunay, com a presença do Sr. Enoch Alvarenga Soares, agente de índios, em 17 de março de 1967.
- 14- segunda via de memorando número 35, do Sr. Helio Jorge /// Buckner, chefe da IR./5, ao Sr. Osvaldo Fioravanti Duarte, encarregado do P.I.Taunay.
- 15- segunda via de memorando número 34/67 do Sr. Helio Jorge / Buckner, ao Sr. Aluisio Bueno, fazendeiro, residente na vila de Taunay, próximo ao P.I. Taunay.
- 16- o processo M.A.101-1257/67, contendo nove folhas.
- 17- cópia das leis organizadas pelo conselho de índios do P.I. Taunay.
- 18- cópia da convocação para depôr perante a comissão de sindicância, o Sr. Sebastião dos Santos.

HISTÓRICO.

O índio Jair de Oliveira, recebeu a carga do P.I.Taunay, em 28/ de outubro de 1964, sendo o Sr. Enoch Alvarenga Soares, o servidor que efetuou a transferência de carga.

Os animais bovinos pertencentes ao P.I.Taunay, na época em que o índio Jair de Oliveira recebeu a encarregadoria do posto Taunay, foram os seguintes:

- 1 - seis bois de carro.
- 2 - quatro touros reprodutores.
- 3 - trinta e oito vacas.

cont.

3820
17.
J. Silva

4 - quinze bezerros, entre machos e fêmeas.

Portanto, o Pôsto indígena de Taunay, possuía naquela época, um total de sessenta e três animais bovinos, conforme cópia do arrolamento de passagem de carga, e as declarações dos índios Tiburcio Francisco, e Jair de Oliveira, página 23, 24, 25, 26, 19, 13, 14 e 15 e 27 deste processo.

Em trinta de novembro de 1964, um levantamento efetuado pelo próprio Jair de Oliveira, cita como pertencentes ao P.I. Taunay, um total de sessenta e cinco animais bovinos, conforme cópia da relação, nas páginas 28, 29, 30 e 31 deste processo respectivamente.

Outro levantamento efetuado em março de 1965, cita um total de sessenta e sete animais bovinos existentes no P.I. Taunay, como abaixo se descreve:

- 1 - quatro bois mansos.
- 2 - trinta e cinco vacas em reprodução.
- 3 - quatro touros reprodutores.
- 4 - dez bezerros, entre machos e fêmeas, digo vinte e quatro bezerros, entre machos e fêmeas.

Este levantamento foi feito pelo então veterinário da IR/5, Sr. José Monteiro da Silva.

Nessa época, não foi possível computar a produção do ano de 1965, porque era ainda começo de ano, e portanto começo da produção, sendo computado apenas os animais nascidos no ano de 1964.

Em agosto do ano de 1965, diante da insistência dos índios deste posto indígena, transferimos (a IR/5) vinte bois do P.I. / São João, ao P.I. Taunay, para serem amansados e servirem à coletividade indígena deste posto.

No ano de 1966 não foi feito nenhum levantamento dos animais do Pôsto Indígena de Taunay, em virtude das constantes mudanças de chefia por que passou a IR/5.

Assim é que ficou sem ser contado a produção dos animais bovinos do posto indígena de Taunay, referente ao ano de 1965.

Por outro lado, o encarregado Jair de Oliveira, não enviou nenhum aviso mensal, boletim de criação ou termo de morte relativo aos animais desse posto indígena, desde de maio de 1965, veja página 32, 33, 37 e 38 deste processo.

cot.

3821
JAG 18.
Filipe

Em março de 1966, conforme comunicação feita pelo encarregado do PI. Taunay, Jair de Oliveira, foi efetuado troca de quinze vacas velhas pertencentes ao P.I. Taunay, por quinze novilhas de dois anos e meio a três anos de idade, veja página 34 deste processo.

Em cito de março de 1966, o encarregado do PI. Taunay, enviou / ao Sr. chefe da IR/5., uma declaração assinada pelo Sr. Sebastião dos Santos e o próprio Jair de Oliveira, em cita a troca de quinze vacas velhas pertencentes ao P.I. Taunay, por dezesse- te novilhas de dois anos e meio, veja pagina 35 deste processo. Em julho de 1966, Jair de Oliveira, encarregado do P.I. Taunay, enviou memorando, o de número dezoito, à chefia da IR./5, comu- nicando a ocorrência de doença nos bovinos pertencentes ao pôs- to de Taunay, supondo tratar-se de febre aftosa, veja página 36 / deste processo.

Em consequência, o Sr. José Monteiro da Silva, veterinário da IR/5, viajou para o referido posto, afim de verificar a ocorrên- cia, e fez relatório ao Sr. João Moreira, responsável pelo expe- diente da IR/5, veja páginas 39 e 40 deste processo.

Em março de 1967, o Sr. Enoch Alvarenga Soares, de acôrdo com/ a ordem de serviço 15/67, do senhor chefe da IR/5., foi autoriza- do a transferir a carga pertencente ao PI, Taunay, ao Sr. Osval- do Fioravanti Duarte, época em novamente foi constatada a baixa do gado bovino desse posto, pois que o índio Jair de Oliveira / recebeu em 28 de outubro de 1964, sessenta e três animais bovi- nos, e após dois anos e cinco meses, encontrou-se apenas qua- rente e quatro animais, veja paginas 23, 24, 25, 26, 27, 41, 42, 43 e 44(44) deste processo.

O Sr. Enoch Alvarenga Soares fez relatório ao Sr. Helio Jorge Buckner, chefe da IR/5, contendo várias acusações, que deram mo- tivo ao presente, digo à presente sindicância.

A comissão de sindicância, fez novo levantamento e marcação de todos os animais bovino pertencentes ao PI. Taunay, encontrando os seguintes:

1 - uma fêmea com dez anos de idade, com o número 28 na paleta direita.

cont.

3822

[Handwritten signature]

19.
[Handwritten signature]

- 2 - uma fêmea com oito anos de idade, com o número quatro na / paleta direita .
- 3 - três fêmeas com sete anos de idade, com os números um, dois, e três na paleta direita.
- 4 - quatro fêmeas com cinco de idade , com os números cinco, seis, sete e oito na paleta direita.
- 5 - três fêmeas com três anos de idade, com os números nove, dez e onze na paleta direita.
- 6 - uma fêmea com dois anos de idade, com o número doze na paleta direita.
- 7 - um macho com oito anos de idade, com o número vinte e seis na paleta direita.
- 8 - quatro machos com seis anos de idade, com os números quinze, dezenove, vinte e trinta na paleta direita.
- 9 - dois machos com cinco anos de idade, com o número quatorze na paleta direita.
- 10- cinco machos com quatro anos de idade, com os números treze, dezesete, vinte e um e vinte e quatro na paleta direita.
- 11- cinco machos com três anos de idade, com os números vinte e dois, vinte e três, vinte e sete e vinte e nove na paleta direita.
- 12- sete bezerros, entre machos e fêmeas, da produção de 1966, marcados com os números um, dois, três, quatro, cinco, seis e / sete na paleta direita.

Foi abatido um tourinho de dois anos, para alimentação da equipe do SUSAN., que se encontravam na região.

No dia da marcação dos animais, foi acidentada uma vaca, de modo que fomos obrigados a abatê-la.

Computando os animais produzidos no ano de 1966, e os que ~~foram~~ foram abatidos, temos um total de trinta e nove animais, faltando portanto, cinco animais, para completar o número recebido pelo Sr. Osvaldo P. Duarte, sendo que este senhor, ficou de pegar e marcar os animais restantes, bem como de fazer as fichas dos mesmos, conforme foi feito com os animais marcados por nós.

CITACÃO. DOS INDICIADOS.

Os depoimentos e documentos constantes do presente processo, indicam como indiciados, os indios :

- 1 - JAIR DE OLIVEIRA, ex encarregado do PI. Taunay, contra quem foi articulado o seguinte:
cont.

3823

20.

[Handwritten signatures and initials]

a - abateu uma vaca marca SPI., sem autorização da chefia, vaca essa pertencente ao PI. Taunay, veja depoimento dos senhores /// Otávio Nunes, Cantídio Lili, Florindo Miguel, Otávio de Oliveira e Jair de Oliveira, páginas 4,5,8,10,13,14 e 15 deste processo/ respectivamente.

b - vendeu, sem autorização da chefia, uma vaca pertencente ao PI. Taunay, ao Sr. Floriano Campos Garcia, conforme depoimento dos senhores Otávio Nunes, Florindo Miguel, Floriano Campos // Garcia, Jary Brum Acosta e Jair de Oliveira, páginas 4,8,3,13/6 14 e 15 deste processo, respectivamente.

c - vendeu, juntamente com o índio Florindo Miguel, sem autorização da chefia, cinco vacas pertencentes ao PI. Taunay, marca, digo com a marca SPI., ao Sr. João Santana Bueno, conforme depoimento de, João Santana Bueno, Aluisio Bueno e o próprio Florindo Miguel, que reconhece a falta das cinco vacas pertencentes ao P.I. Taunay, páginas 18,17 e 8 deste processo, respectivamente.

d - vendeu, sem autorização da chefia, uma novilha pertencente ao PI. Taunay, ao Sr. Celso dos Santos, conforme depoimento dos senhores Celso dos Santos e Jair de Oliveira, páginas 16,13, / 14 e 15 deste processo, respectivamente.

e - abateu, sem autorização da chefia, varios animais bovinos, como sendo para efetuar serviços de retoque de cerca de divisa, conforme depoimento de Jair de Oliveira, Tiburcio Francisco, e a informação do Sr. Walter S. Prado, ex chefe da ER/5, páginas 13,14,15,19 e 55 deste processo, respectivamente.

2 - FLORINDO MIGUEL, ex capataz do PI. Taunay, na época em que encarregado do PI. Taunay, o índio Jair de Oliveira, contra quem foi articulado o seguinte:

a - vendeu, juntamente com o encarregado Jair de Oliveira, sem autorização da chefia, cinco vacas pertencentes ao PI. Taunay, ao Sr. João Santana Bueno, conforme depoimento de, digo cinco // vacas ao Sr. João Santana Bueno, conforme depoimento de, João Santana Bueno, Aluisio Bueno e do próprio Florindo Miguel, que reconhece a falta das cinco vacas no gado do PI. Taunay, páginas 18,17 e 8 respectivamente deste processo.

b - abateu, sem autorização da chefia, juntamente com o encarregado Jair de Oliveira, uma vaca pertencente ao PI. Taunay, na / casa do índio Cantídio Lili, conforme depoimento de, Otávio Nunes, Cantídio Lili, Florindo Miguel, Otávio de Oliveira e Jair cont.

3824

21.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

veja páginas 4,5,8,10,13,14 e 15 dēste processo, respectivamen-
te.

Em relação à venda de uma espångarda, pertencente ao indio Mar-
celino da Silva, pelo indio Jair de Oliveira, quando o mesmo é
respondia pelo expediente do P.I. Taunay, é fato verídico, confor-
me depoimento dos senhores Jair de Oliveira, Ramulfo Cândido,
Cantidio Lili e Marcelino da Silva, páginas 13,14,15,6,5 e 12/
dēste processo, respectivamente.

A referida espångarda encontra-se com o indio Cantidio Lili.
Em relação ao indio Alisio Mendes, o senhor João Evangelis -
ta Pinheiro(Jango), afirma não conhecer nenhum indio com o nome
acima citada, veja páginall (onze) dēste processo.

Em relação ao problema de invasão das casas comerciais da vila
de Taunay e das fazendas visinhas, pelos indios, conforme cita
o Sr. Enoch Alvarenga Soares, em seu relatório, ficou apurado/
por esta comissão, embora não constando de nenhum depoimento,
que se tratava de indios alcoolizados, e que sempre que êsses
indios se embriagam, falam cousas sem importância e desconexas,
porém quando não alcoolizados são pacíficos; não se tendo no -
ticia de nenhum insidente dessa natureza entre os indios da -
quela região os civilizados que moram nas proximidades.

As cinco vacas que foram vendidas pelo indio Florindo Miguel,
e Jair de Oliveira, ao Sr. João Santana Bueno, foram revendi -
das ao senhor Joaquim da Fonseca, fazendeiro em Agachi, veja /
páginas 17 e 18 dēste processo.

Quando o Sr. Aluisio Bueno, recebeu o memorando do Sr. Helio /
Jorge Bucker, chefe da IR./5, comunicando que as cinco vacas á
a êle digo, vendidas ao seu irmão Jãan Santana Bueno, pelo indio
Florindo Miguel, pertenciam ao P.I. Taunay, já estes animais ha-
viam sido revendidos, veja páginas 17,18,45 e 46 dēste processo.
Em relação à troca de quinze vacas velhas, pertencentes ao pôs-
to de Taunay, por novilhas de dois anos e meio a três de idade,
podemos esclarecer o seguinte:

a - na comunicação feita pelo indio Jair de Oliveira, consta á
a troca de quinze vacas velhas por quinze novilhas novas, veja
página 34 e 15 dēste processo.

3825
[Handwritten signature]

22.
[Handwritten signature]

b - o índio Florindo Miguel, ex capataz do PI. Taunay, cita em seu depoimento, veja página 30 deste processo, que recebeu, em troca das quinze vacas velhas pertencentes ao PI. Taunay, dezesseis novilhas, e que o índio Jair de Oliveira recebeu, como presente, do Sr. Sebastião dos Santos, uma novilha.

c - o índio Ramão de Souza Coelho, em seu depoimento, página 31 deste processo, que uma das novilhas recebidas em troca, morreu na viagem.

d - Não foi possível a esta comissão de sindicância ouvir o Sr. Sebastião dos Santos, porque o mesmo já não mais se encontra na fazenda Central, que é onde trabalhava na época em foi efetuado a trocas desses animais, veja convocação do referido senhor, f/ feito por esta comissão, cito a página 31 deste processo; de modo que existe dúvida quanto a veracidade do documento assinado pelo senhor Sebastião dos Santos e Jair de Oliveira, cito página 35 deste processo.

Parecer da Comissão.

Os depoimentos e documentos constantes no presente processo, nos indicam que os índios Jair de Oliveira e Florindo Miguel, quando encarregado e capataz do posto indígena de Taunay respectivamente, agiram conscientemente, sem obedecer a nenhuma orientação administrativa da chefia da IR/5, para posteriormente se valerem do apoio dos membros do conselho de índios do PI. Taunay afim de justificarem seus atos de rebeldia.

Por outro lado, os membros do conselho, só assim obtiveram o apoio do encarregado do posto, e passaram a ditar leis absurdas com o fim de beneficiá-los, veja páginas 56 e 57 deste processo. Estabeleceu-se assim um "modus vivendi" entre os índios e o encarregado do posto.

Tal fato porém, não exime culpa de ninguém, ao contrário, vem reafirmar nossa tese de que os índios Jair de Oliveira e Florindo Miguel tinham consciência daquilo que praticavam.

Com relação ao funcionamento do conselho de índios do posto indígena de Taunay, somos de opinião seguinte:

1 - os índios que compoem aquele conselho, são reservista e eleitores, na sua totalidade, e que procuram fazer dessa atividade, um meio de vida, e não auxiliar o encarregado na administração

3826

23.
Filme

do posto indigena, que deve ser a finalidade precípua dos conselhos de indios.

2 - os membros de conselhos de indios do P.I.Taunay, procu - ram defender o interesse seus e de seus familiares e parentes, ou senão das famílias pertencentes à mesma seita religiosa a que pertence os grupo.

Dêsse modo, estabeleceu-se entre os indios daquelle posto, duas correntes de fundo religioso bem distintas, que não se consi - liam, o que determina constantes desentendimentos no seio da / família indigena.

As observações 1 e 2 acima citadas, são válidas também para a função de capitão da aldeia, que está sempre se comercialisan - do.

Aliás, convem resaltar que, estes fatos se verificam sempre, a medida que o grupo indigena se aproxima de meio civilizado, o que acarreta muitas vezes choque entre o interêsse dos indios e a administração do posto.

Assim é que o Serviço de Proteção aos indios, deverá regula - mentar a existência dos conselhos de indios e capitães de al - deia, de conformidade com o grau de aculturação da tribo.

Em relação aos indios do posto indigena de Taunay, a maioria são reservistas e eleitores, como se pode verificar pelo de - poimento dos mesmos, constantes neste processo; querem se e - mancipar da tutela do Serviço de Proteção aos Indios.

O indio Jair de Oliveira por exemplo, é pastor de igreja, ex - encarregado de posto e atualmente vereador na cidade de Aquie - dauana em Mato Grosso.

O decreto número 5.484, de 27 de junho de 1928, que regula a situação jurídica dos indios nascidos no território nacional, só prescreve quatro categorias de indios, não regulamentando porém, a emancipação dos mesmos.

Somos da opinião, salvo melhor juízo, que o Serviço de Protec - ção aos Indios, deve procurar regulamentar a emancipação dos grupos de indios de aculturação mais avançada, ou se não, exe - cutar um estudo mais aprofundado do problema, no sentido de a - tualizar a situação jurídica dêsses indios; porque, o que é / evidente, é que a medida que o elemento indigena torna-se es - clarecido, passam a exigir cousas melhores, o que nem sempre o

cont.

3827

24.

filme

Serviço de Proteção aos Índios está aparelhado, ou melhor, está em disponibilidade de executá-lo.

, e que torna o Serviço de Proteção aos Índios desacreditado no meio dos próprios, principalmente // aqueles de cultura mais avançada.

Os documentos existentes nas páginas 32,33,34,35,36,45 e 46 do // presente processo, são cópias autênticas, e não original ou // segunda via, conforme foi informado na página 58 e 59 deste processo, itens 6,7,8,9,10,14 e 15 .

XXX

XXX.

Campo Grande, 7 de julho de 1967.

José Monteiro da Silva
José Monteiro da Silva, Voto 20-A.

Silvio dos Santos
Silvio dos Santos, Inspetor.

Alaôr Fioravanti Duarte, Agente 6B.

3828
BGA 25
Jung

Campo Grande, 8 de agosto de 1966.

Relatório da viagem feita de acordo com a ordem de serviço número 25/66 desta L.R.

No dia quatro de agosto, viajei para o P.I. Taunay, pela NOB., lá chegando nesse mesmo dia às 14 horas. Informe-me logo do estado sanitário do gado, ao que informou-me o encarregado que a doença já havia melhorado e que não mais havia uma sintomatologia que pudesse favorecer um diagnóstico da mesma.

Então foi que resolvi viajar para o P.I. Ipegue no dia cinco, afim de proceder ao levantamento do gado ali existente; dando tempo assim para que os vaqueiros do P.I. Taunay pudessem apanhar todo gado.

Terminado o trabalho no P.I. Ipegue, no dia ~~XXXXXX~~ cinco pela tarde regressei ao P.I. Taunay.

No dia seis cadastrei os animais que estavam presos no P.I. Taunay, enquanto que os vaqueiros continuavam a procurar o gado do posto Taunay.

No dia sete contamos o restante do gado, tendo declarado os vaqueiros, que não havia mais gado ~~XXXX~~ nas invernadas do posto.

Foram os seguintes os animais encontrados:

- a) 4 reprodutores, incluindo um que veio do P.I. São João.
- b) 14 bois que foram transferidos do P.I. São João.
- c) 4 bois mansos crioulos do P.I. Taunay.
- d) 7 vacas de cria, pertencentes ao P.I. Taunay.
- e) 16 novilhas que foram adquiridas mediante troca com o proprietário da fazenda Esperança.
- f) 6 fêmeas da produção de 1964.
- j) 3 machos da produção do ano de 1964.
- l) 4 machos da produção do ano de 1965.
- m) 2 fêmeas da produção de 1965.

TOTAL DOS ANIMAIS EXISTENTES.....60.

Entretanto levantamento feito em abril do ano de 1965, registra 67 (sessenta e sete) animais no P.I. Taunay, sendo que esses animais foram acrescidos de mais vinte machos transferidos do P.I. São João em abril do ano 1965.

3829

26

filme

Dêses vinte bois vindos do P.I.S.João sô foram encontrados quinze bois que estão sendo domados por daquele posto.

O senhor encarregado lembrou que ainda faltavam as seguintes animais:

Um bezerro de pelagem preta de dois anos de idade, dois bois dos que vieram do P.I.S.João que devem estar na invernada do posto de Taunay, dois bois que também vieram do posto S.João e que devem estar com um índio para serem domados.

Como esses animais não apareceram no posto, não foram relacionados, ficando o senhor encarregado de avisar-me o dia em que encontrar esses animais.

José Monteiro da Silva.-Vet^o do S.P.I.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3830
97.
Filme

Campo Grande, 12 de janeiro de 1967.

Ao Encarregado do P.I. Taunay - Sr. Jair de Oliveira.

Por meio dêste, venho lembrar-lhe que V.S. ainda não nos enviou nenhum boletim de criação ou termo de morte referente aos animais existentes nêsse P.I., relativo ao exercício do ano de 1966.

Comunico-lhe que é esta a quarta vêz que lhe escrevo sôbre o assunto e V.S. ainda não nos remeteu nenhum pronunciamento sobre o mesmo. Em relação aos termos de morte, è atê louvável, pois isso quer dizer que não houve morte de nenhum animal pertencente ao pôsto indígena sob sua responsabilidade, ficando mesmo a chefiannesse particular bastante reconhecida à V.S.

Assim sendo, V.S. poderá ao menos preencher um boletim de criação referente ao mês de dezembro de 1966.

As anotações deverão ser feitas do seguinte modo:

- a-quantidade de animais machos com idade superior a três anos
- b-quantidade de animais fêmeas com idade superior a três anos.
- c-quantidade de animais machos com idade inferior a três anos.
- d-quantidade de animais fêmeas com idade inferior a três anos.
- e-quantidade de animais machos nascidos durante o mês de dezembro de 66.
- f-quantidade de animais fêmeas nascidos durante o mês de dezembro de 66. Os animais anotados como nascidos em determinado mês, não poderão constar no mês seguinte na mesma parcela, mas sim na parcela de animais machos ou fêmeas com idade inferior a três anos.

Saudações: José Monteiro da Silva, Voto da I.R./5.

2283831 28/3/67

CÓPIA AUTÊNTICA:- Posto Indígena Taunay, 20/3/67. Sr. Hélio Jorge Bucker - Chefe da IR5 - Campo Grande - Mt. Comunico-vos que nesta data passei a carga do Posto Indígena Taunay, ao Sr. Osvaldo// F. Duarte, com a presença do Sr. Enoch Alvarenga Soares, pessoas/ que veio nesta sede com autorização de V.S, de acompanhar a refe- rida carga. E o que acabo de fazer. Também passo a esclarecer e justificar a V.S. com relação do gado que lancei mão, afim de fa- zer benfeitorias para este Posto, conforme ordem verbal dada pe- Sr. Walter Samari Prado, que tudo que fizesse para beneficio do / lugar, estaria bem feito, e apoiado, esta afirmação foi feita di- ante das testemunhas: PAULO MIGUEL, ANTONIO VICENTE. Eis a rela- ção do gado que foi usado para o trabalho, e as testemunhas de // que realmente foram ocupadas para o serviço. 2 vacas mortas no concerto cerca de Esperança a Poco-o - setembro de 66 - 1 novilha morta concerto limite, Poco-o a Taunay. 2 novilhas ocupadas para retoque de 2 tanques. 1 boi morto no trabalho de amansação. //// 1 Tourinho morto-concerto cerca Maria do Carmo - 1 novilha morta/ cerca que foi concertada de Bananal a Esperança. 1 novilha para / auxiliar uma índia doente. 1 tourinho entregue ao Flárido Mi- guel, e uma vaca morta por não aguentar criar. Cientifica: JAIR/ DE OLIVEIRA. Testemunhas: NELSON FRANCISCO - ELIDIO PEREIRA -LOU- RENÇO MARQUES LELE - CIRILO DA SILVA - PAULO MIGUEL. //////////

M. A. - S. P. I. - I. R. 5

Confere com o original

Em 29 de Março de 1967

Hélio Os Santos

Auxiliar

VISTO
S. P. I. 29 de 3 de 1967
CHefe da I. R. 5



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3832

29

INQUIRICAÇÃO

Aos dez dias do mês de maio de mil novecentos e sessenta e sete, na sede do Posto Indígena de Taunay, às 14,30 horas, ai presente a Comissão de Sindicância, instituída pela Ordem de Serviço nº 23/67, do Senhor Hélio Jorge Bucker, Chefe da 5a. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios, compareceu Ramão de Souza // Coêlho, casado, eleitor, reservista de primeira categoria, residente no Posto Indígena de Taunay, município de Aquidauana, Estado de Mato Grosso, afim de prestar esclarecimentos sobre os fatos relacionados // com a referida sindicância, que inquirido disse o seguinte: que trabalhava no Posto Indígena Taunay desde mil novecentos e sessenta e // cinco até janeiro de mil novecentos e sessenta e sete ainda na gestão do senhor Jair de Oliveira, que o seu serviço era de limpeza de pasto, digo, pátio e que mexia com gado quando era solicitado, pelo Encarregado do Posto; que se lembra que durante o período em que trabalhou no Posto foi convidado para fazer uma contagem, digo, foi solicitado para fazer uma contagem de gado nomês de agosto de mil novecentos e sessenta e seis, não se lembrando do número dos animais contados naquela ocasião; que naquela época era capataz do gado o Senhor / Florindo Miguel, o qual sabe que trabalhou todo o tempo da gestão do Senhor Jair de Oliveira; perguntada sobre o sistema do seu casamento, respondeu que é casado pelo Regimento Indígena (PI Taunay) e no Registro Civil no Distrito de Taunay-Município de Aquidauana; disse ainda, que ajudou a transportar 15 (quinze) vacas velhas pertencente ao PI // -Taunay para a Fazenda Central, entregues ao Senhor Sebastião de Tal, capataz da referida fazenda, que não se recorda da data em que foi // feito o dito transporte e ajudou a trazer de volta 16 (dezesseis) novilhas pertencentes ao referido Senhor Sebastião de Tal (Sebastiãozinho) como é conhecido, que as novilhas trazidas foram em troca das vacas velhas referidas, morrendo, entretanto, na viagem uma das novilhas, que fez parte do Conselho de Índios, como Vice-Presidente, de setembro a dezembro do ano de mil novecentos e sessenta e seis, gestão do atual Presidente Tiburcio Francisco, tendo deixado a Vice-Presidência do Conselho por não concordar com as atitudes do atual Presidente do Conselho que explorava os índios cobrando carceragem e licença para // bailes além da tabela que era de cr\$ 5,00 e cobrava na, isto é, sobrava na carceragem cr\$ 10,00 além da tabela estabelecida pelo Conselho; que a quantia apurada de licenças de baile era repartida entre os componentes da patrulha que davam guarda no referido baile e que o dinheiro da cobrança da carceragem era entregue diretamente ao Presidente do Conselho, de cujas importâncias não prestava contas aos membros do Conselho, que durante a época que exerceu a Vice-Presidência do Conselho compareceu a quatro sessões, nas quais não se fez nenhuma referência sobre assunto de gado do Posto Indígena de Taunay. Nada mais disse // nem lhe foi perguntado, pelo que eu, Sílvio dos Santos, Secretário da Comissão lavrei o presente termo, que vai assinado por todos.

Ramão de Souza Coêlho
Ramão de Souza Coêlho-Depoente

José Monteiro da Silva

Sílvio dos Santos

Alaor Fioravante Duarte



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3833

30.

[assinatura]

INQUIRição

Aos dez dias do mês de maio de mil novecentos e sessenta e sete às 15,50, na sede do Posto Indígena de Taunay, ai presentes a Comissão de Sindicância, instituída pela Ordem de Serviço nº 23/67, do Senhor Hélio Jorge Bucker, Chefe da 5ª. Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios, compareceu o Senhor Jary Brun, digo, Jary Brun Acosta, brasileiro, casado, eleitor, reservista de terceira categoria, residente no Distrito de Taunay, Município de Aquidauana, Estado de Mato Grosso, afim de prestar esclarecimentos sobre os fatos relacionados com a referida sindicância, que declarou o seguinte: que em seu estabelecimento comercial abateu uma vaca com marca SPI aproximadamente à dois meses atrás, que a referida vaca fora adquirida pelo seu sócio Floriano Campos Garcia, desconhecendo a pessoa com quem foi adquirida a vaca, e também o quanto custou, lembrando-se, entretanto, que o gado naquela época era na base de cr\$ 130,00 (cento e trinta cruzeiros novos) por cabeça, que geralmente está viajando e não sabendo esclarecer se na sua ausência o seu sócio adquiriu outras cabeças com a marca SPI; que a trinda dias passados / desfez a sociedade que tinha com o Senhor Floriano Campos Garcia; que o depoente declara, ainda, que tem adquirido animais bovinos procedentes da área indígena, porém, tais animais de propriedade dos índios, fazenda ciência da transação ao Senhor Encarregado do Posto. Nada mais disse nem lhe foi perguntado, pelo que eu, Sílvio dos Santos, Secretário da Comissão lavrei o presente termo, que vai assinado por todos.

[assinatura]

Jary Brun Acosta - Depoente

[assinatura]
José Monteiro da Silva

[assinatura]
Sílvio dos Santos

[assinatura]
Alaor Fioravante Duarte



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3834
10
BJS

31.
filme

INQUIRIRÃO

Aos dez dias do mês de maio do ano de mil novecentos e sessenta e sete, na sede do Posto Indígena de Taunay, às // 16,30 horas, ai presente a Comissão de Sindicância, instituída pela Ordem de Serviço nº 23/67, do Senhor Hélio Jorge Bucker, Chefe da 5ª. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios, compareceu: / Otávio Nunes, brasileiro, solteiro, natural de Rosário Oeste, neste / Estado de Mato Grosso, residente na área do Posto Indígena de Taunay, Distrito de Taunay, município de Aquidauana, mesmo Estado, afim de // prestar esclarecimentos sobre os fatos relacionados com a referida // Comissão de Sindicância, que declarou o seguinte: que no mês de fevereiro do ano passado, digo, de fevereiro do ano de mil novecentos e sessenta e sete foi solicitado como proprietário de uma carroça para, digo, pela senhorita Adair de Oliveira para fazer o transporte da carne de uma vaca da casa do Senhor Cantídio Lili para a casa do Senhor Otávio de Oliveira, que ao chegar na casa do Senhor Cantídio verificou tratar-se de uma vaca de cor amarela marca SPI pertencente ao rebanho bovino do Posto Indígena de Taunay, reconhecendo perfeitamente, pelo couro e tratar-se de um animal bastante conhecido dele o depoente, na casa do Senhor Cantídio estavam presentes os Senhores Florindo Miguel, Paulo Miguel e um irmão do Senhor Jair de Oliveira, os quais estavam esperando o depoente para ajudar o mesmo a carregar a carne na carroça; que efetuado o transporte para a casa do Senhor Otávio de Oliveira recebeu do mesmo a importância de cr\$ 5,00 pelo transporte, regressando após a sua residência; que juntamente com o Senhor Florindo Miguel fez o transporte de uma vaca marca SPI, pintada de amarelo e branco, pertencente ao Posto Indígena de Taunay para entregar ao Senhor Floriano Campos Garcia; que a referida vaca pintada de amarelo e branco foi entregue pelo Senhor Jair de Oliveira que na época era o / Encarregado do Posto Indígena de Taunay; que a dita vaca foi depositada na chacara do Senhor Leopoldo Garcia, cujo transporte recebeu a importância de cr\$ 1,00, sabendo, ainda, que a referida vaca foi entregue como pagamento de dívida contraída pelo Senhor João Evangelista Marcos; disse ainda, que quando fez o transporte da vaca acima referida a pedido da Senhorita Adair de Oliveira era já escura, digo, era dezenove horas mais ou menos; que ainda, sabe que o couro da vaca ficou na residência do Senhor Cantídio Lili. Nada mais disse nem lhe // foi perguntado, pelo que eu, Sílvia dos Santos, Secretária da Comissão lavrei o presente termo, que vai assinado por todos.-----

Otávio Nunes
Otávio Nunes

José Monteiro da Silva
José Monteiro da Silva

Sílvia dos Santos
Sílvia dos Santos

Alaor Fioravante Duarte
Alaor Fioravante Duarte



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3835
32.

INQUIRição

Aos dez dias do mês de maio de mil novecentos e sessenta e sete, na sede do Posto Indígena de Taunay, às 17,25 horas, ai // presente a Comissão de Sindicância, instituída pelo Senhor Hélio Jorge Buckner, Chefe da 5ª. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos // Índios, conforme Ordem de Serviço nº 23/67, compareceu o Senhor Cantídio Lili, brasileiro, casado, eleitor, natural do Distrito de Taunay, Município de Aquidauana, Estado de Mato Grosso, residente na área do Posto Indígena de Taunay, afim de prestar esclarecimentos sobre os fatos relacionados com a Comissão de Sindicância, disse o seguinte: que, realmente abateu em sua residência ao escurecer uma vaca com a marca / SPI, mais ou menos dois meses passados, a pedido do Senhor Gerson de / Oliveira, irmão do Senhor Jair de Oliveira, então encarregado do PI. / Taunay; que a vaca foi levada à sua residência pelo Senhor Florindo / Miguel, capataz do PI Taunay; que no abate foi ajudado pelo citado Senhor Florindo de Oliveira, digo, Florindo Miguel; que desconhece quem autorizou levar a vaca à sua residência; que o Senhor Gerson Oliveira lhe disse ter recebido a vaca em pagamento de dívidas contraídas pelo Senhor Florindo Miguel pelas professoras do PI Taunay, isto é, na ocasião Senhoritas Ester Marcos e outra que não se recorda o nome e que vendo-a reconhece; que desconhece a natureza da dívida; que a carne / da vaca foi transportada da sua residência para a residência do Senhor Otávio de Oliveira, pai do Senhor Jair de Oliveira, na carroça / de propriedade do Senhor Otávio Nunes; que lhe parece que a carne foi vendida retalhadamente; que o couro ainda em pedaço, se encontra em // sua residência; que sabe que existe arrendamento de pasto para tropas em pouso; que a renda obtida com o arrendamento de pouso é recolhida / vezes pelo Conselho e outras vezes pelo Capitão da Aldeia; que desconhece a aplicação da referida renda; que de janeiro do ano corrente para cá pertence ao Conselho de Índios, como Conselheiro; que assistiu / diversas vezes o Presidente do Conselho cobrar a importância de ncr\$ // 5,00 para a realização de bailes e que o apurado era distribuído pela patrulha de polícia indígena para manutenção da ordem; que a prisão é estabelecida pelo Conselho pela importância também de ncr\$5,00, desconhecendo se vai além disso; que todo o apurado é para pagar os serviços dos polícias indígenas e do Capitão, que se recusam a trabalhar sem remuneração, inclusive o Presidente do Conselho; que tem conhecimento que foi mandado fechar, pelo Senhor Chefe da Inspeção do SPI / a cancela existente na cerca de limite entre o Posto e a Fazenda Pocoá, mas que atualmente se encontra novamente aberta, e que não sabe quem abriu, e que está transitando gado pelo referido local; que nada sabe de muita coisa que no Posto acontece, visto que, reside afastado da administração central; que as reuniões que tem assistido do Conselho / tem tratado de assuntos familiares indígenas. Nada mais disse nem foi / perguntado, pelo que eu, Sílvio dos Santos, Secretário da Comissão lavrei o presente termo, que vai por todos assinado.-----

Cantídio Lili
Cantídio Lili

José Monteiro da Silva
José Monteiro da Silva

Sílvio dos Santos
Sílvio dos Santos

Alaor Fioravante Duarte
Alaor Fioravante Duarte



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3836
33.
filme

INQUIRÇÃO

Aos onze dias do mês de maio do ano de mil novecentos e sessenta e sete, na sede do Posto Indígena de Taunay, às 9 horas, ai presente a Comissão de Sindicância, instituída pelo Senhor Hélio Jorge Bucker, Chefe da 5ª. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios, conforme Ordem de Serviço nº 23/67, compareceu o Senhor RANULFO CÂNDIDO, casado, brasileiro, eleitor, reservista de terceira categoria, funcionário da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil - R.F.F.SA, residente na Vila Noroeste, em Aquidauana, Estado de Mato Grosso, afim de prestar esclarecimentos sobre os fatos relacionados com a referida sindicância, que inquirido disse o seguinte: que realmente adquiriu das mãos do Senhor Jair de Oliveira, então encarregado do PI Taunay, uma espingarda, digo, uma espingarda, de fabricação nacional, pela importância de cr\$ 8,00 (oito cruzeiros novos), não se recordando o calibre e nem a época em que a adquiriu, e que posteriormente presentiu a referida espingarda ao Senhor Cantídio Lili, supondo que a venda teve a deliberação do Conselho de Índios do PI Taunay. Nada mais disse nem lhe foi perguntado, pelo que eu, Sílvio dos Santos, Secretário da Comissão lavrei o presente termo, que vai assinado por todos.

Ranulfo Candido
Ranulfo Candido - Depoente

José Monteiro da Silva
José Monteiro da Silva
Sílvio dos Santos
Sílvio dos Santos

Alacir Fioravante Duarte
Alacir Fioravante Duarte



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3837

34

[assinatura]

INQUIRICAÇÃO

Aos onze dias do mês de maio do ano de mil novecentos e sessenta e sete, na sede do Posto Indígena de Taunay, às /// 9,30 horas, ai presente a Comissão de Sindicância, instituída pela Ordem de Serviço nº 23/67, do Senhor Chefe da 5ª. Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios, compareceu: JOÃO CÂNDIDO, brasileiro, casado pelo Regimento do PI de Taunay, eleitor, natural do Distrito de Taunay, município de Aquidauana, Estado de Mato Grosso, lavrador, afim de prestar esclarecimentos sobre os fatos relacionados com a referida sindicância, que inquirido disse o seguinte: - que cuidava do gado do PI de Taunay na gestão do encarregado Luiz Martins da Cunha; que lembra-se que nessa época existia cento e poucas rezes no rebanho bovino do PI Taunay, isto é, no ano de mil novecentos e sessenta e dois; que reconhece que atualmente o gado está muito reduzido no PI Taunay; que sabe ter sido transferido do PI São João para o PI Taunay, 20 (vinte) bois, no ano de mil novecentos e sessenta e cinco e que atualmente não existe esse número de bois, não sabendo o destino dos mesmos; que nunca fez parte do Conselho de Índios, desconhecendo os assuntos tratados nas reuniões do Conselho. Nada mais disse nem lhe foi perguntado/ pelo que eu, SpÍlvio dos Santos, Secretário da Comissão, lavrei o presente termo, que vai por todos assinado. -----

João Candido
João Cândido - Depoente

[assinatura]
José Monteiro da Silva

Sílvio dos Santos
Sílvio dos Santos

Aleor Fioravante Duarte
Aleor Fioravante Duarte



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3838
[assinatura]

35.
[assinatura]

INQUIRICAÇÃO

Aos onze dias do mês de maio do ano de mil novecentos e sessenta e sete, na sede do Posto Indígena de Taunay, às 10,15 horas, ai presente a Comissão de Sindicância, Instituída pela / Ordem de Serviço nº 23/67, do Senhor Chefe da 5ª. Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios, compareceu: FLORINDO MIGUEL, brasileiro, casado, não é eleitor, não, digo, reservista de terceira categoria, nascido no Distrito de Taunay, município de Aquidauana, Estado de Mato Grosso, lavrador, afim de prestar esclarecimentos sobre os fatos relacionados com a referida Sindicância, que inquirido disse o seguinte:- que é capataz do gado do PI Taunay desde outubro de mil novecentos e sessenta e quatro, tendo sido admitido pelo Senhor Jair de Oliveira; que quando recebeu o gado para zelar contou 44 (quarenta e quatro) cabeças de gado bovino entre grandes e pequenas, na presença dos membros do Conselho de Índios, do Capitão da Aldeia e do encarregado do Posto Senhor Jair de Oliveira; que naquele mesmo ano de mil / novecentos e sessenta e cinco (1965) recebeu mais 20 (vinte) cabeças bois, transportadas do PI São João para o P. Taunay; que atualmente o gado está muito reduzido; que em março do corrente ano contou o gado para entregar ao Senhor Osvaldo F. Duarte encontrando somente 44 (quarenta e quatro) cabeças, entre grandes e pequenas, assim como, 9 (nove) cabeças de equinos, estavam presentes os membros do Conselho de Índios, Senhor Jair de Oliveira e o Senhor Osvaldo F. Duarte, pessoa recebedora do PI Taunay; que por ordem do Senhor Jair de Oliveira conduziu para a residência do Senhor Cantídio Lili, uma vaca de pêlo amarelo marca SPI que julga ser pertencente ao patrimônio do PI Taunay; que chegando a residência do Senhor Cantídio Lili recebeu a incumbência de abater a dita vaca, calculando ser 18 ou 19 horas, não se recordando mês e dia; que desconhece o destino da carne; que tem conhecimento que o produto da venda da carne foi para pagar contas das professoras Ester e Zenir; que a vaca foi vendida ao Senhor Gerson de Oliveira pela importância de ncr\$ 90,00 (noventa cruzeiros novos); que não sabe como foram parar na Fazenda Pocoo', as cinco vacas referidas no Relatório apresentado à Inspetoria de Índios; que vem notando a // mais ou menos dois meses a falta das ditas vacas no campo do Pitaunay; que não sabe com conduziu as cinco vacas para a Fazenda Pocoo'; que reconhece as cores ou pêlo das vacas, sendo duas ocosas, uma branca e duas amarelas, com a marca SPI e foram adquiridas através de troca com a Fazenda Central; que transportou para entregar ao Senhor Floriano Campos Garcia, uma vaca de pêlo amarelo SPI, pertencente ao rebanho do PI Taunay; que fez o transporte autorizado pelo Senhor Jair de Oliveira, não sabendo o preço tratado, mas soube que foi para liquidar dívida contraída pelo Senhor João Evangelista Marcos, não sabendo a razão da dívida; que não faz parte do Conselho de Índios; que em fins do ano de mil novecentos, digo, em começo do ano de mil novecentos e sessenta e seis fez por ordem do Senhor Jair de Oliveira transportou para a Fazenda / Central 15(quinze) vacas velhas para troca por 16 (dezeses) novilhas; que sabe que o Senhor Jair de Oliveira na troca dessas vacas por novilhas foi presenteado com uma novilha pelo Senhor Sebastião dos Santos; que as dezeses novilhas foram entregues em bom estado de saúde no curral do PI Taunay, não tendo havido morte de nenhuma, sendo soltas na invernada do Posto. Nada mais disse nem lhe foi perguntado, pelo que eu, Sílvio dos Santos, Secretário da Comissão, lavrei o presente termo, que vai por todos assinado.

Florindo Miguel
João Candido Depoente
Glório da Silva
Sílvio dos Santos
Alaor Floravante Duarte
José Monteiro da Silva
Alaor Floravante Duarte



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3839
[assinatura]

36.
[assinatura]

INQUIRÇÃO

Aos onze dias do mês de maio do ano de mil novecentos e sessenta e sete, na sede do Posto Indígena de Tannay, às 11,25 horas, ai presente a Comissão de Sindicância, instituída pela Ordem de Serviço nº 23/67, do Senhor Chefe da 5ª. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios, compareceu: FLORIANO CAMPOS GARCIA, brasileiro, casado, eleitor, reservista de primeira categoria, comerciante, // natural do Rio Grande do Sul, município de São Borja, a fim de prestar esclarecimentos sobre os fatos relacionados com a referida Sindicância, que inquirido disse o seguinte:- que adquiriu do Senhor Jair de Oliveira uma marca SPI, não se recordando o pelo, mas que, em seguida passou por venda para as mãos do Senhor Jary Brun Acosta, tendo adquirida por 130,00 (cento e trinta cruzeiros novos) passando para o Senhor Jary pelo mesmo preço, época em que tinha a sociedade do referido Jary; que a vaca foi adquirida como pagamento de uma dívida contraída pelo Senhor João Evangelista Marcos, de comestíveis fornecidos ao dito Senhor Marcos, pelo depoente; que com respeito ao comportamento do Conselho de Índios nada pode dizer. Nada mais disse e nem foi perguntado, pelo que eu, Sílvia dos Santos, Secretário da Comissão, lavrei o presente termo, que vai por todos assinado.

Floriano Campos Garcia
Floriano Campos Garcia

José Monteiro da Silva
José Monteiro da Silva

Sílvia dos Santos
Sílvia dos Santos

Alaor Fioravante Duarte
Alaor Fioravante Duarte



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3840 / 37.
filme

INQUIRÇÃO

Aos onze dias do mês de maio do ano de mil novecentos e sessenta e sete, às 11,50 horas, ai presente a Comissão de Sindicância, instituída pela Ordem de Serviço nº 23/67, do Senhor Chefe da 5ª. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios, compareceu:- OTÁVIO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, eleitor, reservista de terceira categoria, natural do distrito de Taunay, município de / Aquidauana, Estado de Mato Grosso, ferroviário, Feitor, digo, Conservador de Linha, nível 7, afim de prestar esclarecimento sobre os fatos relacionados com a referida sindicância, que inquirido disse o seguinte:- que realmente foi abatida uma vaca na residência do Senhor Cantídio Lili e a carne foi transportada para a sua residência em carroça de propriedade do Senhor Otávio de Tal, cuja carne foi charqueada e entregue ao Senhor Gerson de Oliveira; que a vaca foi adquirida pelo Senhor Gerson de Oliveira como pagamento de dívida contraída pelas professoras Ester e Zeni; que a dívida era de fornecimento de gêneros alimentícios; que não sabe a importância total da dívida; que não sabe por quanto foi feita a transação; que sabe que a transação foi feita devido o atraso dos vencimentos das professoras. Nada mais disse nem foi perguntado, pelo que eu, Sílvia dos Santos, Secretário da Sindicância, lavrei presente termo, que vai por todos assinado.

Otávio de Oliveira
Otávio de Oliveira

filme
José Monteiro da Silva

Sílvia dos Santos
Sílvia dos Santos

Alaor Fioravante Duarte
Alaor Fioravante Duarte



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3841
38.
Silvio

INQUIRICAÇÃO

Aos onze dias do mês de maio do ano de mil novecentos e sessenta e sete, às 13,45 horas, ai presente a Comissão de Sindicância, instituída pela Ordem de Serviço nº 23/67, do Senhor Hélio Jorge Bucker, Chefe da 5ª. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios, compareceu:- JOÃO EVANGELISTA PINHEIRO, brasileiro, casado, eleitor, não é reservista, lavrador, natural do município de Miranda, Estado de Mato Grosso, residente no Distrito de Taunay, município de Aquidauana, no mesmo Estado, afim prestar esclarecimentos sobre os fatos relacionados com a referida Sindicância, que inquirido disse o seguinte:-que foi proprietário de açougue em Taunay durante o período de mil novecentos e sessenta e um a mil novecentos e sessenta e dois, tendo nesse período adquirido diversas rezes de propriedade de índios, isto é, propriedade particular, sem contudo conter a marca SPI, entre os índios cita os de nome: Pedro Fialho, Brígido Fialho, José da Silva, Tomaz Fialho e outros que não se recorda dos nomes; que desconhece o índio de nome Alísio Mendes; que nenhuma transação comercial fez com o citado Alísio Mendes, seu desconhecido; que sabe por ouvir falar que existe na Fazenda Pocoó algumas rezes pertencentes ao rebanho do PI.// Taunay, conversa essa de próprios índios; que não sabe dizer quais os índios que comentaram o assunto, por falta de seu interesse ao caso; - que falar bem a verdade na gestão do Senhor Jair de Oliveira não fez / nenhuma transação com respeito a gado. Nada mais disse nem lhe foi perguntado, pelo que eu, Sílvio dos Santos, Secretário da Sindicância, lavrei o presente termo, que vai por todos assinado.-----

João Evangelista Pinheiro
João Evangelista Pinheiro-Depoente

José Monteiro da Silva
José Monteiro da Silva

Sílvio dos Santos
Sílvio dos Santos

Alaor Fioravante Duarte
Alaor Fioravante Duarte



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3842 39.
Filme

INQUIRÇÃO

Aos onze dias do mês de maio do ano de mil novecentos e sessenta e sete, às 14,15, ai presente a Comissão de Sindicância, instituída pela Ordem de Serviço nº 23/67, do Senhor Hélio Jorge Bucker, Chefe da 5ª. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios, compareceu: -MARCELINO DA SILVA, brasileiro, casado, eleitor, reservista de primeira categoria, lavrador, natural do Distrito de Taunay, Município de Aquidauana, Estado de Mato Grosso, residente na área do Pi Indígena de Taunay, afim de prestar esclarecimentos sobre os fatos relacionados com a referida Comissão de Sindicância, que inquirido disse o seguinte: -que no dia -20 (vinte) de janeiro de mil novecentos e sessenta e quatro (1964) após ter assistido a festa do padroeiro do dia, São Sebastião, na Aldeia de Taunay, desintendeu-se com o índio Maneco, tendo travado luta corporal com o mesmo, terminando a luta voltou para a sua casa e apanhou a espingarda de sua propriedade calibre 32 para ir a procura do índio Maneco; que ao sair de casa o seu vizinho Clemente Marques tomou a espingarda para evitar qualquer incidente, mas que a espingarda estava sem munição; que mais tarde foram buscar por ordem do Senhor Jair de Oliveira a espingarda que estava na casa do seu vizinho Clemente; que a espingarda ficou na sede do Posto por alguns meses; que tem conhecimento que o Senhor Jair de Oliveira, vendeu a referida espingarda por cr\$ 6,00 (seis cruzeiros novos); que tem conhecimento que a espingarda foi vendida ao Senhor Ramulfo Candido; que sabe que posteriormente o Senhor Ramulfo apresentou a espingarda ao Sr. Cantídio Lili; que o Senhor Jair disse ao depoente que havia remetido a referida espingarda para a Inspeção em Campo Grande; que ele o depoente comprou a espingarda em Aquidauana por cr\$ 15,00 (quinze cruzeiros novos); que sabe que na cerca de divisa entre o Pi de Taunay e a Fazenda Pocoó está aberta o canto da cerca, isto, é, foi feito um colchete (porteira de arame) por onde dá para atravessar animais; que sabe ainda que na cerca do corredor que vai para a Fazenda Esperança estão os fios de arame cortados. Nada mais disse nem foi perguntado, pelo que eu, Sílvio dos Santos, Secretário da Sindicância, lavrei o presente termo, que vai por todos assinado. --

Marcelino da Silva

Marcelino da Silva - Depoente

Silva

José Monteiro da Silva

Sílvio dos Santos

Alaor Fioravante Duarte



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3843

40.

Julia

INQUIRÇÃO

Aos onze dias do mês de maio de mil novecentos e sessenta e sete, às 15,35 horas, ai presente a Comissão de Sindicância, instituída pela Ordem de Serviço nº 23/67, do Senhor Chefe da 5a. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios, compareceu: JAIR DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, eleitor, reservista de primeira categoria, professor, natural do Município de Miranda, Estado de Mato Grosso, residente no Distrito de Taunay, no mesmo Estado, afim de prestar esclarecimentos sobre os fatos relacionados com a referida sindicância, que inquirido disse o seguinte:—que assumiu a chefia do Posto Indígena de Taunay no dia dez de agosto do ano de mil novecentos e sessenta e quatro, recebendo a carga moveis e semoventes do Senhor Enock de Alvarenga Soares, Agente de Proteção aos Índios nível 6B, conforme Ordem de Serviço do então Chefe da 5a. Inspeção Regional do SPI, Senhor Alan Kardec Martins Pedroza; que posteriormente ter assumido a passagem de Chefia do Posto Indígena de Taunay foi feito o arrolamento de passagem de carga de moveis e semoventes no dia trinta de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e quatro, conforme arrolamento feito e assinado naquela data, testemunhado pelo Capitão da Aldeia Tiburcio Francisco (Original na Inspeção do SPI-5a.); que consta do original de arrolamento, na parte referente aos semoventes o seguinte: 6 (seis) bois de carro, 4 (quatro) touros, 38 (trinta e oito) vacas, 15 (quinze) bezerros entre machos e fêmeas, no total de 63 (sessenta e três) animais bovinos; que em agosto do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, recebeu 20 (vinte) bois que foram enviados do rebanho do Posto Indígena São João; que o Senhor Alan Kardec Martins Pedroza, quando Chefe da IR5 lhe autorizou verbalmente que tudo o que o depoente fizesse em benefício dos Índios da Aldeia de Taunay, seria acatado pela Chefia da referida Chefia; que reconhece houve descuido de sua parte no sentido de não efetuar os termos de morte dos animais do Posto, conforme o exigido pelo Regimento do SPI, embora tenha sido alertado por correspondência pelo Dr. José Monteiro da Silva, atual/Veterinário do SPI; que dos 6 (bois de carro citados na carga que recebeu morreram dois de velhice, sendo um de nome Fumaça, digo, que // morreram 2 (dois) bois, sendo um de velhice de nome Fumaça e o outro mordido de cobra de nome Bafo; que efetivamente não fez termo de morte dos referidos animais, mas que toda a população da Aldeia é ciente da ocorrência; que também por ordem verbal do Senhor Alan Kardec procedeu o abate de 1(uma) vaca velha para conserto da estrada que liga a sede do Posto à Vila de Taunay, mais outra vaca (1) uma, para a alimentação da Equipe do SUSA (Setor de Unidades Sanitárias Aéreas); que lembra-se ter recebido ordem, por escrito, ainda na gestão do Sr. Alan Kardec para fazer a troca de um touro velho de pelo preto número 100 (cem) por uma carroça que pertencia ao Senhor Antônio Castelo, residente, presentemente, em Aquidauana, cuja carroça faz, digo, existe ainda no Posto em bom estado de conservação; que lhe parece que na administração, ou seja, na Chefia da IR5 do Senhor Walter Samari Prado, verificou-se a morte dos seguintes animais: uma vaca branca morta de parto na internadilha, uma outra vaca branca com um golpe de machado na anca, que foi difícil descobrir o causador da machadada, digo, não, digo, uma outra vaca branca com um golpe de machado na anca, morta na internadilha, e que não pôde descobrir o autor do golpe de machado na referida vaca; e que não foi feita nenhuma verificação pelo depoente no sentido de esclarecer o ocorrido; que não foi feito o termo de morte e nem comunicação a Chefia da IR5; que na internadilha foi encontrada uma outra vaca de pelo vermelho com uma das pernas traseiras e já morta; que também não fez termo de morte e comunicação a Chefia da IR5, que, entretanto, a população da Aldeia tem conhecimento desses fatos; que verbalmente comunicou ao então Chefe -

continua



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3844
BGA

41.
filme

então Chefe da IR5 Senhor Walter Samari Prado o desaparecimento de /
6 (seis) animais bovinos, sendo treis vacas, uma bezerra de ano e //
dois bezerros também de ano, ter recebido ordem daquele Chefe para //
seguir com destino a Cachoeirinha afim de averiguar possível venda //
desses animais à Fazenda Petropolis, não encontrando, entretanto, ves-
tigios da suspeita de venda dos mesmos animais; que tal suspeita foi
levantada contra os índios da Aldeia porque foram vistos naquela oca-
sião índios do Pi Taunay, digo, PI Taunay, conduzindo boiada próximo
a Fazenda Petropolis; que não sabe citar o nome dos índios que condu-
ziam a referida boiada; que também na época da Chefia do Senhor Wal-
ter foi abatida uma bezerra de sobre-ano para alimentação da Equipe //
do SUSA, também não foi feito o termo de morte e nem feita a devida //
comunicação a Chefia da IR5; que realmente autorizou o abate de uma
novilha de dois para treis anos, na residência do Senhor Cantidio Li-
li, para fazer face a assistência que necessitava a índia Madalena, //
progenitora da professora Zeni, e apagar uma parte da dívida contraída
pelas professoras Ester e Zeni ao Senhor Gerson de Oliveira, cujo aba-
te fez porque diversas vezes solicitou numerário para pagar as profes-
soras que estavam com o pagamento atrasado, solicitação essa feita a
Chefia da IR/5 e não foi atendido; que realmente mandou entregar ao //
Senhor Floriano Campos Garcia, uma vaca velha como pagamento pelo Sr.
João Evangelista Marcos, proveniente de suprimento de alimentos; que
tal suprimento foi feito na Chefia do Sr. Alan Kardec, que autorizou,
verbalmente, o Sr. João Evangelista Marcos fazer essa dívida, para fa-
zer a reforma da sede do PI Taunay; que realmente autorizou a entre-
ga de uma novilha de dois anos ao Senhor Celso dos Santos, residente
e comerciante na Vila de Taunay, para fazer face ao pagamento de uma
cama de casal comprada pelo Senhor Walter Prado e oferecida ao enfer-
meiro Nelson Francisco e mais ncr\$ 30,00 (trinta cruzeiros novos) con-
traída pelo enfermeiro Elói Pereira, e também uma dívida de ncr\$ ///
20,00 (vinte cruzeiros novos) contraída pelo depoente, dívidas essas
referentes ao fornecimento de gêneros alimentícios, isto é, as duas
últimas dívidas; o depoente esclarece que a dívida de ncr\$20,00 aci-
ma referida foi feita pelo motivo de dar alimentação adequada às pes-
soas enviadas pela Dona Loid, que vieram estudar, analisar a composi-
ção da terra do Posto ver a possibilidade de construir uma olaria; //
que em memorando nº 19 datado de 19/07/66, comunicou a Chefia da IR5
a ocorrência de uma peste no rebanho bovino do PI Taunay e que em con-
sequência dessa peste morreram quatro animais de idade de mais ou me-
nos dez meses, que não se recorda do sexo e nem a filiação dos mes-
mos, que também não fez termo de morte e nem comunicou a Chefia da //
-IR5; que abateu quatro vacas para a comemoração do Dia do Índio, nos
anos de 1965 e 1966, duas em cada ano; que também não fez o termo de
morte das referidas vacas, mas teve autorização para abater uma em
cada ano, entretanto, devido a numerosa população da Aldeia, resol-
veu abater mais uma em cada ano; que abateu, embora sem a devida autori-
zação da Chefia da IR/5 os seguintes animais: uma vaca de pêlo bran-
co boiadeira de seis anos de idade, um boi fumaça de treis anos, um
tourinho de sobre-ano e uma novilha de treis anos, para efetuar os //
seguintes serviços: retoque da cerca de divisa da Fazenda Esperança
a Fazenda Pocoó e desta a Vila de Taunay, e também da Vila de Taunay
a Fazenda Ainhuma, e ainda do corredor que liga a Fazenda Esperança
ao PITaunay; e também não teve autorização da IR/5 e não fez termo
de morte; que abateu duas vacas de pêlo fumaça e pêlo branco, respec-
tivamente, para o retoque de dois tanques, sem autorização da IR/5 e
sem termo de morte; que não se lembra que tenha abatido mais rezes //
na sua gestão além das declaradas acima; que desconhece se existem //
na Fazenda Pocoó cinco rezes pertencentes ao Posto Indígena Taunay;
que a respeito de uma espingarda apreendida do índio Marcelino da //
Silva afirma que realmente vendeu a referida espingarda pela impor-
tância ncr\$ 6,00 a ncr\$ 8,00, venda feita ao Senhor Ramulfo Candido;
que o dinheiro apurado foi aplicado na compra de munição, pilhas e
lanterna de treis elementos (Uma), fez a venda com autorização verbal,
continua



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3 845
42
filme

com autorização verbal, digo, teve autorização verbal do Senhor Wal-Samari Prado para consumir com a referida arma, queimasse ou quebrasse, mas achou por bem vende-la para fazer a aplicação já descrita; // perguntado pelo Presidente da Comissão o motivo da discordância de numeração no couro dos animais bôvinos constantes na declaração do Senhor Sebastião dos Santos, datada do dia oito de março do ano de mil novecentos e sessenta e seis, enviada pelo depoente a Chefia da IR5 e protocolada na mesma Inspetoria sob o nº 726, em 19/08/66, e o levantamento dos bovinos do PI Taunay, efetuado pelo depoente em 30 de novembro de 1964, declarou o seguinte; que talvez houve engano das / pessoas que ditavam os números das referidas rezes; que entregou ao S Senhor Florindo Miguel um tourinho menos de ano para fazer face aos / gastos com a doença de suas filhas gêmeas, não sabendo se foi vendida. Nada mais disse nem foi perguntado, pelo que eu, Sílvio dos Santos, / Secretário da Sindicância, lavrei o presente termo, que vai por todos assinado.-----

Jair de Oliveira
Jair de Oliveira - Depoente

José Monteiro da Silva
José Monteiro da Silva

Sílvio dos Santos
Sílvio dos Santos

Alaor Fioravante Duarte
Alaor Fioravante Duarte



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3846 43.
Filme

INQUIRICAÇÃO

Aos onze dias do mês de maio do ano de mil novecentos e sessenta e sete, na Vila de Taunay, Distrito de Taunay, Município de Aquidauana, Estado de Mato Grosso, ai presente a Comissão de Sindicância, Instituída pela Ordem de Serviço nº 23/67, do Senhor Chefe da 5ª. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios, compareceu: CELSO DOS SANTOS, brasileiro, casado, eleitor, reservista de primeira categoria, negociante, natural do Distrito de Taunay, digo, Taunay, município de Aquidauana, Estado de Mato Grosso, afim de prestar esclarecimentos sobre os fatos relacionados com a referida Sindicância, que inquirido disse o seguinte: que realmente recebeu por conta, uma novilha de dois anos de idade, do Senhor Jair de Oliveira, encarregado do PI de Taunay, como pagamento de dívidas contraídas pelos Senhores Nelson Francisco, Eloi Pereira e Jair de Oliveira; que a dívida do Senhor Nelson Francisco importava em ncr\$ 30,00 (trinta cruzeiros novos), referente ao fornecimento de uma cama, digo, cama de casal, por ordem do Chefe da Inspeção, Senhor Walter Samai Prado; que a referida ordem do Senhor Chefe da Inspeção foi dado por escrito, não sabendo no entanto se a mesma ainda se encontra em seus arquivos; que a conta contraída pelo Senhor Eloi Pereira foi dum total de ncr\$30,00 (trinta cruzeiros novos) referente a fornecimentos de gêneros ao mesmo; que a dívida contraída pelo Senhor Jair de Oliveira atingiu num montante de ncr\$ 40,00 (quarenta cruzeiros novos) referente a aquisição de gêneros e tecidos para mortalha; que o valor da novilha foi de ncr\$ 100,00 (cem cruzeiros novos); que entregou de volta ao Senhor Jair de Oliveira a importância de ncr\$ 10,00 (dez cruzeiros novos); que a transação acima referida foi efetuada no dia 12 ou 13 de janeiro do corrente ano; que o Senhor Jair de Oliveira afirmou ao depoente ter / autorização da Chefia da IR/5 para efetuar a referida transação; que o Senhor Jair de Oliveira prometeu passar recibo de quitação para o depoente; que no entanto, posteriormente, o Senhor Jair de Oliveira disse ao depoente que havia feito comunicação da referida transação // à Chefia da IR/5, não havendo portanto necessidade do referido recibo, que foi esse a única transação feita pelo depoente com o Senhor Jair de Oliveira com referência a gado do Posto; que em tempo, o depoente retifica que a dívida do Senhor Jair de Oliveira, importava em ncr\$ 30,00 (trinta cruzeiros novos) e não em ncr\$ 40,00 como acima foi referida; que o material fornecido foi o mesmo acima referido. Nada / mais disse e nem lhe foi perguntado, pelo que eu, Sílvio dos Santos, Secretário da Sindicância, lavrei o presente termo, que vai por todos assinado.

Celso dos Santos
Celso dos Santos

Filme.
José Monteiro da Silva

Sílvio dos Santos
Sílvio dos Santos

Alaor Fioravante Duarte
Alaor Fioravante Duarte



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3847
44.
filme

INQUIRIRIÇÃO

Aos doze dias do mês de maio do ano de mil novecentos e sessenta e sete, às 9,30 horas, na Vila de Taunay, Distrito de Taunay, Município de Aquidauana, Estado de Mato Grosso, ai presente a Comissão de Sindicância, instituída pela Ordem de Serviço nº23/67 do Senhor Hélio Jorge Bucker, Chefe da 5ª. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios, compareceu: -ALUIZIO BUENO, brasileiro, solteiro, eleitor, reservista de primeira categoria, natural do Distrito de Taunay, Município de Aquidauana, Estado de Mato Grosso, criador, um dos proprietários da Fazenda Copoó, digo, Pocoó, afim de prestar esclarecimentos sobre os fatos relacionados com a referida Sindicância, que inquirido disse o seguinte: -que é um dos proprietários da Fazenda Pocoó; que ha aproximadamente dois meses, apareceu em sua residência, na Vila de Taunay, Distrito de Taunay, o Senhor Florindo Miguel, capataz do PI Taunay, pedindo permissão para deixar na sua fazenda (Pocoó), 5 (cinco) vacas, dizendo, em resposta a pergunta do depoente, que o gado pertencia ao rebanho do PI Taunay, que tinha permissão do Encarregado do PI Taunay, Senhor Jair de Oliveira, para depositar temporariamente as referidas vacas na fazenda; que declara o depoente que cedeu a invernadinha da fazenda ao Senhor Florindo Miguel porque o mesmo disse que veio em nome do Senhor Jair de Oliveira, encarregado do PI Taunay; que não foi cobrado nenhum arrendamento pela permanencia desses animais na fazenda; que quinze dias após a ocorrência o depoente viajou para a cidade de Aquidauana, permanecendo na mesma mais ou menos treis dias; que após regressar da cidade de Aquidauana, teve conhecimento // que o Senhor Florindo Miguel vendeu as referidas vacas ao seu irmão // João Santana Bueno; que ainda na época em que o depoente se encontrava na cidade de Aquidauana foi procurado na sua residência na Vila de Taunay, pelo filho do encarregado do PI Taunay, Senhor Osvaldo Duarte, afim de lhe ser entregue um aviso da Inspeção no sentido de serem apreendidas as referidas rezes, mas que, somente após regressar da cidade de Aquidauana ponde receber o referido aviso, época essa em que já o seu irmão Senhor João Santana Bueno havia comprado e revendido as referidas rezes; que o depoente mandou dizer ao Senhor Jair de Oliveira que havia recebido a comunicação da Inspeção no sentido de apreender as cinco rezes; que posteriormente fez pessoalmente ao Senhor Jair de Oliveira referência a comunicação recebida da Inspeção, ao que o Senhor Jair lhe respondeu que outros encarregados haviam desviado materiais, digo, bens do PI Taunay, que se mechessem com o "rabo" dele Jair, o mesmo tinha "rabo" de outros para denunciar; que as cinco rezes aludidas ou acima referidas, foram retiradas do campo do PI Taunay para o da Fazenda Pocoó, pelo fundo da invernada do dito Posto, onde existe um colchete, cujo colchete (cancela de arame) se encontra atualmente aberta pelos índios; que foi esse o único negócio efetuado na // sua fazenda com referência a gado do PI Taunay, na época em que dirige a Fazenda Pocoó. Nada mais disse nem lhe foi perguntado, pelo que eu, Sílvio dos Santos, Secretário da Sindicância, lavrei o presente termo, que vai por todos assinado.

Aluizio Bueno
Sílvio dos Santos

José Monteiro da Silva
Alcor Fioravante Duarte



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3848
[assinatura]

45.
[assinatura]

INQUIRICAÇÃO

Aos doze dias domês de maio do ano de mil novecentos e sessenta e sete, às 10,30 horas, na Vila de Taunay, Distrito de Aquidauana, digo, Município de Aquidauana, Estado de Mato Grosso, ai presente a Comissão de Sindicância, instituída pela Ordem de Serviço / nº 23/67, do Senhor Hélio Jorge Bucker, Chefe da 5a. Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios, compareceu: JOÃO SANTANA BUENO, brasileiro, solteiro, eleitor, reservista de primeira categoria, criador, natural do Distrito de Taunay, Município de Aquidauana, Estado de Mato Grosso, natural, digo, residente no mesmo Distrito, afim de prestar / esclarecimentos sobre os fatos relacionados com a referida Sindicância, que inquirido disse o seguinte:- que no mês de março do corrente ano, apareceu em sua Fazenda Pocoó, o Senhor Florindo Miguel com 5 (cinco) vacas, pedindo para deixa-las em internada da Fazenda; que as referidas vacas ficariam ali depositadas até que o Senhor Florindo Miguel / efetuasse a venda das mesmas; que não foi feita referência a nenhum arrendamento pela permanência das referidas rezes na fazenda; que o Senhor Florindo Miguel no dia em que foi levar as rezes à sua Fazenda, não se encontrava acompanhado por nenhuma pessoa; que após quinze dias de / ter o Senhor Florindo Miguel levado as vacas à sua Fazenda, apareceu novamente procurando vender as cinco vacas referidas; que também nesse dia o Senhor Florindo Miguel não encontrava acompanhado por nenhuma / pessoa; que efetuou a compra das cinco vacas pelo preço unitário de // ncr\$ 50,00 (cincoenta cruzeiros novos; que pagou ao Senhor Florindo // Miguel, em dinheiro, o montante de ncr\$ 250,00 (duzentos e cinquenta cruzeiros novos); que as referidas vacas tinham a marca SPI; que as referidas vacas tinham três de pêlo fumaça, uma de pêlo preto e outra de pêlo vermelho; que decorridos mais ou menos cinco dias, o depoente vendeu as cinco vacas, ao Senhor Joaquim da Fonseca, fazendeiro, residente em Agachi, pelo preço unitário de ncr\$ 65,00 (sessenta e cinco cruzeiros novos); que após mais ou menos dez dias, o Senhor Joaquim da // Fonseca transportou as referidas vacas para a sua fazenda em Agachi; / que não sabe dizer se o Senhor Joaquim da Fonseca ainda possui êsses animais; que não efetuou mais nenhuma transação comercial de gado, com os índios do PI Taunay. Bada mais disse nem lhe foi perguntado, pelo / que eu, Sílvio dos Santos, Secretário da Sindicância, lavrei o presente termo, que vai por todos assinado.

[assinatura]
João Santana Bueno - Depoente

[assinatura]
José Monteiro da Silva

[assinatura]
Sílvio dos Santos

[assinatura]
Alaor Fioravante Duarte



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3849
46.
Filme

INQUIRICAÇÃO

Aos doze dias do mês de maio do ano de mil novecentos e sessenta e sete, às 14,30 horas, na sede do Posto Indígena de Taunay, ai presente a Comissão de Sindicância, instituída pela Ordem de Serviço nº 23/67, do Senhor Hélio Jorge Bucker, Chefe da 5ª. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios, compareceu o Senhor TIBURCIO FRANCISCO, brasileiro, casado, eleitor, reservista de terceira categoria, natural do Distrito de Taunay, Município de Aquidauana, Estado de Mato Grosso, lavrador, residente na Aldeia de Taunay, afim de prestar esclarecimentos sobre os fatos relacionados com a referida Sindicância, que inquirido disse o seguinte: que é Presidente do Conselho de Índios desde novembro do ano de mil novecentos e sessenta e seis; que antes de ser nomeado para Presidente do Conselho era Capitão da Aldeia de Índios, cargo que ocupou durante o período de um ano e oito meses; que na época em que recebeu o cargo de Capitão da Aldeia PI Taunay, lembra-se que tinha mais ou menos 60 (sessenta) animais bovinos pertencentes ao rebanho bovino do PI Taunay e que foi mais ou menos essa quantidade de bovinos que o Senhor Jair de Oliveira recebeu como carga do PI Taunay; que não sabe dizer se foi efetuado venda de gado pertencente ao PI de Taunay, durante a gestão do Senhor Jair de Oliveira; que na gestão do Senhor Jair de Oliveira, em agosto de mil/novecentos e sessenta e cinco, transportou do PI São João ao PI Taunay 20 (vinte) bois que ficaram na carga do PI Taunay; que recorda-se que foi feita uma troca de vacas velhas pertencentes ao PI Taunay por novilhas de propriedade do Senhor Sebastião dos Santos, conhecido por Sebastiãozinho; que não recorda o número de vacas que saíram do PI Taunay e nem a quantidade de novilhas que vieram em troca; que soube por ouvir dizer que foram abatidas rezes no retiro de cercas, não sabendo, porém, o número de rezes que foram abatidas; que sabe que foi abatido um dos bois que vieram do PI São João e que discordou do abate de um dos bois citados, digo, desse boi que viera do PI São João, pois, que, o depoente acha que os bois foram transferidos para prestarem serviço no Posto de Taunay; que realmente apreendeu o revólver calibre 38, do índio Agripino de Souza; que a referida arma encontra-se ainda em seu poder; que acha que não deve entregar a referida arma, pois, que a mesma está sendo usada pela patrulha de policiamento; que o Sr. Agripino de Souza praticava desordem na casa do Senhor Ernesto Venâncio; que efetivamente recebeu do Senhor Agripino de Souza a importância de ncr\$ 15,00 (quinze cruzeiros novos) pela carceragem de cinco dias e além disso fez limpeza na rua da Aldeia, como penalidade; que o Senhor Agripino de Souza constantemente faz desordens dentro da Aldeia e na Vila de Taunay. Nada mais disse nem lhe foi perguntado, pelo que eu, Sílvio dos Santos, Secretário da Sindicância lavrei o presente termo, que vai por todos assinado.

Tiburcio Francisco
Tiburcio Francisco - Depoente

José Monteiro da Silva
Sílvio dos Santos

Alaor Fioravante Duarte
Alaor Fioravante Duarte

Ata de organização - As oito horas e trinta minutos do ano de mil novecentos e sessenta e seis, numa das dependências da Escola General Rondon, reuniu-se sob a direção de um ancião, Paulo Miguel, grupo de homens para discutirem uma organização cuja finalidade é organizar um conselho para o aldeamento de Bananal - cuja jurisdição abrangerá do limite da dita aldeia. O presidente entregou a palavra ao encarregado do Pôsto, Jair de Oliveira, para explicar a necessidade de um órgão desta natureza cuja finalidade é governar melhor e para garantir o bem estar dos moradores da aldeia a que se refere. Para isto é necessário, continua o encarregado, que se deve escolher homens de boa reputação cuja idoneidade é irrepreensível para atender melhor os reclamos do povo indígena diante da quinta Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios. Todos os presentes apoiaram com grande entusiasmo a opinião proposta; logo, imediatamente, depois de todos usarem da palavra de apoio, passou-se a eleição sendo a proposta lançada pelo membro já escolhido, Tiburcio Francisco, e apoiado pelo Senhor Lourenço Marques, que se faça imediatamente a eleição para escolha da diretoria, que regerá o conselho, sendo eleito os seguintes pela maioria de votos: para presidente Tiburcio Francisco com cinco votos, vice-presidente, Ramão de Souza Coelho com cinco votos, primeiro secretário Nelson Francisco com cinco votos, segundo secretário João de Oliveira com cinco votos, primeiro tesoureiro Elídio Pereira com cinco votos, segundo tesoureiro Elizio Cândido com cinco votos. Terminada a eleição o presidente que dirigia a reunião, Paulo Miguel usando da palavra agradeceu pela simpatia de todos de tê-lo elegido a presidência desta organização cujo privilégio é extraordinário, esperando que todos possam ajudá-lo no desempenho da tarefa que hora lhe confiam. Os votos, digo, os vogais do conselho, - Candido Lili, Paulo Miguel, Francisco Moreira, João Sabino, Belizário Tomás, - Paulo Faria, Olimpio Sebastião, Lourenço Marques e como o capitão continuará o Senhor Felix Pio. Terminada esta parte tomou a palavra o presidente eleito que imediatamente opinou que nesta reunião fizesse já algumas das leis que deveriam vigorar no momento que fossem publicadas ao povo indígena. As leis depois de todos apoiarem a opinião lançada pelo presidente que devem vigorar são as seguintes:-----

LEIS ORGANIZADAS PELO CONSELHO

Capítulo I

Art. I Criar leis para o bom andamento e bem estar dos moradores da aldeia.

Capítulo II

Art. II Todas as pessoas que virem a assistir a reunião do conselho deverá vir sem armas.

Art. III O membro do conselho que quebrar a lei, será punido e com a cassação do mandato, deixando assim de pertencer o conselho.

Art. IV O membro que deixar de comparecer a reunião por três vezes será desligado do conselho.

Art. V O membro que fôr contra a autoridade ou formando um grupo ou opinião contra o conselho será imediatamente punido a critério do conselho.

Art. VI Nenhum membro do conselho poderá resolver qualquer questão sem ser a través do conselho.

Art. VII Não poderá de deixar de ser consultado ao membro do conselho que representam Lagoinha, Agua-Branca, Morrinho, Bananal desde que a questão seja levantada num desses lugares para não deautorizá-lo.

Art. VIII Que todos os suínos devem ser postos em chiqueiros para não trazer prejuízos aos vizinhos. Os proprietários que não assim procederem serão chamados a recolher, digo, serão chamados e recomendados mais de uma vez para depois ser executada a lei, com a prisão dos porcos, e para retirá-lo pagará diária de Mil Cruzeiros.

Capítulo III

Art. IX De acordo com a lei Federal seja terminantemente proibido a venda de bebidas alcoolicas dentro da Aldeia e o que ela quebrar será punido severamente a critério do Conselho.

Art. X A permissão de Baile será Cinco Mil Cruzeiros, por noite, que deve ser feito pelo presidente do Conselho e levará três assinaturas do Presidente, Capitão e do Encarregado do Pôsto.

Art. XI O preço de carceragem será de Cinco Mil Cruzeiros.

Art. XII Não será permitido o parente do prisioneiro a falar com êle.

Art. XIII O alimento para um encarregado, digo, para um encarcerado deverá ser levado pelo parente e entregar ao Capitão.

Art. XIV Os assassinos serão imediatamente enviados a Séde da Inspetoria.

Capítulo IV

Art. XV Deter os infratores da lei seja qual a sua infração.

Art. XVI Guardar o Baile e escolher os seus auxiliares.

Art. XVII Receber a importância da taxa de permissão do Baile e repartir de igual modo aos seus companheiros. Juntos ao presidente para depois dar seu relatório

Art. XVIII Receber o parente e receber o objeto que destinar ao encarcerado.

continua

Continuação

3851

48.
F. Silva

Ainda resolveu-se que as reuniões regulares do conselho serão nos últimos sábados de cada mês. O membro João de Oliveira, Paulo Miguel e Laureço Marques fazem apelo para os demais membros que devem não negligenciar as reuniões marcadas. Nada mais havendo a tratar encerrou-se a reunião / as quinze horas e trinta minutos; por ser verdade lavrei a presente ata, assinada pelo presidente, por mim, secretário; e os vogais. Aldeia do Ba
nanal dezoito de novembro de um mil novecentos e sessenta e seis.

Presidente.....
Secretário.....
Vogais.....

Paulo Miguel
Francisco Moreira

C Ó P I A A U T Ê N T I C A no RECURSO EXTRAORDI
NÁRIO Nº 44.585, de Mato Grosso, em que é Relator
o Exmº Sr. Ministro Ribeiro da Costa, e entre par
tes, como Recorrente o Presidente da Assembléia do
Estado de Mato Grosso e como Recorrido o Diretor
da Quinta Inspetoria Regional do Serviço de Prote
ção aos Índios, na forma abaixo transcrita: - - -

- - - - - R E L A T Ó R I O - - - - -
O SENHOR MINISTRO RIBEIRO DA COSTA - O Colendo Tribunal de Justiça
de Mato Grosso, concedendo mandado de segurança contra a Assemblé
ia Legislativa Estadual, fundamenta a sua decisão, por cópia datil
lografada a fls. 107 a 109, verbis: "Ao egrégio Supremo Tribunal
Federal, a Assembléia Legislativa, por intermédio de seu então -
Presidente, prestou as informações de fls. 38 a 41.- O Exmº Se -
nhor Procurador Geral da República opinou pela competência dêste
Tribunal (fls. 43 e 44), e o colendo Supremo Tribunal, unanimemen
te, determinou a devolução dos autos a êste Tribunal, nos termos
de voto de fls 48, preferindo pelo Exmº Sr. Ministro Nelson Hun
gria: "O art. 216 da Constituição dispõe: " Será respeitada aos
silvícolas a posse das terras onde se acham permanentemente loca
lizados, com condição de não a transferirem".-Fundado neste pre -
ceito constitucional é que o impetrante, como representante legal
dos índios Caidineus, se insurge contra a lei matogrossense, que
entendeu de diminuir a área de posse dos referidos índios, Nada -
tem a ver com o caso a União Federal, como bem salienta o Dr. Pro
curador Geral da República. - Meu voto é no sentido da devolução
dêstes autos ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso, para que se -
pronuncie de meritis. Não constando dos autos, devemos esclarecer
que este processo foi fultado em sessão extraordinária - a nesse
pedido - Porque? Porque se trata de processo que, segundo a Lei n
1.533, que rege a matéria, deve ser julgado dentro de prazo bem -
curto, e a marcha destes autos neste Tribunal (fls 53 a 55 verso)
já se aproxima à das tartarugas. - Desde 1899, mil oitocentos e
noventa e nove, os dirigentes dêste Estado, como que diretamente
inspirados por Deus, dispensaram aos índios Caidineus, um trata
mento justo, necessário, humano: mandaram - e o fizeram - reser
var a êsses Índios uma área, cujos limites estão devidamente es
clarecidos em documento de folhas oito e nove, proveniente da De
legacia Fiscal, digo, Especial e Colonização dêste Estado em Cam
pe Grande, sendo que essa situação já em 1903 (Hum Mil Novecentos
e Três) recebia a devida aprovação do Chefe do Exdcutivo Estadual
Dr. Alves de Barros, que, assim, considerava acabado o serviço de
medição concluído em 23 de fevereiro de 1 900 (Hum Mil e Novecen
tes), pelo Dr. José Maciel. - Justo, necess'rio, humano, dissemos

nós sim, pois porventura não os índios os verdadeiros donos de -
 Mato Grosso, e quiza de Brasil? quem poderá negá-lo em sã cons-
 ciência? Sejamos pois justos, humanos, decentes, no menos com os
 pobres índios, que nenhum mal nos fizeram, mas ao contrário, ê-
 los nos fi eram um grande bem: legaram-nos, isto sim é insofisma-
 vel, toda esta riquíssima região, que hoje ostenta orgulhosamente
 seu brasão e que se chama Mato Grosso. - Porque? Porque então ti-
 rar-lhes o pouco que os antepassados nósso, num gisto de homens
 dignos e esclarecidos decidiram respeitar? como, pois, admirar-se
 hoje de pequenas reações que se notam algumas vezes por parte dos
 índios nas ainda bravias florestas mategrossenses? Dai-nos forças
 Senhor, para que possamos bem cumprir nosso cruciante deveres, a
 fim de que nossos compatriotas de nós não se envergonhem e, prin-
 cipalmente, para que a Justiça jamais seja por nós próprios san-
 grada. - Nunca endeusamos o marechal Rondon, porém, hoje estamos
 sentindo que ele tinha razão em sua aparentemente exagerada defen-
 sa dos silvícolas. Ele naturalmente, sentiu logo em sua grande lu-
 ta patriótica pelos nossos sertões. (Comissão de Linhas telegráfi-
 cas e Estratégicas), que êsses nossos infelizes irmãos estava re-
 servado num futuro bem próximo - que é o presente - o espetáculo
 que hoje nossos olhos marejados contemplam: Insensatez, ganância,
 ilegalidade, ingratidão. - Em seu jurídico parecer bem salienta a
 dourta Procuradoria Geral: O Coronel Antonio Mena Gonçalves, quan-
 do Interventor no Estado, conhecedor como era da necessidade de -
 ser assegurada a garantia da posse d'essas terras, pelos referidos
 índios, baixou o Decreto "Lei nº 54 de nove de abril de 1931, con-
 cedendo-lhes o usufruto das mesmas. Essa garantia foi posteriormen-
 te assegurada pelas Constituições Federais de 1934 no Artigo 129?
 de 1937 no artigo 154 e na vigente em o artigo 216. - De mesmo
 de a Constituição Estadual de 1935 declara no artigo 114: "Será
 respeitada a posse e mantidas sem restrições, as atuais reservas
 de terras destinadas aos indígenas mategrossenses, sendo-lhes, no
 entanto, vedado aliena-las. - E a Constituição de 1937 não reve-
 gou este dispositivo. Como se vê a reserva concedida aos índios -
 Caidineus está plenamente assegurada não só pelos atos governamen-
 tais de 1903, reafirmado pelo Decreto Lei nº 54 de 1931, como pe-
 las Constituições Federal e Estadual. - Entretanto, continua a -
 chefia do Ministério Público a Assembléa Legislativa do Estado,
 desrespeitando o principio legal do direito adquirido e do ato ju-
 rídico acabado, estabelecido no Artigo 141, 3º da atual Constitu-
 ção Federal, votou um projeto de "Lei, modificando, o referido De-
 creto-Lei nº 54, reduzindo, consideravelmente a área reservada à-
 aqueles índios (fls. 24): - Esse Projeto a que se refere a procura-
 doria é exatamente a "Lei nº 1.077 de 10 de abril de 1958, contra
 a qual se levantaram os índios Caidineus, por meio d'este mandato
 de segurança, medida (sem dúvida) cabível como bem se vê de fls 20

3853
fls 20 a 23 e principalmente da decisão de fls 48, de Pretório Excelso. - É por outro lado - notório em Mato Grosso que o Serviço de Proteção aos Índios existe há muitos anos, sendo que as afirmações constantes dos documentos de fls. nove, in fine, não foram contrariadas pelas informações de folhas dezoito e nem sofreram oposição no documento de folhas 38 a 41. - Enfim, face aos dispositivos acima citados, quem poderá negar a existência clara, positiva, de direito líquido e certo no caso dos autos? Por acaso não se estendem aos índios, legítimos brasileiros natos, a garantia constitucional prevista no parágrafo 24 do Artigo 141 da "Lei das Leis? como, pois, poderemos negar-lhes o único remédio que poderá salvá-los? Por todos esses motivos, data venia é que concedemos a segurança pedida". Vencido, o ilustre Desembargador Presidente Antonio Arruda, sustentou-se nestes fundamentos (fls 110), verbis: - A douta maioria reconheceu a inconstitucionalidade da lei ventilada nos autos, por infração do art. 216 da Carta Magna. Alega-se o desrespeito à posse de terras anteriormente reservadas aos índios Caidinéus. - Data venia, o preceito constitucional citado referente a posse onde os silvícolas se achem permanentemente localizados. Isto significa a meu ver, que o Estado pode reduzir legalmente a área que os índios já não ocupem efetivamente. É sabido que os selvagens vão assimilando-se à civilização, ficando assim diminuídas as áreas de que porventura necessitem para a sua existência rudimentar. É o que vem constantemente ocorrendo, no decurso de nossa história. - As razões de veto, constantes dos autos, não me convencem, no sentido que, tirando acôrde com o Serviço de Proteção aos Índios, só a desapropriação poderia resolver o problema. Este seria, sem dúvida, o processo mais equitativo e salutar, sobretudo se as terras expropriadas fossem depois cedidas aos pequenos agricultores. Seria uma solução, pelo menos parcial, do problema agrário, de que hoje tanto se fala. - Entretanto, embora deixa-se de adotar essa solução ideal, não me parece que a lei incriminada tenha malferido qualquer texto constitucional. A meu ver, ainda que com o fito de alienar o excedente, o Estado pode restringir a área, respeitada aquela que os índios efetivamente vêm ocupando. Agora, cabe perguntar: a lei incriminada atingiu essa área, realmente ocupada pelos Caidinéus? Evidentemente o mandado de segurança é meio improprio para essa verificação segundo jurisprudência pacífica deste e de outros Tribunais do País, o mandado de segurança não comporta o exame de fatos complexos - e complexos são sempre os fatos ligados à matéria possessória, como acontece, na hipótese. - Nestas condições, denegava a segurança, facultando as partes a discussão do assunto pelos meios ordinários". - Recorre pela via específica (alínea a e d). O Presidente da Assembléia

C O P I A

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, alegando o seguinte (fls 63/8 lê). - Admitido o recurso, as partes o arrazearam. - A Procuradoria Geral pronuncia-se nêstes termos (fls. 104): "Pelo conhecimento do recurso e pela confirmação da illustre decisão recorrida. - O parecer de fls. 20 da outa Procuradoria Geral do Estado, bem demonstra a violação do preceito constitucional que incorporou-se à legislação estadual, pelo seu carater permanente. - A Lei invocada fere direitos patrimoniais dos selvícolas considerados intecáveis, sob a proteção dos poderes públicos. - Não se trata de lei em tese, mas de redução de um patrimônio que a lei estadual não pode atingir. - Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1960. - Ass) Themistocles Brandão Cavalcanti - Procurador da República". É o relatório - V O T O - A decisão recorrida houve por bem decretar a inconstitucionalidade da Lei nº 1.077, de 10 de abril de 1958, de acôrdo com o parecer da Procuradoria Geral da Justiça, concedendo, em consequência, o mandato de segurança para restabelecer as disposições do Dec.-Lei nº 54, de 9 de abril de 1931 que delimitou a área de terras reservadas ao usufruto dos indios Caidineus. - Essa garantia veioa ser assegurada, sucessivamente, pela Constituição Federal de 1934, art. 129, e pela Carta de 1937, art. 154, mantendo-a por último, a vigente Constituição, no art. 216, assim redigido: "Será respeitada aos selvícolas a pösse das terras onde se achem permanentemente localizados, com a condição de não a transferirem". - Ocorre que a lei nº 1.077, de 1958, dando nova redação aos dispositivos do Decreto Lei nº 54, de 9 de abril de 1931, dispôs no seu art. 1º do decreto -lei nº 54; - " O artigo 1º do decreto-lei nº 54, de 9 de abril de 1931, passará a seguinte redação : - Fica confirmada para todos os efeitos o ato Governamental de 7 de agosto de 1903, que aprovou a demarcação das terras reservadas ao usufruto dos Indios Caidineus e apenas retificada a área que passará a ser de 100.000 ha mais ou menos." - Considerou-se esse ato legislativo contrário ao princípio legal do direito adquirido e do ato jurídico perfeito, além de atentatório ao princípio legal do direito adquirido e do ato jurídico perfeito, além de atentatório da garantia estatuida no art 216 da Constituição Federal. - Envolve, assim, o presente recurso, matéria concernente a arguição de inconstitucionalidade da Lei 1077 de 1958, que, na forma do Regimento Interno, deve ser submetido à apreciação do Tribunal Pleno, para cujo fim indico a remessa dos presentes autos, independente de lavratura de córdão. -----

D E C I S Ã O

Como consta da ata, a decisão foi a seguinte: REMETERAM OS AUTOS AO TRIBUNAL PLENO, DECISÃO UNÂNIME: - Presidência do Exmº Sr. Ministro Lafayette de Andrada. - Relator: o Exmº Sr. Ministro Ribeiro da Costa. - Tomaram parte no julgamento os Exmºs Sr.s Ministros Victor Nunes, Vilas Boas, Hammemann Guimarães, Ribeiro da Costa e Lafayette de Andrada. - Assinado) - Hugo Mosca - Vice Diretor Geral -----

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO RIBEIRO DA COSTA - Sr. Presidente, trata-se de arguição de inconstitucionalidade da Lei de Estado de Mato Grosso, nº 1.077, de 10 de abril de 1958. - inconstitucionalidade esta arguida no pedido de mandado de segurança, a fim de restabelecer a disposição do Dec. Lei nº 54, de 9 de abril de 1931, que delimitou a área de terras reservadas ao usufruto dos índios caidineos". Essa garantia veio a ser assegurada, sucessivamente, pela Constituição de 1934, no art. 129 e pela Carta de 1937, art. 65 - digo 54, mantendo-a, por último, a atual Constituição Federal, no seu art. 216, assim redigido: - "Art. 216: Será respeitada aos selvícolas a posse das terras onde se achem permanentemente localizados, com a condição de não a transferirem". - Esta nova lei do Estado de Mato Grosso reduziu à área destinada à posse destes índios caidineos, agora, a cem mil hectares. Referiu-se ao direito de posse desses índios a toda área que estava por eles sendo, efetivamente, ou não, ocupada, uma área considerável do Estado de Mato Grosso. - Como se tratasse de arguição de inconstitucionalidade, a Egrégia Turma remeteu o processo para este Tribunal Pleno, a fim de apreciar a matéria. - É o relatório: -

V O T O

O SR. MINISTRO RIBEIRO DA COSTA (Relator) - Sr. Presidente, o Dec. Lei nº 54, de 9 de Abril de 1931, ratificando pelo seu artigo 1º e confirmando para todos os efeitos o ato governamental de 7 de agosto de 1903, que aprovou a demarcação das terras reservadas em usufruto para os índios caidineos, dispõe, entretanto (letra k) que -, "Se, dentro de dez anos, a Inspetoria não houver cumprido as condições estabelecidas, e, em especial, se não houver providenciado o aumento de habitantes nessa região, fica o Estado no direito de restringir a área concedida". - A Lei nº 1.077, de 1958, que o acórdão recorrido teve por inconstitucional, nada mais fez que valer-se daquele direito, procedendo, assim, à retificação da área concedida". - A Lei nº 1.077 de 1958, que o acórdão recorrido teve por inconstitucional, nada mais fez que valer-se daquele direito, procedendo assim, à retificação da área reservada em usufruto aos indígenas, de sorte que o exercício normal desse direito não constitui ilegalidade, não ofende, nem ameaça a posse das terras pelos Índios Caidineos que delas não foram despejados, ao mesmo passo - que a simples retificação daquela área, mantida numa extensão considerável de 100.000 hectares, também não desatende ao disposto no art. 216 da Constituição Federal, pois, conservou intacto o respeito à posse das terras pelos selvícolas onde os mesmos se acham permanentemente localizados. - Estou, pois, em que procede o lúcido

lúcido entendimento do voto vencido, de nobre Desembarbador Antonio de Arruda, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, quando sustenta, (fls. 60): - "Data venia, o preceito constitucional citado refere-se à posse onde os selvícolas se achem permanentemente localizados. Isto significa, a meu ver, que o Estado pode reduzir legalmente a área que os índios já não ocupem efetivamente. É sabido que os selvícolas vão assimilando-se à civilização, ficando assim diminuídas as áreas de que por ventura necessitam para a sua existência rudimentar. É o que vem constantemente ocorrendo, no decurso de nossa história". - A Constituição, observa Themistocles Cavalcanti, assegura aqui o uti possidetis das terras ocupadas pelos índios, com a condição de que não a transfiram. É o reconhecimento da posse imemorial dos donos da terra, dos sucessores daqueles que primeiro a povoaram e que, até hoje, ainda não se incorporaram aos hábitos e aos costumes da civilização colonizadora. - E adiante acrescenta: "Provada, entretanto, a posse atual e a constância dessa posse, não há contestar-se o direito?" Ora, no caso, não foi contestado esse direito aos Índios Caudinós que conservam sem molestação, a posse das terras onde se acham localizados. - Ficou, pois, inatingido o preceito constitucional que assegura o uso e gozo da terra ocupada pelos selvícolas - Rejeito, consequentemente, a arguição de inconstitucionalidade da Lei nº 1.077, de 10 de abril de 1958, do Estado de Mato Grosso. -----

V O T O

O SR. MINISTRO VICTOR NUNES LEAL - Beço venia ao eminente Ministro relator, que deu um voto brilhantíssimo ao eminente Ministro - do go - que deu um voto brilhantíssimo, para não acompanhar S.Excia. - A Constituição Federal fez o seguinte: - "Art. 216 - Será respeitada aos selvícolas a posse das terras onde se acham permanentemente localizados, com a condição de não a transferirem". Aqui não se trata do direito de propriedade comum; o que se reservou foi o território dos índios. Essa área foi transformada num parque indígena, sob a guarda e administração do Serviço de Proteção aos Índios, pois estes não têm a disponibilidade das terras. - O objetivo da Constituição Federal é que ali permaneçam os traços culturais dos antigos habitantes, não só para sobrevivência dessa tribo, como para estudo dos etnólogos e para outros efeitos de natureza cultural ou intelectual. - Não está em jogo, propriamente, um conceito de posse, nem de domínio, no sentido civilista dos vocábulos; trata-se de habitat de um povo. - Se os índios, na data da Constituição Federal, ocupavam determinado território, porque deste território tiravam seus recursos alimentícios, embora sem terem construções ou obras permanentes que testemunhassem posse de acordo com o nosso conceito, essa área, na qual e da qual viviam, era necessária a sua subsistência. Essa área, existente na data da Constituição Federal, é que se mandou respeitar. Se ela foi reduzida por lei posterior; se o Estado a diminuiu de dez mil hectares, amanhã a

3855
 amanhã a reduzirá em outras dez, depois, mais dez e poderia acabar confinando os índios a um pequeno trato, até ao terreiro da aldeia, porque ali é que a "posse" estaria materializada nas malocas. - Não foi isso que a Constituição quis. O que ela determinou foi que, num verdadeiro porquê indígena com todas as características culturais primitivas, pudessem permanecer os índios, vivendo naquele território, porque a tanto equivale dizer que continuariam na posse do mesmo. - Entendo, portanto, que, embora a demarcação desse território resultasse, originariamente, de uma lei do Estado, a Constituição Federal dispôs sobre o assunto e retirou ao Estado qualquer possibilidade de reduzir a área que, na época da Constituição, era ocupada pelos índios, ocupada no sentido de utilizado por eles como seu ambiente ecológico. - Peço venia ao eminente Ministro Relator para acolher a arguição de inconstitucionalidade da Lei estadual nº 1.077, de 1958, confirmando o acórdão do Tribunal local, que assim dispôs: -...-----

-----V O T O-----

O SENHOR MINISTRO VILLAS BÔAS - Data venia do eminente Sr. Ministro Relator, meu voto é de acordo como eminente Sr. Ministro Victor Nunes, acolhendo a arguição de inconstitucionalidade. -----

-----V I S T A-----

o senhor MINISTRO LUIZ GALLOTTI - Sr. Presidente, pelo vista dos autos
 -----D E C I S Ã O-----

Como consta da ata, a decisão foi a seguinte: ADIADO POR HAVER PEDIDO VISTA O SR MINISTRO LUIZ GALLOTTI DEPOIS DOS VOTOS DOS SRS MINISTROS RELATOR E PEDRO CHAVES? RELATANDO A ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI Nº 1.077 DE 10 DE ABRIL DE 1958, DO ESTADO DE MATO GROSSO? AO PASSO QUE OS SRS MINISTROS VICTOR NUNES, GONÇALVES DE OLIVEIRA, VILLAS BÔAS, CÂNDIDO MOTTA E ARY FRANCO ACO- LHIAM A REFERIDA ARGUIÇÃO. - Presidência do Exmº Sr. Ministro Al ves Barreto, digo, BARROS BARRETO. - Relator, o Exmº Sr. Ministro RIBEIRO DA COSTA. - Assinado)-Hugo Mosca - Vice-Diretor Geral.--

-----PRONUNCIAMENTO SOBRE PETIÇÃO-----

O SENHOR MINISTRO LUIZ GALLOTTI - Sr. Presidente, o eminente Re- lator deste recurso, Ministro Ribeiro da Costa, como eu havia pe- dido vista dos autos, passou-se ontem uma petição que recebeu do ilustre advogado do Presidente da Assembleia Legislativa do Esta- do de Mato Grosso, em que se pede o seguinte: - "Nos autos do Re- curso Extraordinário nº 44.585 de Mato Grosso, originário do Man- dato de Segurança da 5ª Inspeção Regional de Índios, impetrou contra o Presidente da Assembleia Legislativa, a fim de obter a declaração da inconstitucionalidade, em tese, da Lei estadual - que apenas retificou lei anterior, para manter uma reserva de -

reserva de cem mil hectares, área equivalente ao do Estado da Guanabara, exclusivamente para os poucos índios remanescentes da tribo dos Kadiuêus, o recorrente Presidente da Assembléia vem requerer se digna V. Excia., submeter à alta consideração do Plenário, a importante questão de ordem, no sentido de ser suscitado o julgamento da inconstitucionalidade da lei local, por isso que essa inconstitucionalidade ainda não foi regularmente julgada, pelo quorum constitucional do Tribunal Estadual, conforme consta dos autos, através das informações prestadas pelo Presidente daquele Tribunal, salientando que o Tribunal é de sete membros e que apenas compareceram à sessão, 4 Desembargadores. Convocado na hora, mais um Juiz de Direito, votaram pela inconstitucionalidade apenas 3 Desembargadores incluindo o Presidente e mais o Juiz convocado, não observando assim o quorum constitucional do art. 200, podendo, o Supremo converter o julgamento em diligência, fazendo o processo voltar ao Tribunal local, para completar o julgamento da matéria única da inconstitucionalidade pelo quorum exigido pela Lei Magna." - Ora, com o exame dos autos verifico o seguinte: Há um despacho do eminente Ministro Relator, a fls 111, em que S.Excia. disse: "Devolve estes autos ao ilustre Tribunal de origem afim de que se faça constar a certidão relativa ao julgamento do mandato de segurança, ut a córdão de fls 35v/59, esclarecendo-se se houve decretação de inconstitucionalidade da Lei nº 1.077 de 10 de abril de 1958 e se o julgamento foi proferido com a observância do quorum legal (Constituição Federal, art. 200). Vê-se, de fls. 55 a 55v. que houve omissão dessa formalidade processual, o que, todavia, não ocorreu por ocasião do julgamento a fls 30 (vide certidão de fls 29)". - S. Excia. mandou, assim, que o Tribunal local informasse, que é a seguinte: O Tribunal de Mato Grosso compõe-se de 7 membros; votaram 5 pela inconstitucionalidade. Por conseguinte, houve maioria absoluta, no sentido da inconstitucionalidade. Na verdade, há se suscitou dúvida face da definição mais corrente entre nós, de maioria absoluta, ou seja "metade mais um". No Supremo Tribunal, composto de 11 juizes, já se pretendeu a maioria absoluta não fossem seis e sim, sete, com o seguinte raciocínio: Metade de onze são cinco e meio, mais um: seis e meio. E, como não se pode dividir um juiz ao meio, extrai-se de um mínimo, não podendo ser seis, seria sete. A dificuldade decorrente daquela definição, corrente entre nós, e existe sempre que o número total é ímpar (sendo par, o problema não existe). Adotada, porém, a verdadeira definição de maioria absoluta, como a formulam os italianos (notadamente os Scialoja), com a clareza que lhes é peculiar, a dificuldade estará sempre superada, mesmo que seja ímpar o número total. Eles definem assim: Maioria absoluta é o número imediatamente superior à metade. Ora,

3856

superior à metade. Ora, num Tribunal de onze juizes, o número i
mediatamente superior à metade é seis. E num de sete (caso de
Mato Grosso) é quatro. Se houve quatro votos pela inconstitucio
nalidade, a maioria absoluta foi alcançada. - Era o que tinha a
dizer sobre a petição, cabendo-me solicitar, a respeito, o pro
nunciamento do eminente Relator. -----

-----SÔBRE PETIÇÃO-----

O SR. MINISTRO RIBEIRO COSTA (RELATOR): Sr. Presidente, sobre a
petição que acaba de ser lida pelo Sr. Ministro Luiz Gallotti,
meu pronunciamento só se pode traduzir num agradecimento a Sua
Excia., pelo esclarecimento que trouxe a este Tribunal, salien
tando que, tendo eu tido dúvida, por ser omissa o processo, sô
bre o julgamento da inconstitucionalidade, tive o cuidado de bai
xar os autos para que o Tribunal esclarecesse o caso, devidament
te, o que foi feito. -

-----V O T O-----

O SR. MINISTRO LUIZ GALLOTTI - Pedindo venia ao eminente Relator,
acompanho o voto de eminente Ministro Victor Nunes e também aco
lho a arguição de inconstitucionalidade. -----

-----V O T O-----

O SENHOR MINISTRO HANNEMANN GUIMARÃES - Sr. Presidente, peço ve
nia ao sr. Ministro Relator para acompanhar o voto do Sr. Minis
tro Victor Nunes, que me parece haver demonstrado que a lei ma
togrossense infringiu o art. 216 da Constituição, relativo à
pósse dos índios sobre as terras concedidas em doação. -----

-----D E C I S Ã O-----

Como consta da ata, a decisão foi a seguinte: DECLARARAM A IN
CONSTITUCIONALIDADE DA LEI Nº 1.077, DE 10 DE ABRIL DE 1958, DO
ESTADO DE MATO GROSSO, PELOS VOTOS DOS SENHORES MINISTROS VIC
TOR NUNES, GONÇALVES DE OLIVEIRA, VILLAS BÔAS, CÂNDIDO MOTTA, A
RY FRANCO, LUIZ GALLOTTI, HANNEMANN GUIMARÃES E LAFAYETE FR SN
DRADA, VENCIDOS OS SRS MINISTROS RELATOR (RIBEIRO DA COSTA) e P
PEDRO CHAVES. - Presidencia do Exmº Sr. Ministro Barros Barreto.
- Relator o Exmº Sr. Ministro RIBEIRO DA COSTA. - Tomaram parte
no julgamento os Exmºs srs. Ministros PEDRO CHAVES, VICTOR NUNES,
GONÇALVES DE OLIVEIRA, VILAS BÔAS, CÂNDIDO MOTTA, ARY FRANCO, -
LUIZ GALLOTTI, HANNEMANN GUIMARÃES, RIBEIRO DA COSTA E LAVAYETE
DE ANDRADA. - Assinado)-HUGO MOSCA - Vice Diretor Geral.-----

-----E M E N D A-----

1) Inconstitucionalidade da Lei nº 1.077 de 10 - 4 - 58, de Ma
to Grosso, que reduziu área de terras que se achavam na pósse -
de selvículas (C.F. art.216). 2)-Maioria absoluta é o número i
mediatamente superior à metade, ainda que esta seja fracionária.

C O P I A

seja fracionária. Assim, em Tribunal de sete membros, a maioria, a maioria absoluta é quatro (do voto do Sr. Min. Luiz Galletti).

-----A C Ó R D ã O-----

Vêstos, relatados e discutidos os autos acima identificados, a -
cordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em sessão ple-
nária, na conformidade da ata do julgamento e das notas taqui -
grafadas, por maioria de votos, acolher a arguição de inconsti-
tucionalidade da Lei nº 1077, de 10.4.50, de Mato Grosso, diver-
gindo os Srs. Ministros Relator e Pedro Chaves. - Brasília, 30
de agosto de 1961 (data do julgamento). Assinado)-Barros Barre-
to, Presidente. Assinado)-Victor Nunes Leal - Pelator para o a-
cordão. -----

ESTÁ CONFORME O ORIGINAL. - Secretaria do Supremo Tribunal Fé-
deral, em 14 de novembro de 1961. -----

Eu _____ Oficial, o datilografei. Eu _____
_____, Diretor de Serviço, subscrevi. -----

V I S T O:

Diretor Geral.

VISTO		
S. P. I.	de	de 19
CHefe DA I. R. - 5		

At 19 metros
Em 12/5/57
E. A. P. P.

3857
998



DIÁRIO OFICIAL

Do Estado de Mato Grosso

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

ANO LXVII — CUIABÁ, QUARTA-FEIRA, 27 DE NOVEMBRO DE 1957 — N. 13.412

Administração do Governador J. Ponce de Arruda

Atos do Poder Legislativo

LEI N. DE DE OUTUBRO DE 1957

Da nova redação aos dispositivos do Decreto-Lei n. 54, de 9 de abril de 1931 e outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO decreta:

Artigo 1. — O Artigo 1. do Decreto-Lei n. 54, de 9 de abril de 1931, passará a ter a seguinte redação:

Fica confirmado para todos os efeitos o ato Governamental de 7 de Agosto de 1903, que aprovou a demarcação das terras reservadas ao usufruto dos Índios Cadiwéus e apenas retificada a área que passará a ser de 100.000 (cem mil) hectares, mais ou menos.

§ Único — As condições estipuladas nas letras a, b, c, d, e, f, g, h, i e k do Decreto-Lei mencionado continua em vigor para todos os efeitos.

Artigo 2. — Os limites da área ora ratificada de 100.000 (cem mil hectares), serão os seguintes: Partindo de um ponto na margem esquerda do Rio Ntutaca, distante 10 quilômetros mais ou menos, da aldeia denominada Tigre e a 75 quilômetros aproximadamente da Serra da Bodoquena; deste ponto, por uma linha reta, com rumo S43°30'W e distância de 20 quilômetros; deste ponto por uma linha reta rumo S21°00'W e distância de 10 km; deste ponto por uma linha reta rumo N71°00'E e distância de 4 km; deste ponto por uma linha reta rumo S2°00'W e distância de 20 km aproximadamente até encontrar a margem direita do Rio Aquidaban, numa distância de 50 km mais ou menos, da Serra da Bodoquena; deste ponto, descendo pela margem direita do Rio Aquidaban, até encontrar a sua confluência no Rio Paraguai; subindo pela margem esquerda do Rio Paraguai até encontrar a desembocadura do Rio Nabileque; subindo pela margem esquerda do Rio Nabileque, até encontrar a foz do Rio Ntutaca; finalmente subindo pela margem esquerda do Rio Ntutaca até o ponto de partida.

Artigo 3. — Anteriormente à vigência desta lei, consideram-se caducos e de nenhuma validade, os requerimentos objetivando aquisição de terras na área constante do Decreto-Lei n. 54, de 9 de abril de 1931.

Artigo 4. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Assembleia Legislativa do Estado, em Cuiabá,

de 16 de outubro de 1957.

Rachid J. Mamed, Presidente
Dornievil N. C. Faria, 1. Secretário
Mario Spinelli, 2. Secretário.

DESPACHO: Nego sanção ao projeto, por considerá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público.

Em 18-11-57.

(a) J. Ponce de Arruda
Governador do Estado.

MENSAGEM N. 92-57

Em 18 de Novembro de 1957.

Senhores Membros da Assembleia Legislativa do Estado.

No uso da atribuição que me é conferida pelo artigo 16, § 1.º, da Constituição do Estado resolvi negar sanção ao projeto de lei que dá nova redação aos dispositivos do Decreto-Lei n. 554, de 9 de abril de 1931, que me fora encaminhado com o ofício n. 572-57, de 8 do corrente, por considerá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público.

A medição das terras reservadas ao usufruto dos índios Cadiwéus, foi aprovada pelo Governo.

Trata-se de ato perfeito e acabado que não pode ser unilateralmente desfeto, nem sequer alterado.

E' de interesse público que as decisões governamentais principalmente as que gerem direitos subjetivos não sejam revogadas pela própria Administração, a não ser nos casos especiais ofensa à lei ou à moralidade administrativa.

O respeito pelas terras dos nossos índios que fora uma constante preocupação de alguns estadistas do Império, se elevou na República, em dogma constitucional (art. 216 da Const. Federal).

Não contestamos que a área reservada tenha ultrapassado os limites razoáveis, mesmo tendo-se em conta a área devoluta de que o Estado então dispunha e o número dos índios beneficiados.

Mas si o caso é de redução de área desnecessária, parece-nos que o caminho legal seria o de desapropriação, desde que motivada, ou o entendimento com os representantes legais dos índios Cadiwéus que têm, como os demais silvícolas brasileiros, um Serviço Oficial, criado e mantido pela União, com a incumbência de assisti-los, protegê-los e representá-los.

A Constituição Federal vigente no art. 216 garante aos silvícolas a posse das terras em que se acham localizados e esse mesmo princípio inscrito na Constituição Estadual de 1935 (artigo 114) não foi revogado pela que se encontra em vigor.

Do lado desse princípio constitucional, se afirma também o que recusa legitimidade a lei que fere direito adquirido e o ato jurídico perfeito. (art. 141 parágrafo 3.º da Const. Federal).

A reserva de terras aos índios Cadiwéus se fez por ato legal que gerou direitos a esses índios de usufruirmos a referida área. A redução dela, mesmo determinada por lei, não pode vingar, face aos preceitos citados de nossa Lei maior.

Essas as razões que ditaram o meu veto ao projeto de lei que ora restituo a essa Ilustre Assembleia, a quem cabe apreciá-lo como julgar mais acertado.

Renovo a VV. Excias. nesta oportunidade os protestos de minha alta estima e mui distinta consideração.

(a) J. Ponce de Arruda
Governador do Estado.

Atos do Poder Executivo

DECRETO N. 350 DE 12 DE NOVEMBRO DE 1957

Abre um crédito suplementar de Cr\$ 200.000,00 à Secretaria de Educação, Cultura e Saúde.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, usando da atribuição que lhe confere o artigo 33, Item I, da Constituição do Estado, e autorizado pelo artigo 5.º da Lei n. 915, de 5 de novembro de 1956, decreta:

Artigo 1. — Fica aberto, no corrente exercício, à Secretaria de Educação, Cultura e Saúde o crédito de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), suplementar à Verba 2.042 — 51. — Material Permanente — 215 — Veículos do vigente orçamento.

Artigo 2. — O valor do presente crédito será coberto com os recursos provenientes do saldo financeiro, vindo do exercício de 1956.

Artigo 3. — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Alencastro, em Cuiabá, 28 de No-

vembro de 1957 136 da Independência e 69º da República.

J. Ponce de Arruda
Frederico Vaz de Figueiredo
M. B. Nunes da Cunha

DECRETO N. 351, DE 23 DE
NOVEMBRO DE 1957

Abre um crédito de Cr\$ 341.500,00 suplementar a várias verbas do vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, usando da atribuição que lhe confere o artigo 33, item I, da Constituição do Estado, e autorizado pelo artigo 5. da Lei n. 915, de 5 de novembro de 1956, decreta:

Artigo 1. — Fica reduzida de mais de Cr\$ 341.500,00 (trezentos e quarenta e um mil e quinhentos cruzeiros), no corrente exercício, a verba 3.2. — Outros Encargos Consignação 4.9, alínea b) Contribuição de 3% da Renda Ordinária para a Valorização da Bacia Amazônica.

Artigo 2. — Com os recursos constantes da redução de que trata o artigo anterior, fica aberto, no Tesouro do Estado, um crédito de Cr\$ 341.500,00 (trezentos e quarenta e um mil e quinhentos cruzeiros) suplementar às seguintes dotações do orçamento vigente:

3.16 — Tesouro do Estado	
208 — Biblioteca e Arquivo	Cr\$ 1.500
3.27 — Serviço de Fiscalização	
001 — Vencimentos	300.000,00
4.1 — Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas	
012 — Salário Família	30.000,00
5.15 — Ensino Primário	
004 — a) Gratificação de Função por classe aos Diretores de Escolas Reunidas	10.000,00
	Cr\$ 341.500,00

Artigo 3. — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Alencastro, em Curitiba 23 de Novembro de 1957 136 da Independência e 69º da República.

J. Ponce de Arruda
Frederico Vaz de Figueiredo
M. B. Nunes da Cunha

DO DIA 14 DE NOVEMBRO DE 1957

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, resolve:

EXONERAR:

A pedido LEONDIRA ALVARENGA COLADO, do cargo de Professor Primário, classe H, interino, em exercício, na escola rural, mista de PORTO ESDRAS município de Cuiabá.

MARIA LUIZA JORGE, do cargo de Professor Primário, classe H, interino, em exercício nas Escolas Reunidas de ASELIO SANTA RITA, desta Capital.

A pedido, CATARINA DE ABREU DIAS do cargo da classe H da carreira de Escrivente, interino, da Escola de Enfermagem Dr. MARIO CORREA DA COSTA, desta Capital.

A pedido, ANTONIA COCAROLE, do cargo de Professor Primário, classe H, interino em exercício nas Escolas Reunidas de IGUA-TEMI, município de Amanambai.

A pedido, ADACYR XAVIER do cargo de Professor Primário, classe H, interino em exercício no Grupo Escolar LUIZ DA COSTA FALCÃO, da cidade de Bonito.

TEREZINHA DE JESUS CABRAL BAREM, do cargo de Professor Primário, classe H, interino em exercício na Escola Modelo JOAQUIM MURTINHO, da cidade de Campo Grande.

A pedido, LEONORA ZUQUE, do cargo de Professor Primário, classe H, interino, em exercício na escola primária mista, 26 DE AGOSTO da cidade de Campo Grande.

HILDA NOBRE MALHEIROS, do cargo de Visitadora, classe N, interino, do Departamento de Saúde do Estado.

JULIA CANHETE do cargo de Auxiliar de Rolo X, padrão M interino, do Departamento de Saúde do Estado, por ter sido nomeada para outro cargo.

ANAYDES MOURA SANTOS, do cargo de Professor Primário, classe H, interino, das Escolas Reunidas LUIZ DA COSTA FALCÃO da cidade de Bonito.

TORNAR SEM EFEITO:

O ato de 12 de junho último, que nomeou CLARINDA FREITAS QUEIROZ para exercer, interinamente, o cargo de Porteiro Arquivista, da Recebedoria de Rendas — Norte, por não ter tomado posse do referido cargo, dentro do prazo legal.

O ato de 9 de outubro último que nomeou BENEDITA FERREIRA DE SOUZA, para exercer, interinamente, o cargo da classe I, da carreira de Atendente, do Departamento de Saúde do Estado.

O ato de 28 de fevereiro de 1956, que exonerou ALINE RONDON FRANÇA do cargo de Inspetor de Alunos classe H, interino do Colégio Estadual de Mato Grosso.

CLASSIFICAR:

Na classe I, da carreira de Professor Primário, o Professor, classe H, LAVINIA DA ROCHA MARQUES, em exercício na escola isolada, primária CIRIACO DE TOLEDO, da cidade de Corumbá.

NOMEAR:

CLARINDA FREITAS QUEIROZ, para exercer, interinamente, o cargo de Porteiro Arquivista, da Recebedoria de Rendas do Norte.

EGESIPA DA SILVA CAMPOS para exercer, interinamente o cargo de Visitadora, classe N, do Departamento de Saúde do Estado, preenchendo um dos claros existentes na carreira.

HILDA NOBRE MALHEIROS para exercer, interinamente, o cargo da classe I, da carreira de Atendente, do Departamento de Saúde do Estado, preenchendo um dos claros existentes na carreira.

JULIA CANHETE para exercer interinamente, o cargo de Auxiliar de Laboratório, padrão N, do Departamento de Saúde do Estado, considerando-a em exercício a partir desta data.

HUMBERTO STABELITO para exercer, interinamente, o cargo de Auxiliar de Saneamento classe M, do Departamento de Saúde do Estado, preenchendo um dos claros existentes, na carreira.

AIDA PEREIRA MOREIRA para exercer, interinamente, o cargo de Auxiliar de Laboratório, padrão N, do Departamento de Saúde do Estado.

CORINA SOUZA BRANDÃO para exercer interinamente, o cargo da classe I, da carreira de Atendente, do Departamento de Saúde do Estado, preenchendo um dos claros existentes

na carreira, considerando-a em exercício a partir de 2 de maio último.

JOSEFA CANHETE BREITSCHENEDER para exercer, interinamente o cargo de Visitadora, classe N, do Departamento de Saúde do Estado, preenchendo um dos claros existentes na carreira.

ALACIL LANNES FILHO para exercer, interinamente, o cargo de Auxiliar de Laboratório padrão N, do Departamento de Saúde do Estado, criado pela Lei n. 880, de 22 de outubro de 1955.

MANOELINA FERNANDES GOES para exercer, interinamente, o cargo de Professor Primário, classe H, lotando-a na escola rural, mista de TRES BARRAS, município de Campo Grande.

AUREA BRANDÃO para exercer, interinamente, o cargo de Professor Primário, classe H lotando-a no Grupo Escolar VESPASIANO MARTINS, da cidade de Campo Grande, preenchendo o claro ali existente, em virtude de exoneração de Hilda Terezinha Saravy Thomé.

MARLY MARQUES TAVARES para exercer, interinamente, o cargo de Professor Primário, classe H lotando-a na escola rural, mista de A. BUENO PEDROSO, município de Bonito, considerando-a em exercício a partir de 1. de março último.

JUDITH FERREIRA DE CASTRO para exercer, interinamente, o cargo de Professor Primário, classe H, lotando-a na escola primária mista, 26 DE AGOSTO, de Campo Grande, vago em virtude de exoneração de Leonora Zuque.

ILDETE BARBOSA DA SILVA para exercer interinamente, o cargo de Professor Primário, classe H, lotando-a na escola isolada ALVARO MARTINS da cidade de Campo Grande.

De acordo com o parágrafo 2. do artigo 1. da Lei n. 866, de 22 de outubro de 1956, MARIA INES MYAHIRA para exercer interinamente, o cargo de Professor Primário, classe H, do Quadro Suplementar da carreira de Professor Primário, lotando-a no Departamento de Educação e Cultura do Estado, considerando-a em exercício a partir de 9 de setembro último.

MARIA NAIR DA COSTA para exercer, interinamente o cargo de Professor Primário, classe H, lotando-a na escola primária mista, de 26 DE AGOSTO, da cidade de Campo Grande.

JOANITA MANDETTA ATALLA normalista) para exercer, interinamente, o cargo de Professor Primário, classe I da Escola Modelo JOAQUIM MURTINHO, da cidade de Campo Grande, preenchendo um dos claros ali existentes.

De acordo com o parágrafo 2. do artigo 1. da Lei n. 866, de 22 de outubro de 1956 MARIA LUIZA DE SOUZA para exercer, interinamente, o cargo de Professor Primário, classe H, do Quadro Suplementar da carreira de Professor Primário lotando-a no Departamento de Educação e Cultura do Estado.

MARIA ROSA DE CAMPOS CURADO para exercer, interinamente, o cargo de Professor Primário, classe H, lotando-a no Grupo Escolar NICOLAU FRAGELLI, do Bairro do Casco, da cidade de Campo Grande considerando-a em exercício a partir de 1. de setembro último.

EDITH CORREA BRITES para exercer, interinamente, o cargo de Professor Primário,

classe H, lotando-a no Grupo Escolar NICOLAU FRAGELLI, da cidade de Campo Grande preenchendo um dos claros ali existentes, considerando-a em exercício a partir de 20 de setembro último.

De acordo com o parágrafo 2. do artigo 1. da Lei n. 866, de 22 de outubro de 1956, RITA LESCANO BORGES para exercer, interinamente, o cargo de Professor Primário, classe H, do Quadro Suplementar da carreira de Professor Primário, lotando-a no Departamento de Educação e Cultura do Estado, considerando-a em exercício a partir de 1. de outubro último.

ARINO DE MOURA FABRICIO para exercer, interinamente o cargo de Professor Primário, classe H, lotando-a na escola rural, mista, de A. BUENO PEDROSO, município de Bonito, considerando-a em exercício a partir de 1. de março último.

CARLOS SILVEIRA para exercer, interinamente, o cargo de Professor Primário, classe H, lotando-a na escola rural, mista, de CA- BECEIRA LIVRE VONTADE município de Bonito, considerando-a em exercício a partir de 7 de março último.

NILTON SILVEIRA para exercer, interinamente, o cargo de Professor Primário, classe H, lotando-a nas Escolas Reunidas LUIZ DA COSTA FALCÃO, da cidade de Bonito, preenchendo um dos claros ali existentes considerando-a em exercício a partir de 11 de março último.

ZENIR CASTILHO SOARES para exercer, interinamente, o cargo de Professor Primário, classe H, lotando-a nas Escolas Reunidas LUIZ DA COSTA FALCÃO da cidade de Bonito, preenchendo um dos claros ali existentes considerando-a em exercício a partir de 1. de agosto último.

ENIR FRANCO CEZAR para exercer, interinamente, o cargo de Professor Primário, classe H, lotando-a nas Escolas Reunidas LUIZ DA COSTA FALCÃO, da cidade de Bonito, preenchendo um dos claros ali existentes, considerando-a em exercício a partir de 1. de junho último.

AIDE SILVEIRA para exercer, interinamente, o cargo de Professor Primário, classe H, lotando-a nas Escolas Reunidas LUIZ DA COSTA FALCÃO da cidade de Bonito, preenchendo um dos claros ali existentes, considerando-a em exercício a partir de 9 de maio último.

EDY GONÇALVES DA SILVA para exercer, interinamente, o cargo de Professor Primário, classe H, lotando-a no Grupo Escolar GENE- RO SO PONCE, da cidade de Bela Vista, preenchendo o claro ali existente, considerando-a em exercício a partir de 1. de agosto último.

ORMINDA INES SANTANA para exercer, interinamente, o cargo de Professor Primário, classe H, lotando-a no Grupo Escolar GENE- RO SO PONCE da cidade de Bela Vista, preenchendo o claro ali existente, considerando-a em exercício a partir de 1. de agosto último.

PASCOALA VILALBA, para exercer, interinamente, o cargo de Professor Primário, classe H, lotando-a nas Escolas Reunidas de ESTER SILVA da cidade de Bela Vista, preenchendo o claro ali existente, considerando-a em exercício a partir de 1. de agosto último.

OTAVIANA GONZALEZ para exercer, interinamente, o cargo de Professor Primário, classe H, das Escolas Reunidas de NUNCA TE VI município de Bela Vista.

De acordo com o parágrafo 2. do artigo 1. da Lei n. 866, de 22 de outubro de 1956, CARTUNINO FREITAS para exercer, interinamente, o cargo de Professor Primário, classe H do Quadro Suplementar da carreira de Professor Primário, lotando-o no Departamento de Educação e Cultura do Estado, considerando-o em exercício a partir de 1. de agosto último.

WILMA PEREIRA VILALBA para exercer, interinamente, o cargo de Professor Primário, classe H, lotando-a no Grupo Escolar de VILA CARACOL, da cidade de Bela Vista, preenchendo o claro ali existente em virtude de exoneração de Joana Tomassine dos Santos.

ADEMIR DE ARRUDA para exercer, interinamente, o cargo da classe G, da carreira de Porteiro, lotando-o no Grupo Escolar VILA CARACOL, município de Bela Vista, considerando-o em exercício a partir de 1. de agosto último.

DO DIA 14 DE NOVEMBRO DE 1957

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO resolve:

NOMEAR:

BENJAMIM RIBEIRO GUIMARAES para exercer em comissão o cargo de Inspetor Regional de Ensino Primário, padrão V.

De acordo com o parágrafo 2. do artigo 1. da Lei n. 866, de 22 de outubro de 1956, MARIA DEOMETILDE PEREIRA AJALA para exercer, interinamente, o cargo de Professor Primário, classe H, do Quadro Suplementar da carreira de Professor Primário, lotando-a no Departamento de Educação e Cultura do Estado considerando-a em exercício a partir de 1. de agosto último.

DORALICE BEZERRA para exercer, interinamente, o cargo de Professor Primário, classe H, lotando-a na escola rural, mista de GLEBA SANTO ANTONIO, município de Rondonópolis, considerando-a em exercício a partir de 10 de agosto último.

A normalista SALUA HAFEZ para exercer, interinamente o cargo de Professor Primário, classe I, lotando-a no Grupo Escolar Circulo dos Operarios DOM BOSCO, da cidade de Corumbá, considerando-a em exercício a partir de 4 de junho último, ficando assim, retificado o ato de 17-7-57.

De acordo com o parágrafo 2. do artigo 1. da Lei n. 866, de 22 de outubro de 1956, MARIA DA CONCEIÇÃO GARDES para exercer, interinamente, o cargo de Professor Primário classe H, do Quadro Suplementar da carreira de Professor Primário, lotando-a no Departamento de Educação e Cultura do Estado.

PETRONIA FERREIRA para exercer, interinamente o cargo de Dentista, padrão T, do Departamento de Saúde do Estado.

De acordo com o parágrafo 2. do artigo 1. da Lei n. 866, de 22 de outubro de 1956, NEUZA RIOS DE ALBUQUERQUE para exercer, interinamente, o cargo de Professor Primário, classe H, do Quadro Suplementar da carreira de Professor Primário, lotando-a no Departamento de Educação e Cultura do Estado considerando-a em exercício a partir de 1. de março último, ficando assim, retificado o ato de 24 de agosto último.

CORINA SOUZA BRANDÃO para exercer, interinamente, o cargo da classe I, da carreira de Atendente do Departamento de Saúde do Estado, preenchendo um dos claros existentes.

3858
10/98

MARIA TEIXEIRA DE OLIVEIRA para exercer, interinamente, o cargo de Professor Primário, classe H, lotando-a na escola rural, mista de CASSUNUNGA, município de Tesouro.

GENI MONTEIRO DE ALMEIDA para exercer, interinamente, o cargo de Professor Primário, classe H, lotando-a nas Escolas Reunidas da cidade de Jo Brilhante, preenchendo um dos claros ali existentes considerando-a em exercício a partir de 1. de setembro último.

APOSENTAR:

De acordo com o artigo 192, item II, do decreto-lei n. 410, de 28 de outubro de 1941, combinado com o artigo 110, item IV, da constituição do Estado o Dr. LEOPOLDO AMBROSIO FILHO, no cargo de Médico, classe V, do Departamento de Saúde do Estado.

REFORMAR:

De acordo com o artigo 110, item IV, da Constituição do Estado, o soldado JOVINO RIBEIRO DA COSTA da Polícia Militar do Estado, visto ter sido julgado definitivamente incapaz para o serviço militar.

EXONERAR:

A pedido, JOANA TOMASSINI DOS SANTOS, do cargo de Professor Primário, classe H, interino, em exercício no Grupo Escolar de VILA CARACOL município de Bela Vista.

DO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 1957

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, resolve:

EXONERAR:

JOAQUIM ANASTACIO DO ESPIRITO SANTO, do cargo de Carcereiro padrão G, juterino, da Cadeia Pública da cidade de Diamantino.

A pedido, o 1. Tenente EVARISTO DA COSTA E SILVA FILHO, da Polícia Militar do Estado, do cargo de Delegado de Polícia padrão J, do município de Diamantino.

A pedido, o 1. Tenente SERGIO XAVIER DE MATOS, da Polícia Militar do Estado, do cargo de Delegado de Polícia do município de Rondonópolis.

A pedido PEDRO CARNEIRO das funções de Subdelegado de Polícia, do distrito de POMBAS, município de Poxoreu

A pedido, JOSE RIBEIRO DE CARVALHO, das funções de Subdelegado de Polícia, do distrito de JARUDORÉ, município de Poxoreu.

CONSIDERAR EXONERADO:

A partir de 12 de outubro próximo fúndo o 1. Tenente JOAO RODRIGUES VIEIRA, da Polícia Militar do Estado, do cargo de Delegado de Polícia, do município de Rio Brilhante.

CONSIDERAR REMOVIDO

A partir do dia 5 do corrente, para a Delegacia de Polícia do Município de Poconé, o Escrivão de Polícia, padrão L JOAO FRANCISCO PEREIRA, da Delegacia de Polícia do município de Corumbá.

CONSIDERAR:

IRACEMA BORGES em exercício a partir de 2 de setembro último, no cargo de Escrivente, classe H, da Secretaria do Interior, Justiça e Finanças para o qual fora nomeada durante o impedimento de Amalia Verianglen, que acha licenciada, por ato de 24-8-57.

NOMEAR:

RENATO MARTINS DA SILVEIRA para exercer, interinamente, o cargo de Coletor das Rendas Estaduais do Município de Corumbá.

JOSE DE ALMEIDA LEAO para exercer, em comissão, o cargo de Delegado de Polícia Padrão I do município de Rio Brilhante.

JOAO FERNANDES DA FONSECA para exercer, interinamente, o cargo de Fiscal de Rendas do Estado, classe B, durante o impedimento do Fiscal de Rendas Hugo Correa.

NEIDE SANTANA DE CARVALHO, para exercer, interinamente, o cargo de Tabelião de Notas do 1.º Ofício da comarca de Porto Murtinho, atualmente vago.

FELIX DAIGRE para exercer, interinamente, o cargo de Escrivão da Coletoria das Rendas Estaduais do município de Corguinho.

JOSE DE ALMEIDA LEAO para exercer em comissão, o cargo de Delegado de Polícia Padrão J, do município de Rio Brilhante vago em virtude de exoneração do Tenente João Rodrigues Vieira.

ADONIAS SANTOS ROSA para exercer, interinamente, o cargo de Carcereiro, padrão F da Cadeia Pública da cidade de Barra do Garças.

BENEDITO PEREIRA GUIMARAES para exercer, interinamente, o cargo de Carcereiro padrão G da Cadeia Pública da cidade de Diamantino, vago em virtude de exoneração de Joaquim Anastacio do Espírito Santo.

MANOEL CARNEIRO para exercer, as funções de Subdelegado de Polícia do distrito de POMBAS, município de Poxoreu.

COLOCAR EM DISPONIBILIDADE

O Promotor de Justiça, padrão Z3, Dr. FRANCISCO OSVALDO DE FREITAS da Comarca de Ponta Porã.

DO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 1957

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, resolve:

REFORMAR:

De acordo com o artigo 110, item IV combinado com o artigo 137 da Constituição do Estado, o Cabo ALVENTINO JOSE DA SILVA, da Polícia Militar do Estado, visto ter sido julgado definitivamente incapaz para o serviço militar.

NOMEAR:

De acordo com o parágrafo 2.º do artigo 1.º, da Lei n.º 566, de 22 de outubro de 1956, NÉSIA SANTANA BATISTA ALVES para exercer, interinamente, o cargo de Professor Primário, classe H lotando-a no Departamento de Educação e Cultura do Estado, considerando-a em exercício a partir do dia 1.º de outubro próximo findo.

De acordo com o artigo 1.º, da Lei n.º 474, de 12 de agosto de 1952, o 2.º Tenente Reformado, ARLINDO MARQUES CAVALCANTI da Polícia Militar do Estado, para exercer o cargo de Delegado de Polícia do município de Jardim.

CONSIDERAR PROMOVIDO:

A partir do dia 5 do corrente, para a Delegacia de Polícia do Município de Corumbá, o Escrivão de Polícia, padrão L, ANGELO CATARINO DA FONSECA da Delegacia de Polícia do Município de Poconé.

CONSIDERAR EXONERADO:

A partir de 1.º de maio último ROLF HONROSCOF, do cargo de Professor Primário, classe H, interino, da escola rural, mista, de PURO DE PEDRAS, município de Barra do Garças.

A partir de 2 de setembro último, NEUTELINA GOMES BEZERRA, do cargo de Professor Primário, classe H, interino, em exercício na escola rural, mista, de SÃO MANOEL município desta Capital.

NOMEAR:

MARY DE ALMEIDA para exercer, interinamente, o cargo de Professor Primário, classe J, da Escola Primária do Centro Social Arquidocesano, do 2.º Distrito desta Capital, ficando assim retificado o ato de 5 de março último que a nomeou com o nome de MARY ANTUNES DE ALMEIDA.

MARIA NASCIMENTO DOS SANTOS para exercer, interinamente, o cargo de professor primário, classe H lotando-a nas Escolas Reunidas de ALTO COITE, da cidade de Poxoreu, considerando-a em exercício a partir de 1.º de setembro último.

TEREZINHA AFARECIDA SANTAREM RODRIGUES para exercer, interinamente, o cargo de Professor Primário classe H, lotando-a na escola rural, mista, de MATO VERDE, município de Barra do Garças, considerando-a em exercício a partir de 1.º de setembro último.

OLINDINA RODRIGUES DE OLIVEIRA para exercer, interinamente, o cargo de Professor Primário classe H, lotando-a na escola rural, mista de PURO DE PEDRAS, município de Barra do Garças, vaga em virtude de exoneração de Rolf Honroscof considerando-a em exercício a partir de 1.º de maio último.

O Sargento MARIO VIEIRA da Polícia Militar do Estado, para exercer, as funções de Subdelegado de Polícia do distrito da sede do município de Itaporã.

O Dr. WOLFGANG FRANZ LEO OTTOKAR HERZOG, para exercer interinamente, o cargo de classe U, na carreira de Médico, do Departamento de Saúde do Estado, preenchendo um dos cargos existentes na referida carreira, ficando, assim retificado o ato de 30 de outubro próximo findo que o nomeou com o nome de Wolfgang Herzog para exercer o referido cargo.

PORTARIAS

DO DIA 14 DE NOVEMBRO DE 1957

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, resolve:

N. 742-57 — Conceder de acordo com o artigo 160, letra a, do decreto-lei n.º 410, de 28 de outubro de 1941, a ERLY LOPES FERREIRA, Auxiliar de Saneamento classe M, lotando no Centro de Saúde desta Capital, 4 (quatro) meses de licença, na forma da lei, para tratamento de saúde.

N. 743-57 — Conceder a ANA MARIA SIQUEIRA DE MAGALHÃES, Oficial Administrativo classe D da Escola Técnica de Comércio de Cuiabá, tres (3) meses de licença de acordo com o artigo 168, do decreto-lei n.º 410 de 28 de outubro de 1941, a partir de 23 de Setembro último.

N. 744-57 — Conceder a ARLINDA ALVES DE ALMEIDA, Professor Primário, classe K, em exercício no Grupo Escolar PRESIDENTE MARQUES da cidade de Rosário Oeste, tres (3) meses de licença de acordo com o artigo 168, do decreto-lei n.º 410, de 28 de outubro de 1941, a partir de 1.º de agosto último.

N. 745-57 — Conceder a NATILDE PEREIRA PINHEIRO, Professor Primário, classe L, lotada na Escola Rural Mista de BONSUCESOPOLIS município de Varzea Grande, tres (3) meses de licença de acordo com o artigo 168, do

decreto-lei n.º 410, de 28 de outubro de 1941, a partir de 2 de setembro último.

N. 746-57 — Conceder a ERYC DÍAS DE ASSIS, Professor Primário, classe H, da Escola Rural Mista de COQUEIRO, município de Santo Antonio de Leverger, tres (3) meses de licença de acordo com o artigo 168, do decreto-lei n.º 410, de 28 de outubro de 1941.

N. 747-57 — Conceder a DOMINGAS RAMOS DA SILVA, Extranumerário mensalista, Referência VI, na Escola Modelo Barão de Melgaço desta Capital, tres (3) meses de licença de acordo com o artigo 168, do decreto-lei n.º 410, de 28 de outubro de 1941.

N. 748-57 — Admitir EDNA MARIA DA SILVA, para como Extranumerário Mensalista, Ref. IX, exercer as funções de Trabalhador da Residência Governamental.

N. 749-57 — Determinar ao Diretor do Expediente do Governo a não permitir que pessoas estranhas à mesma repartição tomem conhecimento de atos do Governo, ainda não publicados.

N. 750-57 — Conceder de acordo com o artigo 160, letra a, do decreto-lei n.º 410, de 28 de outubro de 1941, a CIPRIANO PROCOPIO DA SILVA, Guarda Civil, classe L, da Delegacia de Polícia desta Capital, 60 dias de licença, na forma da lei, para tratamento de saúde.

N. 751-57 — Conceder ao Major JOSE SAAB da Polícia Militar do Estado 90 (noventa) dias de licença, na forma da lei, para tratamento de saúde.

DO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 1957

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, resolve:

N. 752-57 — Designar o Dr. EZIO FRANCISCO CALABRIA, Diretor do Departamento de Obras Públicas, para juntamente com os membros da Comissão Pró-Construção Maternidade e Hospital Geral de Cuiabá, constituir a Comissão de Concorrência Pública para o julgamento das propostas para o prosseguimento das obras de construção da Maternidade e Hospital Geral de Cuiabá, cabendo presidir e secretariar os trabalhos a Concorrência ao Presidente e Secretário, respectivamente da Comissão Pró Construção Maternidade e Hospital Geral.

DEPARTAMENTO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO

DESPACHOS

— Vistos e examinados estes autos de medição e demarcação do lote de terras denominado MATA LINDA com a área de 9.999ha, 701m2 situado no município de Barra do Garças comprado ao Estado por

JOAO ARLINDO BORTOLUZZI, e considerando que o processo obedeceu todas as exigências regulamentares sem que nada fosse reclamado contra a legitimação do referido lote; considerando que tanto a parte técnica como a processual foram julgadas boas; e concordando-me com os pareceres dos Srs. Auxiliar Técnico e Procurador Fiscal do Estado aprovo-os e mando que se expeça ao demarcante o competente título definitivo de propriedade depois de pagos os emolumentos legais e a quantia de R\$ 110.138,30 sendo: R\$ 59.423,30 da 2ª prestação e R\$ 50.715,00 de taxa de colonização e R\$ 49.995,00 de taxa de eletrificação criada pela lei n.º 830 de 4-8-56.

Departamento de Terras e Colonização em Cuiabá 16 de Outubro de 1957.

Vlademiro Muller do Amaral — Diretor

— Vistos e examinados estes autos de medição e demarcação do lote de terras denominado CRISTALINO com a área de 20.000 hectares situado no município de Barra do Garças comprado ao Estado por ANTONIO RIES COELHO, e considerando que o processo obedeceu todas as exigências regulamentares sem que nada fosse reclamado contra a legitimação do referido lote; considerando que tanto a parte técnica como a processual foram julgadas boas; e concordando-me com os pareceres dos Srs. Auxiliar Técnico e Procurador Fiscal do Estado aprovo-os e mando que se expeça ao demarcante o competente título definitivo de propriedade depois de pagos os emolumentos legais e a quantia de R\$ 5.729,30 sendo: R\$ 33.233,30 da 2ª prestação e R\$ 396,00 da taxa de colonização e R\$ 50.000,00 da taxa de eletrificação criada pela Lei n.º 830 de 4-8-56.

Departamento de Terras e Colonização em Cuiabá 9 de Outubro de 1957.

Vlademiro Muller do Amaral — Diretor

— Vistos e examinados estes autos de medição e demarcação do lote de terras denominado Oaci com a área de 9.999 m, 958m2 situado no município de Barra do Garças comprado ao Estado por BENJAMIM MIGUEL, e considerando que o processo obedeceu todas as exigências regulamentares sem que nada fosse reclamado contra a legitimação do referido lote; considerando que tanto a parte técnica como a processual foram julgadas boas; e concordando-me com os pareceres dos Srs. Auxiliar Técnico e Procurador Fiscal do Estado aprovo-os e mando que se expeça ao demarcante o competente título definitivo de propriedade depois de pagos os emolumentos legais e a quantia de R\$ 49.812,00 sendo R\$ 26.166,70 do valor da 2ª prestação e R\$ 312,00 da taxa de colonização e R\$ 23.333,30 de taxa de eletrificação criada pela lei n.º 830 de 4-8-56.

Departamento de Terras e Colonização em Cuiabá 24 de Outubro de 1957

Vlademiro Muller do Amaral — Diretor

— Vistos e examinados estes autos de medição e demarcação do lote de terras denominado LAGO GRANDE com a área de 9.842 hectares situado no município de Barra do Garças comprado ao Estado por FRANCISCO ANTONIO DOS SANTOS; e considerando que o processo obedeceu todas as exigências regulamentares sem que nada fosse reclamado contra a legitimação do referido lote; considerando que tanto a parte técnica como a processual foram julgadas boas; concordando-me com os pareceres dos Srs. Auxiliar Técnico e Procurador Fiscal do Estado aprovo-os e mando que se expeça ao demarcante o competente título definitivo de propriedade depois de pagos os emolumentos legais e a quantia de R\$ 85.800,60 sendo: R\$ 36.086,70 da 2ª prestação e R\$ 504,00 de taxa de colonização e R\$ 49.210,00 de taxa de eletrificação criada pela Lei n.º 830 de 4-8-56.

Departamento de Terras e Colonização em Cuiabá 21 de Outubro de 1957.

Vlademiro Muller do Amaral — Diretor

EDITAIS DE MEDIÇÃO

Devidamente autorizado pelo Sr. Diretor do Departamento de Terras e Colonização para medir e demarcar o lote de terras denominado ALQUERIAS com a área de 500

hectares mais ou menos comprado ao Estado por Manoel Navarro Martinez e situado no município da Capital marco as 8 horas do dia 27 de Novembro de 1957 para dar início aos trabalhos de campo e convidar a todos os confinantes e interessados a comparecerem a referida medição afim de alegarem o que for de direito. O referido lote tem os seguintes limites: Ao Norte com o lote Dantas req. por Aristeu P. Dantas Ao Sul o lote S. Matias req. por Anibal dos Santos Matias; Ao Nascente com o lote Bacuri req. por Amador A. Araujo; Ao Poente com a margem direita do Rio Paranatinga ou S. Manoel.

Cuiabá 9 de outubro de 1957.
Manoel Vieira da Silva — Agrimensor
(C. 941 — 12-10-57)

Devidamente designado pelo Sr. Dr. Diretor do Departamento de Terras e Colonização para medir e demarcar o lote sem denominação comprado ao Estado pelo Sr. WOLFGANG HERMAN MOCKER situado no Município desta CAPITAL com a área de 100 ha. (cem hectares) marco o dia 12 de Dezembro para início dos trabalhos de campo convidando por este meio a todos os interessados a comparecerem ao local as 9 horas da manhã do dia acima mencionado para assim poderem alegar seus direitos.

O lote tem os seguintes limites: Ao Norte com terras requeridas por Clarindo Epifanio da Silva e terras de D. Elzira Pinto Mocker. Ao Sul com terras requeridas por terceiros. Ao Nascente com terras requeridas por Clarindo Epifanio da Silva e ao Poente com terras requeridas por terceiros ou de quem de direito.

José Bardaui — Eng. Agrônomo
(C. 1073 — 23-11-57)

Designado para medir e demarcar um lote de terras devolutas com a área de 1.000 hectares comprado ao Estado pelo Sr. LOURENÇO CRUZ NOGUEIRA situado no lugar denominado CATANDUVA no município de Chapada dos Guimarães marco o dia 14 de Novembro de 1957 as 8 horas para início dos serviços de campo e convidar os confinantes e demais interessados a acompanharem os trabalhos e alegarem o que for de direito. O lote tem as seguintes confrontações: ao Norte com quem de direito ao Sul com terras requeridas por Emil Wirth e Max Wirth Junior a Leste com terras requeridas por Emil Wirth e quem de direito e ao Oeste com terras requeridas por Benedito Maroni.

Cuiabá 12 de outubro de 1957
Fp. Dr. Trajano P. da Silva — Cart. n.º 3
(C. 927 — 8-10-57)

Tendo sido designado pelo Sr. Secretário da Agricultura para fazer o serviço de medição e demarcação de um lote de terras com a área de 10.000 (dez mil) hectares situado no município de Barra do Garças denominado SÃO PEDRO adquirido por compra ao Estado pelo Sr. PEDRO SANTAGOSTINO marco o dia 26 de 12 de 1957 para dar início aos trabalhos de campo e convidar os interessados a estarem presentes no local de medição afim de alegarem o que for de direito.

O lote a ser demarcado tem os seguintes limites: ao norte com o Rio Tapirapé ao nascente com o Rio Chiquitino ao Poente com terras requeridas por Humberto Rossi e ao Sul com quem de direito.

Dare Francisco da Costa — Eng. CIVIL
(C. 1071 — 23-11-57)

Devidamente autorizado pelo Sr. Diretor do Departamento de Terras e Colonização para medir e demarcar um lote de terras devolutas pastais e lavradias com a área de 2.500 ha. comprado ao Estado pelo Sr. DARCY SILVA CONCEIÇÃO situado no lugar denominado ENCANTADO no Município de Barra do Garças marco o dia 1.º de Novembro do corrente ano 1957 as 8 horas da manhã para dar início do trabalho de campo e convidar a todos os interessados a comparecerem no local dia e hora acima fixados afim de alegarem o que for de direito. O lote tem as seguintes confrontações: Ao Norte com terras de Paulo L. Pereira; ao Sul com terras de Carlos Bertoldo Brentano; a Leste com terras de Miguel Ostheimer e ao Oeste com terras de Alberto Henriksen e Ewald Ahler.

Cuiabá 7 de outubro de 1957
Ferruccio Arri — CREA. R. 1058 — L. P.
(C. 927 — 8-10-57)

Devidamente autorizado pelo Sr. Diretor do Departamento de Terras e Colonização para medir e demarcar um lote de terras devolutas pastais e lavradias com a área de 3.000 hectares comprado ao Estado pelo Sr. JACOB ERNO RAUBER situado no lugar denominado lote CARAMURU no Município de BARRA DO GARÇAS marco o dia 23 de Novembro do corrente ano 1957 as 8 horas da manhã para dar início do trabalho de campo e convidar a todos os interessados a comparecerem no local dia e hora acima fixados afim de alegarem o que for de direito. O lote tem as seguintes confrontações: Ao Norte com o lote Roque Gonzales, requerido por Jacob Aldino Spohr; ao Sul com o lote São José requerido por João Maria Rambo; a Leste com o lote Sarandi requerido por Carlos Othomar Uzig e lote Sta. Barbara requerido por Orgenio Aloisio Klaus; ao Oeste com terras requeridas por quem de direito e situa-se nas proximidades do rio Tapirapé afluente do rio Araguaia.

Cuiabá 7 de outubro de 1957
Ferruccio Arri — CREA. R. 1058 — L. P.
(C. 927 — 8-10-57)

Devidamente autorizado pelo Sr. Diretor do Departamento de Terras e Colonização para medir e demarcar um lote de terras devolutas pastais e lavradias com a área de 3.000 hectares comprado ao Estado pelo Sr. SILVIO PAVEGLIO situado no lugar denominado lote RICAIO VERMELHO no Município de BARRA DO GARÇAS marco o dia 22 de Novembro do corrente ano 1957 as 8 horas da manhã para dar início do trabalho de campo e convidar a todos os interessados a comparecerem no local dia e hora acima fixados afim de alegarem o que for de direito. O lote tem as seguintes confrontações: Ao Norte com a margem direita do rio Tapirapé afluente do rio Araguaia; ao Sul com o lote Guaraní requerido por Sauro Cypriano Guindani; a Leste com o lote Fidelis requerido por Fidelis Sandri; ao Oeste com o lote Boa Vista requerido por Francisco Ahler.

Cuiabá 7 de outubro de 1957
Ferruccio Arri — CREA. R. 1058 — L. P.
(C. 927 — 8-10-57)

Devidamente autorizado pelo Sr. Diretor do Departamento de Terras e Colonização para medir e demarcar um lote de terras devolutas pastais e lavradias com a área de 2.000 hectares comprado ao Estado pelo Sr. FREDERICO VOGT situado no lugar denominado lote ALIANÇA no Município de BARRA DO GARÇAS marco o dia 21 de Novembro do corrente ano 1957 as 8 horas da manhã para dar início do trabalho

lho de campo e convidado a todos os interessados a comparecerem no local dia e hora acima fixados afim de alegarem o que for de direito. O lote tem as seguintes confrontações: Ao Norte com o lote Gaucha requerido por João D. Marks Filho; ao Sul com o lote Tomazzetti requerido por Julio Tomazzetti; a Leste com o lote Milton requerido por Milton W. Schott; ao Oeste com o lote Julio Castilho requerido por João Rossato e Lote Marcos requerido por Marcos P. Streider.

Cuiabá 7 de outubro de 1957
Ferruccio Arri — CREA R. 1058 — L.P.
(C. 927 — 8-10-57)

Devidamente autorizado pelo Sr. Diretor do Departamento de Terras e Colonização para medir e demarcar um lote de terras devolutas pastais e lavradas com a área de 3.000 hectares comprado ao Estado pelo Sr. MARIO STEFFEN situado no lugar denominado lote SÃO LUIZ no município de Barra do Garças marco o dia 18 de Novembro do corrente ano 1957 às 8 horas da manhã para dar início do trabalho de campo e convidado a todos os interessados a comparecerem no local dia e hora acima fixados afim de alegarem o que for de direito. O lote tem as seguintes confrontações: Ao Norte com o lote São José requerido por João Mario Rambo; ao Sul com o lote Sta. Barbara requerido por Nelson Hochscheidt; a Leste com o lote São Pedro V.

requerido por Pedro Wiest e lote Stefanelo requerido por José G. Stefanelo e ao Oeste com terras requeridas por quem de direito.
Cuiabá 7 de outubro de 1957
Ferruccio Arri — CREA R. 1058 — L.P.
(C. 927 — 8-10-57)

Devidamente autorizado pelo Sr. Diretor do Departamento de Terras e Colonização para medir e demarcar um lote de terras devolutas pastais e lavradas com a área de 2.500 hectares comprado ao Estado pelo Sr. JOÃO BECKER FILHO situado no lugar denominado lote TRÊS PASSOS no Município de BARRA DO GARÇAS marco o dia 19 de Novembro do corrente ano 1957 às 8 horas da manhã para dar início do trabalho de campo e convidado a todos os interessados a comparecerem no local dia e hora acima fixados afim de alegarem o que for de direito. O lote tem as seguintes confrontações: Ao Norte com o lote Piveta requerido por Francisco Piveta & Irmãos; ao Sul com o lote Scolari requerido por Guilherme Scolari & Irmãos; a Leste com o lote "Gleba Bonita" requerido por Francisco C. Rohsler e ao Oeste com terras de quem de direito.

Cuiabá 7 de outubro de 1957
Ferruccio Arri — CREA R. 1058 — L.P.
(C. 927 — 8-10-57)

Devidamente autorizado pelo Sr. Diretor do Departamento de Terras e Colonização para medir e demarcar um lote de terras devolutas pastais e lavradas com a área de 3.000 hectares comprado ao Estado pelo Sr. PEDRO ARLINDO SCHNEIDER situado no lugar denominado lote CANEVARO no Município de BARRA DO GARÇAS marco o dia 24 de Novembro do corrente ano 1957 às 8 horas da manhã para dar início do trabalho de campo e convidado a todos os interessados a comparecerem no local dia e hora acima fixados afim de alegarem o que for de direito. O lote tem as seguintes confrontações: Ao Norte com terras requeridas por quem de direito; ao Sul com o lote Rosário requerido por Otto Mayer; a Leste com o lote Recano requerido por Theobaldo Bracht; ao Oeste com o lote Tapejora requerido por Ottomar Fridolino Beker.

Cuiabá 7 de outubro de 1957
Ferruccio Arri — CREA R. 1058 — L.P.
(C. 927 — 8-10-57)

Devidamente autorizado pelo Sr. Diretor do Departamento de Terras e Colonização para medir e demarcar um lote de terras devolutas pastais e lavradas com a área de 3.000 hectares comprado ao Estado pelo Sr. OTILIA PREISSLER situado no lugar denominado lote FREISSLER no Município de BARRA DO GARÇAS marco o dia 25 de Novembro do corrente ano 1957 às 8 horas da manhã para dar início do trabalho de campo e convidado a todos os interessados a comparecerem no local dia e hora acima fixados afim de alegarem o que for de direito. O lote tem as seguintes confrontações: Ao Norte com o lote Otília requerido por Otília Preissler; ao Sul com terras de quem de direito; a Leste com o lote 4º Distrito requerido por Alsidis M. do Nascimento; ao Oeste com o lote Bós Vista requerido por Edmundo Lens.

Cuiabá 7 de outubro de 1957
Ferruccio Arri — CREA R. 1058 — L.P.
(C. 927 — 8-10-57)

Designado para medir e demarcar um lote de terras devolutas com a área de 10.000 hectares comprado ao Estado pelo Sr. MANUEL NUNES DE OLIVEIRA situado no lugar denominado ATLANTICA no município de Chapada dos Guimarães marco o dia 20 de Novembro de 1957 às 8 horas para início dos serviços de campo e convidado os confinantes e demais interessados a acompanharem os trabalhos e alegarem o que for de direito. O lote tem as seguintes confrontações: Ao Norte com terras requeridas por Farjalla Antonio Jorge; ao Sul com terras requeridas por Claudio Jorge Tannus; a Leste com terras requeridas por Ruy Barbosa Fernandes e ao Oeste com quem de direito.

Cuiabá 15 de Outubro de 1957.
Paulo Cesar Soares Campos
Eng. Agro.
Cart. n. 6294-D. C.R.E.A. 6ª Região
C. 959 — 17.10.57 — Cr\$ 150,00

Designado para medir e demarcar um lote de terras devolutas com a área de 1.000 hectares comprado ao Estado pelo Sr. JOSE MARIA BUENO situado no lugar denominado ATLANTICA no município de Chapada dos Guimarães marco o dia 25 de Novembro de 1957 às 8 horas para início dos serviços de campo e convidado os confinantes e demais interessados a acompanharem os trabalhos e alegarem o que for de direito. O lote tem as seguintes confrontações: Ao Norte com terras requeridas por Agen de Brito e quem de direito; ao Sul com terras requeridas por Maria Amélia do Carmo Tecchio; a Leste com a margem direita do Rio Tartaruga e ao Oeste com a margem esquerda do Córrego Agua do Brunini.

Cuiabá 15 de Outubro de 1957.
Paulo Cesar Soares Campos
Eng. Agro.
Cart. n. 6294-D. C.R.E.A. 6ª Região
C. 959 — 17.10.57 — Cr\$ 150,00

Designado para medir e demarcar um lote de terras devolutas com a área de 10.000 hectares comprado ao Estado pelo Sr. ADMILTON GONDIN situado no lugar denominado ATLANTICA no município de Chapada dos Guimarães marco o dia 15 de Novembro de 1957 às 8 horas para início dos serviços de campo e convidado os confinantes e demais interessados a acompanharem os trabalhos e alegarem o que for de direito. O

lote tem as seguintes confrontações: ao Norte com terras requeridas por Olívio A. e Corrier e Chade João Domingos; ao Sul com terras devolutas ou quem de direito; a Leste com terras requeridas por Chade João Domingos e Agen de Brito; e ao Oeste com terras requeridas por Bention Nodelman.

Cuiabá 15 de Outubro de 1957.
Paulo Cesar Soares Campos
Eng. Agro.
Cart. n. 6294-D. C.R.E.A. 6ª Região
C. 959 — 17.10.57 — Cr\$ 150,00

Designado para medir e demarcar um lote de terras devolutas com a área de 4.000 hectares comprado ao Estado pelos Srs. JOSÉ FERRO e ALVARO FERRO situado no lugar denominado VALPARAÍZO no município de Chapada dos Guimarães marco o dia 8 de Novembro de 1957 às 8 horas para início dos serviços de campo e convidado os confinantes e demais interessados a acompanharem os trabalhos e alegarem o que for de direito. O lote tem as seguintes confrontações: ao Norte com terras requeridas por Emil Wirth Junior; e Misach Marinho dos Santos; ao Sul com terras requeridas por Edgar Andrade Reis e Tetumi Sulama; a Leste com terras requeridas por Virgílio Antonio Bueno Fidelesino Donadão e Yoshitaka Higashi; e ao Oeste com terras requeridas por José Nogueira e Max Wirth Junior.

Cuiabá 12 de Outubro de 1957
Pp. Dr. Trajano Pereira da Silva
Cart. n. 3282
(C. 942 — 12-10-57)

Devidamente autorizado pelo Sr. Diretor do Departamento de Terras e Colonização para medir e demarcar um lote de terras devolutas pastais e lavradas com a área de 10.000 hectares comprado ao Estado pelo Sr. João Soares Monteiro situado no lugar denominado SERTÃOZINHO no Município de Barra do Garças marco o dia 14 de novembro do corrente ano 1957 às 8 horas da manhã para dar início do trabalho de campo e convidado a todos os interessados a comparecerem no local dia e hora acima fixados afim de alegarem o que for de direito. O lote tem as seguintes confrontações: N — com o lote Joaquina de Pedro Del Passo S — com terras requeridas por quem de direito, L — com o lote Birigui requerido por Manoel Soares Queiroz; O — com as terras reservadas pelo Estado para Colonização.

Cuiabá 14 de outubro de 1957.
Sylla John Taves — Eng. Civil
(C. 949 — 15-10-57)

PREFEITURA MUNICIPAL

CUIABÁ

Divisão de Receita

AVISO

De ordem do Sr. Diretor do Departamento de Fazenda aviso aos Srs. Contribuintes que a 30 do corrente mês vence o prazo para pagamento sem multa da 4ª e última prestação dos Impostos Territorial e Predial.

Ourossim aviso que os Contribuintes que não efetuarem o pagamento até aquela data estarão sujeitos a multa de 10% na prestação de acordo com a Lei Vigente.

Divisão de Receita do Departamento de Fazenda da Prefeitura Municipal de Cuiabá em 4 de Novembro de 1957.

CLOVIS PIRES MODESTO

Chefe da D. R.

10 - 1

Diário da Justiça

DO ESTADO DE

SUPLEMENTO ANEXO AO DIÁRIO OFICIAL



MATO GROSSO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Julgamentos designados para a 1ª sessão ordinária da Turma Cível findo o prazo previsto no artigo 874 § 4º do Código de Processo Civil.

Apelação cível n. 3058 — Aquidauana
Apelante — José Roque de Oliveira
Apelado — Jamil J. Gelellate
Relator — Exmo. Sr. Des. H. A. Ferreira de Vasconcellos
1º Revisor — Exmo. Sr. Des. Antônio de Arruda
2º Revisor — Exmo. Sr. Des. Flávio Varejão Congro

Apelação cível n. 2.998 — Dourados
Apelantes — Odilon Lima e sua mulher
Apelados — José Rigolin sua mulher e outros

Relator — Exmo. Sr. Des. Cesarino Delfino Cesar

1º Revisor — Exmo. Sr. Des. Hélio Ferreira de Vasconcellos
2º Revisor — Exmo. Sr. Des. Antônio de Arruda

Secretaria do Tribunal de Justiça em Cuiabá 18 de novembro de 1957.
Thierry Eugueney — Secretário

Julgamentos designados para a 1ª sessão ordinária da Turma Cível findo o prazo previsto no artigo 874 § 4º do Código de Processo Civil.

Apelação cível n. 3.056 — Corumbá
Apelante — Miguel Aguiar
Apelado — Arsenio Costa
Relator — Exmo. Sr. Des. João de Lacerda Azevedo

1º Revisor — Exmo. Sr. Des. Cesarino Delfino Cesar

2º Revisor — Exmo. Sr. Des. Hélio Ferreira de Vasconcellos

Apelação cível n. 2.953 — Guiratinga
Apelantes — Curador a lide e o Promotor da Justiça

Apelada — Maria Badul Abi — Jaudi
Relator — Exmo. Sr. Des. Cesarino Delfino Cesar

1º Revisor — Exmo. Sr. Des. Hélio Ferreira de Vasconcellos

2º Revisor — Exmo. Sr. Des. Antônio de Arruda

Secretaria do Tribunal de Justiça em Cuiabá 23 de novembro de 1957.
Ermita C. Ribeiro Taques — Secretária Substituta

AUTOS REGISTRADOS DEPENDENDO

PREPARO:

Apelação cível n. 3.081 — Capital
Apelante — Sebastiana de Campos Pereira

Apelado — o espólio de Luís Coelho de Campos

Secretaria do Tribunal de Justiça em Cuiabá 19 de novembro de 1957.
Thierry Eugueney — Secretário

Apelação cível n. 3.032 — Campo Grande
Apelantes — Apulero Brasil e outros

Apelada — a Prefeitura Municipal
Secretaria do Tribunal de Justiça em Cuiabá 22 de novembro de 1957.
Thierry Eugueney — Secretário

TURMAS JULGADORAS

EXPEDIENTE DO CARTÓRIO

CONCLUSÕES DOS ACÓRDÃO ASSINADOS EM SESSÃO DE 20-XI-57

Petição de habeas-corpus n. 1.350 — Campo Grande

Impetrantes: Drs. Paulo Jorge Simões Corrêa e Higa Nabukatsu

Paciente: José Bernardes
Relator: O Exmo. Sr. Des. Flávio Varejão Congro

"Acordam os juizes da turma criminal em denegar unanimemente a ordem impetrada de acordo com a Procuradoria, Custas pelos impetrantes".

Recurso criminal n. 718 — Bela Vista
Recorrente: O Promotor da Justiça

Recorrido: Venancio Sarate
Relator: O Exmo. Sr. Des. João de Lacerda Azevedo

"Dão provimento para pronunciar o recorrido Venancio Sarate nos termos da denuncia de acordo com a Procuradoria Custas na forma da lei".

Mianuel Carlos Pereira — Escrivão

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EDITAL

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador Mario Correa da Costa, Presidente da Banca Examinadora, faço público que se encontra aberta, na Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado, pelo prazo de 45 dias a inscrição ao concurso para provimento efetivo de dois (2) cargos de Escrividor, padrão O e um (1) de Bibliotecário Arquivista, padrão P, da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado, ficando sem efeito, o edital publicado no Diário Oficial de 14 do corrente.

I) Ao concurso poderão inscrever-se brasileiros maiores de 18 anos e menores de 35 anos de idade, de idoneidade moral devidamente comprovada;

II) Os concorrentes deverão requerer a sua inscrição ao Presidente da banca, juntado os seguintes documentos:

a) prova de sua qualidade de brasileiro nato e de estar quitas com o serviço militar, e de ter cumprido com os seus deveres eleitorais;

b) certidão de idade;

c) folha corrida extraída no seu domicílio e referente ao período dos dois anos anteriores ao concurso;

d) atestado de boa conduta firmado pela autoridade judiciária ou policial do distrito da sua residência;

III) O concurso versará sobre as seguintes disciplinas: português, aritmética, geografia do Brasil e datilografia;

IV) A prova de datilografia será exclusivamente prática e as das demais matérias serão escritas.

Para maiores informações poderão os interessados procurar esta Secretaria, diariamente no horário das 14 às 17 horas.

Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado em Cuiabá, 23 de novembro de 1957.
Leda Pereira, Secretária do Concurso.
3-1

PORTARIA

O autor José Barros do Valle, Juiz de Direito da segunda Vara da Comarca de Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso, na forma da Lei etc. etc.

RESOLVE, atendendo, ao que lhe requereu o Sr. Pedro d'Abadia Maciel, Tabelião de Notas, Oficial do Registro Civil e Escrivão do 3.º Ofício Cível desta Comarca, conceder-lhe trinta (30) dias de férias regulamentares, de acordo com o art. 119, da Lei n. 887 de 12 de dezembro de 1953, que reformou o Cod. de Organização Judiciária do Estado.

O que cumpre-se e publique-se.
Dado e passado nesta cidade de Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso, aos vinte e um dias do mês de Novembro de mil novecentos e cinquenta e sete.

José Barros do Valle
Juiz de Direito da 2ª. Vara.

PORTARIA

O Doutor Galleu de Lara Pinto, Juiz Eleitoral de 1ª. Zona, na forma da lei,

RESOLVE, atendendo, ao que lhe requereu o Sr. Pedro d'Abadia Maciel, Escrivão Eleitoral desta Zona, designa o seu substituto Escrevente Autorizado, ARCY DE MORAES, para responder pelo expediente do Cartório Eleitoral, durante o seu afastamento em gozo de férias regulamentares.

O que cumpre-se e publique-se.
Dado e passada nesta cidade de Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso, aos vinte e um dias do mês de Novembro de mil novecentos e cinquenta e sete.

a) Galleu de Lara Pinto
Juiz Eleitoral de 1ª. Zona.

CASAMENTO

PEDRO ORIVALDO MACIEL, Oficial Privativo e Vitalício do Registro Civil, desta cidade de Cuiabá Capital do Estado de Mato Grosso, na forma da Lei etc. etc.

Faz saber que pretendem casar-se o cidadão ORIVALDO JOSÉ DA SILVA e RAQUEL ELOIZA DE ARRUDA, solteiros, naturais deste Estado, nascidos a 13 de Janeiro de 1933 e a 5 de Junho de Junho de 1941, respectivamente.

O primeiro, funcionário autarquico, e filho do cidadão Melchisedes José da Silva, já falecido e de Dona Lina Maurícia da Silva, residente e domiciliada nesta Capital.

A segunda, de lides domésticas, é filha do cidadão Torquato Cesarão de Arruda e de Dona Maria Primitiva de Arruda, residentes e domiciliados nesta Capital.

Os contraentes residentes e domiciliados nesta Capital.

Apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 180, de ns. 1 e IV, do Código

305
Ministério do Interior
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

5ª INSPETORIA REGIONAL

SERVIÇO RÁDIO TELEGRÁFICO

de

de 196

CARIMBO DA ESTAÇÃO



Recebido de

Procedência

N.º

Pls.

Data

Hora

Dia

Às

por

Enderêço

DR LINGARD MILER PAIVA

SECRETARIO EXECUTIVO F.F.A.P.

MINISTERIO AGRICULTURA

URGENTISSIMO

BRASILIA - DF

Nº 304 - 3-11-67 - REFERENTE VOSSO OF CIRCULAR NUMERO SETE DE 31/8/67 VG RECEBIDO NESTA DATA VG ADIANTOVOS PRESTAÇÕES CONTAS REFERENTE PROJETO 137/66 VG FORAM ENCAMINHADAS BRASILIA ET RIO VG DIRETAMENTE FFAP PT RECONSTITUIÇÃO DOCUMENTAÇÃO EH POSSIVEL ATRAVEZ CHEFIA SEXTA INSPETORIA CUIABAH ONDE FOI APLICADO REFERIDO SUPRIMENTO PT SDS AGRINDIOS CHEFE IRS SPI HELIO JORGE BUCKER

T. Buck

Ministério do Interior
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

5ª INSPETORIA REGIONAL

SERVIÇO RÁDIO TELEGRÁFICO

de

de 196

CARIMBO DA ESTAÇÃO

Recebido de

Procedência

N.º

Pls.

Data

Hora

Dia

Às

por

Enderêço

AGRÍNDIOS

DIRETOR

BRASILIA - DF

Nº 308 - 6-11-67 - COMUNICO NESTA DATA ENCARREGADO PI JOSÉ BONIFACIO DE UNOS CONHECIMENTO ASSASSINATO INDIO DAQUELE POSTO VG ENCONTRAVASE PESCARIA RIO PIRATINIM DISTANTE TRINTA QUILOMETROS POSTO VG ESTAVA SUA COMPANHIA MULHER ET SOBRINHA DOZE ANOS PT ORGANIZEI PROCESSO SOLICITANDO POLICIA FEDERAL ABERTURA COMPETENTE INQUERITO PT ~~1111~~ CASO TENHA OUTRA SOLUÇÃO VG AGUARDAMOS INSTRUÇÕES PT SEGUIE VIA DTC CÓPIA RELATORIO ENCARREGADO PI PT AGRÍNDIOS HÉLIO JORGE BUCKER CHEFE 5a. IR SPI

[Assinatura]

Ministério do Interior
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

5ª INSPETORIA REGIONAL

SERVIÇO RÁDIO TELEGRÁFICO

CARIMBO DA ESTAÇÃO

de

de 196

Recebido de _____ Procedência _____ N.º _____ Pls. _____ Data _____ Hora _____

Dia _____

Às _____

por _____

Enderêço { AGRINDIOS DIRETOR BRASILIA - DF

Nº 309 - 6-11-67 - COMUNICO SEGUNDO INFORMAÇÃO AGENTE LEONARDO VG ALDEIA MOREIRA VG MUNICIPIO MIRANDA VG AMEAÇADA SER CORTADA ESTRADA RODAGEM ESTADUAL PT SUA INFIMA AREA CINCOENTA ET SETE HECTARES VG FICARIA PREJUDICADA UM TERÇO PT PROJETO ALTAMENTE PREJUDICIAL PATRIMONIO AQUELES INDIOS TERENA VG ATINGIRAH INCLUSIVE SEUS POMARES PT NECESSARIO URGENTISSIMAS PROVIDENCIAS ESSA DIRETORIA JUNTO DER OBSTAR ABERTURA ESTRADA ESSE PEQUENO TRECHO REFERIDO PROJETO PT AGRINDIOS HELIO JORGE BUCKER CHEFE IRS SPI

[Handwritten signature]



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3 864
907 98

D E C L A R A Ç Ã O

...

A pedido do Sr. Chefe da 5ª Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios, declaro que me foi concedida a licença para depositar nas terras dos índios Kadiués, Porto Murtinho, 50 cabeças de gado, pelo preço de Cr\$ 150,00 mensais por cabeça, a partir de 1º de Junho próximo. Declaro ainda que me comprometo a retirar o gado dentro de 30 dias, quando não mais interessar ao S.P.I. a permanência do mesmo na área.

Campo Grande, 28 de maio de 1965

Diogenes Ajala

Testemunhas:

Antonio Augusto Lourenço da Silva
Francisco Miranda Clemente

300
CR\$ 6.680.250,00

Recebi de Maria de Lourdes Castro Maia, Respondendo pelo Expediente da 5ª Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios (Ordem de Serviço nº 24 de 10/2/65 do Sr. Diretor de S.P.I.) a importância supra de SEIS MILHÕES SEISCENTOS E OITENTA MIL DUZENTOS E CINCOENTA CRUZEIROS (CR\$ 6.680.250,00), referente ao saldo em caixa proveniente de Renda Indígena, apresentado pelo ex-chefe titular, Alan Cardoc Martins Pedroza.

Para maior clareza e um só efeito, firmo o presente em quatro vias.

Campe Grande, 31 de março de 1965

Alan Cardoc Martins Pedroza

Manoel Aureliano da Costa Filho
Aquidauana
M. Grosso

3866
Aquidauana, Março, 26, 1965

Ilmo. S r.
Dr. Paulo Buker,
CAMPO GRANDE.-

Prezado S r:-

Levo ao vosso conhecimento que, foram empossados nas minhas fazendas LONTRA os Srs. Wilson Pereira Alves e Helio Pereira Alves, pelo Sr. Mongenot Filho, fazendo-se acompanhar por 11 indios amados para dar posse aos mesmos.-

A referida Fazenda estava abandonada, visto a Comissão Parlamentar de Inquerito, na pessoa de seu presidente, ter determinado que ninguém poderia tomar posse das referidas terras, enquanto não fosse resolvido o assunto, mas o Sr. Mongenot Filho, para ganhar propina, empossou os referidos senhores.

Tenho escritura das referidas terras, pago os impostos e possui ainda a certidão do registro de imóveis, pois as terras de direito me pertencem.-

Junto um folheto da Camara dos Deputados, que aprova as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquerito, que apurou as irregularidades no Serviço de Proteção aos Indios.

Pedindo a fineza de devolver-me o referido Folheto, tão logo não seja mais necessario, firmo-me
muito atenciosamente

Manoel A. Costa Filho

3867
10/08

DECLARAÇÃO

...

Aos vinte e cinco dias do mês de maio de ano de mil novecentos e sessenta e cinco, presentes nesta Séde da / 5ª Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios, os servidores:- WALTER SAMARI PRADO, DR. JOSE MONTEIRO SILVA e MARIA DE LOURDES MAIA, respectivamente, Chefe da mesma Inspetoria, Veterinario e Escrevente Datilografo, compareceu o Sr. ABILIO COELHO ARISTIMUNHO, Encarregado do Poste Indigena "Nalique", que fêz a seguinte declaração:- "Que o Sr. Jorge Papadepulos arrendatario de uma area de 3.000 hectares na Reserva dos Kadiuões está em negociatas de venda da referida area ao Sr. Edmundo Barbosa; que invadiu outra area na Reserva para / fins de "marçetagem"; que referido senhor vem sempre enganando os indies oferecendo importancias para que os mesmos facilitem a venda; que referido arrendatario vem prejudicando a coletividade indigena com vendas de bebidas alcoolicas aos indies, causando grande prejuizo a administração do Poste; que e mesmo a muito vem explorando os indies na referida Reserva; que referido senhor, ainda, juntamente com o Agente do S.P.I. José Mongenet Filho, ofereceu ao declarante a importancia de Cr\$ 700.000. (SETECENTOS MIL CRUZEIROS) a fim de facilitar aos mesmos negociatas de terras na Reserva; que referido Agente, aparece sempre no P.I.Nalique, sem autorização da Chefia da I.R.5, tentando tumultuar a administração do Poste com propostas desenestadas aos indies e Encarregado do Poste. Nada mais declarou, foi encerrada a presente declaração que vai assinada pelo Declarante e servidores acima citados.

Séde da I.R.5 do S.P.I., em 25 de maio de 1965.

Walter Samari Prado
Walter Samari Prado-Chefe da I.R/5
Jose Monteiro Silva
Maria de Lourdes Maia

(cent.)

Abilio Coelho Aristimundo
Abilio Coelho Aristimundo
Encarregado de P.I. Nalique

3868
[Signature]

3869
[Signature]

BANCO FINANCIAL DE MATO GROSSO S. A.

Nº 319090 SÉRIE A-Z

CR\$ 480,000-

PAGUE A
ORDEM DE

A QUANTIA DE *Quatrocentos e oitenta mil*
Cruzeiros

Bonito Mt. *5* DE *Outubro* DE 19*65*

Mario Renato

CE 27/29/18

[Stamp: Banco Financial de Mato Grosso]



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

Logradouro
7/10/67 3870

Declaração

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	
L. R. 5 de S. D. V. C. Grand.	
PROLOGO Nº.	590
Em 9 de out.	de 1967

Sobre a exploração de cabelos das índias deste PI. Tenho a informar que realmente apareceram dona Izabel, de Campo Grande, que se ofereceu para fazer permanentes às índias e ainda pagar uma quantia a elas. Tendo em vista que ela cortado na medida justa que adornava e mesmo facilitava a higiene (pois andam cheias de piolho) não proibi tal trabalho. Todavia não pressionei ninguém e cortava cabelo quem quisesse e como quisesse, não tendo em exigido nem recebido dinheiro algum. Logo depois recebemos orientação da Inspetoria pelo Mm C. 19/67, quando proibimos firmemente qualquer ação nesse sentido.

Quanto à venda de um boi gordo esclareço que vendi um boi gordo, com boi-banco, de uns três anos, chamado Carimbo, mau de caneta, pois estava com a palata quebrada e não foi mais possível aproveitá-lo, embora houvesse empunho em curá-lo, sem resultado.

Vendemos-lo conforme recibo anexo, digo conforme recibo que remeteri, pelo preço de R\$ 150,00, importância com que estou comprando outro boi mau para substituí-lo.

PI Benjamin Constant, 25/09/67

Ariso Martins Pereira.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3871
[assinatura]

DECLARAÇÃO

...

Pelo presente declaro que esta 5ª Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios, é devedora da importância de QUATRO MILHÕES DE CRUZEIROS (CR\$ 4.000.000.-) ao Sr. Moacir Barreto de Souza, correspondente à quitação que o mesmo fez ao S.P.I. de dois (2) lotes de terras situados em Douradina, município de Dourados (mt), destinados aos índios "Caiuás".

Campo Grande, em 23/8/65

Walter Samari Prado

Walter Samari Prado

Chefe da I.R/5

3872
10/08

ORDEM DE SERVIÇO INTERNA Nº 09

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios no uso da atribuição que lhe confere o art. 13 - item IV do Dec. nº 52.668/63, resolve:

DESIGNAR - Helio Jorge Bucker, Chefe da 5a. Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios, em Campo Grande-MT, para executar o seguinte:

- a) - recolher à conta do Fundo Federal Agropecuário a "Renda Indígena" daquela Inspetoria e inclusive efetuar pagamento do débito desta Regional com parte da receita da referida "Renda";
- b) - remeter em nome do Sr. Mario da Silva Furtado, chefe da 4a. Inspetoria Regional, em Recife-PE, através do Banco do Brasil S.A., a importância de Cr\$ 6.000.000 (seis milhões de cruzeiros), por conta da "Renda Indígena" da 5a. Inspetoria Regional, a fim de efetuar o pagamento da instalação da rede elétrica do posto indígena localizado em Palmeira dos Índios, no Estado de Alagoas.

Dê-se ciência e cumpra-se

Brasília, 26 de janeiro de 1967.

HAMILTON DE OLIVEIRA CASTRO
HAMILTON DE OLIVEIRA CASTRO-Cel.

Diretor

MA-101-4150/67

JM/-

Serviço de Proteção aos Índios

3873
[Handwritten signature]

ORDEM DE SERVIÇO INTERNA NR. 181

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso das suas atribuições,

R E S O L V E determinar que HELIO JORGE BUCKER, Agente de Proteção aos Índios, nível 6-B, dêste Serviço, detentor do adiantamento de Cr\$ 77.750.000 (setenta e sete milhões, setecentos e cinquenta mil cruzeiros), à conta da CATEGORIA ECONÔMICA-3.0.0.0 - Despesas Correntes - 3.1.0.0 - Despesas de Custeio - 3.1.4.0 - Encargos Diversos - 10 ASSISTENCIA SOCIAL, para ser aplicado nas Inspetorias Regionais e nos Postos Indígenas, Lei nº 4539, de 10/12/64, entregue como suprimento a LUIZ VINHAS NEVES - Maj. Av. - Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, ficando o responsável pelo presente suprimento obrigado a prestar contas no prazo de que trata o Dec.-Lei 2.583, de 14/9/40, bem como passar recibo em cinco (5) vias do mesmo suprimento ao servidor HELIO JORGE BUCKER.

Dê-se ciência e cumpra-se

Rio, 20 de dezembro de 1965

[Handwritten signature]
LUIZ VINHAS NEVES - Maj. Av.
Diretor.-



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3874
10/88

R E L A T O R I O

Sobre a viagem que fizemos ao PI Benjamin Constant, em cumprimento da Ordem de Serviço nº 65, temos a informar-lhe que:

- 1) A viagem foi normal sob todos os pontos.
- 2) No PI apuramos as denúncias constantes do processo IR/473/67, cujo resultado acompanha o referido processo;
- 3) Esclarecemos a prestação de contas do Encarregado, que ficou de enviar-nos, dentro de prazo urgente, os comprovantes que não nos foi possível conseguir;
- 4) Sobre a venda do gado, diz o Encarregado, que tinha licença verbal do sr. Walter Prado para vender as reses não constantes do Mm 181/65, e que deu baixa das mesmas, tendo avisado a Chefia pelo Mm 4/66; demais esclarecimentos sobre a prestação de contas, acompanharão a mesma;
- 5) Apuramos que os índios estão descontentes com o Capitão da Aldeia, Pedro Alves Lima, acusado de beber e violar as famílias. De nossa parte, julgáramos oportuno enviar uma ordem de serviço para eleição de novo capitão; caso contrário, apontamos como candidato o índio Lico Nelson;
- 6) Visitamos a Missão e impressionou-nos o trabalho do Missionário Benedito Velasquez, da Igreja Presbiteriana; ele vem dando assistência aos índios e a senhora dele vem lecionar do a trinta e oito alunos; ele está dando um curso de alfabetização a índios adultos, estando atualmente com quinze alunos. Notamos que é grande a falta de material escolar e remédios. Para tanto, anexamos o pedido correspondente;
- 7) O nosso maior trabalho tem sido, talvez, a resolução do crime havido na aldeia, quando o índio Alvino Paim, residente na aldeia, vendeu sua filha menor Filomena Paim, a um paraguaio de nome Júlio Larreia, por cinquenta cruzeiros novos ou cem cruzeiros novos, como dizem outros. A mãe da menor é acusada de ter asfixiado a criancinha, fato por ela negado e reiterado pela parteira.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3875
[assinatura]

Prendemos o pai, inicialmente no Posto e depois o conduzimos a cadeia da cidade onde está ~~est~~ à disposição do SPI. Imediatamente, isto na tarde do dia 24, domingo, com a permissão e colaboração da Delegacia de Amambai, prendemos Júlio Larreia, que se entregou sem resistencia. Conduzido à prisão da cidade, está aguardando o resultado do inquérito que no dia imediato solicitamos, através de queixa-crime.

Solicitamos a Chefia o envio de um ofício ao delegado da cidade, 2º sgt Elbio Manvailer Teixeira, agradecendo a colaboração que nos prestou.

Além do crime, o paraguaio Júlio Larreia é acusado de que quer comprar outra menor, filha de um Jose Lopes, que não conseguimos identificar;

8) providenciamos a remessa do sal, do PI Francisco Horta para Amambai, através da colaboração do Cap. Pereira, do 17º RC de Amambai;

9) Sobre a derrubada e plantio e colheita, daremos esclarecimentos na prestação de contas.

10) Restamos relevar a irrepreensível conduta do motorista Dionísio.

Sem mais, estamos prontos para qualquer esclarecimento.
Campo Grande, 28 de setembro de 1967.

H. de F. Campesini

Em tempo: Solicitamos a Chefia providencias no sentido de por fim à venda de bebidas alcoólicas aos índios, venda feita por muitos bulicheiros que limitam com o Posto Indígena Benjamin Constant.

O Delegado da Cidade bem como o Comandante do 17º RC mostraram-se interessados em acabar com a venda. Mas é necessário reiterar o pedido.

H. Campesini

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
I. R. 5 do S. P. I. - C. Grande
PROTOCOLO Nº. 511
Em 28 de set. de 1967

[assinatura]
Comissário
de Amambai
[assinatura]
[assinatura]
[assinatura]

4

3876 39A

G. J. Benjamin Constant!!

4 de julho de 1967.

Campo Grande, Mt.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA



pp

15/67

pp

..... Ao Sr. chefe da J.R.5.

Ja foram feitos e remetidos por este G.J. a essa Inspetoria varios expedientes, destacando os M/m - n.º 2/66. e 7/66. sobre as contas deste G. J. autorizada pelo Sr. Walter Samari Prado, sobre n.º 341/65. arquivado neste G. J.

Essa autorização facultou ao comercio de Amambai fornecer gêneros a este G. J. sob responsabilidade da J.R.5, para levar a cabo 41. alqueires de derrubada de mato para formação de pastagem, a que foi, totalmente concluida por mim, naquele ano.

As contas que ficou, sem satisfação dessa Inspetoria são as seguintes:

armazem

cr\$. 416.000

350 Km

1.369,00 *

150,00

500,00

2.019,00 *

2.019,00 *



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

3877

GP BSA

casa da lavoura)	cr\$. 25.000
trouque	cr\$. 65.000
Plantação de capim	cr\$. 130.300
Além deste, temos a construção da casa da professora,	
devendo ao carpinteiro.	cr\$. 85.000
De tabuinhas para cobrir	<u>38.000</u>
Totalizando	759.300

A parte destas contas, devo dizer a V.S. que ainda existe outras feitas por outros agentes. na mesma situação

Neste meu terceiro expediente faço, vos o meu mais encarecido apelo em atender a essa responsabilidade do S.J.J. para salvaguardar



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

3878

[assinatura]

o nome e prestigio da entidade, alias, ja tenho sofrido vexame e improprio ao tratar dessa responsabilidade.

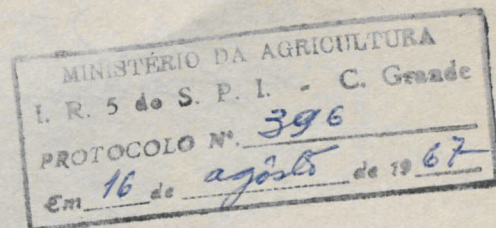
A pastagem a cima referida está em boa formação, mais está suja, está abandonada, precisamos dar uma limpada e feito isso, dará boa renda ao Posto.

Sem mais subscrevo-me com cordial

Saudações

Luino Martins Ferreira

Enc. do Posto.



154

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Sab. Sr. Sr. Martin Ferreira
poras, informou qual foi o plantio de
do capim, ~~que~~ ^{que} na roçada para a
pastagem. Como é sabido, por
dever, todos para plantio de
pastagem, planta-se sempre.
Qual foi a produção?
em que foi aplicada?
Apresenta prestação de contas.

Dr. ~~Dr. ^{Dr.}~~

8/8/67

Abilio Espindola Sobrinho

COMÉRCIO EM GERAL

Rua Pedro Manvailer Nº 1.199

AMAMBAI - Mt.

Nº ~~3703~~

Nota de Venda ao Consumidor
1.ª VIA — Inscrição Nº 354

Amambai, 10 de outubro de 1965

Ilmo. Snr. PI Beijamin Constante

mercadoria fornecida ao
Sr. Arino Lencina correspon-
dente ao mes: setembro e
outubro 4/16.00=

3889

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

4/16.00=

NÃO VALE COMO RECIBO

Associação Rural de Amambai

Nº

3351

(A UNIÃO FAZ A FÔRÇA)

ESTADO DE MATO GROSSO

AMAMBAI — MATO GROSSO

—oo—

PATENTE Nº

1.a VIA — Insc.

Amambai, 7

de

12

de 196

O Snr.

2, Socos Semente Arroz 12,50 - 25,00

Ati

25,00

NÃO VALE COMO RECIBO

3881
3880
DECLARAÇÃO

Eu, Ramão Escobar, proprietário no município de Amambai, estado de Mato Grosso, declaro que comprei, por acordo verbal com o Sr. Chefe da I.R.5. WALTER SAMARI PRADO, gado P.I. Benjamim Constant, que me foi entregue pelo Encarregado Arino Martins Ferreira, como segue detalhado:

(16) Vacas Boiadeiras.....	Cr\$. 50.000.....	Cr\$ 800.000=
(7) Biserros.....	Cr\$ 42.000.....	Cr\$ 294.000=
(7) Biserros.....	Cr\$ 25.000.....	Cr\$ 175.000=
(2) Bizerros.....	Cr\$ 50.000.....	Cr\$ 100.000=
(32) Rezes.....		Cr\$1.369.000=

(Um milhão, Trezentos e secenta e nove mil cruzeiros)

E para constar a verdade, conferi, e assino esta declaração.

Amambai -Mt, 20 de Outubro de 1.965.

Ramão Escobar
Ramão Escobar.

3882
907 9A

Declaração.

Eu, Eliseu Silveira, fazendeiro, no município de Ananias
bair, Estado de Mato Grosso, declaro que comprei um boi
de carro, invalido para o serviço, do Sr. Encarregado do P.
Benjamin Constant, Arino Martins Ferreira, no valor de
R\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros novos). E para prova
espedio e assino esta declaração.

x Eliseu Silveira Dutra
Ananias, 20 de maio de 1967

Declaração

3883

M BLS

Eu, Napoleão Fernandes, comerciante em Ananias Estado de Mato Grosso, declaro que comprei, 100 sacos de (60ks.) milho, do Sr. Ariano Martins Ferreira, na importância de R\$. 500,00 (quinhentos mil cruzeiros). E para constar a verdade conferi e assino esta declaração.

Napoleão Fernandes
Ananias, 16 julho de 1966

3884

Declaração

Eu, Waldino Lopes, açougueiro em Ananias, Estado de Mato Grosso, declaro: que, para fins de provas, a quem interessar, que por ordem da U.P. 5, despachei carne ao Dr. Eusebio, Arino Martins Ferreira do P.V. Benjamin Constant, na importância de Cr\$ 65,000 (sessenta e cinco mil cruzeiros), para ser consumido pelos índios que estão trabalhando na derrubada de mata, no mesmo Porto. E para constar a verdade confiro e assino esta declaração.

Waldino Lopes

Ananias, 28 de outubro de 1965

Recibo

3885

~~97022~~

Recbi do Sr. Prius Martins Ferraz,
a importancia de (cr\$ 30,000) Trin-
ta mil euzens, proximate de
(700) setecentos e cinquenta tijolos
que, com, dego, que me vendi.

Amambas, 10 Fevereiro 1966.

Joselicio Antunes Silva

*

416,00
25,00
65,00

506,00 *

506,00 *

*

1.369.000,00
150.000,00
500.000,00

2.019.000,00 *

2.019.000,00 *

*Arquiteto Celso
M. M. 5/11/67*

U. M. - n.º 27/67.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

*G. J. "Benjamin Constant".
27 de Outubro de 1967.
Campo Grande, Mt.*

3886

Bo Senhor chefe da J.R.5.

Junto remeto-vos os documentos comprovantes das vendas e dividas deste G.J. de acordo com a solicitação dessa Inspeção.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
I. R. 5 do S. P. I. - C. Grande
PROTOCOLO Nº. *665*
Em *5* de *11* de 19*67*

*Respeitosa saudações.
Ariano Martins Ferreira.
Enc. do Posto.*

1.54

*Junto ao processo de Pin de carneiro
feito pelo Sr. A. de Bando.*

Amul 12/11/67

C O P I A

ORDEN DE SERVIÇO INTERNA NR 181

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso das suas atribuições,

R E S O L V E- determinar que HALIO JORGE BUCKER, Agente de Proteção aos Índios nível 6-B, deste Serviço, detentor do adiantamento de CR\$ 77.750.000 (setenta e sete milhões, setecentos e cinquenta mil cruzeiros), à conta da CATEGORIA ECONOMICA 3.0.0.0 Despesas correntes -3.1.0.0.- Despesas de Custeio 3.1.4.0-Encargos diversos- 10 ASSISTENCIA SOCIAL, para ser aplicado nas Inspeções Regionais e nos Postos Indígenas, Lei nº 4539, de 10/12/64 entregue como suprimento a LUIZ VINHAS NEVES - Mj.Av.- Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, ficando o responsável pelo presente suprimento obrigado a prestar contas no prazo de que trata o Dec.Lei 2583 de 14/9/40, bem como passar recibo em cinco (5) vias do mesmo suprimento ao servidor HELIO JORGE BUCKER.
Dê-se ciência e cumpra-se

Rio, 20 de dezembro de 1965

(ass2) Luiz Franca Araujo

pelo Luiz Vinhas Neves

M. A. - S. P. I. - I. R. 5
Confere com o original

Em 14 de nov de 1967

Luiz Vinhas Neves
Assessor

C O P I A

3888
NCR\$ 6.000,00

Recebi do Sr. Helio Jorge Bucker, Chefe da 5ª Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Indios, o cheque nº 48/7-45/1197 do Banco do Brasil S.A., correspondente a importancia supra de SEIS MIL CRUZEIROS NOVOS (NCR\$... 6.000,00), para pagamento da rede eletrica do Posto Indigena localizado em Palmeiras dos Indios, no Estado de Alagoas, conforme determinação do Sr. Cel.Diretor do S.P.I., contida na - Ordem de Serviço nº 9 datada de 26/1/67.

Para maior clareza e um só efeito, firmo o presente em quatro vias.

Campo Grande, 28 de fevereiro de 1967

(assº) Mario da Silva Furtado

Chefe da I.R.4-SPI

M. A. - S. P. I. - I. R. 5
Confere com o original

Em 17 de nov. de 1967

Mario de Sousa P. Moura
Auxiliar

C O P I A

ORDEM DE SERVIÇO INTERNA Nº 09

.

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios no uso da atribuição que lhe confere o art. 13-item IV do Dec. nº 52.668/63, resolve:

DESIGNAR - Helio Jorge Bucker, Chefe da 5ª Ins-
petoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios, em Campo -
Grande, para executar o seguinte:-

- a)- recolher á conta do Fundo Federal Agropecuario a "Renda Indigena" daquela Inspetoria e inclusive efetuar pagamento do debito desta Regional com parte da receita da referida "Renda";
- b)- remeter em nome do Sr. Mario da Silva Furtado, chefe da 5ª Inspetoria Regional, em Recife-PE, através do Banco do Brasil S.A., a importancia de CR\$ 6.000.000(seis milhoes de cruzeiros), por conta / da Renda Indigena da 5ª Inspetoria Regional, a fim de efetuar o pagamento da instalação da rede elétrica do Posto indigena localizado em Palmeiras dos Índios, no Estado de Alagoas.

Dê-se ciência e cumpra-se

Brasilia, 26 de janeiro de 1967

(assº) Hamilton de Oliveira Castro
Cel. Diretor

M. A. - S. P. I. - I. R. 5
Confere com o original
Em 17 de NOVº de 1967

Auxiliar



Ministerio do Interior
~~MINISTÉRIO DA AGRICULTURA~~

Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3890
[assinatura]
[assinatura]

CampoGrande - MT.
Em 19/11/67

Of. 234.

Do Sr. José Monteiro da Silva.

Ao Sr. Jade r Figueiredo Correa.

Assunto: levantamento de gado (encaminha).

Atendentdo à solicitação verbal
de V. Sa., possa às vossas mãos, o levantamento
de gado da I.R./5, feito de acordo com os avisos
do pôsto existentes na I.R./5, levantamento fei-
to em 1966 e Controle de Rebanho e resdistribui-
ção nesta I.R, devidamente numeradas e rubrica-
das.

Atenciosas saudações

Jose Monteiro da Silva
Jose Monteiro da Silva
Vet. 20/A



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3891
F. nº 1.

Ao Dr. Jader Figueiredo Correa.
Presidente da C.I. / M.I.

Levantamento dos animais existentes nos Postos da Quinta Inspetoria Regional do S.P.I., feito de conformidade com dados obtidos nos avisos mensais dos Postos Indígenas, desde o ano de 1962, até o ano de 1967, encontra-se nos arquivos desta Inspetoria.

Afim de se poder apreciar a variação da quantidade de animais dentro de um mesmo ano, e de um ano para outro, colheu-se dados referentes a dois meses de cada ano.

POSTO INDIGENA DE NALIQUE.

1 - Aviso do Posto referente ao mês de janeiro de 1962:

- a - bovinos..... 1.662.
- b - equinos..... 43.
- c - muares..... 29.
- d - asininos..... 6.

2 - Aviso do Posto referente ao mês de julho de 1962:

- a - bovinos..... 1.404.
- b - equinos..... 84.
- c - muares..... 8.
- d - asininos..... 6.

3 - Aviso do Posto referente ao mês de março de 1963:

- a - bovinos..... 1.185.
- b - não faz referência a outras espécies de animais.

4 - Aviso do Posto referente ao mês de novembro de 1963:

- a - bovinos..... 1.131.
- b - não faz referência a outras espécies de animais.

(-continua-)



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3892
F. nº 2.

POSTO INDIGENA N ALIQUE.

5 - Aviso do Postos referente ao mês de maio de 1964:

a - bovinos.....	1.440.
b - equinos.....	64.
c - muares.....	12.
d - asininos.....	6.

6 - Aviso do Postos referente ao mês de dezembro 1.964:

a - bovinos.....	1.135.
b - equinos.....	42.
c - muares.....	7.
d - asininos.....	5.

7 - Aviso referente ao mês de janeiro de 1965:

a - bovinos.....	1.135.
b - equinos.....	42.
c - muares.....	7.
d - asininos.....	5.

8 - Aviso do Posto referente ao mês de dezembro de 1965:

a - bovinos.....	1.135.
b - equinos.....	42.
c - muares.....	7.
d - asininos.....	3.

9 - Não existe aviso referente ao ano de 1966.

10 - Aviso referente ao mês de fevereiro de 1967:

a - bovinos.....	965.
b - equinos.....	20.
c - muares.....	10.
d - asininos.....	4.

11 - Aviso referente ao mês de junho de 1967:

a - bovinos.....	1.169.
------------------	--------

(-continua-)



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3893
P. nº 3.

POSTO INDIGENA NALIQUE.

b - não existe dados sobre outras espécies de animais.

POSTO INDIGENA DE LALIMA.

1 - Aviso do Postos referente ao mês de fevereiro de 1962:

a - bovinos..... 82.
b - equinos..... 7.
c - muares..... 1.

2 - Aviso do Pôsto referente ao mês de novembro de 1962:

a - bovinos..... 75.
b - equinos..... 11.
c - muares..... 3 .

3 - Aviso do Pôsto referente ao mês de abril de 1963:

a - bovinos..... 73.
b - equinos..... 11.
c - muares..... 1.

4 - Aviso do Pôsto referente ao mês de dezembro de 1963:

a - bovinos..... 69.
b - equinos..... 10.
c - muares..... 1.

5 - Aviso referente ao mês de janeiro de 1964:

a - bovinos..... 69.
b - equinos..... 10.
c - muares..... 1.

6 - Aviso referente ao mês de novembro de 1964:

a - bovinos..... 63.
b - equinos..... 10.
c - asininos..... 1.

(-continua-)



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3894
P. nº 4.

POSTO INDIGEN A DE LALIMA.

7 - Aviso do Posto referente ao mês de fevereiro de 1965:

a - bovinos..... 96.
b - equinos..... 14.
c - asininos..... 1.

8 - Aviso referente ao mês de dezembro de 1965:

a - bovinos..... 51.
b - equinos..... 14.
c - muares..... 1.

9 - Aviso referente ao mês de janeiro de 1966:

a - bovinos..... 50.
b - equinos..... 14.
c - asininos..... 1.

10 - Aviso referente ao mês de dezembro de 1966:

a - bovinos..... 68.
b - equinos..... 10.
c - asinino..... 1.

11 - Não existe aviso do Posto referente ao ano de 1967,
porém em relação ao fichário dos animais desse Pos-
to, podemos fornecer o seguinte:

a - bovinos..... 65.
b - equinos..... 11.
c - muar..... 1.

PÔSTO INDIGENA FRAN CISCO HORTA.

1 - Aviso referente ao mês de janeiro de 1962:

a - bovinos..... 32.
b - equinos..... 5.

2 - Aviso referente ao mês de dezembro de 1962:

a - bovinos..... 28.
b - equinos..... 5.

(-continua-)



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

P. nº 5.

3 895
[assinatura]
[assinatura]

PÔSTO INDIGENA FRANCISCO HORTA.

3 - Aviso referente ao mês de janeiro de 1963:

- a - bovinos..... 28.
- b - equinos..... 5.

4 - Aviso referente ao mês de dezembro de 1963:

- a - bovinos..... 43.
- b - equinos..... 6.

5 - Aviso referente ao mês de janeiro de 1964:

- a - bovino..... 43.
- b - equina..... 6.

6 - Aviso referente ao mês de dezembro de 1964:

- a - bovina..... 49.
- b - equina..... 5.

7 - Aviso referente ao mês de janeiro de 1965:

- a - bovina..... 39.
- b - equina..... 5.

8 - Aviso referente ao mês de dezembro de 1965:

- a - bovina..... 46.
- b - equina..... 6.

9 - Aviso referente ao mês de janeiro de 1966:

- a - bovina..... 47.
- b - equina..... 7.

10 - Aviso referente ao mês de dezembro de 1966:

- a - bovina..... 53.
- b - equina..... 7.

11 - Aviso referente ao mês de janeiro de 1967:

- a - bovina..... 53.
- b - equina..... 7.

(-continua-)



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3896
P. Nº 6.

PÔSTO INDIGENA FRANCISCO HORTA;

12 - Aviso referente ao mês de outubro de 1967:

- a - bovina..... 60.
b - equina..... 6.

PÔSTO INDIGENA IPEGUE.

1 - Aviso referente ao mês de janeiro de 1962:

- a - bovina 8.
b - equina..... 1.

2 - Aviso referente ao mês de dezembro de 1962:

- a - bovina..... 6.
b - equina..... 2.

3 - Aviso referente ao mês de janeiro de 1963:

- a - bovina..... 26.
b - equina..... 2.

4 - Aviso referente ao mês de dezembro de 1963:

- a - bovina..... 24.
b - equina..... 2.

5 - Aviso referente ao mês de janeiro de 1964:

- a - bovino..... 24.
b - equina..... 2.

6 - Aviso referente ao mês de dezembro de 1964:

- a - bovina..... 31.
b - equina..... 2.

7 - Aviso referente ao mês de janeiro de 1965:

- a - bovinos..... 33.
b - equina..... 2.

8 - Aviso referente ao mês de dezembro de 1965:

(-continua-)



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3897
P. nº 7.

PÔSTO INDIGENA IP EGUE.

- 8 - Aviso referente ao mês de dezembro de 1965:
a - bovina 38.
b - equina..... 2.
- 9 - Aviso mensal referente ao mês de janeiro de 1966:
a - bovina..... 33.
b - equina..... não tem informação.
- 10 - Aviso referente ao mês de dezembro de 1966:
a - bovina..... 44.
b - equina..... não há referência.
- 11- Aviso referente ao mês de janeiro de 1967:
a - bovina..... 45.
b - equina..... 2.
- 12- Aviso mensal referente ao mês de julho de 1967:
a - bovina..... 43.
b - equina..... 2.

PÔSTO INDIGENA BENJAMIN CONSTANT.

- 1 - Aviso mensal referente ao mês de janeiro de 1962:
a - bovina..... 73.
b - equina..... 2.
- 2 - Aviso referente ao mês de dezembro de 1962:
a - bovina..... 75.
b - equina..... 1.
- 3 - Aviso referente ao mês de fevereiro de 1963:
a - bovina..... 52.
b - equina..... 1.
- 4 - Aviso referente ao mês de novembro de 1963:
a - bovina..... 57.
b - equina..... 1.
- 5 - Aviso referente ao mês de fevereiro de 1964:
a - bovina..... 41.
b - equina..... 1.

(-continua-)



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3898
P. nº 8.

POSTO INDIGENA BENJAMIN CONSTANT.

6 - Aviso mensal referente ao mês de dezembro de 1964:

- a - bovina..... 54.
- b - equina..... 1.

7 - Aviso referente ao mês de janeiro de 1965:

- a - bovinos..... 49.
- b - equino..... 1.

8 - Aviso referente ao mês de dezembro de 1965:

- a - bovina 25.
- b - equino..... 1.

9 - Aviso referente ao mês de janeiro de 1966:

- a - bovina..... 22.
- b - equino....., 1.

10- Aviso referente ao mês de dezembro de 1966:

- a - bovinos..... 26.
- b - equino..... 1.

11- Aviso referente ao mês de janeiro de 1967:

- a - bovinos..... 27.
- b - equino..... 1.

PÔSTO INDIGENA DE BURITY.

1 - Aviso referente ao mês de janeiro de 1962:

- a - bovinos..... 51.
- b - equinos..... 1.
- c - muares..... 4.

2 - Aviso referente ao mês de junho de 1962:

- a - bovinos..... 48.
- b - equinos..... 1.
- c - muares..... 4.

3 - Aviso referente ao mês de abril de 1963:

(-continua-)



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3899
P. nº 9.

PÔSTO INDIGENA DE BURITY.

3 - Aviso referente ao mês de abril de 1963:

- a - bovinos..... 44.
- b - equinos..... 6.
- c - muares..... 4.

4 - Aviso referente ao mês de outubro de 1963:

- a - bovinos..... 51.
- b - equinos..... 5.
- c - muares..... 4.

5 - Aviso referente ao mês de janeiro de 1964:

- a - bovinos..... 51.
- b - equinos..... 4.
- c - muares..... 4.

6 - Aviso referente ao mês de dezembro de 1964:

- a - bovinos..... 44.
- b - equinos..... 4.
- c - muares..... 4.

7 - Aviso referente ao mês de janeiro de 1965:

- a - bovinos 42.
- b - equinos..... 4.
- c - muares..... 4.

8 - Aviso referente ao mês de dezembro de 1965:

- a - bovinos..... 44.
- b - equinos..... 4.
- c - muares..... 3.

9 - Aviso referente ao mês de janeiro de 1966:

- a - bovinos..... 41.
- b - equinos..... 4.
- c - muares femeas..... 3.

10- Aviso referente ao mês de dezembro de 1966:

- a - bovino..... 39.
- c - equino..... 4.

(-continua-)



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3900
P. nº 10.

filme
BVA

PÔSTO INDIGENA DE BURITY.

- b - muares..... 2.
- 11 - aviso referente ao mês de janeiro de 1967:
- a - bovinos..... 40.
- c - equinos..... 4.
- b - muares..... 2.
- 12 - Aviso referente ao mês de junho de 1967:
- a - bovinos..... 125.
- b - equinos..... 7.
- c - muares..... 2.

PÔSTO CAPITÃO VITORINO.

- 1 - Aviso referente ao mês de janeiro de 1962:
- a - bovinos..... 30.
- b - equinos..... 3.
- c - muarês..... 2.
- 2 - Aviso referente ao mês de dezembro de 1962:
- a - bovinos..... 30.
- b - equinos..... 3.
- c - muar..... 1.
- 3 - Aviso referente ao mês de janeiro de 1963:
- a - bovinos..... 23.
- b - equinos..... 2.
- c - muares..... 1.
- 4 - Aviso referente ao mês de dezembro de 1963:
- a - bovinos..... 29.
- b - equinos..... 2.
- c - muar..... 1.
- 5 - Aviso referente ao mês de janeiro de 1964 (1964)
- a - bovinos..... 21.
- b - equinos..... 2.
- c - muar..... 1.

(-continua-)



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3901
P. nº 11. *Filme*
22/8

POSTO CAPITÃO VITORINO.

6 - Aviso referente ao mês de dezembro de 1964:

- a - bovinos..... 29.
- b - equinos..... 5.
- c - muar..... não tem.

7 - Aviso referente ao mês de abril de 1965:

- a - bovinos..... 26.
- b - equinos..... 4.

8 - Aviso referente ao mês de dezembro de 1965:

- a - bovinos..... 26.
- b - equinos..... 4.

9 - Aviso referente ao mês de agosto de 1966:

- a - bovinos..... 21.
- b - equinos..... 4.

9 - Aviso referente ao mês de dezembro de 1966:

- a - bovinos..... 23.
- b - equinos..... 5.

10- Aviso referente ao mês de janeiro de 1967:

- a - bovinos..... 23.
- b - equinos..... 4.

11- Aviso referente ao mês de junho de 1967:

- a - bovinos 21.
- b - equinos..... 4.

PÔSTO INDIGENA CACHOEIRINHA.

1 - Aviso referente ao mês de janeiro de 1962:

- a - bovinos..... 33.
- b - equinos..... 5.

2 - Aviso referente ao mês de dezembro de 1962:

- a - bovinos..... 20.
- b - equinos..... 5.

3 - Aviso referente ao mês de janeiro de 1962:

- a - bovinos..... 20.

(-continua-)



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3902
P. nº 12.

PÔSTO INDIGENA CACHOEIRINHA

- B - equinos..... 7.
- 4 - Aviso referente ao mês de janeiro de 1964:
a - bovinos..... 16.
b - equinos..... 4.
- 5 - Aviso referente ao mês de dezembro, digo, outubro de 1964.
a - bovinos..... 10.
b - equinos..... 6.
- 6 - Aviso referente ao mês de julho de 1965:
a - bovinos..... 8.
b - equinos..... 3.
- 7 - Aviso referente ao mês de dezembro de 1965:
a - bovinos..... 10.
b - equinos..... 3.
- 8 - Aviso referente ao mês de fevereiro de 1966:
a - bovinos..... 9.
b - equinos..... não há dados.
- 9 - Aviso referente ao mês de dezembro de 1966:
a - bovinos..... 9.
b - equinos..... 2.
- 10 - Aviso referente ao mês de janeiro de 1967:
a - bovinos..... 9.
b - equinos..... 2.
- 11- Aviso referente ao mês de outubro de 1967:
a - bovinos..... 8.
b - equinos..... 2.

(-continua-)



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

PÔSTO IN DIGENA JOSÉ BONIFÁCIO.

3903
P. nº 13.

- 1 - Aviso mensal referente ao mês de janeiro de 1962:
a - bovinos..... 36.
b - equinos..... 2.

- 2 - Aviso referente ao mês de dezembro de 1962:
a - bovinos..... 39.
b - equinos..... não há dados.

- 3 - Aviso referente ao mês de janeiro de 1963:
a - bovinos..... 27.
b - equinos..... não há dados.
Este boletim acusa a venda de 12 animais machos.

- 4 - Aviso referente ao mês de dezembro de 1963:
a - bovinos..... 35.
b - equinos..... 3.

- 5 - Aviso referente ao mês de janeiro de 1964:
a - bovinos..... 45.
b - equinos..... 3.

- 6 - Aviso referente ao mês de dezembro de 1964:
a - bovinos..... 40.
b - equinos..... 3.

- 7 - Aviso referente ao mês de janeiro de 1965:
a - bovinos..... 39.
b - equinos..... 3.

- 8 - Aviso referente ao mês de dezembro de 1965:
a - bovinos..... 31.
b - equinos..... 4.

- 9 - Aviso referente ao mês de janeiro de 1966:
a-bovinos..... 37.
b - equinos..... 5.

- 10- Aviso referente ao mês de dezembro de 1966:

(-continua-)



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3904
P. nº 14.

PÔSTO INDIGENA JOSÉ BONIFÁCIO.

10 - Aviso referente ao mês de dezembro de 1966:

- a - bovinos..... 35.
- b - equinos..... 5.

11 - Aviso referente ao mês de janeiro de 1967:

- a - bovinos..... 35.
- b - equinos..... 5.

PÔSTO INDIGENA SÃO JOÃO.

1 - Aviso referente ao mês de janeiro de 1962:

- a - bovinos..... 109.
- b - equinos..... 5.

2 - Aviso referente ao mês de dezembro de 1962:

- a - bovinos..... 107.
- b - equinos..... 5.
- c - muar..... 1.

3 - Aviso referente ao mês de junho de 1963:

- a - bovinos..... 105.
- b - equinos..... 5.
- c - muares..... 1.

4 - Aviso referente ao mês de dezembro de 1963:

- a - bovinos..... 104.
- b - equinos..... 6.
- c - muares..... 1.

5 - Aviso referente ao mês de maio de 1964:

- a - bovinos..... 132.
- b - equinos..... 5.
- c - muares..... não há dados.

6 - Aviso referente ao mês de dezembro de 1964:

Neste aviso não há dados sobre animais.

7 - Aviso referente ao mês de janeiro de 1965:

Neste aviso não há dados sobre animais.

8 - Aviso referente ao mês de outubro de 1965:

- a - bovinos..... 98.
- b - equinos..... 8.

9 - Aviso referente ao mês de março de 1966:

(-continua-)



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

P. Nº 15.

3905
filho.
BPA

PÔSTO INDIGENA SÃO JOÃO.

- 9 - Aviso referente ao mês de março de 1966:
a - bovinos..... 93.
b - equinos..... 7.

OBSERVAÇÕES:

Após esta data passou a responder pelo expediente deste Pôsto o índio, EMILIO GOIS, Agente 5/A, sem capacidade para executar os trabalhos burocráticos do mesmo.

Em agosto de 1967 foi transferido o restante dos animais para o P.I. Nalique, também na reserva dos - Cadiuéus, visto que após contagem dos mesmos, constou-se a existência de apenas 67 animais bovinos.

PÔS INDIGENA TAUNAY.

- 1 - Aviso mensal referente ao mês de janeiro de 1962:
a - bovinos..... 178.
b - equinos..... 15.
- 2 - Aviso referente ao mês de dezembro de 1962:
a - bovinos..... 134.
b - equinos..... 15.
- 3 - Aviso referente ao mês de janeiro de 1963:
a - bovinos..... 113.
b - equinos..... 14.

Neste boletim o senhor encarregado deste P.I. faz referencia a 20 animais vendidos ou transferidos, sem maiores esclarecimentos.

- 4 - Aviso referente ao mês de dezembro de 1963:
a - bovinos..... 110.
b - equinos..... 15.
- 5 - Aviso referente ao mês de janeiro de 1964:
a - bovinos..... 110.
b - equinos..... 15.
- 6 - Aviso referente ao mês de dezembro de 1964:
a - bovinos..... 73.
b - equinos..... 14.

(-continua-)



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

3906
P. nº 16.

PÔSTO INDÍGENA TAUNAY.

- 7 - Aviso referente ao mês janeiro de 1965.
a - bovinos..... 60. (60).
b - equinos..... 13.
- 8 - Aviso referente ao mês de dezembro de 1965.
a - bovinos..... 79.
b - equinos..... não há dados.
- 9 - Aviso referente ao mês de fevereiro de 1966:
a - bovinos..... 66.
b - equinos..... 11.
- 10- Aviso referente ao mês de março de 1967:
a - bovinos..... 44.
b - equinos..... 11.
- 11-Aviso referente ao mês de julho de 1967:
a - bovinos..... 41.
b - equinos..... 11.

OBSERVAÇÕES:

No aviso referente ao mês de dezembro de 1963, não tem visto nem do Chefe do Posto e nem do Chefe da Inspetoria, e o referente ao mês de janeiro de 1964, só tem assinatura do Chefe da Inspetoria, Sr. Alisio de Carvalho.

Considerando-se somente o número total de bovinos citados nos boletins do início de cada ano, temos:

Em 1962.....2.294. animais.
Em 1963.....1.695. animais.
Em 1964.....1.992. animais.
Em 1965.....1.625. animais.
Em 1966.....1.383. animais.
Em 1967.....1.304. animais.

O número de animais do P.I. Nalique, referente ao ano de 1966, foi, digo, que foi incluído nesta contagem, foi o constante do levantamento efetuado por mim, na aquele P.I., cuja cópia vai anexa ao presente.

Em relação ao ano de 1967, ainda não está computado a
(- continua -).



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL

P. nº 17.

produção do ano de 1966, do posto indígena de Nalique, pois ainda não pode ser feita, porquanto somente em setembro do corrente ano, a manqueira pode ser reconstruída, naquele P.I.; e com a grande estiagem que ainda / ocorre na região, foi conveniente que não se efetuasse tal trabalho.

Ainda em relação ao P.I. Nalique, no item nove, folha número dois do presente levantamento, onde diz não haver dados referentes ao ano de 1966, esclareço que os expedientes foram encaminhados à esta regional, pelo então encarregado, contratado, Sr. Abilio Aristimunho, na época em que ainda era chefe da I.R., o Sr. Walter Samari Prado, mas que foram todos devolvidos, ao posto, afim de serem corrigidos, na época em que estava respondendo pelo expediente do referido P.I., o indio Ismael Bento Medina, e pela chefia da I.R./5, o Sr. Helio Jorge Bucker; e esses documentos não mais voltaram à I.R.

Embora, a questão referente à contagem dos animais pertencentes aos postos indígenas, seja atribuição exclusiva do encarregado do posto, porém, dado as irregularidades anteriormente citadas, vi-me na contingência de efetuar tal levantamento, que no entanto, não pode ser concluído, porque o gado é bravo e por não haver condição no posto para se efetuar tal trabalho, haja / visto que o levantamento o levantamento acima referido, e cuja cópia vai anexo ao presente, foi feito em manqueira cedida por um arrendatário, que dista doze quilômetros do P.I. Nalique.

Esperando que o presente levantamento venha esclarecer o problema à C.I. / M.I., subscrevo-me:

José Monteiro da Silva.
Veterinário 20-A.

Campo Grande, 19 de novembro de 1967.
Em tempo; anexo ao presente um Plano de Controle e Redistribuição do rebanho bovino desta I.R., numeradas de 1 a 5 e devidamente rubricadas.

3308
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
 BJA

CONTAGEM DE GADO DO PÔSTO INDIGENA DE NALIQUE EFETUADA NOS DIAS 31 DE MAIO E 1º DE JUNHO DE 1966.

A contagem do gado bovino pertencente ao Posto Indigena de Nalique, foi feita dividindo-se os animais - em lotes. Fez-se portanto a numeração de ordem de um a quinhentos, com os números em sentido vertical, em relação ao corpo do animal e na paleta esquerda; para diferenciar os grupos, colocamos uma numeração em sentido horizontal em relação ao corpo do animal, também do lado esquerdo e ao lado da numeração de ordem.

Para o grupo um, colocamos o número 1 no sentido horizontal, e para o grupo 2, o número dois e assim sucessivamente. Anotamos também o sexo, a idade e na medida do possível a procedência do animal. Para a produção do ano de 1965, fizemos a seguinte marcação: número de ordem na coxa direita; na paleta direita o carimbo cinco, referente ao ano 1965 e o carimbo SPI no queixo direito ou na anca direita. Anotamos também o sexo de cada animal.

NÚMERO.....SEXO.....IDADE.....PROCEDENCIA.....

1	F	5	
2	M 6	6	Troca
3	M	2	
4	M	4	Troca
5	F	4	
6	M	3	
7	F	6	
8	F	5	
9	M	8	Renda
10	M	9	Renda
11	F	5	
12	F	6	
13	F	3	
14	F	8	
15	F	6	
16	F	3	
17	F	2	
18	F	6	
19	F	7	
20	F	5	
21	F	6	

Continúa...

3909
[Handwritten signature]
 Continuação/fl:2 *[Handwritten initials]*

NÚMERO.....	SEXO.....	IDADE.....	PROCEDENCIA.....
22	F	6	
23	F	4	
24	F	6	
25	F	3	
26	F	4	
27	F	6	
28	F	3	
29	F	4	
30	F	4	
31	F	6	
32	F	5	
33	M	4	Compra (tracce)
34	F	2	
35	F	5	
36	F	7	
37	F	6	
38	F	6	
39	F	5	
40	F	3	
41	F	3	
42	F	4	
43	F	4	
44	F	6	
45	M	3	
46	F	6	
47	F	5	
48	F	7	
49	F	6	
50	F	7	
51	F	4	
52	F	4	
53	F	7	
54	F	5	
55	F	4	
56	F	4	
57	F	7	
58	F	6	
59	F	7	
60	F	5	
61	F	5	

Continúa.....

3910
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
 Continuação-Fl:3
[Handwritten initials]

NÚMERO.....	SEXO.....	IDADE.....	PROCEDÊNCIA.....
62	F	7	
63	F	5	
64	F	4	
65	F	5	
66	F	6	
67	F	5	
68	F	7	
69	F	7	
70	F	5	
71	F	3	
72	F	5	
73	F	3	
74	F	4	
75	F	2	
76	F	4	
77	F	3	
78	F	3	
79	F	3	
80	F	9	
81	M	11	
82	F	4	
83	F	2	
84	M ₂	2	
85	M ₃	2	
86	M	9	
87	F	5	
88	M ₄	2	
89	F	3	
90	M	4	
91	M	4	Troca
92	M	9	
93	F	5	
94	F	7	
95	F	7	
96	F	5	
97	F	3	
98	F	5	
99	F	6	
100	F	6	
101	F	4	

Continúa

Continuação: - fl: 11

3911
filio.
BFF

NÚMERO	SEXO	IDADE	PROCEDÊNCIA
102	F	?	
103	F	6	
104	F	7	
105	F	4	
106	F	2	
107	F	4	
108	F	6	
109	M	8	
110	M	5	Troca
111	F	6	
112	M	9	
113	F	4	
114	F	5	
115	F	4	
116	F	4	
117	F	3	
118	F	8	
119	M	4	Troca
120	F	4	
121	M	3	
122	F	5	
123	F	4	
124	F	6	
125	F	8	
126	F	10	
127	M ^g	2	
128	F	7	
129	M	5	Troca
130	F	4	
131	F	3	
132	F	7	
133	M	4	Troca
134	F	4	
135	F	8	
136	F	2	
137	F	5	
138	F	8	
139	F	8	
140	F	4	
141	F	8	Continúa.....

32

3912
Continuação: fl 5

NÚMERO.....SEXO.....IDADE.....PROCEDÊNCIA.....

142	F	5
143	F	6
144	F	7
145	F	6
146	F	5
147	M	4
148	F	4
149	F	5
150	M ₆	2
151	F	4
152	F	3
153	F	3
154	F	4
155	F	6
156	F	7
157	F	4
158	M	8
159	F	5
160	F	5
161	F	3
162	F	6
163	M ₂	2
164	F	6
165	F	5
166	F	5
167	F	4
168	M	7
169	M	6
170	M	3
171	F	4
172	F	4
173	F	6
174	F	5
175	F	6
176	F	8
177	F	3
178	F	3
179	F	5
180	F	7
181	F	7

Renda

33 2
Continua.....

3913
407
filme.
B9A
Continuação: fl. 6

NÚMERO.....	SEXO.....	IDADE.....	PROCEDÊNCIA.....
182	F	5	
183	F	6	
184	F	5	
185	F	2	
186	F	5	
187	F	5	
188	F	8	
189	F	7	
190	F	6	
191	F	6	
192	F	6	
193	F	3	
194	F	3	
195	F	3	
196	F	2	
197	F	3	
198	F	8	
199	F	3	
200	F	2	
201	M ⁸	2	
202	F	6	
203	F	3	
204	F	3	
205	M ⁹	2	
206	F	5	
207	F	4	
208	F	5	
209	F	2	
210	F	8	
211	F	3	
212	F	3	
213	F	5	
214	F	5	
215	F	3	
216	F	4	
217	F	3	
218	F	4	
219	F	5	
220	F	5	
221	F	4	

38 2
Continúa.....

Continuação-fl 7

NÚMERO.....SEXO.....IDADE.....;PROCEDÊNCIA.....

222	F	4	
223	F	3	
224	F	5	
225	F	3	
226	F	6	
227	F	5	
228	F	5	
229	F	2	
230	F	5	
231	F	4	
232	M ¹⁰	2	
233	F	4	
234	F	3	
235	F	4	
236	F	3	
237	F	2	
238	F	3	
239	M ¹⁰	2	
240	F	6	
241	F	3	
242	F	4	
243	M	3	
244	F	5	
245	F	2	
246	F	4	
247	F	5	
248	F	6	
249	F	4	
250	F	5	
251	F	4	
252	F	3	
253	F	2	
254	F	4	
255	F	5	
256	F	5	
257	F	4	
258	F	4	
259	F	3	
260	F	4	
261	F	3	

Continúa.....

3915
407

Continuação - fl 8

filme
RJA

NÚMERO	SEXO	IDADE	PROCEDÊNCIA
262	F	6	
263	F	4	
264	F	6	
265	F	4	
266	F	7	
267	F	6	
268	F	5	
269	F	4	
270	F	4	
271	F	4	
272	F	3	
273	F	9	
274	F	6	
275	F	4	
276	F	4	
277	F	4	
278	F	4	
279	F	4	
280	F	6	
281	F	3	
282	F	5	
283	F	3	
284	F	4	
285	F	3	
286	F	3	
287	M	3	
288	F	5	
289	F	4	
290	F	4	
291	F	9	
292	F	7	
293	F	4	
294	F	5	
295	F	5	
296	F	4	
297	F	7	
298	F	6	
299	F	4	
300	F	6	
301	F	4	
302	F	7	
303	F	7	
304	F	6	
305	F	5	
306	F	5	
307	F	4	
308	F	6	
309	F	4	
310	F	4	
311	M	2	
312	F	4	
313	F	5	
314	F	4	
315	M	3	
316	F	6	
317	F	6	
318	F	4	
319	F	6	
320	F	6	
321	F	4	

Continúa.....

Continuação - f19

3916
filio.
D.L.

NÚMERO.....SEXO.....IDADE.....PROCEDÊNCIA.....

322	F	5
323	F	3
324	F	4
325	F	4
326	F	6
327	F	7
328	F	5
329	F	6
330	F	4
331	F	3
332	F	4
333	F	3
334	F	4
335	F	4
336	F	5
337	F	4
338	F	4
339	F	4
340	F	7
341	F	8
342	F	3
343	F	3
344	F	6
345	F	4
346	F	4
347	F	5
348	F	6
349	M	4
350	F	4
351	F	3
352	M	3
353	F	5
354	M	2
355	F	6
356	F	3
357	F	4
358	F	4
359	F	4
360	M	3
361	M	6
362	F	4
363	F	5
364	F	3
365	F	4
366	F	2
367	F	2
368	F	2
369	F	4
370	F	5
371	F	4
372	F	5
373	F	6
374	F	7
375	M	3
376	F	2
377	F	3
378	F	2
379	F	4
380	M	3
381	F	5

Continua.....

3917
[Signature]

Continuação... fl 10

[Signature]
[Signature]

NÚMERO	SEXO	IDADE	PROCEDÊNCIA
382	F	4	
383	F	2	
384	F	4	
385	F	2	
386	F	5	
387	F	4	
388	F	3	
389	F	3	
390	F	6	
391	F	3	
392	F	3	
393	F	3	
394	F	6	
395	F	5	
396	F	2	
397	F	2	
398	F	3	
399	F	2	
400	F	4	
401	F	2	
402	F	2	
403	F	2	
404	F	4	
405	F	2	
406	F	2	
407	F	5	
408	F	3	
409	F	4	
410	F	4	
411	F	4	
412	F	4	
413	F	5	
414	F	4	
415	F	4	
416	F	5	
417	F	4	
418	F	4	
419	F	4	
420	F	5	
421	F	5	
422	F	3	
423	F	8	
424	F	4	
425	F	3	
426	F	6	
427	F	4	
428	F	6	
429	F	2	
430	F	4	
431	F	4	
432	F	3	
433	F	3	
434	F	5	
435	F	5	
436	F	2	
437	F	3	
438	F	7	
439	F	2	
440	F	4	
441	F	2	

Continúa

Continuação: - fl 11

3918
[Signature]
[Signature]

NÚMERO.....	SEXO.....	IDADE.....	PROCEDÊNCIA.....
442	F	6	
443	F	3	
444	F	3	
445	F	3	
446	F	5	
447	F	4	
448	F	4	
449	F	4	
450	F	4	
451	F ¹⁰	5	
452	F	5	
453	F	6	
454	F	5	
455	F	3	
456	F	3	
457	F	2	
458	F	4	
459	F	3	
460	F	3	
461	F	4	
462	F	5	
463	F	3	
464	F	3	
465	F	2	
466	M ¹⁶	2	0 -> 2 anos - 20
467	M ¹²	2	0 -> tocados - 8
468	F	3	0 -> velhos - 10
469	F	4	0 -> 3-5 anos - 20
470	F	2	
471	M ¹⁸	2	
472	F	2	
473	F	3	
474	F	6	
475	F	6	
476	M ¹⁹	2	0 + 2 anos - 36
477	F	4	0 + 3 anos - 72
478	F	6	0 + 4 anos - 124
479	F	3	0 + 5 anos - 91
480	F	3	0 + 6 anos - 70
481	F	4	0 + 7 anos - 30
482	F	4	0 + 8 anos - 15
483	M ²⁰	2	0 + 9 anos - 3
484	F	6	0 + 10 anos - 1
485	F	3	
486	F	2	
487	F	3	
488	F	4	
489	F	3	
490	F	4	
491	F	5	
492	F	6	
493	F	7	
494	F	4	
495	F	5	
496	F	6	
497	F	7	
498	F	3	
499	F	4	
500	F	5	

0 -> 2 anos - 20
 0 -> tocados - 8
 0 -> velhos - 10
 0 -> 3-5 anos - 20
 58
 0 + 2 anos - 36
 0 + 3 anos - 72
 0 + 4 anos - 124
 0 + 5 anos - 91
 0 + 6 anos - 70
 0 + 7 anos - 30
 0 + 8 anos - 15
 0 + 9 anos - 3
 0 + 10 anos - 1
 442

Total 442
 522
 0 -> 2
 0 -> 2

2 52
 42

Continua.....

John
BIA

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30
- 31
- 32
- 33
- 34
- 35
- 36
- 37
- 38
- 39
- 40
- 41
- 42
- 43
- 44
- 45
- 46
- 47
- 48
- 49
- 50
- 51
- 52
- 53
- 54
- 55
- 56
- 57
- 58
- 59
- 60
- 61

[illegible]

263434342545233446594588444354435667653685572755445655773412

Continúa.....

Continuação: fl 13

NÚMERO	SEXO	IDADE	PROCEDÊNCIA
62	F	45	
63	F	57	
64	F	64	
65	F	42	
66	F	48	
67	F	44	
68	F	44	
69	F	44	
70	F	44	
71	F	44	
72	F	44	
73	F	53	
74	F	33	
75	F	34	
76	F	34	
77	F	34	
78	F	34	
79	F	33	
80	M	33	
81	F	33	
82	F	33	
83	F	33	
84	F	33	
85	F	33	
86	F	33	
87	F	33	
88	M	33	
89	F	33	
90	F	33	
91	F	33	
92	F	33	
93	F	33	
94	F	33	
95	F	33	
96	F	33	
97	F	33	
98	F	33	
99	F	33	
100	F	33	
101	F	33	
102	F	33	
103	F	33	
104	F	33	
105	M	33	
106	F	33	
107	F	33	
108	F	33	
109	M	33	
110	F	33	
111	F	33	
112	F	33	
113	F	33	
114	F	33	
115	F	33	
116	F	33	
117	F	33	
118	F	33	
119	F	33	
120	F	33	
121	F	33	

Continua.....

3921
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Continuação: -111-

NÚMERO.....	SEXO.....	IDADE.....	PROCEDÊNCIA.....
122	F	7	
123	F	8	
124	F	5	
125	F	2	
126	F	7	
127	F	3	
128	F	6	
129	F	6	
130	F	6	
131	F	5	
132	F	3	
133	F	3	
134	F	6	
135	F	6	
136	F	7	
137	F	2	
138	F	5	
139	F	6	
140	F	3	
141	F	4	
142	F	5	
143	F	4	
144	F	7	
145	F	4	
146	F	3	
147	F	6	
148	F	4	
149	F	4	
150	F	2	
151	F	3	
152	F	5	
153	F	5	
154	F	2	
155	F	10	
156	F	4	
157	F	5	
158	F	5	
159	F	5	
160	F	6	
161	F	6	
162	F	5	
163	F	5	
164	F	5	
165	F	5	
166	F	5	
167	F	5	
168	F	5	
169	F	5	
170	F	6	
171	F	6	
172	F	8	
173	F	5	
174	F	2	
175	F	5	
176	F	4	
177	F	2	
178	F	5	
179	F	4	
180	F	5	
181	F	2	

6

6

Continúa.....

Continuação:-fl 15

3922
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
 08/11

NÚMERO.....	SEXO.....	IDADE.....	PROCEDÊNCIA.....
182	F	7	
183	F	4	
184	F	3	
185	F	4	
186	F	5	
187	F	6	
188	F	7	
189	F	7	
190	F	8	
191	F	5	
192	F	5	
193	F	8	
194	F	4	
195	F	4	
196	F	5	
197	F	4	
198	F	3	
199	F	3	
200	F	4	
201	F	7	
202	F		
203	F	4	
204	F	5	
205	F	7	
206	F	4	
207	F	5	
208	F	3	
209	F	6	
210	F	10	
211	F	3	
212	F	5	
213	F	7	
214	F	3	
215	F	3	
216	F	2	
217	F	2	
218	F	2	
219	F	2	
220	F	5	
221	F	2	
222	F	2	
223	M	5	
224	F	7	
225	F	6	
226	F	2	
227	F	4	
228	F	5	
229	F	4	
230	F	5	
231	F	6	
232	F	5	
233	F	5	
234	M	2	
235	M	2	
236	F	7	
237	F	7	
238	F	4	
239	F	4	
240	F	2	
241	F	2	

Continua.....

Continuação: fl. 16

3923
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]

NÚMERO..... SEXO..... IDADE..... PROCEDÊNCIA.....

242	F	6	2
243	M		2
244	M		2
245	F		2
246	F		3
247	F		5
248	F		6
249	M		11
250	F		6
251	F		13
252	M		13
253	F		3
254	F		6
255	F		5
256	F		3
257	F		3
258	M		5
259	F		5
260	F		7
261	F		2
262	F		2
263	M		2
264	F		2
265	F		2
266	F		2
267	F		2
268	F		2
269	F		2
270	F		2
271	F		2

7

o → 2 anos - 14
 o → trocados - 0
 o → velhos - 5
 o → 3-5 anos - 8
 27

2 anos - 3
 2 anos - 25
 3 anos - 33
 4 anos - 45
 5 anos - 67
 6 anos - 33
 7 anos - 25
 8 anos - 11
 9 anos - 5
 244

244
 27
 271
 500
 771

PRODUÇÃO DE 1965

NÚMERO.....	SEXO.....	NÚMERO.....	SEXO.....
1	M	59	F
2	F	60	F
3	M	61	M
4	M	62	M
5	M	63	M
6	F	64	M
7	M	65	F
8	M	66	F
9	M	67	F
10	F	68	F
11	F	69	M
12	M	70	M
13	F	71	F
14	M	72	M
15	F	73	F
16	F	74	M
17	M	75	M
18	M	76	M
19	M	77	F
20	M	78	M
21	M	79	F
22	F	80	F
23	M	81	F
24	M	82	F
25	F	83	M
26	F	84	F
27	F	85	M
28	F	86	M
29	M	87	M
30	F	88	M
31	F	89	F
32	M	90	M
33	M	91	F
34	F	92	M
35	F	93	M
36	M	94	F
37	M	95	F
38	M	96	M
39	M	97	F
40	F	98	F
41	M	99	M
42	M	100	F
43	F	101	M
44	F	102	F
45	M	103	M
46	M	104	F
47	F	105	F
48	F	106	M
49	F	107	F
50	F	108	F
51	M	109	F
52	F	110	F
53	M	111	M
54	M	112	M
55	M	113	M
56	F	114	F
57	F	115	M
58	F	116	F

Continuação:-fl 2

3925
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

NÚMERO.....	SEXO.....	NÚMERO.....	SEXO.....
117	F	177	F
118	F	178	F
119	F	179	M
120	M	180	F
121	M	181	M
122	F	182	F
123	M	183	F
124	F	184	F
125	M	185	F
126	M	186	M
127	M	187	F
128	M	188	M
129	M	189	M
130	M	190	F
131	F	191	M
132	M	192	M
133	M	193	F
134	M		
135	F		
136	M		
137	M		
138	F		
139	F		
140	F		
141	M		
142	M		
143	M		
144	F		
145	F		
146	M		
147	F		
148	F		
149	M		
150	M		
151	F		
152	M		
153	M		
154	M		
155	F		
156	M		
157	F		
158	F		
159	F		
160	M		
161	F		
162	M		
163	M		
164	F		
165	M		
166	M		
167	F		
168	M		
169	M		
170	M		
171	F		
172	F		
173	M		
174	F		
175	F		
176	F		

6 →
 04

721
 193
 ———
 964

3926
F. 1
filme

MINISTÉRIO DO INTERIOR
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS
QUINTA INSPETORIA REGIONAL

CONTROLE DO REBANHO

O controle do rebanho, atualmente em vigor na I.R.5, é ainda bastante precário, porque a marcação dos animais não obedece a nenhuma orientação que possibilite a organização de um fichário perfeito. Dar nome a todos os bovinos dos Pôstos, é impraticável; por outro lado, o fichário baseado apenas em dados de coloração do pêlo do animal, também não funciona na prática porque, dado o grande número de animais de pêlo com coloração semelhante, torna-se impossível a identificação dos mesmos pela ficha individual.

Para se conseguir uma perfeita e segura identificação dos animais através da ficha individual, estabeleceu-se o sistema de numeração a ferro candente, na paleta ou no pescoço, de cada animal, conforme orientação que será dada posteriormente, neste trabalho.

Essa numeração a fogo será anotada na ficha individual do animal e constituirá a base da organização do fichário.

A marca SPI atualmente existente nos Pôstos, é bastante grande, tendo ainda o inconveniente de quando "borrada", transformar-se em S.A., mudando completamente a marcação original.

Assim é que, para evitar possíveis identidades de marca de animais de fazendeiros vizinhos com os pertencentes aos Postos Indígenas e dar sistematização à marcação dos animais, mandamos confeccionar para cada Pôsto, uma marca S.I. com seis centímetros de comprimento, e uma série de zero a oito, de números com 4,5 centímetros de comprimento, que serão descritos e desenhados detalhadamente em um livro especial.

Além da marcação a ferro em brasa, o controle dos animais será feito ainda pelo livro de registro de cada pôsto, pela ficha individual de cada animal, pelo boletim de criação, pelo aviso mensal do Pôsto e pelo termo/de morte.

Descreveremos a seguir, cada item separadamente:

3927
907

F.2

filas.
B.H.

I - SISTEMA DE MARCAÇÃO DOS ANIMAIS

Os animais de dois anos acima, serão marcados com numeração seguida, na paleta ou no pescoço.

Deve-se dar preferência em numerar primeiramente os animais mais velhos, a fim de facilitar a organização do fichário.

Esta numeração pode ser feita na paleta ou no pescoço do animal, dando-se preferência onde o pêlo for mais claro, a fim de facilitar a visualização da mesma.

Deve-se, no entanto, anotar na ficha individual, o lugar exato em que foi feita essa numeração.

Os animais de ano e sobre-ano, serão marcados do seguinte modo:

a) No queixo direito, um número que indicará o ano de nascimento do mesmo. Exemplo: Os animais nascidos no ano de 1967, terão o número 7 no queixo direito; os nascidos no ano de 1970 terão o número 1 no queixo direito.

b) Na paleta ou no pescoço direito, um número correspondente ao número de ordem do animal.

A fim de evitar a formação de um número muito grande na paleta ou no pescoço do bezerro, pode-se numerar primeiramente os do sexo feminino e depois recomeçar a numeração com os do sexo masculino.

c) Na coxa direita, a marca S.I.

Esta marca, de preferência, deverá ser feita no final de cada ano, por funcionários da Inspeção, designados para tal, pelo Chefe da I.R.

Nessa época, o funcionário deverá fazer também a ficha individual dos animais por ele marcados.

d) Fica definitivamente abolido o corte na orelha dos bezerros.

II - LIVRO DE REGISTRO

É um livro que serve para registrar o nascimento de todos os animais, equinos, bovinos, suínos, muare, asininos, etc., que porventura venham a ser criados nos Postos Indígenas.

Cada Posto Indígena terá o seu livro de registro.

3 928
F.3
Films
DJA

O livro terá um termo de abertura e tôdas as fôlhas rubricadas pelo Chefe da I.R. ou pelo funcionário da Inspetoria responsável pelo setor de pecuária.

Os animais após nascerem, serão imediatamente registrados pelo sr. Encarregado do P.I.

É imprescindível que se faça êsse registro a fim de que se possa calcular a percentagem de animais nascidos e mortos no correr do ano nos Postos Indígenas.

Além de registrar o animal nascido, o sr. Encarregado anotará também no boletim de criação e no aviso do posto do mês correspondente, o nascimento do mesmo.

III - ÉPOCA DE MARCAÇÃO

Após um ou dois meses de nascidos, e devidamente registrados, faz-se a marcação do animal, conforme o constante no item SISTEMA DE MARCAÇÃO, descrito anteriormente.

Após um ano de idade, faz-se a marcação na coxa direita e a ficha individual do animal, conforme orientação constante no item SISTEMA DE MARCAÇÃO.

IV - FICHA INDIVIDUAL

A ficha individual deve ser feita em duas vias, ficando uma no fichário da Inspetoria e a outra no fichário do Posto.

A ficha individual tem que ser assinada pelo sr. Chefe da Inspetoria ou pelo Encarregado do setor de pecuária da I.R.

Cada ficha individual deve conter o máximo de informações sobre o animal.

Ao invés de citar o nome do animal, como pede a ficha, deve-se preferir anotar o número existente na paleta ou no pescoço do animal.

Se o animal for boi de carro ou vaca leiteira, de nome bastante conhecido, pode-se anotar na ficha, ao lado da numeração da paleta ou do pescoço, o nome do mesmo.

3929
F.4
Filme
tais co

V - BOLETIM DE CRIAÇÃO E AVISO DO PÔSTO

24

24

VI - TÊRMO DE MORTE

Os termos de morte devem citar os números do queixo e da paleta ou pescoço do animal.

Caso venha o bezerro a morrer antes de receber qualquer marcação, o sr. Encarregado do Pôsto fará o respectivo termo de morte, citando a idade do mesmo e o número da paleta ou do pescoço da vaca mãe.

Os termos de morte devem ser ricos em informações sobre a causa da morte do animal.

Quando o animal fôr abatido para alimentação dos índios, o têrmo de morte deve citar também a verdadeira causa da morte do mesmo, bem como o número da autorização dada pelo sr. Chefe da Inspetoria para abate do mesmo.

Os termos de morte, ao serem enviados à Sede da Inspetoria, de
vem sempre acompanhar o boletim de criação e aviso do posto, do mês
correspondente.

O Encarregado do Pôsto dará baixa na ficha correspondente ao animal morto, anotando-se na mesma o número do termo de morte e o dia em que foi feito o mesmo.

O funcionário da Inspetoria ao receber o termo de morte, também dará baixa na ficha correspondente ao animal morto, anotando-se na mesma o número e a data do respectivo termo de morte.

O funcionário responsável pelo setor de pecuária da Inspetoria dará parecer ao sr. Chefe da Inspetoria, sobre qualquer documento enviado dos postos, com relação à pecuária.

* * * *

3930
F.5
Silva

É, indiscutivelmente, a pecuária a atividade à qual, com mais facilidade, se apegam o elemento indígena; por outro lado, é ela que auxilia e dá consistência aos empreendimentos agrícolas, possibilitando maior lucro aos que labutam no meio rural.

É ainda a pequena criação de bovinos, que assegura o fornecimento de leite e carne às famílias que habitam no campo.

Côncios desses problemas, somos de opinião que os postos indígenas, sempre que apresentarem condição, devem ter sua criação de bovinos.

Alguns postos indígenas da Quinta Inspeção, ainda não possuem quantidade suficiente de bovinos para proporcionar uma assistência mais efetiva aos índios que ali vivem.

Reconhecemos que a região dos índios Kadiués é bastante boa para a criação de bovinos, porém como esses animais pertencem ao patrimônio indígena, somos de opinião que todos os índios sob a jurisdição de uma mesma Inspeção, têm o direito de desfrutar em igualdade de condição, dos bens que lhes pertencem.

Assim é que a atual direção da 5ª I.R. do S.P.I., procurando fazer uma redistribuição do rebanho bovino pertencente aos índios sob sua jurisdição, resolveu dotar alguns dos seus postos de tais animais. Os postos que atualmente apresentam condição de receber esses animais, são: P.I. Cachoeirinha, P.I. Benjamin Constant, P.I. José Bonifácio, P.I. Buriti, P.I. Cap. Vitorino.

As quantidades de animais que serão transferidas para cada um desses postos, serão descritas separadamente.

Os animais transferidos ao chegarem na nova sede, devem permanecer em cercados ao menos durante o período de adaptação.

Para isso, o Posto terá que apresentar as seguintes condições:

- 1ª) Cerca em toda a periferia;
- 2ª) Um curral junto à Sede do Posto;
- 3ª) Um galpão para bezerros, coberto de palha ou de capim, e com piso de terra batida ou com pedregulho;
- 4ª) Um cercado para vacas em gestação, com área de 300 has.
- 5ª) Um cercado para vacas em lactação, com área de 400 has.
- 6ª) Um cercado para bezerros, com a área de 50 has.

O material necessário a essas construções, será calculado para cada Posto separadamente.

Campo Grande, 02 de maio de 1967

Silva
Dr. José Monteiro da Silva - R.S. Pecuária

V I S T O:

Bucker
Hélio Jorge Bucker - Chefe I.R/5

No 32

3931
[Signature]

CONTRATO

DE

AL UGUEL

DE

PASTAGENS

DE

DURVAL COELHO BARBOSA

CLAUSULAS E CONDIÇÕES DO CONTRATO

Primeira - O dono do presente contrato de arrendamento de terra e pastagens, situado no município de [illegible] Estado de [illegible], com área de [illegible] hectares, para o cultivo de [illegible] e pastagem, com o prazo de [illegible] anos, a contar da data da assinatura deste contrato, sob as seguintes condições:

Segunda - O arrendatário obriga-se a pagar ao proprietário o aluguel mensal de [illegible] reais, em dinheiro, até o dia [illegible] de cada mês, sob pena de rescisão do contrato.

Terceira - O arrendatário obriga-se a manter a terra e as pastagens em bom estado de conservação, sem permitir a degradação ou o abandono.

Quarta - O arrendatário obriga-se a utilizar a terra e as pastagens exclusivamente para o cultivo de [illegible] e pastagem, não podendo destinar a qualquer outro uso.

Quinta - O arrendatário obriga-se a cumprir todas as normas e regulamentos municipais, estaduais e federais, relativos ao uso da terra e ao meio ambiente.

Sexta - O presente contrato é celebrado por [illegible] e [illegible], ambos capazes e solteiros, com a finalidade de [illegible].

Sétima - O presente contrato é celebrado em [illegible] e [illegible], com a presença de [illegible] e [illegible], ambos capazes e solteiros, com a finalidade de [illegible].

Oitava - O presente contrato é celebrado em [illegible] e [illegible], com a presença de [illegible] e [illegible], ambos capazes e solteiros, com a finalidade de [illegible].

Nonata - O presente contrato é celebrado em [illegible] e [illegible], com a presença de [illegible] e [illegible], ambos capazes e solteiros, com a finalidade de [illegible].

Decima - O presente contrato é celebrado em [illegible] e [illegible], com a presença de [illegible] e [illegible], ambos capazes e solteiros, com a finalidade de [illegible].

nº 32

2 VIA

3932

Contrato de arrendamento de ÁREA DE PASTAGEM que entre si fazem, de um lado, como outorgante, o Serviço de Proteção aos Índios, na qualidade de gestor dos bens do Patrimônio Indígena; e de outro lado, como outorgado, arrendatário, o senhor Durval Coelho Barbosa - - - - -, de acordo com autorização do Sr. Coronel Diretor do S. P. I., em m/m n.º 146, de 17-4-1961, com as condições abaixo e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CONDIÇÕES PRELIMINARES:

O outorgado, arrendatário, plenamente ciente e reconhece para todos os fins de direito:

- a) que a área para pastagem que se lhe concede em arrendamento, pertence à Reserva Indígena dos Índios Kadiueu, por força do disposto no Art. 216 da Constituição Federal e pelo que foi estabelecido no Decreto Estadual n. 54, de 9/4/1931, ratificando o Ato Governamental (Mato Grosso) de 7/8/1903.
- b) que o presente arrendamento é-lhe concedido por prazo improrrogável, estabelecido por ambas as partes como suficiente, para que se normalize a situação de calamidade sofrida pelos criadores da região, privados que ficaram do uso normal e eficiente de suas pastagens, em consequência do represamento das águas do rio Paraguay, ao longo do seu curso, originando a elevação do seu nível e provocando a invasão das águas em ditas terras, destruindo instalações e dezimando rebanhos (Processo S. P. I. 3 599/60):
- c) que o Serviço de Proteção aos Índios é o gestor do Patrimônio Indígena, e o qual se inclui a Reserva Indígena dos Índios Kadiueu; e que é o tutor dos mencionados índios, consoante legislação vigente. Por conseguinte, além do cumprimento do presente contrato, obriga-se o arrendatário a respeitar o estatuido pela lei que disseram respeito aos índios e ao S. P. I., inclusive o Regimento dêste. (Decreto 10.652 de 16/10/1.942 e suas modificações), de cujo texto o arrendatário confessa ter conhecimento.

CLÁUSULAS E CONDIÇÕES DO CONTRATO

Primeira — O objeto do presente contrato de arrendamento, é uma área de pastagem com 3.000 (três mil) hectares, localizada na Reserva dos Índios Kadiueu, município de Porto Murтинho - , Estado de Mato Grosso, com as seguintes características e confrontações: Norte - S.P.I.; Sul - Maria Madalena Marques Barbosa; Leste - Leopoldo Trelha; Oeste - S.P.I. - - - - -

Segunda — O prazo do arrendamento é o de 6 (seis) anos, que se iniciará em 10 de Julho de 1961 - - - - - e que terminará em 10 de Julho de 1967 - - - - -, quando a coisa arrendada deverá ser restituída ao outorgante, independentemente de qualquer aviso ou interpelação judicial.

3933
AP
BIA

Terceira — O arrendamento *será pago* anualmente, na forma de bezeros de ambos os sexos, na proporção de 50 % (cinquenta por cento) de machos e 50 % (cinquenta por cento) de fêmeas, em quantidade correspondente a 3 % (três por cento) da criação do arrendatário que se servir da pastagem, obrigando-se, êste, a entregá-los na Sede do Posto Indígena da Reserva, em prazo nunca superior a 5 (cinco) dias após o vencimento de cada ano do contrato. Fica entendido que, para efeito do cálculo de pagamento, a porcentagem incidirá sobre o mínimo de 400 (quatrocentos) animais, ainda que a criação do arrendatário não atinja a êsse número; outrossim, os bezeros e bezerras entregues pelo arrendatário, deverão gozar de perfeita saúde, correspondendo ao tipo normal da criação e com 1 ano completo de idade. O arrendatário, para o cumprimento do estabelecido nesta cláusula, facilitará uma perfeita fiscalização por parte do representante credenciado do S. P. I., autorizando-o sempre que êste a julgar necessário.

Quarta — Sendo, o objeto do arrendamento, uma área de pastagem, fica expressamente convencionado que nenhum outro *uso* lhe poderá ser dado; permitindo-se ao arrendatário, entretanto, nele fazer as benfeitorias que forem necessárias ao melhor aproveitamento das pastagens. Findo que seja, porém, o prazo do arrendamento, tais benfeitorias, sejam elas de que natureza forem, serão incorporadas a área arrendada, com plena e voluntária aquiescência do arrendatário, que neste ato é expressa e que, assim, está ciente *não lhe caber*, findo o arrendamento, o *direito de reter a coisa arrendada*, sob tal pretexto, *nem lhe caber* qualquer espécie de indenização pela sua edificação, plantio, etc.

Quinta — O presente arrendamento é feito ao outorgado, em face das dificuldades que vem tendo diante da situação de calamidade apontada na alínea «b» das «considerações preliminares» dêste instrumento. Por conseguinte, a «área de pastagem» objeto do presente, é para *uso* exclusivo seu e de sua família, não podendo, assim, de forma alguma, *ceder* o contrato, *sublocar* total ou parceladamente a área, *nem emprestá-la* a terceiros. Se o fizer, ficará sujeito a rescisão dêste ajuste, independentemente de qualquer aviso ou interpelação judicial, e a imediata restituição da área ao outorgante, além de ficar também sujeito a uma multa de Cr\$ 100.000,00 (Cem mil cruzeiros), isto sem prejuízo do cumprimento das demais condições contratuais. Outrossim, a infração de qualquer outra cláusula do presente, também terá como consequência a sua *rescisão*, de pleno direito, independentemente de qualquer interpelação judicial, cabendo ao arrendatário restituir, imediatamente, objeto dêste arrendamento, além de ficar sujeito àquela mesma multa e à indenização pelas custas e pelos honorários de advogado que forem dispendidos em qualquer ação judicial a que der causa, pelo inadimplemento contratual.

Sexta — Além do disposto na parte final da cláusula 3.^a, é assegurado ao S. P. I., em qualquer época, a visita de seus dirigentes ou representantes à área arrendada, para *fiscalização* do bom e fiel cumprimento dêste contrato e fiel observância, pelo arrendatário, da legislação vigente, sobretudo à relativa aos índios e ao S. P. I.

Sétima — As obrigações do presente contrato são extensivas aos herdeiros e sucessores do arrendatário, por *morte* dêste.

Oitava — Os contratantes elegem o *fôro* da cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso, desistindo de qualquer outro, para dirimir questões que digam respeito ao presente contrato.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

3935
907
BPA

DISTRIBUIÇÃO

Of. 216- L. 095
Processo com 47 páginas
Denúncia de H. da Silva
Arquivado em 10/10/1967



Ministério do Interior

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

(IN/5-SPI)

REMESSA AO Sr. Com. 9ª Reg. Militar EM 01 DE novembro DE 1967

ESPÉCIE E N.

ASSUNTO

OFº nº 216/67-30/10/67

Providências (solicita)

Anexos: Denúncia com 10 fôlhas dactilografadas;
15 documentos (cópias autênticas) e
1 cópia de artigo do "Correio da Manhã.-"

RECEBÍ EM 01 DE novembro DE 1967

Encarregado da expedição

Silvio dos Santos

Assinatura do recebedor e carimbo da repartição

RECIBO DE ENTREGA DE CORRESPONDÊNCIA — DASP — MOD. 85

CH II / EHR



Ministério do Interior

~~MINISTÉRIO DO INTERIOR~~

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

(IR/5-SPI)

3937

N. 30

REMESSA A o Sr. Presidente C.I. EM 18 DE nov DE 1967

ESPÉCIE E N.

ASSUNTO

Ofenº 216/67-30/10/67

Providências (solicita) - Cópias.

Anexos: Processo denúncias contendo
47 folhas numeradas e rubri-
cadas; 24 documentos constan-
tes de cópias autenticadas e
fotocópias. * * * * *

Paulo

RECEBI EM DE novembro DE 1967

Encarregado da expedição

Assinatura do receptor e carimbo da repartição

RECIBO DE ENTREGA DE CORRESPONDÊNCIA - DAS

Dr. Jader de Figueiredo-Pres.C.I.

Ministério do Interior
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Campo Grande-MT

Ofº nº 216/67

30 de outubro de 1967

Sr. Chefe da 5ª Insp.Regional do SPI - Hélio Jorge Bucker

Exmo. Senhor General Comandante da 9ª Região Militar

Providências (solicita)

Senhor General:

O Jornal "Correio da Manhã" do dia 3 pretérito, publica uma nota em que o Senhor Deputado Federal, Bernardo Cabral formula ao Senhor Ministro do Interior interpelação substanciada em 13 quesitos abordando atribuições fundadamente da responsabilidade do Conselho Nacional de Índios e Serviço de Proteção aos Índios. Sabendo que o Ministério do Interior ainda não tem visão apropriada da matéria, estribado que está // seu conhecimento, em informações fortuitas, absorvidas em fontes maculadas pela ignorância das minudências do diversicado // complexo administrativo do-S.P.I.-.

Conhecendo o interesse de V.Excia. sob a matéria, é que tomo a liberdade de não só lhe solicitar providências, que dado as circunstâncias e emergência envolve diretamente esse Comando, como também a especial gentileza do encaminhamento do assunto ao Senhor Ministro do Interior. A exposição e os documentos que aqui anexo, constitue pequena contribuição de momento no propósito de conduzir os inquéritos no S.P.I. para os problemas essenciais e básicos para o equacionamento de nossa política indigenista.

É imperativo que os mais responsáveis pelas // cousas e destinos de nossa terra, conheçam de perto de onde /// partem os infortúnios, que ha mais de quatro e meio séculos perseguem o autoctone brasileiro, com uma sistemática, que em nos - sos dias ainda não encontrou obstáculos á ação nefasta e depravatória. Urge um equacionamento sério e cabal desse monumental problema que em si colima nobilitante causa e incalculavel/acervo no campo da cultura etnográfica que a nossa Pátria pertence.

-continua-

Ministério do Interior
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Campo Grande-Mt

Ofº nº 216/67-continuação II

30 de outubro de 1967

Relativamente aos quesitos indagados pelo referido Deputado, do primeiro ao quarto, os esclarecimentos são da competência do Conselho Nacional de Índios; o sexto, está capacitado a responder a sétima Inspeção com sede em Curitiba; o nono, a Diretoria do S.P.I., através da Seção, cuja sigla é SIND; o quinto e oitavo, respondo com a denúncia e documentação anexo, que ha muito encontrava-se preparada, no aguardo do momento e oportunidade da sua apresentação; o sétimo, o funcionário Alberico, ex-Chefe da Inspeção em Porto Velho é o que melhor pode falar do problema de minério de cassiterita e terras dos índios em Rondônia; os quesitos dez, onze e doze, também posso respondê-los: É notório que o S.P.I. ha tempos, teve um profissional medico sediado em Brasília para orientar nas compras de medicamentos, que uma vez ao ano, em pequeníssimas e impróprias quantias/são remetidas às Inspetorias para distribuição aos Postos Indígenas. Prática essa que considero errada. As Inspetorias em número de nove e os Postos em cem, jamais tiveram em seus quadros, médicos, dentistas, agrônomos ou mesmo enfermeiros para todas as suas unidades. Os serviços médico e hospitalar só alcança aos índios que conseguem chegar às cidades onde funcionam as Inspetorias ou nas mais próximas dos Postos. O comum é o primeiro caso. Os recursos assistenciais nos Postos são precaríssimos e por mais das vezes nenhum. Estas e demais despesas, são efetuadas a crédito, para pagamento pelas Inspetorias, geralmente no fim do exercício quando é feito o suprimento denominado "Assistência Social". Sobre o décimo terceiro e último quesito, temos notícias de que ensinam o inglês aos índios, isto não é incomum quando os missionários que os assistem são ingleses ou americanos. Isto ocorre com alguns índios xavantes dos Postos do norte onde funcionam missionários americanos da missão evangelica que tem sede em Cuiabá. É seu orientador o Sr. Tomaz Yung. Tive oportunidade de observar que essa missão não

-continua-

Ministério do Interior
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Campo Grande-Mt

Ofº nº 216/67-continuação-III

30 de outubro de 1967

traz benefício prático aos índios, ao contrário, dessimina a discórdia provocando ódios entre eles, por vezes homicida, advindo vindimas e desagregação da unidade e sociedade tribal. Seria altamente benéfico aos índios o afastamento desses missionários do seu ambiente. É inspiração Rondoniana: "respeitar a ética indígena em toda sua amplitude é dever de todos que deles se acercam". É oportuno ainda informar a sua Excia. que no dia 25 próximo passado, o jornal "O Globo" publica nota com o título: "Corrida ao Diamante". O responsável pela nota é o indivíduo conhecido por Junqueira, de Cuiabá, que em janeiro e fevereiro do ano passado foi alvo principal da série de reportagens desse mesmo / jornal, intitulado "Massacre no Paralelo Onze". A resultante do inquérito feito pela Polícia Federal, indicia-o como mandante de expedições punitivas contra os índios Cinta Larga. O processo / deve presentemente encontrar-se com o Sr. Dr. Juiz Federal em Cuiabá. Por traz da "Corrida dos Diamantes", está o propósito / precípua do extermínio desses índios, visto suas malocas se assentarem no eixo demandatório da região onde se encontra a pista de pouso clandestina mandada construir por esse Junqueira, e Amaury, prefeito de Aripuanã, que no caso fica patenteada sua conivência. Assim vemos, com menos de um ano retornar o ciclo das perseguições bárbaras e covardes. Covardes, pelas armas fulminantes que portam os assassinos, como, pela forma solerte e traçoira que são os índios assassinados, por vezes não em suas malocas, mas no recesso das matas, indefesos, em atividades inocentes, como o são suas danças em coletas do que a natureza sábia / provém a sua subsistência. Não tenho notícia de ação mais bárbara e inqualificável. Aos Cinta Larga, peza o mal de habitarem e ser a sua região natural de expansão territorial, riquíssima em minérios (cassiterita) e vegetais nobres. Ao não obstarmos mais essa inquinada ação, estaremos corroborando para amanhã, no cento das nações sermos vistos como o mais bárbaro agrupamento /

-continua-

Ministério do Interior
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

3941
[Handwritten signatures]
Campo Grande-MT

Ofº nº 216/67-continuação-IV

30 de outubro de 1967

humano desta década.

Aí está Exmo. Sr. General, o que pretendo. Em linhas gerais, intento o engajamento da 9ª Região Militar, na defesa do silvícola; ser a que devemos a mais profunda consideração.

Com respeito,

Cordiais Saudações

[Handwritten signature]
Hélio Jorge Bucker
Chefe IR/5-SPI

Anexo:

Denúncia com 10 fls. datilografadas
19 doc. (Cópias fotostáticas e autenticadas)
1 cópia de artigo do "Correio da Manhã" .-

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS
5ª INSPETORIA REGIONAL
SERVIÇO RÁDIO TELEGRÁFICO

CARIMBO DA ESTACAO

2510671450

PLUZ

3948

de de 196

Recebido de
Dia
As
por

Procedência

N.º 9 Pls. 511 Data 25 Hora 1340

Enderêço

A G R I N D I O S

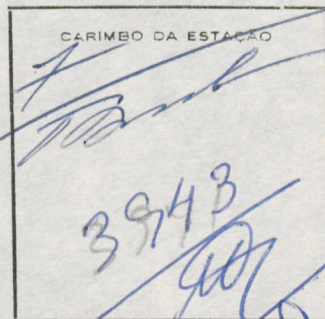
DIRETOR SPI

B R A S I L I A - D F

Nº 298 - 25/10/67 - LEVO CONHECIMENTO VS ACOMPANHO EMPOLGADO MEDIDAS ET PROVIDENCIAS SENHOR MINISTRO INTERINO INTERIOR VG SANEAMENTO SPI VG COM DUZINDO PRISÃO RESPONSÁVEIS INDIRETOS CAOS ADMINISTRATIVO INSTITUIÇÃO PT VEMOS DADO PRIMEIROS PASSOS REPARAÇÃO ESBULHOS VELIPENDIADA RAÇA AUCTIONE VG DE CABRAL NOSSOS DIAS PT EXISTE PRESUPOSTO ALCANCE MINHA RESPONSABILIDADE VG IMPORTANCIA ONZE MILHOES QUINHENTOS CRUZEIROS ANTIGOS VG CONFORME PUBLICOU O GLOBO EDIÇÃO VINTE QUATRO PRETERITO PT É FATO VG PORISSO NOS ENCONTRAMOS PRESOS VG ESSA VIOLENCIA NÃO CAUSA-ME ESPECIE SE VERDADEIRAMENTE EQUACIONAR PLÓTICA INDIGENISTA NACIONAL ENTRE ASPAS O INDIO RESPEITADO ET REVERENCIADO PELA NAÇÃO FECHA ASPAS VG DADO CIRCUNSTANCIAIS PROCURAMOS COMPREENDER EQUIVÓCA SUPOSIÇÃO PT ESTAMOS TRANQUILOS VG POSSUIMOS QUINTAS VIAS DOCUMENTOS PRESTAÇÃO CONTAS ESSE INSIGNIFICANTE SUPRIMENTO ATENDER DESPESAS GERAIS AFETAS ADMINISTRAÇÃO INSPETORIA REGIONAL ET PRESTAR ASSISTENCIA TODOS INDIOS HABITANTES MAIS METADE ESTADO VG ABRANGENDO TODA REGIAO AMAZONICA MATOGROSSENSE PT TRABALHO PERTINAZ VG DESASSOMBRA DO VG EMINENTE PROCURADOR DR JADER FIGUEIREDO VG NATURALMENTE NÃO DISPOE AINDA ELEMENTOS APONTAR CAUSA PRIMARIA DESDITA INDIGENAS BRASILEIROS VG COMBATE-SE AINDA SOMENTE EFEITOS PT FATORES IMPOTENCIA ADMINISTRATIVA VG TOLIMENTO ET INCACIDADE OBSTACAO PROCESSOS CORRUPTIVOS ET ALIENATORIOS EXTRINZICOS VG RESPONSÁVEIS ET CAUSADORES CAOS INSTITUIÇÃO NÃO FORAM TOCADOS PT FORÇAS OCULTAS INTERROGAÇÃO PT FATOR UNICO VG EXCLUSIVO ET PRIMARIO VG INDISPENSÁVEL MODUS VIVENDIS TRADICIONALMENTE EXTENSIVOS INDIOS VG ARRAIGADOS MESMO TRIBOS INTEGRADAS CIVILIZAÇÃO ABREAPARENTESE SIC FECHAPARENTESES TRAÇO TERRA TRAÇO VG NÃO ESTA SENDO DEVIDAMENTE CONSIDERADO PT DATA VENIA VG NOSSO VER DR PROCURADOR ESTAH VISÃO DESFOCADA POBLEMA PRINCIPAL PT EH IMPERATIVO PRISÕES NÃO FIQUEM SOMENTE PEQUENOS FUNCIONÁRIOS PT ASSIM NÃO TEREMOS REPARADO E NEM MORALIZADO NADA PT QUE AS PRISÕES SE ESTENDAM HORIZONTALMENTE ALCANÇANDO NESTE ESTADO MAIORES RESPONSÁVEIS ALIENAÇÕES TERRAS INDIGENAS CUJOS PREJUÍZOS ASCENDEM CIFRA SUPERIOR A CEM BILHÕES DE CRUZEIROS VELHOS PT PARA CONHECIMENTO VOSSA SENHORIA ET NAÇÃO SITO NOMINALMENTE BIS PT EX MINISTRO AGRICULTURA SENADOR NELI BRAGA VG DR FERNANDO CORREIA DA COSTA EX GOVERNADOR ESTADO MATO GROSSO VG DR PEDRO PEDROSSIAN GOVERNADOR EM EXERCÍCIO VG SENADOR FILINTO MÜLLER VG SUPLENTE DE SENADOR GASTÃO DE MATTOS MÜLLER VG JUIZES ET MINISTROS DOS TRIBUNAIS ESTADO VG DEPUTADOS FEDERAIS ET ESTADUAIS VG OFICIAL DO EXERCITO VG TUDO CONFORME RELAÇÃO NOMINAL DO DIÁRIO DO ESTADO OFICIAL DE QUINZE DE MARÇO BARRA SEXTA E SEIS PT AÇÃO ANULATÓRIA IMPETADRA CHEFIA SEXTA INSPETORIA CUIABÁ MT VG CONTRA O INQUALIFICÁVEL ESTARRECEDOR ESBULHO TERRAS INDISCUTÍVEIS INDIOS BORORO PT INCLUSIVE TERRAS INDIOS CINTA LARGA VG REGIAO RIO

-continua-

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS
5ª INSPETORIA REGIONAL
SERVIÇO RÁDIO TELEGRÁFICO



de de 196

Recebido de _____
Dia _____
Às _____
por _____

Procedência _____

N.º _____ Pls. _____ Data _____ Hora _____

Enderêço { _____

Nº 298-25/10/67 -continuação- II

RIO CAPITÃO CARDOSO VG MUNICIPIO ARIPUANÃ VG VENDIDAS GRUPO AMERICA-
NO CONFORME PODERA ATESTAR PREFEITO DAQUELE MUNICIPIO PT AINDA VG
ALIENAÇÃO TERRAS ÍNDIOS NAMBIQUARAS NO RIO SARAREH VG DOS TAPAIUNA
NO RIO TOMEH DE FRANÇA AFLUENTE DO RIO ARINOS MARGEM ESQUERDA VG ERI
GPATSA AO LONGO DO RIO JURUENA MARGEM ESQUERDA VG CAIUAH ALDEIA
PANAMBY NO MUNICIPIO DE DOURADOS NA AREA DA COLONIA AGRICOLA FEDERAL
VG ÍNDIOS PARECI NAS CABECEIRAS DOS RIOS VERDE VG SACRE VG ALDEIA
QUEIMADA E OUTRAS NO PLANALTO DOS PARECI PT DESTA DNUNCIA AGUARDO
PROVIDENCIAS DE VOSSO SENHORIA VG INCLUSIVE CONCETANEA A MINHA LI-
BERDADE ET FUNCIONARIA SENHORITA LOURDES MAIA VG POR QUEM RESPONDE-
REI PT INFORMO-VOS DESDE JAH MEU PROCURADOR ESTAH AUTORIZADO DAR
PUBLICIDADE PRESENTE DOCUMENTO PT SDS HELIO JORGE BUCKER

Helio Jorge Bucker

3944
[Handwritten signatures]

De HÉLIO JORGE BUCKER - Funcionário do SPI

DENUNCIA os implantadores de corrupção no SPI e responsáveis pelo caos administrativo dessa Instituição.

Contristado acompanho o noticiário da imprensa / sobre a campanha desmoralizadora desta obra grandiosa que é o SPI. Sempre combatido desde a sua fundação, quer subordinado ao Ministério da Guerra ou aos padres Salesianos. Quando / no Exército, em 1912 o jornal "O Malho" faz a seguinte crítica:

"SERVIÇO DE PROTEÇÃO ... AO EXÉRCITO"

- "O General Mena Barreto mandou substituir os oficiais do exército, que estavam no Serviço de Proteção aos Selvicos - las, por oficiais reformados". - (Dos jornais)

ZÉ POVO - Muito bem General, este é um passo acertado na sua criteriosa administração, que vem corrigir em parte a desastrada proteção aos índios, que até agora só tem sacrificado os nossos soldados, etc. ..."

Em 1913 o jornal "O paiz":

"ATUALIDADES"

"A INDUSTRIA DE PÉ ENTRE OS ÍNDIOS"

- O Missionário de hoje - Se trabalhares para si, quando morreres irás direitinho para o inferno, porque "é mais fácil um camelo entrar pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no reino do céu" - mas, como trabalhas para nós, que somos os representantes de Deus sobre a terra, garanto - te que, quando morreres esfalfados de trabalhar, irás direitinho para o Paraíso".

Até mesmo o ínclito Marechal Rondon, não ficou / imune a acerbas críticas, quando na Diretoria do SPI. Assim se manifestou o jornal "A Noite" na sua edição de 6 de março de 1931 - "Ornada a primeira página de dois bonitos clechês"-

"O PADRE ANCHIETA E O GENERAL RONDON"

- Ao primeiro golpe de vista - uma justíssima homenagem aos dois heróis. Na realidade - uma antítese, um contraste, / um doloroso confronto! ... etc.etc." (Do Padre Alfredo // Pinto Damaso).

Hoje, a exaltação dessa mesma imprensa leva ao paradoxismo degenerado malsinando de tudo, dessa instituição / que por si só se recomenda pelo fim que colima, encher-gando-lhe sómente erros e pecados, sem ao menos vislumbrar de longe os frutos das suas realizações, através de ingentes sacri-

-continua-

9
Bnt
3945
907
298

continuação 11

sacrifícios, inspirados por patriotismo e o mais profundo ideal humanitário.

A revolta que nos inspira é contra a injustiça que fere somente os humildes, os pequenos. Os "grandes" estão intocáveis.

Aqui não estou para defender os ladravazes profissionais que em todas as instituições públicas estão presentes. Para mim não passam de "ratos de navio". Estou em defesa dessa instituição e de seus humildes funcionários, heróis anônimos na integração do território nacional. Para eles - JUSTIÇA. Estou também para esclarecer a opinião dos brasileiros patriotas, quais são os verdadeiros responsáveis e impositores da corrupção que provocou o desmantelamento administrativo do SPI.

Não faz muitos dias o jornal "O Globo" publicou em manchete: "MALVERSAÇÃO DE BENS NO SPI VEM ESTARRECENDO QUANTOS TEM ACESSO A DOCUMENTAÇÃO QUE A CADA HORA CHEGA NO MINISTÉRIO DO INTERIOR" - "ALIENAÇÃO DE TERRAS DOS ÍNDIOS, VENDIDAS POR FUNCIONÁRIOS, É FATO COMPROVADO" - "FUNCIONÁRIOS DO MINISTÉRIO DO INTERIOR ADIANTAM QUE O SPI TALVEZ SEJA O MAIOR ESCANDALO ADMINISTRATIVO DOS ÚLTIMOS ANOS". Esta publicação foi a do dia 15/9/67 - página 12. Não tenho dúvidas de que tenha havido malversação de verbas e de recursos advindos de rendas indígenas e de que algum funcionário tenha se acorvadado ou se omitido em questões de terras onde por certo verificou-se esbulhos nas terras indígenas. Creio que tudo isto tenha acontecido, mas, não nas proporções que pretendem dar os articulistas da reportagem e os funcionários do Ministério do Interior.

Falar em corrupção em instituição administrativa, é dizer o obvio, pois todas elas não escapam a esse flagelo. Tanto que em nome dela, fez-se uma Revolução, que entre outros objetivos foi o do banimento dos corruptos. É normal que tudo se encaminhe nesse sentido, com serenidade, patriotismo e justiça para que não se patenteie a seguinte moral: "TIRA-TE DAI PARA EU ENTRAR".

O SPI ha mais de quinze anos não tem recebido // verbas orçamentárias para sua administração que consiste entre outras responsabilidades, - a manutenção e conservação de milhares de imóveis e instalações, das mais diversas, em

-continua-

10
3946
107
BIA

continuação III

uma centena de postos indígenas nas mais longínquas, como não dizer, inaccessíveis regiões do território nacional.

O funcionamento da máquina administrativa do SPI vem sendo feito com um único recurso financeiro, sob a rubrica "ASSISTÊNCIA SOCIAL". Recurso este que explicitamente só poderia ser aplicado em despesas diretas de assistência ao índio, como por exemplo: Aquisição de medicamentos, assistência médica hospitalar, assistência educacional, alimentação, vestuários, ferramentas agrícolas, ferramentas de carpinteiro, transportes de tração animal, animais de serviço, sementes, material de caça e pesca, utensílios de copa e cozinha, etc. etc.. Entretanto, erradamente e sem outra alternativa, 70% dessa rubrica é consumida invariavelmente em função da administração do SPI.. Com ela, paga-se: Alugueis, luz, telefone, material de limpeza e conservação, manutenção de veículos, combustíveis e lubrificantes, material de expediente, moveis e utensílios, serviços de terceiros e outros tantos - títulos.

Em todo o ano de 1966 somente no penúltimo mês o SPI recebeu para atender a todas essas obrigações enunciadas, a importância de quatrocentos mil cruzeiros novos, que se aplicados em assistência direta ao índio tocava para cada um que o SPI assiste a importância de cinco centavos novos ao ano. Não se levando em conta os índios que não são aldeados nos postos indígenas. Para cobertura de tamanha desproporção, é que o SPI se obrigou a campear recursos, especialmente na atividade de indústrias extrativas. É sabido que para qualquer exploração dessa natureza, é indispensável o capital para equipamento e manutenção dos trabalhos, capital esse que o SPI nunca teve. E, a todas as empresas que se dedicou orientadas nesse sentido, os resultados foram manifestamente antieconômicos, resultantes da falta de organização de infra-estrutura nos postos indígenas e de pessoal qualificado para a execução dos trabalhos.

A única atividade que vem proporcionando recursos financeiros, sem a imobilização de capitais em material e mão de obra, é advinda de arrendamentos de terras onde vegetam campos naturais. Estes recursos, entretanto, mesmo se aplicados inteiramente na unidade geradora, são insuficientes ao atendimento de todas as suas necessidades.

-continua-

3947
Bucc
PP
BDD

continuação IV

Elevadas quantias são destinadas muitas vezes para atender a outros ou outras unidades administrativas do SPI, muitas vezes com problemas cruciantes e inadiáveis, como a pouco aconteceu com os índios Maxacali em Minas Gerais. Esta explanação se impõe para melhor avaliação dos leigos à matéria tão polêmica - a proteção ao índio.

Filosofando; - entendemos que: CADA QUAL SENTE AQUILO QUE VIVE. Portanto é compreensível que os burocratas das metrópolis não sintam em amplitude as variações complexas, intrincadas e imprevisíveis a que está sujeito as ações do SPI em todo este imenso Paiz. Neste momento, a pecuária de todo o Estado de Mato Grosso, inclusive um rebanho de pouco mais de mil rezes do SPI, está sendo duramente castigado por inclemente estiagem. Igual ainda não fôra visto, a sua pertinácia está assumindo proporções de calamidade. Rebanhos estão perecendo - não ha agua, não ha pasto. - O êxodo dos habitantes das regiões mais sacrificadas (não servidas por rios perenes), já se verifica. No Posto Indígena Cachoeirinha, que congrega mais de 900 índios, está também sujeito a ser abandonado. Ali quase já não se encontra agua para beber e fazer alimentação. Se a situação permanecer por mais alguns dias, consumir-se-á o flagelo. Quais são os recursos que dispomos para enfrentar essa calamidade que desponta agigantando-se aos nossos olhos? Nenhum. Esperemos, primeiro morrer uma dezena ou mais de índios, depois culpemos apenas o SPI. Pronto, está tudo resolvido, com algumas manchetes nos jornais. - A população das cidades cresce em cifras alarmantes, apesar dos mais variados processos anticoncepcionais. Com tribos indígenas da-se o inverso, mesmo sendo habito tradicional de sua sociedade a bigamia, o decréscimo populacional é flagrante. -

Agora farei uma pequena digressão com o fim de conferir autenticidade do que estou expondo, para que se estabeleça a lógica.

Em 1957, desgostoso pelas injustas preterições demagógicas e decepcionado com a desvalorização e desmoralização funcional, afastei-me do SPI por 5 anos, atuando nesse período no Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Ministério da Agricultura, nessa ocasião, os assuntos ligados aos nossos índios despertou-me um grande interesse, le-

-continúa-

17
Bord

3948
90

continuação V

levando-me atravez de estudos e observações melhorar os meus conhecimentos sobre esse magno problema, impondo-me optar pe lo retorno ao SPI. Passando desde então a dedicar-me exclu sivamente a trabalhos com essa gente extraordinária - os índios - que tem o meu incondicional reconhecimento do QUANTO LHEIS SOMOS DEVEDORES.

Em 1964 na Chefia da 6a. Inspetoria Regional do SPI, em Cuiabá-MT, inteirei-me da orgia espoliativa das terras indígenas em todo o território Matogrossense. Repartiam-nas como um bolo, entre os amigos ricos, correligionários políticos e as autoridades. Á frente do esbulho estava a cu pula diretiva do Governo Estadual, políticos influentes (des de cabo eleitoral á suplente de senador) e os ricos, que sem pre querem amealhar mais. Não titubiei em enfrenta-los. Dis to os documentos que tenho fazem provas. Passei por todas / as fases e formas do processo já descrito de coação. A re sistência que impuz a tudo e a todos (verdadeiro potentado), conferiram-me um estranho poder, pois, ignoravam em que me sustentava para tão grande e obstinada defesa do índio e seu patrimônio. Valendo-me do que para eles era um mistério, a todos desmoralizei.

Quando vencido os piores obstáculos e vislumbrava uma grande vitória, o Exmo. Senhor Ministro Nei Braga, con corda extemporaneamente com uma proposição do Governador do Estado de Mato Grosso, Senhor Dr. Pedro Pedrossian, sem pare cer da Consultadoria Jurídica, do Ministério da Agricultura, alienando assim, 38 mil hectares de terras da Reserva Indíge na Tereza Cristina, no município de RONDONOPOLIS, proprieda- de incontestes dos índios BORORO. Não tenho esperanças que consigam manter os 27 mil hectares restantes, pois, desta // mesma forma, procederam a tomada da Reserva Indígena "Colôni a Izabel" irmã gêmea da Colônia Tereza Cristina. Sobre o mé rito da questão, na concordância do Exmo. Senhor Ministro , com a proposição do Senhor Governador do Estado, fica a cada um julgar... Apenas informo, que estávamos ás vesperras das eleições para o Senado. O Senhor Ministro foi eleito e o funcionário que durante dois anos lutou com o sacrifício da sua vida e de seus familiares ganhou um enfarte, compensado entretanto, por grande satisfação pessoal, de poder conferir ao índio de cultura da "idade da pedra" maior dignidade que

-continúa-

13
Bont
3949
W
BGA

continuação VI

a um político com os respaldos da melhor Educação Contemporânea.

Para não me alongar muito ao classificar os documentos, farei um simples comentário sobre cada um:

RESPONSÁVEIS DIRETOS PELO CÂOS ADMINISTRATIVO DO SPI E FRACASSO DA POLÍTICA INDIGENISTA:

Ministério da Agricultura, Conselho Nacional de Proteção ao Índio e Poder econômico. — O Decreto nº 52.668/11/63, - Artº 1º "O SPI é o órgão executivo das atividades de proteção e assistência aos índios visando sua integração na sociedade / nacional, segundo as diretrizes traçadas pelo / CNPI "(o grifo é meu). Anexo cópia do decreto. Doc. nº 1.

Mud

Caso exista nos arquivos de qualquer Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios, nos últimos anos, planos e diretrizes traçados pelo CNPI referente às alíneas de 1 a 13 do citado decreto, renuncio desde já a função que no momento ocupo. Fica, pois, positivado, o crime de omissão consentida pela cúpula administrativa.

RESPONSÁVEIS DIRETOS PELAS ALIENAÇÕES DE TERRAS DOS ÍNDIOS EM MATO GROSSO:

O Governo do Estado de Mato Grosso representado pelo ex-Governador Dr. Fernando Corrêa da Costa, o atual Governador Dr. Pedro Pedrossian e o senador Felinto Muller.

Ebulho da Reserva Tereza Cristina. - Ato de reserva - Doc. nº 2;

Aprovação dos trabalhos de medição efetuado por Rondon, em 1896. - Doc. nº 3;

Resumo Histórico do Direito do Índio Bororo sobre a Reserva Tereza Cristina. - Doc. nº 4;

Relatório da Comissão que determinou a paralização de trabalhos de derrubada em medições promovidas pelos invazores das terras dos Bororo.- Doc. nº 5;

Esclarecimentos prestados pela Chefia da 6ª. Inspeção Regional do SPI á opinião pública de Cuiabá, sobre o que continha de verdade na ação do SPI com respeito a Reserva Tereza Cristina. -

-continua-

continuação VII

Doc. nº 6;

Cópia de noticiário da Rádio Voz do Oeste de Cuiabá (tendencioso, mentiroso e alarmante) - Doc. nº 7;
Expediente do Chefe da 6a. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios ao seu assistente jurídico - Doc. nº 8;

Protesto contra a expedição de título de propriedade expedido pelo Estado na Reserva Tereza Cristina (último título ao apagar das luzes do governo do Dr. Fernando Corrêa da Costa) - Doc. nº 9;
Ofício ao Governador Dr. Fernando Corrêa da Costa, do Chefe da 6a. Inspeção (sem qualquer efeito) - Doc. nº 10;

Diário Oficial do Estado de Mato Grosso citando / judicialmente todos os adquirentes de terras na área da Reserva Tereza Cristina - Doc. nº 11;

Radiograma da Diretoria do SPI em Brasília, mandando do sustar a ação judicial proposta pela Chefia / da 6a. Inspeção contra o esbulho da área da Reserva Tereza Cristina - Doc. nº 12;

Radiograma do Diretor do SPI informando do pedido do senador Felinto Muller no sentido da Chefia da 6a. Inspeção cessar sua enérgica intervenção / contra os invazores das terras dos Bororo "Reserva Tereza Cristina" - Doc. nº 13;

Ofício do Governador Dr. Pedro Pedrossian ao Exº Senhor Nei Braga - Ministro da Agricultura, propondo pelo Estado de Mato Grosso a alienação de 35.000 hectares de terras da Reserva Tereza Cristina, sob a mentira de colonização e aproveitamento de manancial energético (oficializando o esbulho das terras dos índios para os políticos, amigos e endinheirados) - Doc. nº 14;

Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, que publica a Lei nº 2.630, ratificando o acordo espúrio da espoliação das terras dos índios Bororo - Doc. nº 15;

Ofício da Chefia da 6a. Inspeção à Diretoria / do SPI, denunciando o convênio entre o Ministério da Agricultura e o Governo do Estado de Mato /

-continua-

continuação VIII

Grosso, Lesivo aos interesses dos índios Bororo da Reserva Tereza Cristina" - Doc. nº 16;

Ofício do Chefe da 6a. Inspeção solicitando providências à Comissão de Planejamento do Estado de Mato Grosso, no sentido de devolver aos índios do "Pobojaré" as suas terras que foram loteadas por esse órgão, para uma colonização fantasma. Estas terras estão situadas no município de Poxoréu-Mt à margem esquerda do rio POBUGA, afluente do rio São Lourenço. Até a presente data nada foi resolvido pelo Estado em favor desses índios que estão proibidos de plantar as suas roças de subsistência - Doc. nº 17;

Memorando nº 10, do Chefe da 6a. Inspeção denunciando à Diretoria do SPI as concessões de terras, feitas pelo Estado de Mato Grosso em todas as áreas habitadas por índios, no extremo norte do Estado. Assim especificando:

Índios Cinta-larga, no município de Aripuanã, nas cabeceiras do Rio Capitão Cardoso. Ai foi vendida uma área de mais de 100.000 hectares a um grupo americano interessado na exploração de cassiterita. O Prefeito, digo, Prefeito do Município de Aripuanã é conhecedor do assunto. Para a posse dessa área se impunha o afastamento da tribo - "Cinta-larga" e para isto, foram feitas várias expedições com o fito de mata-los e escurraça-los. A última expedição foi feita em 1963. Na ocasião o SPI denunciou e pediu providências. Somente com a reportagem de "O Globo" - "MORTE NO PARALELO 11" - é que foi aberto inquérito pela Polícia Federal e ouvido os mandantes e os participantes da expedição, assassinos dos índios indefesos. Todos continuam livremente transitando pelas ruas de Cuiabá. Relatório das conclusões do inquérito da Polícia Federal - Doc. nº 19.

Os índios "Tapaiuna" conhecidos por Beijo de Pau, ainda não pacificados, com as suas malocas entre os rios Tomé de França e Miguel de Castro a jusante, ambos afluentes do Rio Arinos. - Suas terras estão tituladas ao grupo BRASUL, de

-continua-

16
Rout
3952
BT

Book

-continúa-

continuação X

de se esperar que no novo Ministério a Constituição seja cumprida e os índios fiquem verdadeiramente de posse do que por direito e tradição lhes pertence. Direito esse também lhe / conferido pelo Decreto-Lei nº 3.484, de 27 de junho de 1928, que REGULA A SITUAÇÃO DO ÍNDIO NASCIDO NO TERRITÓRIO NACIONAL.

Dos esbulhos de terras indígenas que tenho conhecimento nestes 18 anos, nenhum foi mais estranho e chocante do que o procedido diretamente pelo MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, através do seu Departamento de Terras e Colonização. Em 1943, esse Departamento, distribuiu a título de colonização, as terras dos índios Kaiuá, inclusive a sua aldeia denominada "Panambi", no município de Dourados-MT. É de estarrecer. O próprio órgão responsável pela garantia da terra do índio, é o primeiro a despoja-lo. Penso que fica bem claro com esse exemplo que a espoliação tem a chancela oficial das cúpulas administrativas, maiores responsáveis pelas desditas dos índios e do Serviço de Proteção aos Índios, o bufão da grande comédia.

Disse o jornalista Gontran da Veiga Jardim, na sua reportagem de encerramento "OS GUERREIROS JÁ NÃO CANTAM MAIS" - "Estão pescando lambaris. Queremos vêr a hora do pirarucu-açu. Prender barnabés sacrificados não indica para nós, moralização em nada".

É preciso que as autoridades que encampam o poder ouçam "a voz estrangulada de doze gerações de martires brada contra nós através de quatrocentos anos de extermínio! Voz de infortúnio e desespero, ela vem das selvas desconhecidas, vem dos descampados longínquos, das brenhas misteriosas dos nossos sertões, e fala como uma trompa apocalíptica do sacrifício de alguns milhões de índios, que, em vez de termos ao convívio da civilização, imolamos barbaramente aos ditames / da nossa ganância, da nossa fereza e até - força é dizer - da nossa covardia". (Discurso do Tenente Alípio Bandeira)

Sómente com a responsabilização e punição dos tu barões é que a Nação haverá aplacado em parte "a voz sagrada e tempestuosa das vítimas". Com esse acontecimento angariaremos o devido respeito do nosso povo, demonstrando verdadeiros propósitos em institucionalizar a moral nas coisas de nossa Terra.

Caio F. P. de 7-10-67

Caio F. P. de

REGIMENTO DO SERVIÇO DE
PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

TÍTULO I

Da finalidade

Art. 1º O Serviço de Proteção aos Índios (SPI), diretamente subordinado ao Secretário-Geral da Agricultura, é o órgão executivo das atividades de proteção e de assistência aos Índios, visando a sua integração na sociedade nacional, segundo as diretrizes e planos traçados pelo CNPI, competindo-lhe:

I — Pôr em execução os princípios da política indigenista brasileira, bem como os planos de trabalho elaborados pelo CNPI, particularmente no que respeita a:

- 1) demarcar e legalizar as terras habitadas por Índios; = 0
- 2) adotar as medidas necessárias ao exercício da tutela do Índio; = 0
- 3) aplicar as normas reguladoras das relações entre Índios e civilizados, empenhando-se pela manutenção de tratamento recíproco adequado; = 0
- 4) executar os planos de assistência médico-sanitária para Índios; = 0
- 5) executar os trabalhos inerentes ao programa de educação aos Índios; = 0
- 6) executar os trabalhos de aproveitamento econômico das terras indígenas e dos seus produtos, bem como de estímulo ao cultivo e defesa racional do solo e a criação de animais; = 0
- 7) aplicar normas que visem à valorização do patrimônio indígena; = 0
- 8) tomar, para defesa dos Índios, todas as providências de emergência que se imponham em face de ocorrências supervenientes adversas à normalidade da sua vida, informando a respeito ao CNPI; = 0
- 9) realizar todos os trabalhos de rotina inerentes a atividades de proteção e de assistência aos Índios; = 0
- 10) promover reuniões gerais e regionais dos funcionários categorizados do SPI para discussão conjunta dos problemas que defrontam, e comunicação das respectivas experiências; = 0
- 11) trabalhar em estreita cooperação com o CNPI; = 0
- 12) requerer em juízo ou perante qualquer autoridade em todo o território nacional o que reconhecer conveniente à proteção do Índio; = 0
- 13) proceder ao registro contábil do patrimônio indígena bem como da renda de qualquer natureza proveniente do trabalho indígena. = 0

TÍTULO II

Da Organização

Art. 2º O Serviço de Proteção aos Índios (SPI) compreende:

A — Órgãos centrais:

Seção de Proteção e Assistência (SASSI)

Seção do Patrimônio Indígena (SINDI)

Seção de Telecomunicações (SELEC)

Seção de Administração (SA-SPI)

B — Órgãos regionais:

9 — Inspetorias Regionais (ININD)

Postos Indígenas (POIND)

Art. 3º O SPI será dirigido por um Diretor nomeado em comissão pelo Presidente da República.

Art. 4º O Diretor do SPI terá um Assessor, um Secretário e um Auxiliar, de sua livre escolha entre funcionários públicos federais.

Art. 5º As Seções e as Inspetorias terão Chefes designados pelo Diretor.

Art. 6º Além dos Postos Indígenas já existentes, o Diretor do SPI poderá instituir outros em zonas onde se faça sentir a necessidade de assistência ao Índio.

Parágrafo único. Os Postos Indígenas existentes e os que vierem a ser instituídos poderão deslocar-se de um ponto para outro, por determinação do Diretor do SPI.

Art. 7º Os órgãos integrantes do SPI funcionarão em regime de mútua colaboração, sob a orientação do Diretor que coordenará, supervisionará,

desenvolverá e avaliará as atividades gerais e específicas, nacionais ou regionais do Serviço.

TÍTULO III

Da competência dos órgãos

CAPÍTULO I

Da Seção de Proteção e Assistência

Art. 8º A Seção de Proteção e Assistência (SASSI) compete:

I — Executar, promover e controlar a execução dos planos e programas elaborados pelo Conselho Nacional de Proteção aos Índios, relacionados com a assistência médico-sanitária, a proteção e a educação das populações indígenas; = 0

II — sugerir providências de emergência a serem tomadas na medida de sua alçada para defesa dos Índios, em face de ocorrências supervenientes adversas à normalidade da sua vida; = 0

III — sugerir providências de emergência a serem tomadas em casos de epidemias; = 0

IV — coligir dados eventualmente úteis à melhor execução dos planos e programas elaborados pelo Conselho Nacional de Proteção aos Índios; = 0

V — propor a admissão de pessoal ou a contratação de serviços necessários à boa marcha dos trabalhos de proteção e assistência aos Índios; = 0

VI — propor a construção de unidades educacionais, de enfermarias e de hospitais, bem como o respectivo aparelhamento; = 0

VII — providenciar a hospitalização de Índios em centros urbanos, em casos especiais; = 0

VIII — Executar os planos relativos à higiene alimentar e do seu provimento, inclusive pela organização de merenda escolar; = 0

IX — elaborar os planos de aplicação dos recursos destinados à assistência aos Índios, tendo em conta os programas de assistência e proteção organizados pelo Conselho Nacional de Proteção aos Índios; = 0

X — propor o recolhimento a disciplina disciplinar ou, na sua falta, ao Posto Indígena que for designado pelo Diretor do SPI, pelo tempo que este determinar, nunca excedente a cinco anos, do Índio que, por infração ou mau procedimento, agindo com discernimento, for considerado prejudicial à comunidade indígena a que pertencer, ou mesmo às populações vizinhas, indígenas ou civilizadas. = 0 ?

CAPÍTULO II

Da Seção do Patrimônio Indígena

Art. 9º A Seção do Patrimônio Indígena (SINDI) compete:

I — executar os planos e programas elaborados pelo Conselho Nacional de Proteção aos Índios, relativos à defesa do patrimônio indígena; = 0

II — sugerir as providências de emergência a serem tomadas para defesa dos Índios, no âmbito da sua alçada, em face de ocorrências adversas que ponham em risco integridades financeiras e patrimoniais indígenas; = 0

III — coligir dados elucidativos eventualmente úteis à melhor execução dos trabalhos realizados pelas unidades regionais do SPI, referentes à defesa do patrimônio indígena; = 0

IV — Manter cadastro sobre a situação das terras em que se encontram Índios; = 0

V — Propor a organização de cooperativas e reembolsáveis, quando conveniente; = 0

VI — Manter atualizada a escrituração dos recursos indígenas, elaborando balancetes trimestrais e balanço anual, para encaminhamento ao Conselho Nacional de Proteção aos Índios; = 0

VII — opinar sobre a fixação de taxas, tarifas e fóros, promovendo a respectiva cobrança e arrecadação; = 0

VIII — fiscalizar o emprego das rendas do patrimônio indígena;

IX — efetuar o levantamento e registro de todos os Postos que produzam renda proveniente de lavoura, criação, indústria extrativa ou exploração do subsolo, bem como de outros proventos oriundos de fontes diversas e que constituam o patrimônio do Índio;

X — promover, em colaboração com os órgãos próprios e de acordo com orientação emanada do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, a exploração das riquezas naturais das indústrias extrativas ou de quaisquer outras fontes de rendimento relacionadas com o patrimônio indígena ou dele provenientes, no sentido de assegurar, quando oportuno, a emancipação econômica das Tribos;

XI — organizar o inventário do patrimônio indígena.

CAPÍTULO III

Da Seção de Telecomunicações

Art. 10. A Seção de Telecomunicações (SELEC) compete:

I — orientar e fiscalizar os trabalhos de telecomunicações do SPI;

II — manter registro dos caracteres das estações de rádio de rede;

III — manter registro de todas as comunicações recebidas e transmitidas;

IV — manter em funcionamento as estações de rádio, bem como montar ou providenciar a montagem das novas;

V — providenciar os pedidos de licença e de frequência para as estações, bem como outros assuntos técnico-administrativos sobre rádio.

CAPÍTULO IV

Da Seção de Administração

Art. 11. Da Seção de Administração (SA-SPI) compete:

I — elaborar o expediente administrativo do SPI;

II — acompanhar a aplicação dos adiantamentos e encaminhar as comprovações dos mesmos por intermédio das respectivas Divisões do Departamento de Administração do M. A.; = 0

III — Requisitar ou adquirir o material necessário ao SPI; = 0

IV — providenciar o expediente do pagamento relativo à prestação de serviços; = 0

V — coordenar e submeter à aprovação do Diretor a escota de férias dos servidores do SPI, mediante dados fornecidos pelas demais Seções;

VI — organizar e manter atualizadas cópias de leis, decretos, circulares, portarias, ordens de serviço e instruções, que digam respeito à administração de pessoal, material, orçamento e comunicações;

VII — controlar o movimento de material, mantendo atualizado o registro de estoques; = 0

VIII — providenciar para que os estoques de material se mantenham nos níveis convenientes, em face das pautas de consumo; = 0

IX — receber, registrar, distinguir, expedir e guardar a correspondência oficial e papéis dirigidos ao SPI;

X — manter em dia a escrituração dos créditos concedidos ao SPI;

XI — elaborar a proposta orçamentária do SPI, de acordo com as instruções do Diretor.

Parágrafo único. A S.A. funcionará em perfeita articulação com o Departamento de Administração do M. A.

CAPÍTULO V

Das Inspetorias Regionais

Art. 12. As Inspetorias Regionais (ININD) compete:

I — executar diretamente ou executar pelos Postos Indígenas, a elas subordinados, os planos e programas de proteção e de assistência aos In-

do Sul, distrito de Bóca do Coração, Município de Belmonte, Estado da Bahia, respeitados os direitos de propriedade.

2º O aproveitamento destina-se à transmissão e distribuição de energia elétrica para serviço público, utilidade pública e para comércio de energia elétrica no Município de Belmonte, Estado da Bahia.

3º Em portaria do Ministro das Minas e Energia, no ato da aprovação dos projetos serão determinadas a alçada da queda a aproveitar, a descarga derivativa e a potência.

4º Caducará o presente título, independentemente de ato declaratório, se a concessionária não satisfizer as seguintes condições:

— Submeter à aprovação do Ministro das Minas e Energia, em três vias, dentro do prazo de um (1) ano, a contar da data da publicação do Decreto, os estudos, projetos e documentos relativos à exploração industrial do aproveitamento.

— Assinar o contrato disciplinar a concessão dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da publicação do despacho da aprovação da respectiva minuta pelo Ministro das Minas e Energia.

— Iniciar e concluir as obras nos prazos que forem marcados pelo Ministro das Minas e Energia executando-as de acordo com os projetos aprovados e com as modificações que forem autorizadas.

— Parágrafo único. Os prazos referidos neste artigo poderão ser prorrogados por ato do Ministro das Minas e Energia.

Art. 2º As tarifas do fornecimento de energia elétrica serão fixadas e revistas trienalmente pela Divisão de Tarifas do Departamento Nacional de Produção Mineral, com aprovação do Ministro das Minas e Energia.

Art. 4º A presente concessão vigorará pelo prazo de trinta (30) anos.

Art. 5º Findo o prazo da concessão, os bens e instalações que, no momento existirem em função econômica e permanente dos serviços concedidos, reverterão na forma da lei ao Poder Concedente.

Art. 6º A concessionária poderá requerer que a concessão seja renovada, mediante as condições que vierem a ser estipuladas.

Parágrafo único. A concessionária não poderá entrar com o pedido a que se refere este artigo até seis (6) meses antes de findar o prazo de vigência da concessão, entendendo-se, se não o for, que não pretende a renovação.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de outubro de 1963: 142º Independência e 75º da República.

João Goulart

Antonio de Oliveira Brito

13.966 — 5-4-63 — Cr\$ 3.060,00)

DECRETO Nº 52.668 — DE 11 DE OUTUBRO DE 1963

Organiza o Regimento do Serviço de Proteção aos Índios, do Ministério da Agricultura.

Presidente da República, usando a atribuição que lhe confere o art. 84, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1º Pica aprovado o Regimento do Serviço de Proteção aos Índios do Ministério da Agricultura, que com esta, assinado pelo Ministro de

Art. 2º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de outubro de 1963: 142º Independência e 75º da República.

João Goulart

Orlando Lima Filho

RELATÓRIO DO EXMO. SR. VICE-PRESIDENTE DA PROVINCIA DE MATO GROSSO?
DR. JOSÉ JOAQUIM RAMOS FERREIRA, DATADO DE 1887.

CATECHESE

Em principios de Abril do ano proximo findo o Dr. Joaquim Galdino Pimentel, ex-presidente desta provincia, fez sahir desta Capital uma expedição militar comandada pelo Alferes / do 21º batalhão de infantaria Antonio José Duarte, com destino aos aldeamentos dos coroados do rio São Lourenço. Esta expedição que, bem provida de brindes, era acopanhada por seis indios d'aquella // tribu, voltou mezes depois com 28 indios, homens, mulheres e crianças. Em Agosto do mesmo anno voltaram aqueles indios com outra / expedição ao mando do mesmo Alferes Duarte, e esta teve ainda melhor exito que a primeira, pois com ela vieram 398 indios, que expontaneamente a acompanharam, chegando a esta cidade em fins de novembro.

Achando-se na administração o Dr. Alvaro Rodvalho Marcondes dos Reis por ato de 7 de janeiro ultimo creou duas colonias uma denominada "Tereza Cristina", na foz do rio da Prata, para os indios do alto S.Lourenço, e outra denominada "Isabel", / nas proximidades da foz do rio Piquery, para os coroados do baixo S.Lourenço.

Foram nomeados diretores dessas duas colonias o Alferes Manoel da Cunha Moreno e Antonio José Duarte, que comandavam fortes destacamentos nelas estabelecidos para evitar a dispersão dos indios e os irem aos poucos fazendo habituar ao trabalho e civilização.

Para atender a despesa com essas colonias, abriu a presidencia um crédito de 70 contos de reis que já se acha esgotado.

A despesa a fazer-se no futuro exercício é de 38 a 39 contos, sendo necessário abrir um crédito dessa quantia, o que ainda não fiz por aguardar instruções do Ministério da Agricultura a quem telegrafei a respeito.

Tendo-se apresentado muitos indios aos Comandantes das colonias, ascende hoje o seu numero a 600 pouco mais ou menos.

Tenho mandado fornecer aos comandantes não só brindes para os indios, que se vão apresentando, como roupa, ferramentas agricolas e de carpintaria; recomendando-lhes que mandem / ensinar aos mesmos indios o officio de carpinteiro e ferreiro; / que façam grandes plantações não somente para habituar os indios ao trabalho, como para diminuir a despesa com a sua manutenção.

-continua-

3956
907
Haut
BGA

continuação 11

Com a pacificação da grande tribu dos coroados tem cessado as hostilidades que della sofriam os agricultores; continuam porem os habitantes da cidade de Mato Grosso e imediações a soffrer as aggressões dos Cabixix e Maibares, que ligados assolam / toda a zona compreendida entre o Galera, Savaré e Guaporé.

Dei as necessárias providencias para a aprehenção de alguns indios dessas tribus, afim de tentar a sua civilização pelos mesmos meios empregados com os coroados.

A' margem do rio Novo, umas 16 léguas mais ou menos distante de Diamantino, existem duas aldeias de indios Bacaihiris, aos quaes mandei fornecer algumas ferramentas agricolas; // dois desses indios, enviados pelo capitão de uma dessas aldeias, e que me foram apresentados pelo Senhor Poyart, prometeram enviar alguns menores para aprender no Arraial o officio de carpinteiro e ferreiro, com a condição de voltarem depois á aldeias.

É meu intento, se continuar por mais alguns meses na administração da provincia, formar um núcleo colonial na margem do Arinos, para chamar á civilização os indios Apiacás que li habitam, e que se podem tornar um grande auxilio dos que navegam aquele rio na extração da goma elastica.

Muito espero do estabelecimento dessas colonias, se forem bem attendidas, e dirigidas com tino e prudência.

Creio que já é tempo de ensaiarmos a colonização indigenas, que poucas esperanças devemos nutrir de colonizar / com a immigração estrangeira os nossos desertos tão abundantes de riquezas naturaes.

Conheço quanto custa arrancar essas hordas á / barbaréo em que vivem, mas mesmo assim, não se me afigura a empreza tão difficil, que não se deva tentar, attentos os grandes beneficios que della se espera.

Das cincoenta e três tribus selvagens conhecidas nessa provincia bem poucas são as que não chegam a falla conosco, e quasi todas dão signaes não equivocos de quererem abandonar / a vida errante.

Observamos, nas innumeras occasiões que temos tratado com os nossos indios, que em geral a sua indole é boa; que são obdientes; e que, comquanto sejam um tanto preguiçosos, trabalham de boa vontade para adquirir alguns objetos de que fazemos uso. Os terenos e Kinikinaos de Miranda; os Caiueos, digo, Cadiueos da maegem do Paraguay e os indios "Pão Cerne" (Guarayayos) e os Palmelhas aldeitados á margem do Guaporé, que tão bem auxilio // prestam a navegação fluvial, são um exemplo de nossa asserção.

-continua-

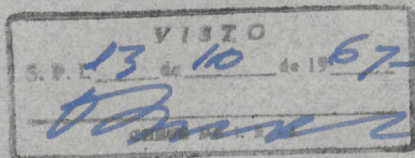
3927
B228

continuação 111

Considere-se que innumerous serviços poderiam prestar a lavoura e a industria extrativa esses milhares de homens filhos do nosso clima, habituados desde o seu nascimento às agruras da vida do deserto e conhecedores de todos os seus recursos e mysterios. E que geração mascula não daria p cruzamento / dessa raça com individuos civilizados.

Na rápida exposição que fiz ao Governo Imperial sobre esta materia, peço um credito para tentar tão auspiciosa empreza, e nutro a esperança de que será este pedido attendido na proxima lei do orçamento.

Palácio do Governo em Cuyabá, 12 de Novembro de 1887. As) José Joaquim Ramos Ferreira.



M. A. - S. P. L. - I. R. 5
Confere com o original

Em 13/10 de 1967
[Signature]
Audiencia

Cópia autêntica

M.T.I.C. 20a. Delegacia Regional do Trabalho

Estado de Mato Grosso

DIRETORIA DE TERRAS E OBRAS PÚBLICAS

CÓPIA

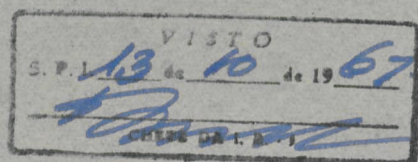
ESTADO DE MATO GROSSO

PALÁCIO DO GOVÊRNO, em 27 de janeiro de 1.897

Tendo sido por mim aprovados os trabalhos apresentados pelo engenheiro militar Dr. Cândido Mariano da Silva Rodon, relativos á medição e demarcação do terreno reservado à colônia / Tereza Cristina e dos quais o havia eu encarregado, remeto-vos o memorial e a planta respectiva, para ficarem devidamente arquivados nessa Diretoria.

Saúde e Fraternidade

a) Antonio Corrêa da Costa



M. A. - S. P. I. - I. R. 5

Confere com o original

Em 13 de 10 de 1967
Auxiliar

Senhor Diretor da Repartição de Terras do Estado

RESUMO HISTORICO DA LEGITIMIDADE DO DIREITO DO ÍNDIO

SOBRE A COLONIA " TEREZA CRISTINA "

Handwritten signature and number 3959

I - OS BORORO E A COLONIA TEREZA CRISTINA

O encontro histórico dos Bororo com os brancos deu-se em 1718, com a Bandeira chefiada por Antonio Pires de Campos (Taunay - 1949 - 8).

II- As primeiras relações em 1718, sucederam violentos combates , os índios foram desbaratados de suas aldeias às margens dos / rios Coxipó - Mirim, Peixe e Botuca. Os invasores dividiram a poderosa tribo em duas partes que não tiveram mais contacto entre si e que originaram as denominações de "Bororo Ociden - tais" e "Bororo Orientais". Os Bororo Orientais ficaram na / região do Pobugo, bacia do Rio São Lourenço (Mendonça 1919).

III- Em 1883 o Governo da Provincia de Mato Grosso entregou a ta - refa de Cathequese as forças armadas, criando as colonias Mi litares denominadas "Colonia Isabel" e "Colonia Tereza Cristi na". A missão de Pacificação foi concluída a 24 de Abril de 1886, pelos então Alferes Antonio Duarte (Antonio José Duarte) e Manoel da Cunha Moreno (Mendonça 1919) - Doc.nº (cópia).

IV- Por ato de 7 de janeiro de 1887, o Governador da Provincia de Mato Grosso, Dr. Alvaro Rodovalho Marcondes dos Reis, oficia - lizou a criação das duas Colonias Militares, denominadas "TE - REZA CRISTINA" na foz do rio da Prata, para os índios do alto São Lourenço e "COLONIA IZABEL", nas proximidades da foz do / rio Piquiri, para os Coroados do baixo São Lourenço. Doc. nº (cópia do relatório do sr. Vice-Governador da Província -1887).

V- A 19 de abril de 1895, o Presidente Manoel José Murтинho, com o contrato nº 610, conferiu à direção da Colonia Tereza Cristi na aos Missionários Salesianos que aí permaneceram até 1898. (Enciclopédia Bororo - Padre Cesar Albicetti).

VI- O engenheiro militar Cândido Mariano da Silva Rodon, a 9 de / novembro de 1895, por determinação do Sr. Governador do Esta - do de Mato Grosso, encetou os trabalhos de medição e demarca - ção da "Colonia Tereza Cristina", abrangendo a área reservada entre as serras dos Coroados e do Brigadeiro Gerônimo e dema - is limites indicados pelo Governo. Concluiu-os à 29 de Dezem - bro de 1896. Doc. nº (cópia do original).

VII- Em 27 de janeiro de 1897, o Sr. Governador Antônio Corrêa da Costa, aprovou os trabalhos de medição e demarcação da Coloni a Tereza Cristina, encaminhando-os a Diretoria de Terras para que ali ficassem arquivados. Doc. nº (cópia do expediente do Sr. Governador).

-continua-

continuação II

- 3960/907 *[Handwritten signature]*
- VIII - Criado o S.P.I. em 1910, a Colonia Tereza Cristina incorporou-se à administração, sendo organizado naquela Colonia // três Postos Indígenas assim denominados: "General Gomes Carneiro", Pte. Galdino Pimentel" e "Piebaga", onde foram estabelecidos vários imóveis, hoje pertencentes ao Patrimônio // Nacional.
- IX - De 1952 para cá, o Governo do Estado de Mato Grosso, ~~vio~~ - através do seu Departamento de Terras, concedendo títulos de propriedade, na Colonia Tereza Cristina, que excedem ao total da área reservada e demarcada pelo Marechal Rondon. Desde então o S.P.I. vem apresentando seu protesto formal, sem contudo ser acatado. Doc. nº (inicial ação anulatória e planta da área deturpada pelo Departamento de Terras).
- X - Em 1965, esta Chefia delegou poderes ao Dr. Benjamin Duarte Monteiro, para perante a Justiça, proceder a anulação de todos os títulos concedidos na Colonia Tereza Cristina, tendo o referido causídico, promovido a ação competente a 1ª de setembro do mesmo ano. Presentemente o Sr. Procurador do Estado, propôs no processo anulatório, suspensão de instância por 60 dias, para neste prazo, o Sr. Governador do Estado // tentar uma composição de Ordem Administrativa, que possam satisfazer as partes.
- XI - O número de índios que habitam permanentemente à Colonia Tereza Cristina, abrange o total de 160 criaturas entre homens, mulheres e crianças. êste total sofre alteração tanto para mais como para menos, dado visitas mutuas que fazem a outras aldeias (Pobojari, Kejari, Jarudore e Tugukuri), onde na maioria das vezes permanecem por varios meses.

Além dos índios que habitam nessa Reserva, o S.P.I., tem permitido que famílias de civilizados menos afortunados, habitem na área, donde tiram sua subsistência com pequenas roças. Essas famílias, presentemente estão sendo intimadas a abandonarem as suas roças e trabalhos, pois, os adquirentes / de títulos de propriedade, assim o querem. O Sr. Prefeito de Rondonopolis, vem se recentindo do problema social que esses adquirentes de títulos estão criando no seu município. É comum trazerem numerosas famílias dos Estados do Norte, empregando-as em serviços temporários e as abandonam ao seu destino, completamente sem recursos.

Cuiabá, 14 de junho de 1966

M. A. - S. P. I. - I. R. 5as)

Hélio Jorge Bucker

Confere com o original

Hélio Jorge Bucker

Em 13 de 1967

[Handwritten signature]
Assessor



3961

[Handwritten signatures and initials]

RELATÓRIO DA COMISSÃO

Esta Comissão composta pelos Senhores: Hélio Jorge Bucker, Chefe da 6a. ININD, como presidente da comissão, como // membros: Flávio de Abreu - Auxiliar do Chefe, Ramis Bucair - Agrônomo, funcionário do S.P.I., e o 2º Ten. Assistente do Chefe de / Polícia, João Evangelista do Nascimento, pôsto á disposição da comissão em virtude do ofício nº 111, de 18/5/65, desta Inspetoria ao Exmo. Sr. Secretário do Interior, Justiça e Finanças do Estado.

Em cumprimento à Ordem de Serviço nº 33, de 18/5/65, a presente Comissão deslocou desta Capital, no dia 20/5/65, para a Colônia Tereza Cristina, no Rio São Lourenço, regressando no dia 23, percorrendo os Postos "Gen. Gomes Carneiro", "Pte. Galdino Pimentel" e "Piebaga" dentro da referida Colônia, onde nesse último Posto pôde constatar além da demarcação, cujo marco está a 150 metros da sede, que atingiu o campo de pouso pela metade, também a invasão ou ocupação das terras, por trabalhadores de um senhor conhecido por Bitão, em número bastante elevado de homens, cujo senhor já se encontra fixado nas terras da colônia, em grande atividades no desbravamento da mata, para formação de pasto. Os trabalhadores já se encontram em atividades há mais de dois anos, tendo feito inclusive colheita de arroz, e iniciado nova derrubada, conforme foi constatada, de 100 alqueires de terras, já demarcada.

Essas derrubadas de extensas matas, somente se plantam cereais um ano, cuja finalidade é a formação de pasto, para / especulação, como tem acontecido com os senhores - José de Almeida e Antonio de Matos e outros, que tinham maiores extensões de / terras tituladas na área da Colônia Tereza Cristina, e agora de terceiros, como o Sr. Bitão.

Que, esta Comissão depois de ouvir os funcionários/ Arlindo Dias da Costa e Antonio Isidoro de Moraes, encarregado dos P. "General Gomes Carneiro" e "Piebaga", respectivamente e o trabalhador do S.P.I., no Posto "pte. Galdino Pimentel" - André de Oliveira, que foi ameaçado por ocupantes de terras na área deste Posto, à margem direita do Rio São Lourenço, prosseguiu nas diligências podendo constatar o acima relatado.

Atualmente a Colônia Tereza Cristina está ocupada / pela margem direita do Rio São Lourenço, na área do Posto Galdino Pimentel, pelos Senhores conhecidos por: Florentino, Olavo, Juca e Benedito Bernardo Soares de Rosário, que pela conclusão da Comissão este último tem dos seus 1 908 ha. de terras tituladas, apenas, 200 mais ou menos, dentro, dentro da faixa da Colônia Tereza Cristina,

-continua-

3962 26
30/10/67
30/10/67

continuação II

no costado da Serra dos Coroados. Pela margem esquerda, na área do Posto Piebaga está ocupada pelo Sr. Bitão, isto conforme as declarações dos referidos funcionários.

Que, as medições das terras da Colônia iniciou em // 1959, promovidas pelos Srs. José Almeida e Antônio de Matos, que depois foram vendidas a terceiros.. Em dezembro do ano passado, José de Almeida estava promovendo a medição das terras na área do Posto "General Gomes Carneiro", que foi suspensa pelo encarregado do Posto, Arlindo Dias da Costa. Existem atualmente várias / pessoas, com títulos expedidos pelo Departamento de Terras, num / total de 70.000 ha., conforme confirmações de José de Almeida e outros, e a área total da Colônia Tereza Cristina é de 65.906 ha., razão lógica de que as benfeitorias e imóveis do S.P.I., estão in cluídas dentro dos títulos, que foram expedidos na área Colônia / Tereza Cristina, mas a Comissão pela opinião do Agrônomo Ramis Bucair, membro da mesma, acha que muitos desses títulos de alguns // dos interessados nessa área, estão fora da Colônia, o que poderá / constatar com a revisão da mesma, o que a Comissão julga como medi da urgente e inadiável, para posterior providência que fôr julgada necessária.

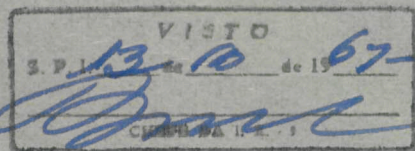
PARECER DA COMISSÃO

A Comissão depois de constatar a veracidade da ocupação das terras, em grande atividade pelo Sr. Bitão e outros, houve por bem determinar a paralização das derrubadas e demarcações, na área dos Postos Gomes Carneiro, Piebaga e Galdino Pimentel, submetendo à consideração do Exmo. Sr. Governador do Estado, e, do Snr. Diretor do S.P.I., para as providências que julgarem necessárias / para salvaguardar os interesses dos nossos índios.

Cuiabá, 26 de Maio de 1965

as) Ramis Bucair
as) Flávio de Abreu

As) Hélio Jorge Bucker
as) João Evangelista do Nascimento



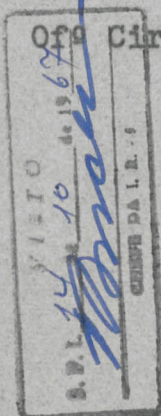
M. A. - S. P. I. - I. R. 5
Confere com o original

Em 13 de 10 de 19 67
Assinado

Serviço de Proteção aos Índios - 6a. ININD

Of. Circular nº 169

Cuiabá, 20 de julho de 1965



Chefe da 6a. ININD do Serviço de Proteção aos Índios
Imprensa noticiosa escrita e falada
Esclarecimentos (faz)

M. A. - S. P. I. - I. R. 5

Confere com o original

Em 14 de 10 de 1967

Auxiliar

Senhor Diretor:

Em face de notícias tendenciosas que vinham sendo divulgadas por órgãos da imprensa falada e escrita desta Capital, com relação a supostas invasões de terras pertencentes a fazendeiros do Município de Rondonópolis por parte do S.P.I., para esclarecimento da opinião pública e dos interessados no assunto, informamos o seguinte:

a) a área em litígio é a constituída pela Reserva Tereza Cristina, situada nos Municípios de Rondonópolis e Santo Antônio de Leverger, pertencente aos índios Borôro. Foi medida e demarcada em 1896, pelo engenheiro militar Cândido Mariano da Silva Rondon, cujos trabalhos foram aprovados pelo Governador Dr. Antônio Corrêa da Costa, e encaminhados a Diretoria de Terras e Obras Públicas, em 27 de janeiro de 1897. Desde então/ o S.P.I., ali fundou 3 Postos Indígenas, constituindo, digo, construindo casas de alvenaria e estabeleceu o desenvolvimento da pequena indústria rural. Os referidos Postos foram até pouco tempo assistidos por duas grandes embarcações: a "Rosa Borôro" e a "Nilo Peçanha".

b) De 1948 até a presente data, os Governos vieram expedindo títulos definitivos de propriedade encimando a área da referida Reserva, sem levar em conta os protestos formulados pela 6a. Inspetoria de Índios sediada em Cuiabá.

c) Em face de recente Decreto Legislativo, que considerou a área em questão, "Terras Devolutas", e autorizou o poder executivo Estadual a extremar três áreas distintas no interior da Reserva, resultou na ida do Sr. Secretário da Agricultura do Estado e do Sr. Chefe da 6a. Inspetoria de Índios à Brasília, onde o assunto foi tratado com o Sr. Diretor do S.P.I.. Na reunião ficou assentado em caráter definitivo, que o S.P.I., por intermédio do seu advogado em Cuiabá, Dr. Benjamim Duarte Monteiro, proporá ação anulatória dos títulos e revindicaria, digo, reivindicatória, ficando os portadores de títulos, sujeitos a decisão da Justiça. Ao ensejo, apresentamos a V.Sa. os protestos de alta consideração e apreço. as)

Hélio Jorge Bucker

Hélio Jorge Bucker

Chefe da 6a. ININD

RADIO A VOZ D'OESTE

3964
PRH-3

ZYZ-5

1.160 kcs-258.6-4.985kcs.60 mts.

Praça Ypiranga 172

Caixa Postal 144 - Fone 2725

Cuiabá-MT

CÓPIA AUTÊNTICA DO NOTICIÁRIO DE 14 DE SETEMBRO HORÁRIO 21 HORAS
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS LEVA DESSASSOCEGO NO VALE DO SÃO
LOURENÇO.

Volta novamente a preocupação dos fazendeiros e criadores do fertilíssimo Vale do São Lourenço, diante da medida adotada pelo S.P.I. ingressando em Juízo contra os que adquiriram terra do Estado naquele opulento vale.

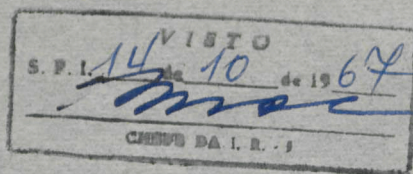
Informações colhidas em fontes merecedoras de crédito adiantam que centenas de transcrições do cartório de imóveis foram juntadas pelo S.P.I. referentes as propriedades ali existentes a vários anos. Fato curioso é que o assunto está sendo comentado diariamente nesta Capital e em Rondonópolis, mas, até o momento o S. P.I. não deu nenhum esclarecimento, nada explica, deixando assim os fazendeiros daquela região mais confusos.

FAMÍLIAS DE AGRICULTORES AMEAÇADAS.

Ao que estamos informados, famílias e famílias de agricultores estão ameaçadas caso o S.P.I. continue na disposição de desalojar os proprietários do Vale do São Lourenço. O S.P.I. deseja a área para entregar aos índios, mas, é público que nessa região, a população indígena é inferior a 100 índios, e é comum vê-los embriagados pelas ruas de Rondonópolis, o que demonstra falta de assistência por parte da Repartição.

A revolução de março, cujos homens propuseram por uma série de coisas nos devidos lugares, deveriam olhar atentamente para o problema dos fazendeiros do vale do São Lourenço, pois, algo de anormal vem ocorrendo sobre essa área. O total da desapropriação, segundo estamos informados, através de pessoa merecedora de crédito, deverá atingir a importância de três bilhões de cruzeiros, o que representará novas despesas para o S.P.I.

De acordo com o nosso informante a despesa de custo, diligências, peritagens, cartórios, advogados do S.P.I. e advogados dos fazendeiros, atingirá a importância de Hum bilhão e meio de // cruzeiros. Fazemos daqui um apêlo, em nome dos fazendeiros ameaçados, autoridades estaduais e federais, no sentido de encontrarem uma solução para esse problema.*****



M. A. - S. P. I. - I. R. 5

Confere com o original

Em 14 de 10 de 1967

Analisar

3965
29
M/m. nº 161

Em, 15 de setembro de 1965

Ilmo. Sr. Dr. Benjamin Duarte Monteiro

DD. Assessor Jurídico desta 6a. ININD.

A emissora Voz D'Oeste desta Capital, em seu noticiário das 21,00 horas de ontem, voltou novamente a divulgar notícias tendenciosas e alarmantes com referência a atuação do SPI na defesa das terras dos índios Bororo da Reserva Tereza Cristina. Pretendendo dar cumprimento ao rádio nº1321, solicitamos a V.Sa., providências através da Justiça, no sentido de que a direção daquela emissora, nos forneça cópia autêntica da nota divulgada. Julgamos necessário esse procedimento pelo fato de não sermos atendidos nas solicitações que tivemos oportunidade de dirigir a aquela emissora através de expediente normal.

Cordiais Saudações

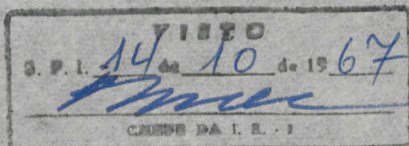
as. Hélio Jorge Bucker

Chefe da 6a. ININD

M. A. - S. P. I. - I. R. 3
Confere com o original

Em 14 de 10 de 1967

Auxiliar



3966

[Handwritten signature]
Cópia Autêntica *[Handwritten initials]*

Exmo. Sr. Dr. Diretor do Departamento de Terras e Colonização

O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS, representado pelo abaixo assinado, Sr. Hélio Jorge Bucker, Chefe da 6a. Inspetoria (ININD) em Cuiabá, vem mui respeitosamente **P R O T E S T A R** contra o requerimento do Sr. EDGARD FONTOURA, publicado no Diário Oficial (anexo) de 12 do corrente, digo, de 12 de fevereiro corrente ano, cujo requerimento vem abranger benfeitorias da já espoliada reserva indígena TEREZA CRISTINA, tais como roças, aramado, curral, invernadas, casas do Posto Gomes Carneiro e aldeamentos / Indígenas dos Borôros.

Alem das benfeitorias abrangidas pelo requerimento do Sr. Edgard Fontoura, verifica-se evidentemente que a área requerida de 2.500 hectares está totalmente dentro da Reserva Tereza Cristina.

Nessas condições, solicita dessa Diretoria, seja de terminado o imediato arquivamento do requerimento do Sr. Edgard / Fontoura, por ser de justiça e Direito.

Nestes Termos
Espera Deferimento
Cuiabá, 26 de Maio de 1.965
as) Hélio Jorge Bucker
Hélio Jorge Bucker

Protocolado pelo D.T.C.
Sob nº 04002 de 26/5/65.

Publicação da venda (concessão)
no Diário Oficial de 25/1/66.

VISTO
S. P. I. 13 de 10 de 1967
[Handwritten signature]

M. A. - S. P. I. - L. R. 5
Confere com o original
Em 13 de 10 de 1967
[Handwritten signature]
Auxílio

OF.nº 110

3967
Cópia autêntica

Chefe da 6a. ININD do Serviço de Proteção aos Índios
Exmo. Sr. Dr. Fernando C. Costa,
MD. Governador do Estado - Nesta

Sr. Governador:

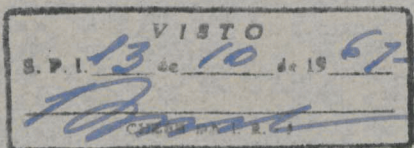
Pego vênha para voltar á presença de V.Excia.,
afim de tratar de gravíssimas ocorrências que estão se dando nas
terras dos índios Borôro, dadas as ameaças que estão sendo feitas
aos índios e aos nossos auxiliáres pelos intrusos das ditas terras.

Tenho feito o máximo dos esforços para que nao
haja um desentendimento maior entre civilizados e os índios ou que
êsse desentendimento degenere em luta fraticida.

Conto, por isso, com a valiosa colaboração de
V.Excia., esperando ser informado quais as medidas concretas que
serão tomadas a êsse respeito, afim de tranquilizar o meu espírito
e tranquilizar também a Diretoria do nosso Serviço.

Aproveito o ensejo para renovar a V.Excia. os
protestos de alta estima e consideração.

As) Hélio Jorge Bucker
Chefe da 6a.ININD
12/maio/1965



M. A. - S. P. I. - I. R. 5
Confere com o original

Em 13 de 10 de 19 67
[Signature]
Auxiliar

seguintes do Suplicado; início de Tr no período 1.963, estimas cinquenta) sa cascas 10.000 na em бага Kgs. de mar

que, além de outros, ficaram expressamente estipuladas, no contrato, as seguintes obrigações para o Suplicado: a) — pagamento de juros, á taxa anual de 7% (sete por cento) elevavel de 1% (um por cento) em caso de mora; b) — pagamento da comissão de 1% (um por cento) para fiscalização da execução do contrato; c) — pagamento de todas as despesas feitas pelos Suplicante para segurança, regularidade e realização do seu direito creditório; d) — pagamento da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o principal e acessórios, prevalecendo essa multa desde o despacho á petição inicial 3-P que o crédito aberto foi utilizado pelo Suplicado, parcialmente, tornando-se o mesmo devedor ao Suplicante nesta data, da quantia de Cr. \$ 287.352,80 (duzentos e oitenta e sete mil trezentos e cinquenta e dois cruzeiros e oitenta centavos), como se vê do incluso extrato de conta (doc. 4). 4-P — que a dívida se acha vencida desde 31 de Julho 1963; 5 — P. que pretende demonstrar a verdade do alegado com os documentos juntos, testemunhas e vistorias; 6 — P. que a presente causa, para os efeitos da taxa judiciária, tem o valor de Cr. \$ 287.362,80. Nestes termos fundado nos artigos 23 e 24 da Lei n. 492, de 30 de agosto de 1937, e optando pelo foro desta Comarca, requer o Suplicante a V. Excia. se digne de ordenar, por meio de Carta precatória dirigida ao Juiz de Direito da Comarca de Três Lagoas (MT), a citação do devedor Tertuliano Peixoto de Almeida para, no prazo de 48 horas, que correrá em Catório, a contar do momento da entrega neste, da fé de citação, efetuar o pagamento do principal acessórios e ainda, da pena convencional e custas ou depositar os bens apenados sob pena de, se o não fizer, prosseguir-se no processo de execução, até final liquidação do penhor, na forma da lei. Ressalva aqui o Suplicante o seu direito de promover a aplicação das penas civis e criminaes em que tenha incidido o suplicado. Do Deferimento. E. R. M. Campo Grande, 11 de Junho de 1964, (a) Bonifácio Nunes da Cunha. Legalmente selado. DESPACHO DE FLS. 31 — V. Esquema o Autor o que de direito, tenha em vista o que consta das certidões existentes no presente processo. Cam-

Diário da

DO ESTADO DE

SUPLEMENTO ANEXO AO DIÁRIO OFICIAL



Justiça

MATO GROSSO

Campo Grande, 20 de agosto de 1965.

(a) Yvon Moreira do Egito. E, para que nignem possa alegar ignorancia, mandou o mm. Juiz expedir o presente edital que será fixado na sede deste Juizo, publicado um digo, publicado uma vez no Diário Oficial e duas vezes em jornal local, na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso, aos tres dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e sessenta e seis. Eu, José Nolasco de Sena Filho, Escrevente Autorizado, datilografei, subsrevi.

Dr. Yvon Moreira do Egito, Juiz de Direito da Segunda Vara. — Campo Grande, Mt.

C — 312 — 10.3.66 — Cr. \$ 7.000

CARTÓRIO DO PRIMEIRO OFÍCIO COMARCA DE TRÊS LAGOAS — ESTADO DE MATO GROSSO

EDITAL DE CITAÇÃO DE CONFRONTANTES — NOS AUTOS DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO PÚBLICO, REQUERIDO POR EURÍDICE CAMARGO FERREIRA e outros —

O Doutor RAUL BEZERRA, Juiz de Direito da 1ª. Vara desta Comarca de Três Lagoas Estado de Mato Grosso, na forma da lei etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a HORACIO LEMES DE REZENDE e REMO MASSI, cuja residência e paradeiro são ignorados que, por este Juizo e Cartório do Primeiro Ofício, se processam os termos e demais atos de uns Autos de RETIFICAÇÃO DE REGISTRO PÚBLICO, requerido por EURÍDICE CAMARGO PEREIRA; JESUS CAMARGO PEREIRA; OTTO PEREIRA JURACI PEREIRA DA SILVA e ANA MARIA DE ALMEIDA para proceder a retificação de área da fazenda "TAMANDUÁ" adquirida no inventário dos bens deixador por Ramiro Pereira Martins que, conforme título transcritos no Registro de Imóveis da Comarca de Três Lagoas possui referida Fazenda nesses títulos a área de 7.853 hectares; fazendo medida o levantamento da mesma Fazenda verificou um excesso de área de 1.556-26-92 ha, totalizando assim a área verdadeira de 9.409.63-30 has. — E, constando dos mesmos autos que os citados são confrontantes do referido imóvel foi expedido o presente Edital, para conhecimento dos mesmos e demais interessados, para que de futuro não possam alegar ignorancia — Dado e passado nesta cidade de Três Lagoas Cartório do Primeiro Ofício aos quatro (4) dias do mês de Março de mil novecentos e sessenta e seis (1966) e será publicado no Jornal "A Gazeta do Comércio" desta cidade (duas vezes)

JUIZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA

Cartório do SEXTO OFÍCIO EDITAL DE CITAÇÃO PELO PRAZO DE 30 DIAS

O Doutor Têngatê de Almeida Rodrigues, Juiz de Direito da 1ª. Vara da Comarca de Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso, na forma da lei, etc...

FAZ SABER, aos que o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem que perante este Juizo e Cartório do Sexto Ofício, se processa uma Ação Ordinária de Anulação de Títulos de propriedade, em que são partes: O

SERVICO DE PROTEÇÃO AOS INDÍDIOS — Autor de O ESTADO DE MATO Grosso e Outros Réus, — cuja petição e despacho se vê abaixo transcritos: Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Fazenda Pública. I — O Serviço de Proteção aos Índios. Repartição pública federal, com sede em Brasília e Ins-

petoria nesta Capital, por seu procurador e advogado que esta subscreve, (doc. n. 1), vem expor e requerer á final a V. Excia. o seguinte: As terras reservadas às tribus Bororo, com a antiga denominação de Colônia Tereza Cristina, parte integrante antigamente do município de Cuiabá e posteriormente abrangida pelo município de Rondonópolis, têm as seguintes confinações: "Pela margem direita, partindo do 1º marco, em frente à foz do Rio Dr. Corrêa, toda a serra dos Coroados até a Cabeceira principal do Córrego Grande e por este abaixo até sua embocadura no São Lourenço. Pela margem esquerda, partindo da foz do Rio Dr. Corrêa, pela serra do Brigadeiro Jerônimo até a ponta do Morro Pelado, onde foi colocado o 2º marco e daí por uma linha imaginária, com o azimute de 71º verdadeiro até a margem esquerda do Rio São Lourenço, um pouco abaixo da foz do Sapé e onde se colocou o 3º marco (docs. 2, 3, 4). A Colônia Tereza Cristina foi fundada no Império, quando todas as terras que constituíam as Províncias, pertenciam à Corôa. Declarado órfão e, portanto, sob a tutela da Nação, desde 1831, o índio teve seus direitos sobre a terra por ele ocupada, a vigilância e a proteção das autoridades federais. A lei n. 601 de 18 de setembro de 1850, denominada "Lei de Terras", após definir o que fossem terras devolutas, assegurou aos índios as que lhe foram ou fossem reservadas. O decreto de 1854 que regulamentou a lei de terras acima referida, estabeleceu no seu artigo 75, que, "As terras reservadas para a Colonização dos Indígenas e por eles distribuídas, são destinadas a seu usufruto e não poderão ser alienados enquanto o Governo Imperial, por ato especial, não lhes conceder o pleno uso delas, por assim o permitir o seu estado de civilização". Como bem demonstrou o Dr. João Mendes Junior, relativamente



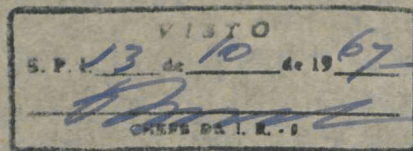
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

3970
CÓPIA AUTÊNTICA

URGENTE AGRINDIO IR6 CUIABÁ-MT

CAMPO GRANDE - MT - 672-62 - 9 - 20,30

Nº 169 DE 9/5/66 - TRANSMITO VOS TELEGRAMA
RECEBIDO HOJE CHEFE SADIS PT SOLICITO PROVIDÊNCIAS ESSA IR
VG SENTIDO COMUNICAR-SE 6a INSPETORIA REGIONAL VG SUSTAR
ATE SEGUNDA ORDEM VG AÇÕES TERRAS RONDONOPOLIS VG TENDO
EM VISTA DETERMINAÇÃO TELEFÔNICA GABINETE VG ENTENDIMENTO
CORONEL DIRETOR COM GOVERNADOR ESTADO PT AGRINDIOS BENEDITO
PIMENTEL CHEFE



M. A. - S. P. L. - I. R. 5

Confere com o original

Em 13 de 10 de 1967

Auxiliar

TELEGRAMA

CAMPO GRANDE VIA BRASILIA
AGRINDIOS CUIABAH 1R/6 MT

35
3971
CÓPIA AUTÊNTICA
9/11
22

S/N 25 6 65 RECEBI OUTRO TELEGRAMA SENADOR FELINTO
MULLER SOLICITANDO CESSASSE INTERVENÇÃO SPI AREA TEREZA
CRISTINA VG VISTO ESTAREM CINCOENTA PROPRIETÁRIOS COM
SUAS LAVOURAS PARADAS PT PEÇO QUE RESOLVA ESTE CASO COM
SERENIDADE ET OPORTUNISMO PT A NOSSA APARENTE DERROTA
SERAH A NOSSA VITORIA PT SDS AGRINDIOS MAJOR NEVES
DIRETOR SPI

Carimbo:

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS
IR/6

Prot. sob nº 424

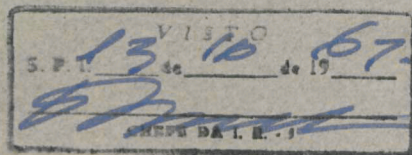
Cuiabá 28-6-65

M. A. - S. P. I. - I. R. 5

Confere com o original

Em 13 de 10 de 1967

Assinatura
Assinatura





ESTADO DE MATO GROSSO
Governo do Estado

N.º...GE/..333/66

Cuiabá — Mt.

em 11 de junho de 1966.

Senhor Ministro:

O Governo do Estado de Mato Grosso no intuito de preservar a área indígena denominada "COLÔNIA TEREZA CRISTINA", às margens do S.Lourenço, neste Estado, nascida sob a inspiração do grande patrício MARECHAL RONDON, e de consultar, também, interesses do desenvolvimento deste território, vem, muito respeitosamente, à presença de Vossa Excelência propor que lhe seja permitido conservar aquela área, como reserva para efeito de colonização estadual e aproveitamento de manancial energético ali existente.

Dita Colônia presume-se ter aproximadamente sessenta e cinco mil (65.000) hectares. Dessa área, ficariam extremadas trinta mil (30.000) hectares ao SPI, protegendo os três Postos Indígenas ali instalados, denominados: GOMES CARNEIRO, PRESIDENTE GALDINO PIMENTEL e PIEBAGA, onde estão aldeados 163 bororós.

Em assim sendo, seria de comum interesse para MATO GROSSO e o SPI, que fosse firmado CONVÊNIO, nesse sentido, onde o Governo Estadual se comprometeria:

A Sua Excelência o Senhor General NEY BRAGA,
Digníssimo Ministro da Agricultura.

RIO DE JANEIRO - GB.

GG/atpb.

397B
907
108

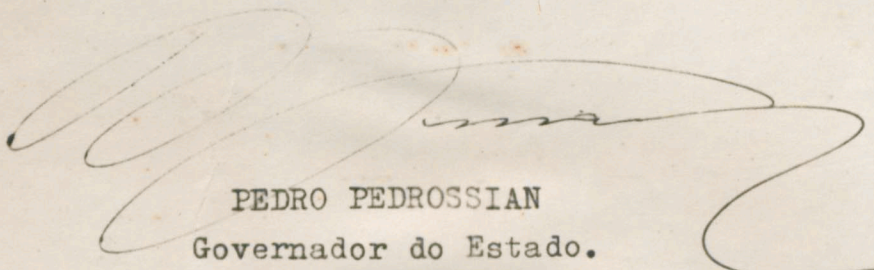
1º) No prazo de noventa (90) dias, após a assinatura do respectivo CONVENIO, a demarcar a referida área, com a assistência de um representante dêsse Ministério, expedindo-se a seguir os respectivos títulos de propriedade ao SPI;

2º) Doar ao SPI um trator de pneus, com os respectivos implementos de arrasto, para ser utilizado pelos nativos ali aldeados;

3º) Doar, para o mesmo fim, cem (100) novilhas de três anos de era e dez (10) reprodutores;

4º) Propiciar, no que estiver ao alcance dos órgãos do Estado de Mato Grosso, assistência médica aos silvicultores ali localizados.

Com a presente proposta, e agradecendo a deferência de Vossa Excelência, encaminhando o Cel. AFRÂNIO FIALHO DE FIGUEIREDO até esta Capital, como representante dêsse Ministério para encaminhamento do assunto ora proposto, contamos com o patriotismo e o elevado espírito de comprensão do ilustre Ministro, que tão relevantes serviços tem prestado a nossa Pátria, para com os altos desígnios de Mato Grosso e os interesses do SPI, e, na certeza de uma solução mais rápida possível para o problema, com esta ou outra medida mais conveniente para o caso, aproveitamos a oportunidade para apresentar os protestos de alta estima e distinta consideração.


PEDRO PEDROSSIAN
Governador do Estado.



DIÁRIO OFICIAL

Do Estado de Mato Grosso

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

ADMINISTRAÇÃO DO GOVERNADOR PEDRO PEDROSSIAN

ANO LXXVI

CUIABÁ,

QUINTA-FEIRA, 4 DE AGOSTO DE 1966

N. 14.779

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEI N. 2630, de 3 de agosto de 1966

Ratifica o Convênio firmado entre o Ministério da Agricultura e o Governo do Estado de Mato Grosso, para demarcação da área do Patrimônio Indígena e Colonização da área restante.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado decreta, e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º — Fica ratificado o Convênio Firmado entre o Ministério da Agricultura e o Governo do Estado de Mato Grosso, para demarcação da área que abrange os Postos Indígenas "Correias Carneiro", "Presidente Galdino Pimentel", e "Piebaga", na denominada "Colônia Teresa Cristina", neste Estado, com as obrigações constantes do respectivo termo.

Artigo 2º — Ficam, igualmente, ratificados, para todos os efeitos de direito, os títulos

definitivos de propriedade expedidos pelo Estado na referida Colônia, cujos limites não venham conflitar com a área a ser demarcada abrangendo os Postos Indígenas referidos no artigo 1º.

Artigo 3º — As despesas de correntes desta lei serão cobertas com o crédito especial a ser aberto oportunamente pelo Poder Legislativo.

Artigo 4º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Alencastro, em Cuiabá, 3 de agosto de 1966, 145º da Independência e 78º da República.

PEDRO PEDROSSIAN,
Afonso Nogueira Simões
Corrêa

F. Leal de Queiroz

LEI N. 2631, de 3 de agosto de 1966.

Altera disposições do artigo 2º da Lei n. 2623, de 7 de julho de 1966.

O GOVERNADOR DO ES-

TADO DE MATO GROSSO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado decreta, e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º — O artigo 9º da Lei n. 2626, de 7 de julho de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 9º — Para os fins dispostos nos §§ 1º e 2º, desta Lei, as empresas, autarquias e fundações ficam sujeitas à supervisão e controle das seguintes Secretarias:

DA SECRETARIA DA AGRICULTURA:

Companhia de Armazéns e Silos de Mato Grosso
Companhia Colonizadora de Mato Grosso
Companhia Agrícola de Mato Grosso

DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA:

Fundação Educacional de Mato Grosso

DA SECRETARIA DE GOVERNO E COORDENAÇÃO ECONÔMICA:

Departamento Estadual de Estatística

Comissão de Desenvolvimento de Mato Grosso

DA SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO:

Usina Jaciara S/A
Companhia Siderúrgica de Mato Grosso

DA SECRETARIA DA FAZENDA:

Banco do Estado de Mato Grosso

EXPEDIENTE DO GOVERNO

Diariamente, com exceção do sábado — Das 12 às 18 horas

As audiências do Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado, serão solicitadas previamente e atendidas entre 15 e 17 horas.

Das 8 às 11 horas o Governo reserva para o expediente interno, sem atendimento às partes.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS - SPI

40
Bucker
CÓPIA

Ofício nº 218

3975
7 de novembro de 1966.

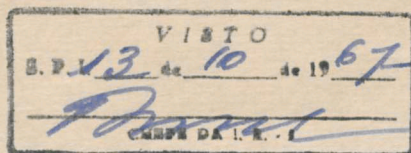
Chefe da 6ª ININD do Serviço de Proteção aos Índios,
Ilmo. Sr. Cel. Hamilton de Oliveira Castro-DD Diretor do SPI
: Protesto (faz)

Senhor Diretor

Com o presente venho apresentar a V.S., o meu veemente protesto contra a espoliação que grupos econômicos, políticos e o Governo do Estado de Mato Grosso, pretendem consumir / contra o patrimônio dos índios Bororo da Reserva Tereza Cristina, a qual RONDON pessoalmente teve a satisfação de DEMARCAR. A trama esta acoberta (para nossa surpresa) pelo convênio recentemente / firmado entre o M.da Agricultura e o Estado de Mato Grosso, que se executado de acôrdo com nossa proposição, aprovada pela Cel. Afrânio de Figueiredo, satisfaria os interesses dos índios BORORO. Entretanto, o protocolo que vêm de ser firmado no dia 3 pretérito, (do qual o nosso representante não tem responsabilidade) contraria a nossa proposição e esbulha asintosamente o patrimônio daqueles índios. Isto posto, esta Chefia solicita de V.S., urgente gestão junto ao Sr. Ministro da Agricultura, no sentido de se exigir / a execução do convênio, no que se relaciona a demarcação da área / de 30.000 hectares, de acôrdo com a proposição do SPI e tendo como base, os trabalhos de demarcação efetuados por RONDON. Isto é o que consideramos menos lesivo ao patrimônio daqueles índios.

Esperando de V.S. ação imediata que venha por cobro a mais este esbulho que se pretende consumir contra a já muito espoliada raça indígena, apresento os meus protestos de estima e distinta consideração.

Cordiais Saudações
as Hélio Jorge Bucker
Hélio Jorge Bucker
Chefe da 6a. ININD



M. A. - S. P. I. - I. R. 5
Confere com o original

Em 13 de 10 de 1967
Hamilton

40. 17

41
3976
BY

CÓPIA AUTÊNTICA

Of+nº 49

Em 9 de março de 1966

Ilmo. Sr. Dr. Milton Rocha,
MD Presidente da Comissão de Planejamento e Produção de MT.

O Chefe da 6a. ININD do Serviço de Proteção aos Índios comprimenta V.Sa. e, informa o seguinte:

- a) no dia 3 do corrente seguimos com destino ao Município de Pexoréu a fim de verificar a situação de oitenta e sete índios "Bororo" que, por tempo imemorial vivem aldeados com seus familiares no lugar denominado "POBODJARI";
- b) Naquela região, a Comissão de Planejamento e Produção (C.P.P.), criou o núcleo de colonização denominado "PARAIZO";
- c) Por ocasião do loteamento do referido núcleo de colonização consta que, a C.P.P., considerando o direito de posse dos índios e o mandamento Constitucional relativo à matéria, reservou cinco(5) lotes com área de cem (100) Hs. para o uso e gozo daqueles índios;
- d) Com surpresa viemos verificar que a própria C.P.P. titulou a área em questão a favor dos Snrs. Geraldo José de Oliveira, Pompilho Pereira, Milton Araujo Ramos e Nilton Araujo Ramos, compreendendo respectivamente os lotes ns. 38 e 39;
- e) Constatamos que, os Snrs. Geraldo José de Oliveira e Pompilho Pereira, adquiriram os lotes 35, 36 e 37, para pura e simples especulação, vendendo-os a terceiros. Os adquirentes não constituíram residência nos lotes, neles não fizeram qualquer benfeitoria e, privam ostensivamente os índios de fazerem suas pequenas roças de subsistência;
- f) Os dois últimos portadores de títulos correspondentes aos lotes ns. 38 e 39, estão de pleno acôrdo em os transferir para os índios.

Estes são os fatos. Por achar que o assunto pode ser resolvido administrativamente, dirijo-me a V.Sa. ciênte de que haverá de tomar as providências requeridas no sentido de devolver áqueles nossos irmãos, já tão espoliados o que naturalmente há muito lhes pertence: A TERRA.

-continua-

47 Bucker
3977
97
98
CÓPIA AUTÊNTICA

continuação 11

A terra para que nela tire a sua subsistência e resguardem os seus bravos ali sepultados.

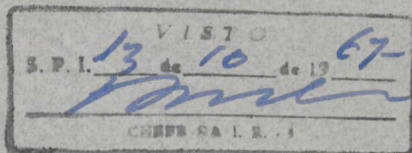
Valho-me da oportunidade para apresentar a V. Sa. os protestos de minha alta estima e elevada consideração.

Cordialmente

As) Hélio Jorge Bucker

Hélio Jorge Bucker

Chefe da 6a. ININD do S.P.I.



M. A. - S. P. I. - I. R. 5
Confere com o original
Em 13 de 10 de 1967
[Signature]
Auxiliar

3978
[Signature]
[Signature]
Cópia autêntica

M/M.nº 10

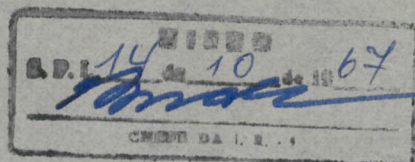
12 de janeiro de 1966

6a. Inspetoria Regional do SPI
Ao SASSI

Atendendo ao vosso memorando-circular 525, de 14-12-65, anexo informação prestada pelo funcionário Agente / Antônio Leite e fotocópia da declaração. Como é do vosso conhecimento, os delitos praticados contra os índios não pacificados, dia a dia estão se tornando cada vez mais comuns. Isto decorre das concessões feitas pelo Governo do Estado das terras por eles habitadas. Tribos inteiras, tais como os Cinta Larga e Beíço / de Pau (Tapaiuna), encontram-se completamente ilhadas e acossadas pelas frentes de expansão que não lhes dão treguas na conquista de seu território. Tal situação requer providências urgentíssimas dessa Diretoria, no sentido de dotar a ININD de condições capazes de reprimir a ação nefasta e atentatória á incolumidade física do silvícola. Responsabilizo como autores indiretos, por omissão, os Governos cedentes de áreas ocupadas por horas indígenas ex, diretamente, todos os siríngalistas da região/ e pretensos colonos.

Cordiais Saudações

as Hélio Jorge Bucker
Hélio Jorge Bucker
Chefe IR/6aININD



M.A. - S.P.I. - I.R. 5
Conferido com o original
em 14/10/67
[Signature]

Ministério da Agricultura

Cópia

S.P.I., em 09 de 09 de 1966

ass) Nilo Oliveira Veloso

Chefe SASSI

Cópia autêntica

D.F.S.P.

Of. nº 91/66 - SKTP

Relatório

Inquérito nº 1/66

O presente inquérito foi instaurado para apurar a autoria da morte de 7 índios "Cinta Larga", ocorrido às margens do rio Aripuanã, no Paralelo 11, no Estado de Mato Grosso, em Setembro de 1963 // conforme nos dão notícias os doc. de fls 4 a 13.

Foram feitas diligências nas localidades de Diamantina, Rosário Oeste, Jangada, Porto de Cuiabá, Campo Grande e Goiânia, a fim de localizar os acusados e testemunhas.

Às fls. 22, 21, 23, 24 e 25, estão a qualificação e as declarações do acusado Ataíde Pereira dos Santos, onde é narrado todo o fato.

Foram tomadas por termo as declarações do Chefe da 6a. // Inspetoria do S.P.I., Hélio Bucker (fls. 28/28v).

Em Diamantina, foi ouvida a testemunha Mário Benedito dos Santos (fls. 31/32).

Foram feitas diligências no sentido de serem levantadas - as qualificações indiretas dos indiciados (fls. 35).

O depoimento do Engenheiro Ramis Ducair, funcionário da 6a. Inspetoria do S.P.I., e que assistiu o interrogatório de Ataíde / Pereira dos Santos, encontra-se às fls. 41/43.

O Capitão Geraldo de Oliveira e Silva depôs às fls. 44/45. Geraldo havia assistido as declarações - gravadas - de Ataíde.

Os acusados Antonio Mascarenhas Junqueira e Sebastião Palma de Arruda foram qualificados e interrogados - fls. 50 a 56.

Às fls. 62/64 está o depoimento de Antonio Carlos Rangel, Reporter do Jornal "O Globo", autor da reportagem objeto do presente inquérito.

Ramiro Costa, acusado, foi qualificado e interrogado às fls. 68/69, respectivamente, e às fls. 70v estão a qualificação e as declarações do acusado Francisco Luiz de Souza, vulgo "Chico Luiz".

Foram feitas acareações entre Antonio Mascarenhas Junqueira e Ataíde Pereira dos Santos (fls. 56) e deste com Ramiro Costa e Francisco Luiz de Souza, respectivamente às fls. 74/75 e 76/77.

O acusado Manoel Virgínio de Almeida foi qualificado e interrogado às fls. 78 a 80, respectivamente.

O Padre João Dornständer prestou seu depoimento às fls. 81/82.

Foi inquirido o índio Moisés Sebastião Coré, cujo depoimento encontra-se às fls.

O depoimento do Padre Francisco Waldemar Weber encontra-se às fls.

-segue-

continuação 2

3980 45
José Batista Ferreira Filho, Chefe da 6a. Inspetoria do SPI ao tempo da ocorrência do fato, prestou o depoimento às fls. *DF*

À fls. e fls., estão os dados das vidas progressas dos acusados, fôlhas penais e boletins individuais.

Quanto aos acusados Silvestre e o boliviano Zuino, o primeiro encontra-se foragido e o segundo, morreu afogado no rio Juruena, quando pescava, o que ficou apurado nas diligências e a sua certidão de óbito será junto oportunamente.

O Padre Edgard Schmidt, autor da gravação das declarações de Ataíde Pereira dos Santos, não foi inquirido por não ter sido encontrado, apesar das diligências que se fez em São Paulo, Cuiabá, Guanabara e Brasília.

O piloto Toschio Lombardi Xatô, condutor e orientador da expedição não foi encontrado, apesar das diligências levadas a efeito na Guanabara, Mato Grosso, em Brasília e em Goiânia, sendo / desconhecido o paradeiro do mesmo.

A apuração do fato em pauta se nos apresenta muito difícil, face a série de diligências a serem efetuadas, como sejam, o levantamento do local da ocorrência e a reconstituição do crime. -

Em relação ao primeiro, há praticamente a impossibilidade, visto distar o local cerca de 2.000 km. de Cuiabá, e ser de difícil acesso, pois que a expedição punitiva levou 68 dias para ali chegar, partindo do Seringal, segundo o relato dos acusados.

Quanto ao segundo, dada as mesmas circunstâncias, não é possível proceder-se a reconstituição, quando sabemos que ela só tem validade quando feita em local do crime.

Ademais, tendo o fato ocorrido há mais de 2 anos e meio, já não existem vestígios da ocorrência, desaparecendo, assim, a prova material do delito, como é óbvio.

Parece-nos, data vênha, que os acusados Ataíde Pereira dos Santos, Ramiro Costa, Francisco Luiz de Souza, Silvestre de Tal, Manoel Virgílio de Almeida e Zuino de Tal praticaram o crime previsto no artigo 121 § 2º inciso IV do Código Penal e Antonio Mascarenhas Junqueira e Sebastião Palma de Arruda, incursos nas penas do artigo 121 combinado com o 25 do Código Penal.

Assim sendo, determino ao Sr. Escrivão, feito o registro de praxe, a remessa dos presentes autos ao MM Dr. Juiz de Direito da 3a. Vara Criminal em Cuiabá, para o que julgar de direito.

Brasília, 29 de junho de 1966

ass) JOB MAIA SALGADO

INSPETOR PRESIDENTE DO I.C.

M. A. - S. P. I. - I. R. 5

Confere com o original

10/40 167

Antônio

Assessor

3981 46
Correio da Manhã, Terça-feira, 3 de outubro de 1967

SÉRIE DO CORREIO DA INTERPELAÇÃO NO CONGRESSO: SPI

Brasília - (Sucursal) - O Sr. Bernardo Cabral (MDB-AM) justificando requerimento de informações ao ministro do Interior em reportagens do CORREIO DA MANHÃ, assinalou na Câmara que "o índio precisa ser integrado definitivamente à sociedade brasileira, sem o complexo que o persegue de um ser inferior. E que deixe, de uma vez por todas, de servir de motivo de proveito a uma série de maus brasileiros".

QUESITOS

Através do SPI o Sr. Bernardo Cabral quer saber do Ministério do Interior:

1 - Quantas expedições foram realizadas, de 1965/1967, pelo Conselho Nacional de Proteção aos Índios, indicando o local // dessas expedições científicas; relatórios apresentados; os nomes dos componentes e o meio de locomoção utilizado; número dos respectivos bilhetes e das companhias fornecedoras;

2 - Quanto receberam de ajuda de custo e diárias, nos anos de 1966/1967, os assessores para assuntos indígenas? Relacionar o nome dos beneficiários e a respectiva missão;

3 - Quantos processos foram instaurados no SPI contra sertanistas por apropriação indébita de materiais pertencentes ao serviço e qual a conclusão? Relacionar o nome dos indiciados.

4 - Qual o resultado do censo indígena realizado em 1963? Quantos recenseadores foram utilizados nesse mister? Quanto foi gasto? Qual a verba empregada: se orçamentária ou da chamada renda indígena? Quem organizou os quesitos para o censo? Quais os meios empregados para o transporte dos recenseadores? Se marítimo, ferroviário, rodoviário ou aéreo.

5 - O que ha de verídico na doação de 68 mil hectares de terra do Posto Indígena "Tereza Cristina", que teria sido feita / pelo governador de Mato Grosso a fazendeiros locais? Caso afirmativo, qual o motivo?

6 - Se houve invasão de terras dos índios do Paraná, de 1964 a 1967, invasão essa que teria lesado o patrimônio indígena em mil pinheiros, avaliados em cerca de um milhão de cruzeiros novos? Caso afirmativo, qual a providência tomada?

7 - Se houve a demissão de um chefe de Inspetoria, em // Rondônia, pelo fato de comprovar a existência de índios em locais onde existem lençóis de cassiterita (igarapé floresta);

8 - Se foi feita a distribuição de terras dos índios na região do pantanal - Mato Grosso - a fazendeiros, que ali se teriam localizado desde 1958 e até hoje dali não saíram? Caso afirmativo, qual a justificativa?

-continua-

3982
44
Correio da Manhã, Terça-feira, 3 de outubro de 1967

SÉRIE DO CORREIO DA INTERPELAÇÃO NO CONGRESSO: SPI

continuação-11

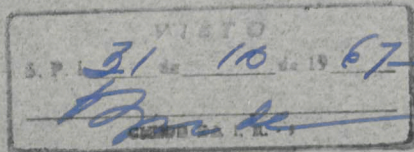
9 - Qual o valor real do patrimônio indígena? especificar a sua catalogação.

10 - Se existem médicos nomeados para os postos indígenas? Caso negativo, quem é o responsável por êsse atendimento?

11 - Se existem agrônomos nomeados para êsses postos? Caso negativo, quem orienta a agricultura?

12 - Se existem dentistas nesses postos? Caso afirmativo, quantos? Negativo, a quem são entregue tais providências profissionais?

13 - Se o Ministério do Interior pode informar ser verdadeiro aprender o nosso índio, na Serra do Paraná, em Roraima, idioma estrangeiro ao invés da língua portuguesa?



M. A. - S. P. I. - I. R. 5
Confere com o original
Em 31 de 10 de 1967
Avaliador



Ministério do Interior
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS - SPI

3983

Campo Grande-MT., em 22 de novembro de 1967

Ilmo. Sr.

Dr. Jader Figueiredo Correia

Presidente da Comissão de Inquérito no SPI.

Brasília-DF

Senhor Presidente:

Em adendo às minhas declarações desejo consignar mais as seguintes:

1 Os assenhoramentos das terras dos índios não ficaram somente nos que já tive oportunidade de denunciar por escrito e por declarações a essa CI., ocorre-me que mesmo a Fundação Brasil Central assenhorou-se de terras indígenas no Xingú, compreendendo o Posto Jacaré no Rio Coluene. Em geral, as Missões Salesianas tem registrado para si as terras dos índios, onde elas se estabeleceram com a finalidade de lhes prestar assistência.

2 O Parque do Xingú foi quase que inteiramente tomado por Companhias Colonizadoras que até hoje apenas tem especulado com a valorização dessa terras. Estão elas assim especificadas:

IMOBILIÁRIA IPIRANGA - Decreto de reserva de terras "para fins de colonização" n.1.699, de 18/11/53;

CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORREIA S/A - Decreto n. 1 648, de 1/8/53 e 1 693, de 26/10/53 / que retifica e primeiro decreto;

EMPRESA COLONIZADORA RIO FERRO LTDA. - Decreto / nº 1 250, de 15/2/52;

SOCIEDADE DE AGRICULTURA E COLONIZAÇÃO ARARAQUA/MATO GROSSO - Decreto n. 1 210, de 10/12/51, letra A (dentro do P.I.X.) e 1 209, de 10/12/51, letra d (fora do P.I.X.);

CASA BANCARIA FINANCIAL IMOBILIÁRIA S/A - Decreto n. 1 682, de 16/10/52;

COLONIZADORA E IMOBILIÁRIA REAL S/A - Decreto n. 1 664, de 13/8/53;

CONSÓRCIO INDUSTRIAL BANDEIRANTE DE INCENTIVO Á BORRACHA S/A - Decreto n. 1 518, de 20/2/53;

-continua-



Ministério do Interior
~~MINISTÉRIO DA AGRICULTURA~~

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS - SPI

Campo Grande-MT., em 22 de novembro de 1967

continuação II

COMPANHIA COMERCIAL DE TERRAS SUL DO BRASIL - Decreto n. 1 617, de 10/6/53;

COMPANHIA AGRÍCOLA E COLONIZADORA MADI S/A - Decreto n. 1 598, de 22/5/53;

COMPANHIA COLONIZADORA CUIABÁ LTDA. - Decreto n. // 1 663, de 13/8/53, uma das duas áreas contíguas de 100 mil hectares, que esse decreto reserva;

COLONIZADORA MATO GROSSO PARANÁ LTDA. - Decreto n. 1 663, de 13/8/53, a segunda área de 100 mil hectares;

COOPERATIVA AGRO-PECUÁRIA EXTRATIVA MARÍOPOLIS LTDA Decreto n. 1 250, de 15/2/53, segunda área reservada por esse decreto, contígua à Colonizadora Rio // Ferro;

COLONIZADORA CAMARARÉ LTDA. - Decreto n. 1 761, de 10/9/53;

COMPANHIA PANAMERICANA DE ADMINISTRAÇÃO - Decreto / n. 1 701, de 21/11/53;

INDUSTRIAL COLONIZADORA CONTINENTAL S/A - Decreto / n. 1 822, de 25/3/54;

SCRIVANTI SIQUEIRA & CIA. - Decreto n. 1 519, de // 10/2/53;

COLONIZADORA SÃO PAULO, GOIÁS, MATO GROSSO LTDA. - Decreto n. 1 703, de 27/11/53, retificando o decreto n. 1 711, de 2/12/53;

EMPREZA COLONIZADORA INDUSTRIAL AGRÍCOLA PASTORIL / Ltda. - Decreto n. 1 711, de 3/12/53, segunda área.

Além dessas vendas e concessões, haveria ainda a registrar mais duas áreas reservadas pelo Governo do Estado "para fins de colonização" e que se localizam, também, dentro do P.I.X. São as áreas reservadas / pelos Decretos 1 209, letra C, com seus 200 mil hectares à margem / esquerda do rio Araguaia, junto à linha divisória do Estado do Pará; e 1 210, letra B, também com seus 200 mil hectares entre os braços / norte e sul do rio Peixoto de Azevedo e a linha direita ou seja divisória do Estado do Pará. Ambos os decretos firmados em 10 de dezembro de 1 951, reservam áreas que até agora não o foram, mais cedo ou mais tarde serão concessionadas a Companhias de "colonização". Registra-se mais uma irregularidade e, esta, da alçada do Conselho de Segurança! A citada Colonizadora Rio Ferro Ltda. contrariando o Decreto Lei Federal n. 3 010, de 2 de agosto de 1 938 que estabelece a

-continua-



Ministério do Interior
~~MINISTÉRIO DA AGRICULTURA~~

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS - SPI

3983
[assinatura]
[assinatura]

Campo Grande-MT., em 22 de novembro de 1967

continuação III

proporção entre nacionais e estrangeiros em núcleos coloniais, vendeu mais da metade de sua concessão a imigrantes japoneses. Foi ali desrespeitado um princípio fundamental da política demográfica // que é o de evitar "enquistamentos". Como se vê, a Colonizadora Ri o Ferro cometeu sério delito contra a Segurança Nacional.

É o que me cumpria ainda declarar.

Cordiais Saudações

[assinatura]

Hélio Jorge Bucker

Chefe IR/5-SPI



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Serviço de Proteção aos Índios
5ª INSPETORIA REGIONAL Campo Grande, Mt.

Of. 232/67

Em 18 de novembro 1967

Do : Maria de Lourdes C. Maia-Escr. Dat. da I.R.5-SPI

Ao : Ilmº Sr. Presidente da CI/MI-239/67- N E S T A

Assunto : solicitação (faz)

Levo ao conhecimento de V.S. que, de acôrdo com a Ordem de Serviço nº 97/66 de 26/8/66, do Sr. Diretor do S.P.I., recebi do Sr. Walter Samari Prado, Chefe titular da I.R., o suprimento de NCR\$ 10.000,00 (DEZ MIL CRUZEIROS NOVOS), em virtude de seu afastamento para responder inquérito administrativo.

A movimentação do referido recurso, foi feita através do Banco do Brasil, Agência esta cidade, e devidamente aplicado nesta I.R., conforme Prestação de Contas encaminhada ao FFAP, com o Ofício nº 82/67 de 19/5/67, por intermédio do Sr. João Melo, representante do SPI na Guanabara, sob o registro nº 1.751 de 19/5/67 do D.C.T.-

Isto Posto, solicito providências de V.S. junto ao Sr. Delegado do FFAP para que por outro lamentável - equívoco esta funcionaria venha a ser novamente presa.

Aguardando suas providências, apresento a

V.S.

Atenciosas saudações

Maria de Lourdes C. Maia

Maria de Lourdes C. Maia

Chefe da I.R.5-SPI

3987
[Handwritten signature]

C O P I A

Campo Grande, Mt.

Of.82/67

19 de maio de 1967

- : Chefe Subst² da I.R.5-SPI
- : Sr. Delegado Federal do Fundo Agro-Pecuario RIO (GB)
- : prestação de contas(encaminha)

Sr. Delegado

Junto passo às mãos de V.S. a Prestação de Contas referente às duas parcelas de Cr\$ 5.000.000.- cada uma, recebida do Sr. Walter Samari Prado, conforme Ordem de Serviço nº 97 de 26/8/66, do Sr. Diretor do S.P.I., para aplicação nesta 5ª Inspeção Regional.

Atenciosas saudações

Maria de Lourdes Castro Main
Chefe Subst² da I.R/5-SPI

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO INTERIOR.

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

ENCAMINHAMENTO Nº 099 /DSI/MI/1967



Data :- 10/11/1967

Assunto :- Venda ilegal de terras em MATO GROSSO

Referência :-

Distribuição:- Sr. Presidente da Comissão de Inquérito do S.P.I.

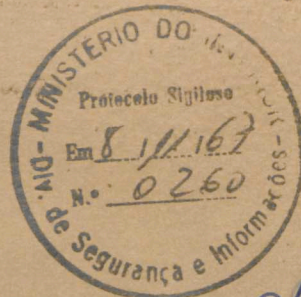
Esta Divisão encaminha o seguinte:

Fotocópia do Relatório do IPM procedido em MATO GROSSO,
sobre venda ilegal de terras naquele Estado, pertencentes às colônias
indígenas.

CONFIDENCIAL

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA
MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTE DOCUMENTO. (Art. 62 - Dec. N.º 60.417/67
Regulamento para Salvaguarda de Assuntos
Sigilosos).

CONFIDENCIAL



RELATÓRIO

1. Examinando-se, atentamente, o presente inquérito policial-militar, verificou-se que foram ouvidas vinte e sete pessoas, à guisa de testemunhas, consubstanciando-se os autos em mais de trezentas folhas.

Existem dois órgãos que enfeixam as atividades referentes a terras do Estado: o Departamento de Terras e Colonização (DTC) da Capital e a Delegacia Especial de Terras e Colonização (DETC) de Campo Grande; esta, controlando os municípios do sul; aquela, os do norte.

Verificou-se, em ambos, em diferentes épocas, a prática de atos irregulares e ilegais, conforme se verifica de declarações e documentos, citados abaixo:

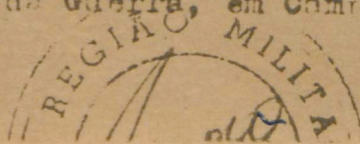
a. Em mensagem enviada à Assembléia Legislativa do Estado, em 1956, o Governador JOAO PONCE DE ARRUDA, substituído do Dr FERNANDO CORREIA DA COSTA, expressa (fls 218 a 226v) a situação em que encontrou o DTC, tecendo críticas ao processo de aquisição de terras públicas e particulares (fls 219) adotado por seu antecessor; os contratos de Colonização (fls 221 e 222); as irregularidades e contradições no Núcleo Colonial de Dourados, inclusive quanto à emissão ilegal de títulos (fls 223 v e 224); as negociações de Colonizadoras, que culminaram em objeto do Inquérito pelo Senado da República (fls 226), cuja decisão final não foi encontrada na Repartição competente.

Terminado o quinquênio, sobe ao Poder, novamente, o Dr FERNANDO CORREIA DA COSTA que, em mensagem dirigida à Assembléia do Estado, em 1961, salienta (fls 227 a 229) a situação em que encontrou o DETC e DTC, tecendo também críticas à atuação de seu antecessor, ressaltando o desprezo a exigências legais (fls 227), infração ao Código de Terras, irregularidades no sistema de colonização, culminando com a afirmativa "uma série interminável de fatos execráveis" (fls 229).

Já no terceiro ano de seu Governo, ainda em mensagem à Assembléia, (fls 230 a 236), faz um levantamento mais demorado da situação, já agora apontando medidas efetivas tomadas em benefício das terras do Estado.

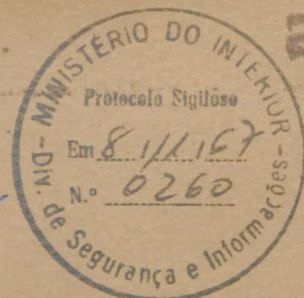
dentro desses períodos e nesse clima de falta de organicidade, controle e coordenação nas Repartições competentes e entre elas, que conseguimos anuir fatos e responsabilidades.

b. Na TERRA DE FORTUNA - ÉLIO ZEPHERINO, atualmente Diretor do DETC, aponta irregularidades na distribuição e expedição de títulos na faixa de fronteira (fls 31), por ordem do Sr ROGER ASCEP BUAINAIN, quando Secretário de Agricultura, o que confirma com o documento de fls 64; irregularidades na gestão do Sr Camilo BONI, havidas nas áreas reservadas por Indígenas Caduêus (fls 33 e 35) e na Colônia Nacional de Dourados (fls 34), juntando farta correspondência havida entre a Cia GECOTO, encarregada dos trabalhos, e aquele senhor (fls 46 a 51A), e as providências que vem tomando a respeito (fls 34). Ressalta o tumulto decorrente da aprovação da Lei 1077, de 10 Abr 1958, pela Assembléia Legislativa do Estado, e a de número 1076, de 31 de dezembro de 1957, ambas restringindo áreas da União reservadas a colonos e índios, e o interesse de particulares e políticos na sua aplicação (fls 116, 128, 129, 130, 32 e 52); mostra o interesse de determinar a verdadeira área da Fazenda BODOQUENA (fls 33) e a omissão do seu administrador - MAURÍCIO VERDIER (fls 53) em executá-lo; cita os senhores MÁXIMO LEVI, HEITOR MEDEIROS e MILTRO CHAVES CORREA, como possuidores de terras encerrando ao do Ministério da Guerra, em Campo Grande, fato pendente de decisão



CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL



judicial. Aponta irregularidades encontradas na esfera administrativa, tendo sido seu antecessor, o Sr ALADEU JÚNIOR, de quem não recebeu as funções por se encontrar foragido (fls 31).

c. 2a TESTEMUNHA - LINDAURA DA SILVA MARTINS, funcionária da DETC declara: ter havido distribuição irregular de terras na área reservada à Colônia Nacional de Dourados (fls 54), estando alguns processos na Justiça; a existência de protestos do Serviço de Proteção aos Índios quanto à concessão de títulos a particulares, em área reservada aos Cadiués (fls 56); como se passou o dia 16 de abril de 1958, com a aprovação da Lei 1077, já referida (fls 55), quando o Dr Boni rubricou duzentos requerimentos levados por J B FRANÇA, acompanhados de um deputado - JOSÉ FELICIANO, e que outros duzentos foram também entregues, todos protocolados sob número 1450 a 1849, ambos intabulados; que o Sr BONI era contrário a essa distribuição de terras, mas deu andamento por força de lei, não tendo presenciado, disse chefe, prática de atividades políticas (fls 54); os fundamentos legais de concessão dos índios Cadiués (fls 61, 62, 63) às terras cedidas a particulares, o que é confirmado a fls 78 e 79, por documento hábil extraído de outra fonte; que o Sr VLADIMIRO KULLER DO AMARAL foi quem credenciou engenheiros da GEOPOTO junto à DETC (fls 56).

d. 3a TESTEMUNHA - ANTONIA LERINA SOARES, ex-funcionária antiga da DETC, não exerceu atividades em andamento de processos; não presenciou o pedido de política (fls 56) nem ter o Sr BONI recebido vantagens em andamento de processo; declara ter sido J.B. FRANÇA funcionário de Delegacia, tendo sido exonerado mediante inquérito administrativo (fls 57), morando atualmente fora de Campo Grande; afirma ter sido o Sr VICENTE CARLOS DA COSTA, cunhado do Sr RACHID J. MATEO, então Presidente da Assembleia do Estado, o primeiro requerente de terra na área reservada a índios Cadiués, em Porto Martinho, constando o seu nome registrado sob número 1450 do Livro Protocolo (fls 56).

e. 4a TESTEMUNHA - ENOCH ALVARENGA SOARES, antigo funcionário da 5a Inspeção Regional de Índios, em Campo Grande, mostra os fundamentos legais da reserva da área aos índios Cadiués (fls 67), bem como a conservação da propriedade através de medidas efetivas tomadas (fls 67) e a luta judicial travada entre o Sr ERICO SANT'ALDO, então na Chefia, e o Estado, buscando aquêle a salvaguarda dos direitos dos índios, o que culmina com o acórdão do STF mostrando a inconstitucionalidade da Lei 1077, mas títulos já haviam sido expedidos e os proprietários não obedeceram à decisão judicial.

f. 5a TESTEMUNHA - ALAN CARDEO MARTINS PEDROZA, Chefe de 5a Inspeção de Índios, em Campo Grande, expõe inúmeras dificuldades em pessoal e material; recrimina a administração do Sr MONTENOUT FILHO (fls 69); apresenta dados de valorização da área dos índios; resgata medidas tomadas em defesa dessas terras (fls 70), a cooperação da atual administração da DETC (fls 70); cita fundamentos legais do direito dos índios (fls 78 e 79); fornece por cópia texto do artigo "TRAVA ESCANDALOSA", publicado no Jornal do Comércio, de 18 de abril de 1958, que não foi conseguido na própria direção desse órgão (fls 59 e 60); anexa cópia de protestos e outros documentos (fls 82, 85, 86, 87, 88 e 89); apresenta relação dos possuidores de títulos definitivos nos campos dos índios (fls 91, 92).

g. 6a TESTEMUNHA - CAMILO BONI, que exerceu a direção da Delegacia de Terras e Colonização, em Campo Grande, declara que foram vendidas terras na faixa de fronteira, com apoio em Lei estadual (Lei 412, de 13 de setembro de 1951 - fls 133); nega ter expedido título em área do Ministério da Guerra; faz histórico da Fazenda Boqueana e admite a existência de exceção (fls 102 e 103); embora com:

CONFIDENCIAL



3992
40

Diretor do DTC, declarou ignorar quem indicou, autorizou e contratou os serviços da Geofoto (fls 103), para realizar levantamentos em 12-10-1951, embora tenha recebido dessa Cia uma série de correspondências (fls 46 a 51A), algumas com remetedoras, porque tratam de pedidos particulares (fls 49), de interesse político (fls 51) e da existência de grupos (fls 51A) e de descontentamento entre índios. Permittiu como intermediário na venda de terras o Sr J B FRANÇA, de quem recebeu a carta de fls 50, e que o Sr J B França, conforme declarou, foi despedido a bem do serviço em 1951 (fls 104), além de qualificá-lo de "marreteiro". No tocante a terra dos índios, declarou ter participado em sua gestão, reconhecendo as leis que asseguram a terra aos silvícolas, mas nada podendo fazer em face da Lei estadual (fls 103), acrescentando que todos os interessados estavam agrididos por políticos, sem exceção do partido e que, de fato, se interessou pela indicação de dois particulares. Em se referindo a terra de ex-cobriteiros, em Ponta Preta, (fls 105), declarou que serviu para colocação de atividades políticas. X

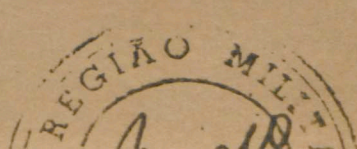
h. 7a TESTEMUNHA - ALFRED ALMEIDA VELLOZO, atual administrador do Núcleo Colonial de Dourados, declarou ter recebido uma carta (fls 107); cita o processo 1365/61 referente a questão com particulares; afirma haver negociações entre colonos (fls 108) e não tem a declarar a respeito de seu antecessor - Sr ACYR VAS GUE ARARS (fls 109).

i. 8a TESTEMUNHA - PAULO ALBERTO THIRY, agrônomo do Núcleo Colonial de Dourados, recrimina a venda pelo Estado dos 109.000 ha (cento e nove mil hectares) de terra, tida como excesso da Colônia; cita Relatório do Conselho de IFIC, com parecer favorável (fls 103); afirma ter havido influência política na Colônia, até 1960 (fls 108 e 109), culminando com a ida, em outubro de 1960, do Sr João Goulart e outros políticos (fls 109), procedendo a uma distribuição discriminada de terras: que 32.000 ha (trinta e dois mil hectares) foram ilegalmente cedidos à COLONIZADORA DOURADENSE (fls 109). Em Relatório de 17 de dezembro de 1957, foram apresentados dispositivos legais da área ao Núcleo, bem como os malefícios da influência política na concessão de títulos a particulares (fls 114 e 115); declarou ter sido na administração de Dr CILONILRO DE ABRILHOS que fizeram a entrega de títulos definitivos na primeira zona e além dela. Em Cartórios extraídos na Prefeitura de Dourados (fls 116 a 118) e no Cartório do 1º Ofício daquele Município, vêem-se os adquirentes de terra no excesso e no interior da Colônia, bem como os confrontantes e vendas realizadas (fls 123 a 130).

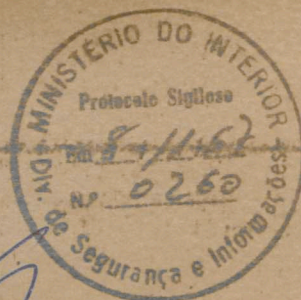
j. 9a TESTEMUNHA - SALATIEL MARCONDES DINIZ. Ouvido, como administrador do posto indígena "FRANCISCO HORTA", em Dourados, declarou ter havido invasão na área reservada a índios, em Pombal (fls 110), mas não está sob sua jurisdição.

k. 10a TESTEMUNHA - ALARICO REIS D'AVILA. Como deputado estadual, nos anos de 1959 e 1960, exerceu intensa atividade de venda de terras do Estado, corroborada em correspondência de fls 10 a 22, chegando a receber por um "negócio" de 110.000 (cento e dez mil) hectares, a importância de Cr\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil cruzeiros) (fls 119). Interessou-se pela publicação de editais, na área reservada a índios Guaranis, inclusive para pessoas de sua família (fls 10). Declarou não conhecer irregularidade na venda de terras devolvidas pelo Estado (fls 131-132); sabe, mas não prova que áreas superiores a dez mil hectares são pertencentes a grupos; afirma ter recebido a importância acima referida (fls 131) e que se desinteressou pelas terras na área dos índios, quando soube do critério de distribuição (fls 132). Não conhece negócios de terra realizados por Mário VAN DEN BERG.

CONFIDENCIAL



CONFIDENCIAL



3993

a não ser por ouvir dizer; explica trecho de sua carta referente à fortuna de VAN DEN BOSCH (fls 20 e 132), bem como a presença de seu cunhado em negócios de terra, para ver o que se podia fazer; afirma que os deputados, com algumas exceções, tinham participação em terras; ressaltava a influência de HÉLIO PONCE, mas não acreditava em sua intenção discriminatória (file 132).

m. 11a TESTEMUNHA - ANTONIO DE ARRUDA MARQUES, Diretor do DTC, em GUIABÁ, expõe a má funcionalidade da Repartição, a existência de processos anacrônicos e sem objetividade, de fichário e arquivo incompletos, a falta de processos, e plantas cadastrais, apenas de alguns municípios, não garantindo correspondência à realidade (142). Atribui tal situação ao ambiente político do Estado, onde se pratica a partilha das Repartições e correligionários (file 143). Confirma a venda ilegal de terras na faixa de fronteira, como se pertencessem ao Estado (file 141); arrolou cerca de um mil processos irregulares (file 141); procedeu ao saneamento do funcionalismo. Ressalta a maior incidência de fatos irregulares, ocorrida na administração de Sr VLADEMIRO MULLER DO AMARAL (file 141). Sobre latifúndios, vê-os acobertados por dispositivos legais (file 141). Declara terem sido expedidos títulos definitivos na área da Colônia de Dourados, bem em seu interior, malgrado pareceres em contrário. Não encontrou o nome de ALARICO REIS D'AVILLA no Departamento de Terras, o que foi confirmado com vistas ao Arquivo; afirma existirem grupos adquirentes de terras, por compra e particulares (file 142).

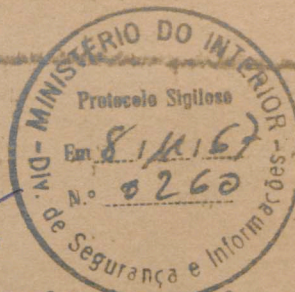
n. 12a TESTEMUNHA - LUÍS LOPES DE BRITO, Funcionário do DTC, ignora a prática de qualquer ato ilegal por parte de WALDERSON DE MORAES CORREIA, atualmente deputado estadual; desconhece atividade ilícita praticada por RANULFO PAES DE BARROS; ignora quem tenha exercido atividades em negócios com terras (file 145); expõe fatos e atividades desenvolvidas por HÉLIO PONCE DE ARRUDA, junto à Imprensa, relativas à publicação de editais de venda de terra, citando o Sr VALDÍVIO TITO DE OLIVEIRA (file 144), atualmente residente no Rio de Janeiro, como tendo pago àquele certa quantia. Declara ter sido demissionário ao tempo do Governo Ponce de Arruda, sendo readmitido na atual administração do Dr Fernando Correa da Costa.

o. 13a TESTEMUNHA - BERNARDO BAIS NETO, Secretário da Agricultura do Estado, no que se refere a terra na faixa de fronteira, declara a inobservância, pelo Estado, das leis que regulam a matéria, desinterece e falta de providências cabíveis pelo Conselho de Segurança Nacional (file 147); determinou verificação da área da Fazenda Bodoquena, não tendo obtido a cooperação desejada por parte da administração (file 146); mostra a burla a dispositivo constitucional referente a latifúndios, dada a possibilidade de diferentes requerimentos em nome de pessoas físicas ou grupos (file 146), citando como maior latifundiário no Estado, os Srs JOAO GOMART, FAZENDA BODOQUENA (Válter Moreira Sales, Irmãos Rockefeller, Maurício Verdier), HÉLIO PONCE de ARRUDA, GUILHERME DE ABREU LIMA e MERCEDES BENZ, tendo os quatro adquirido terras do Estado, através de prepostos, pelo que não constam os nomes dos adquirentes como possuidores de mais de dez mil hectares (file 146); que, legalmente, é lícita tal operação. Declara ter encontrado totalmente oculto por posseiros a Colônia General Dutra, em Ponta Porã, tendo regularizado tal situação com a expedição de cerca de quatrocentos títulos, não tendo havido interposição de recurso por parte do Sr ORCÍRIO FREIRE e herdeiros. (file 148).

p. 14a TESTEMUNHA - MANOEL VIEIRA DA SILVA. Como Chefe do Serviço de Patrimônio da União, declara ter havido verdadeira dissipação do patrimônio nacional na faixa de fronteira, o que se fez em todos os governos de Mato Grosso; o Estado age de maneira autônoma, sem ouvir o SPU. Corrobora as afirmativas com farta correspondência expedida, desde 1952 (file 212-213-214-215), até aos dias atuais (file 209-210-211-216).

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL



3994

217), dando conhecimento, protestando e solicitando providências às autoridades federais e estaduais, o que fez em defesa das terras da União, quer no primeiro governo do Dr. Fernando Correa da Costa, quer no de João Ponce de Arruda, quer atualmente. Expõe casos na faixa de 0-60km, 150 km da fronteira, em Casalvasco, Bela Vista, Caicara, Nabileque, Coimbra, onde resultaram nulos os recursos interpostos, mesmo porque obtém, por vezes, como despacho, para se proceder à discriminação administrativa (fls 150 e 151), o que é impraticável com os poucos meios de que dispõe.

q. 15a TESTEMUNHA - ANTONIO FEITOSA DE FREITAS, auxiliar técnico do DTC. Declara existirem várias glebas em nome de terceiros, superiores a dez mil hectares, adquiridas do Estado, pertencentes a uma só pessoa, citando nominalmente (fls 153), os Srs PAULO CAMPOS, engenheiro-agrônomo, MILTON MILLAN, ex-presidente da Comissão de Planejamento e Produção, residente fora de Cuiabá, e HENRIQUE GOMES, engenheiro-agrônomo, ex-deputado estadual, tendo este adquirido terras também em litígio com o Pará. Apresenta os nomes de terceiros que constam dos mapas cadastrais, afirmando não constarem, na realidade, aqueles citados anteriormente, nem mesmo nos livros competentes de registro (fls 153).

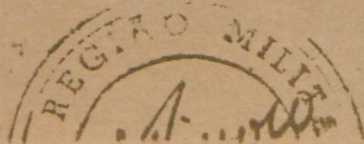
r. 16a TESTEMUNHA - JOÃO AUGUSTO CAPILÉ JUNIOR, Presidente da Comissão de Planejamento e Produção do Estado, declara que as terras reservadas a ex-combatentes, foi distribuída a particulares (fls 166), constando de fls 198-199, consubstanciando parecer de Associação de Campos Grãnie, reivindicando a área de Ponta Para nos legítimos proprietários (ex-gracinhos) e solicitando outras providências. Não foram encaminhadas no DET as medidas tomadas. Condene as Colônias Estaduais organizadas pelo Governo anterior (Ponce de Arruda). Confirma o recebimento da importância de Cr\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil cruzeiros), no negócio dos 110.000 (cento e dez mil) hectares (fls 19), e título de presente (fls 165), ignorando quanto tenham ganho os outros participantes, embora tenha assinado tal "Declaração" (fls 19).

s. 17a TESTEMUNHA - HENRIQUE GOMES DA SILVA. Foi deputado estadual, de 1951 a 1958 (fls 168), atualmente é engenheiro-agrônomo militante. Declara as propriedades que possui - mais de 300.000 (trezentos mil) hectares de terra, com registro em diferentes municípios, adquiridas ao Estado e de terceiros, sendo uma parte registrada em seu nome; compra para fazer negócio (fls 167) com interessados em São Paulo. Afirma que as Colonizadores não realizavam as condições estipuladas em contrato, beneficiando-se das terras, depois de adquiri-las (fls 168); que a maioria dos profissionais realizam operações de venda de terras, justificando serem devolutas (fls 168); trabalha com procuração em causa própria de terceiros.

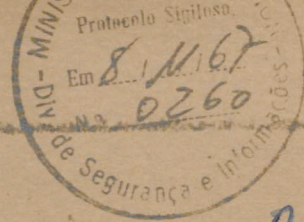
t. 18a TESTEMUNHA - GUILHERME FREITAS DE ABREU LIMA. Engenheiro-agrônomo, declara as propriedades que possui, registradas em Cartório, que constam em seu nome e de terceiros, para os quais tem procuração em causa própria, adquiridas do Estado e de particulares, da ordem de 300.000 (trezentos mil) hectares, realizando venda a pessoas residentes fora do Estado.

u. 19a TESTEMUNHA - ODENIR VANDONI. Também declara as propriedades (fls 171-172) que possui, em seu nome e em procuração em causa própria de terceiros, da ordem de 200.000 (duzentos mil) hectares, registradas em Cartório, adquiridas ao Estado e de particulares, realizando venda a pessoas físicas residentes em São Paulo e Paraná.

CONFIDENCIAL



CONFIDENCIAL



3995

v. 20a TESTEMUNHA - WALDERSON MORAES CORILHO. Declara as propriedades que possui, foi delegado do IAC (fls 173), em substituição a ALARICO, com quem nega ter tido negócios (fls 173), embora citado em carta desta a seu cunhado (fls 10), como também nega a participação em negócios com JOSÉ TAVARES DO COSTO (fls 174), mas, diante da "Declaração", de fls 19, afirma que a indenização recebida foi decorrente de sua ação como intermediário. Desconhece a atuação de HÉLIO PORCE em matéria de terras (fls 174), e afirma ter VLADENIRO o atendido muito bem nos processos em que era interessado.

x. 21a TESTEMUNHA - RAFAEL PAES DE BARROS. Citado em carta de ALARICO (fls 10), declarou este que aquele agia corretamente na Imprensa Oficial. Afirma que HÉLIO PORCE exercia o controle na publicação da edição, sem nenhuma interferência dos funcionários daquela Repartição, ignorando qual o critério por ele adotado no estabelecimento das relações a publicar, não acreditando em recebimento de indenização, mas em influência política (fls 175). Por duas vezes, fez entrega de exemplares do Diário Oficial a VICENTE CARLOS DA COSTA, desconhecendo o fato de ter este recebido algum por antecipação (fls 175).

z. 22a TESTEMUNHA - VICENTE CARLOS DA COSTA. Confirma ter sido portador de requerimentos, inclusive de parentes, à DITC, relativos a terras na área dos índios Cadidaeas, num total pretendido de 20.000 (vinte mil) hectares, na qualidade de procurador de partes. Foi um dos primeiros a entrar com requerimentos e, por isso, foi conhecido por CHIB J. MATEO, então Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, porém, era este contrário à decisão judicial, com a qual concordava o governador (fls 177).

al. 23a TESTEMUNHA - JOSÉ BATISTA BARBOSA FILHO, Chefe da Ca. Inspectoria de Índios, em Curitiba. Declara invocar de particulares as terras reservadas a índios na Colônia Indígena Teres Cristina, áreas dos bororoe, conforme Decreto de 27 de Janeiro de 1897, na região de Santo Antônio do Leverger; os títulos definitivos, de pessoas que ignorava, foram expedidos pelo DTC, órgão com o qual não conta com o devido apoio (fls 179). Há a respeito processo judicial nº 1244/62, que está "em estido", desde aquela época. Na aldeia de Jarudero, em Fozorey, conforme registro datado de 22 de agosto de 1958, também há invação, sem representação do Estado, existindo a respeito o processo 3639/58, também procrastinando nas Repartições.

bl. 24a TESTEMUNHA - PAULO CÉSAR SOARES CAMPOS. Engenheiro-agrônomo, declara as propriedades que possui (fls 180 a 182), registradas em Cartório, em seu nome e procuração em causa própria de terceiros, num total aproximado de 300.000 (trezentos mil) hectares, adquiridos ao Estado e de particulares, bem como as operações que realizou.

cl. 25a TESTEMUNHA - VLADENIRO WILHELM DO ANATAL. Exercer a direção do DTC, no quinquênio governamental de LONCE DE ARRUDA, declarando ter recebido a Repartição nas piores condições possíveis, com processos amontoados, expedição ilegal de títulos, inclusive o de OSCAR MARTINEZ, na REGIÃO DO MADILEQUE, ao tempo do 1º Governo de Dr. FERNANDO COELHO DA COSTA (fls 269), o que é corroborado a fls 240. Confirma a expedição de muitos títulos definitivos, expedidos sob termo de sugestão, exigindo inclusive trabalho noturno (fls 269), com justificativa de que assim procedera para bem servir aos interessados e porque estava a Repartição, durante os anos de 56 e 57, atendendo apenas os processos já existentes em seu interior; nega a prática de irregularidades por citros apontados (fls 270); declara de andamento normal os 582 (quinhentos e oitenta e dois) títulos de forma do Gorgas; afirma ter expedido título em faixa de fronteira (fls 271), deixando de enviar o SHU, por serem terras do Estado e de acordo com parecer da Seção Jurídica; explica a existência de latifúndios através do recurso de procuração em causa própria de terceiros; não nega ter propriedades na primeira zona da Colônia de Douro (fls 271); desconhece irregu-

CONFIDENCIAL

lidades praticadas por HÉLIO PONCE (fls 272); considera ROGER ASSEF BUAINAIN como Chefe apagado na Secretaria da Agricultura (fls 272); e em BERNARDO BAIS NETO vê medidas oportunas e acertadas, como atual Secretário; louva seu antecessor- JOSÉ VILHENA TORRES.

el. 26a TESTEMUNHA - ROGER ASSEF BUAINAIN, Secretário da Agricultura, durante dois anos, no governo de JOÃO PONCE. Não conhece irregularidades praticadas no DTC (fls 293), sendo decorrentes do currículo administrativo; em sua gestão iniciaram-se as vendas ao norte do Estado (fls 293); responsabiliza o Executivo e o Código de Terras por irregularidades porventura existentes (fls 294); passou com normalidade as funções, é o que declarou; não se lembra de resposta a documentos enviados ao CSN e Comissão de Faixa de Fronteira; assinou títulos na área reservada a índios (fls 295); considera HÉLIO PONCE como elemento moderador na corrida desenfreada de compra de terras devolutas (fls 295); tendo absoluta certeza de que não sofreria lucros na publicação de editais; sabe que NICOLAU DUAILLIBI sempre transacionou com terras devolutas e particulares, predominantemente em Dourados, onde adquiriu com o Sr RENE NETO algumas áreas a terceiros, tendo sido portador de requerimentos, na área de índios, inclusive de seus irmãos, que não chegaram a ser titulados (fls 296). Não concluiu levantamento na terra dos ex-combatentes, em Ponta Porã.

el. 27a TESTEMUNHA - GUALTER MASCARENHAS BARBOSA, conhecido por Maninho, residente em Campo Grande, confirma as declarações da 13a Testemunha, Dr Baís, no que se refere a indenização ao Dr HÉLIO PONCE, dizendo ter pago a este (fls 297) a importância de ordem de ... Cr 230.000,00 (duzentos e trinta mil cruzeiros), sob a forma de comissão, para liberação de títulos definitivos de terceiros.

el. O Sr JUSTINO TEIXEIRA DA SILVA, que revelou inicialmente os fatos (fls 7), e a quem foram formulados quesitos, solicitando pormenores (fls 24, 25 e 26), por deprecada ao Cmt do 1/49RCM, deixou de ser ouvido, por não se achar em Três Lagoas (fls 290) e não se ter informação de seu paradeiro.

el. A Sra HELENA FREIRE RODRIGUES, solicitada a prestar declarações, como testemunha (fls 137), não apresentou subsídios que merecessem tomados por termo.

el. O Dr HÉLIO PONCE DE ARRUDA, acusado por diferentes testemunhas e tido como inculpe por outras, declara (fls 299, 300, 301 e 302) ter tido função coordenativa em publicação de negócios de terra; não cobrava taxas; adotava, para fins de publicação de venda de terra, a processualística normal, depois o critério político ou de amizade; admite ter recebido importância de outros, para pagamento de taxas, concessão de vendas, inclusive do Sr ANTONIO LOPES MOLON, não como remuneração de trabalho, mas, sob a forma de obsequio àqueles que, na ocasião oportuna, não estariam presentes para efetuar tais pagamentos; declara as propriedades que possui (fls 302), de ordem de nove mil hectares, em seu próprio nome, e 128.945 (cento e vinte e oito mil novecentos e quarenta e cinco) hectares, por procuração em causa própria de terceiros, com documentação em São Paulo; des- conhece Maninho de tal; declara também ter feito pedidos ao DTC em atendimento de amigos ou correligionários políticos; mantém relações de amizade e política com Alarico; ao responder sobre a Colônia de Dourados estabeleceu confusão com excesso na área dos índios Cadi- éus, esta em Porto Martinho, onde a Real é interessada, através de José Bastos França.

el. Deixaram de ser ouvidos os senhores NICOLAU DUAILLIBI, JOSÉ BASTOS FRANÇA, JÚLIO DA COSTA MARQUES FILHO, ANADÉU NUNES POMBU e MÁRIO VAN DEN BOSCH, por não haverem sido localizados.

CONFIDENCIAL

REGIÃO MILITAR

11. De fls 191 a 197, 202 a 208, vêem-se, por Certidão, as propriedades de particulares citados no processo, e que não representa a sua totalidade, implicando esta em um recobrimento em todos os Cartórios espalhados pelo Estado.

11. Com referência a áreas pertencentes ao Ministério da Guerra, as informações, obtidas dos respectivos Comandantes, constam de fls... 276 a 289, verificando-se: um processo versando sobre incorporação ao Serviço do Patrimônio da União da área doada pela Prefeitura de Aquidauana ao Ministério da Guerra (fls 280 a 287). O caso, porque municipal, foge à jurisdição do DET.- Referente à ilha insua, em Bela Vista do Norte, já existe em andamento o processo 175/63, com farta documentação a respeito, visando à regularização jurídica da ocupação da citada ilha, em Cáceres (fls 256 a 268). - na região de NABILEQUE, problemas pendentes de justiça, encontrando-se em andamento Inquérito Policial-Militar a respeito (fls 288).- na região de Coimbra (fls 242-250), os problemas são condicionados a definições jurídicas da área, já em litígio na justiça.

2. Do exposto se conclui:

- a. que o Estado vendeu terras pertencentes à União, situadas na faixa de fronteira, sem atender aos trâmites legais e aos protestos do Chefe do Serviço do Patrimônio da União;
- b. que a Assembléia Legislativa do Estado votou leis, concedendo venda de terras a particulares, em áreas reservadas legalmente a índios e à Colônia Agrícola Nacional de Dourados, interessando particularmente a grupos políticos e familiares de deputados, inclusive parentes do então Presidente da Assembléia - Sr RACHID J. MAMED, hoje deputado federal;
- c. que os Governadores FERNANDO CORREA DA COSTA, em sua primeira administração, e JOÃO PONCE DE ARRUDA (1956-1961) assinaram títulos definitivos a particulares, "ex-vi" do artigo 108 do Código de Terras Estadual, contrariando dispositivos legais, mas com base em assessoramento de órgãos técnicos subordinados;
- d. que o Sr GUALTER MASCARENHAS BARBOSA deixa de ser citado como incurso no artigo 333 do Código Penal, por força de sua irresponsabilidade (Art 23 do Código Penal), como menor de 18 anos, quando da prática do crime;
- e. que o artifício jurídico de procuração em causa própria de terceiros permitiu aos Srs HENRIQUE GOMES DA SILVA, GUILHERME FREITAS DE ABREU LIMA, ODENIR VANDONI, PAULO CEZAR SOARES CAMPOS e muitos outros exercerem o domínio em milhares de hectares de terras, com amparo na lei, mas gerando críticas acerbadadas da opinião pública;
- f. que os Srs WALDERSON DE MORAES COELHO, JOÃO AUGUSTO CAPILÉ JUNIOR, ALARICO REIS d'ÁVILA, CAMILO BONI, VLADIMIRO MULLER DO AMARAL e ROGER ASSEF BUAINAIN desenvolveram atividades capituláveis nos artigos 317, 319 e 321 do Código Penal; como crimes, definidas.
- g. que, o Sr HÉLIO PONCE DE ARRUDA praticou atos, como crimes previstos no artigo 9º da Lei nº 1079 de 10 Abr 50, combinado com os artigos 317, 319 e 332 do Código Penal.

3. E, como o fato apurado constitui crime da competência da Justiça Militar, sejam estes autos remetidos ao Exmo Sr General Moacir Araújo Lopes, Comandante da 9ª Região Militar, a quem incumbe solucionar o mesmo e remetê-lo à autoridade competente, na forma do § 2º do Art 117 do C J M.

Campo Grande - M T, 25 de agosto de 1964

SALUSTINO DE FARIA VINAGRE,
Major, Encarregado do J P M

CONFIDENCIAL





Governo do Estado do Amazonas

Gabinete do Governador

Nº GE-1596/67

- RESERVADO -

MANAUS, 6 de outubro de 1967.

SENHOR MINISTRO:

Dirigimo-nos a Vossa Excelência para expor um problema que aflige meu Estado, altamente esperançado em que vá encontrar de sua parte a compreensão que necessitamos, alicerçados que estamos na certeza da sua sensibilidade para com as dificuldades desta área.

Na exposição deste problema, permitimo-nos entrar em certas considerações que sabemos ser do seu conhecimento, mas o fazemos apenas para que Vossa Excelência avalie como e porque chegamos às proposições que ora submetemos à sua esclarecida consideração.

Nosso Estado, Senhor Ministro, representa uma parte considerável do território nacional, que se define no momento, como uma região desabitada, indefesa, sem atividade econômica de vulto, com seu solo e subsolo ainda quase totalmente a reclamar a pesquisa e o levantamento de todas as suas potencialidades.

Pelas suas riquezas ainda virgens, pelo seu vazio capaz de absorver todo o excedente populacional mundial nas próximas décadas, pela facilidade que apresenta para ser ocupado, quer por imigração consentida, quer por infiltração, é o Amazonas objeto da cobiça internacional como historicamente já foi demonstrado e, medida em que os problemas que geraram essa cobiça se agigantarem em seus países de origem, ela se transformará numa grave ameaça aos interesses brasileiros na área.

Ao

Excelentíssimo Senhor

Coronel AFONSO AUGUSTO DE ALBUQUERQUE LIMA,

Digníssimo Ministro de Estado do Interior,

BRASÍLIA - DF

mbm.

BRASIL - E. TRITO FED. RAL
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO

Autentico para os devidos efeitos,
a presente fotocópia que é reprodução fiel
do documento que me foi apresentado
(Decreto-Lei n. 2.140, de 25-4-1940).

Brasília, 26 de 10 de 1967

Walter de Almeida
Secretário Interino

3999
[Handwritten signature]

Esta cobiça, aliás já se manifesta como tentativas de agressão, pois já existem áreas, sob controle de estranhos, embora ainda incipientemente, segundo nos levam a concluir alguns indícios que nos chegam às mãos.

Ultimamente, o Comando da Polícia Militar do Estado enviou um elemento, devidamente instruído para tal fim, às cabeceiras do Rio ITUY, sub-afluente do Javari, para verificar a veracidade de certos informes, que nos diziam haver naquela região, ou num varadouro que a ligava à bacia do Juruá, um campo de pouso clandestino por onde aviões pertencentes a certa missão de protestantes carregavam peles e outras riquezas para o exterior.

Após seis (6) meses de tentativas, voltou o elemento, informando que a partir de um certo trecho do rio, o acesso de nacionais é vedado e ninguém se aventura a passar, pois que é recebido a tiros por parte de "caboclos" que trabalham a soldo de alguém, possivelmente de um certo reverendo João ou John que, vindo talvez do Peru, é o único que sai e entra na região num barco a motor de sua propriedade. No momento, estamos insistindo por dados mais precisos e a confirmação dos que já temos, para que possamos formar uma ideia mais concreta do que está se passando. Paralelamente, estamos enviando ao GEF os informes que fomos obtendo.

Por este exemplo, queremos mostrar a Vossa Excelência como os problemas de Segurança estão se agravando nesta região. E se este problema não apresenta maiores proporções, devemos agradecer a ação heroica e patriótica de nossos irmãos militares que, embora tenuamente, guarnecem com seis (6) unidades e apoio complementar aéreo e naval, as fronteiras do nosso Estado.

Nossos vizinhos, Peru, Colômbia, Venezuela e Guiana são, como sabe Vossa Excelência, países econômica e politicamente instáveis, todos com problemas de guerrilhas que se arrastam há anos, sem que até agora tenham podido debelá-las. A pressão ideológica e o apoio material às guerrilhas, que vêm de Cuba, já não se pode mais ignorar, tais as evidências destas ações.

Em decorrência das patrióticas e oportunas medidas que o Governo Federal está adotando com relação à Amazônia, particularmente na Amazônia Ocidental, a calma atual do nosso interior, fruto de uma população homogenizada pela "inércia econômica", dará lugar a ocorrências de perturbação da ordem pública, pois que as populações interioranas tornar-se-ão heterogêneas pelo acréscimo de forasteiros, das mais variadas índoles e animados pelos mais diversos intuitos, que por certo afluirão - como sempre afluem - para os novos centros de circulação de riquezas e por isso mesmo, a manutenção da ordem pública, da segurança pública tem de ser objeto de nossa maior atenção.

BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CARTÓRIO DO 2.º OFÍCIO

Autentico para os devidos efeitos,
o presente fotocópia que é reprodução fiel
do documento que me foi apresentado.
(Decreto-lei n. 2.148, de 25-4-1940).

Brasília, 26 de 10 de 1967

WILLIAM DE ALMEIDA
Machado Inveniente

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Em complemento ao dispositivo militar do Exército, nosso plano quinquenal de desenvolvimento - parte do da SUDAM - com demarcação prevista para 1º de janeiro de 1968, prevê em seu setor de "Segurança Pública", entre outras coisas, a transformação da estrutura de nossa Polícia Militar.

Presentemente ela se constitui de 840 homens reunidos num único Batalhão, que destaca 3 homens em média para cada um dos nossos 43 municípios do interior. Há alguns municípios não policiados por falta de local onde alojar o destacamento, particularmente no vale do Rio Negro.

Isto representa uma estrutura arcaica e insuficiente para que a Polícia responda pelos problemas que lhe são afetos, na perspectiva que estamos vendo e que se vão agravar diante dos problemas já expostos.

O Decreto-Lei 317, de 13 de março de 1967, publicado em Diário Oficial de 14 de março de 1967, determina em seus dois primeiros artigos:

Art. 1º - As Polícias Militares consideradas forças auxiliares, reserva do Exército, serão organizadas na conformidade deste Decreto-Lei.

Art. 2º - Instituídas para a manutenção da ordem pública e segurança interna nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, compete às Polícias Militares, no âmbito de suas respectivas jurisdições:

- a) - executar o policiamento ostensivo, fardado, planejado pelas autoridades policiais competentes, a fim de assegurar o cumprimento da Lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos;
- b) - atuar de maneira preventiva, como força de dissuasão, em locais ou áreas especificadas, onde se presuma ser possível a perturbação da ordem;
- c) - atuar de maneira repressiva, em caso de perturbação da ordem, procedendo o eventual emprego das Forças Armadas (o grifo é nosso);
- d) - atender à convocação do Governo Federal, em caso de guerra externa ou para prevenir ou reprimir grave subversão da ordem

CARTÃO DO 2º OFÍCIO

Autentico para os devidos efeitos,
a presente fotocópia que é reprodução fiel
de documento que me foi apresentado
(Decreto-Lei n. 2.148, de 30-4-1949).

Brasília, 26 de 10 de 1967

Washington de Menezes Leite
Secretário Interino

40081
907
BIA

ou ameaça de sua irrupção, subordinando-se ao Comando das Regiões Militares, para emprêgo em suas atribuições específicas da Polícia e de Guarda Territorial. (Cabe-nos o grifo).

São atribuídas, portanto, às Polícias Militares as missões de manutenção da ordem e combate a quaisquer manifestação de subversão.

Ultimamente, coube às Polícias Militares de Minas Gerais e Espírito Santo a tarefa de destruir um foco de guerrilhas em Caparaó e o exemplo do foco de subversão e de tarefa tradicional Polícia Militar são válidos para lustrar a nossa exposição.

Todos estes fatos nos levaram a concluir que teremos que reformular nosso dispositivo policial-militar para fazer face às novas circunstâncias, se não poderemos no futuro, ser acusados de omissoes e imprevidentes.

Planejamos então, aumentar o efetivo atual para 5.000 homens em 5 anos, na medida que o nosso orçamento vá comportando este acréscimo, que nos será - já o prevemos - bastante pesado. Aceitamos prazerosamente este novo encargo, porque concordamos - por extensão - com o conceito do Excelentíssimo Senhor Marechal Arthur da Costa e Silva, quando há bem pouco tempo no Recife disse que "as Forças Armadas são as classes produtoras da Segurança Nacional."

Norteados por tal raciocínio, planejamos a criação de um Batalhão para o interior do Estado, com oito (8) Companhias sediadas em cada "capital de zona fisiográfica", segundo a conceituação do IBGE.

Estas companhias então, destacariam elementos para os municípios satélites, demais integrantes da zona fisiográfica.

Para a realização deste plano necessitamos, no entanto, de quartéis e instalações afins, que representam um investimento avaliado em oito milhões de cruzeiros novos, o que, infelizmente, não está dentro das possibilidades do nosso modesto orçamento.


Estariamos dispostos a arcar com mais este ônus, desde que recebessemos um empréstimo federal para este fim, amortizável a prazo longo.

Sob o ponto de vista da União, acreditamos que a solução para a segurança da área, através do aumento da Polícia Militar, será mais econômico que a multiplicação dos efetivos do Exército Nacional, inclusive porque a única despesa a ser feita pela União seria sob a forma de um empréstimo que será resgatado pelo nosso Estado, podendo ser garantido pelo

BRASILIA - DISTRITO FEDERAL
CARTÓRIO DO 2.º OFÍCIO

Autentico para os devidos efeitos,
a presente fotocópia que é reprodução fiel
do documento que me foi apresentado.
(Decreto-lei/n.º 148, de 26-4-1940).

Brasília, 06 de 10 de 1967


Augusto de Moura Brito
Procurador Instrumental

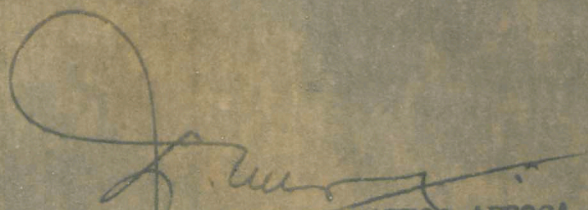
4002
W
BGA

Fundo de Participação do Estado.

Infelizmente, apesar da atenção e boa vontade que encontramos em todos os setores a que recorremos, terminamos por concluir que, por falta de amparo legal ou rubrica própria, nenhum órgão federal poderá nos financiar, fato que invalidará totalmente o nosso planejamento.

Recorremos, pois a Vossa Excelência, para que, ou pelo BNH, SUDAM, Caixa Econômica ou outro qualquer órgão federal, seja encontrada uma solução no sentido da concessão dos recursos com aqueles objetivos. É de esclarecer que os recursos deveriam ser entregues parceladamente na proporção dos investimentos, na base de programas anuais que venha ao encontro das nossas aspirações que são, estamos certos, coincidentes com as Aspirações Nacionais.

Certo da compreensão de Vossa Excelência, para a relevância do assunto, reafirmamos nossos protestos de elevada estima e singular consideração.


DANILO DUARTE DE MATTOS AREOSA
Governador do Estado

BRASIL - DISTRITO FEDERAL
CARTÃO DO 2º OFÍCIO

Autentico para os devidos efeitos,
a presente fotocópia que é reprodução fiel
do documento que me foi apresentado.
(Decreto-Lei n. 2.148, de 25-4-1940).

Brasília, 26 de 10 de 1967

Winston de Moura Netto
Secretário

4003
9/11/67
BVB

TERMO DE INQUIRICAÇÃO: Aos vinte e um (21) dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete (1967), na sala da Secretaria da IR-6, em Cuiabá, Estado de Mato Grosso, aí presentes os membros da Comissão de Inquérito Administrativo instituída pela Portaria nº 239/67, compareceu o Sr. RAMIS BUCAIR, brasileiro, casado, Motorista Nível 8, com processo de readaptação para Agrimensor, e esclarecidos sobre os motivos de sua convocação e, depois de advertido sobre as penas da lei para falso testemunho, inquirido respondeu: que considera gravíssimos os atentados contra a dignidade e a pessoa do índio praticados no Território sob a jurisdição da IR-6; que um bando de celerados chefiados pelo facinoroso alcaide de CHICO LUIS, a soldo da poderosa firma de seringalista ARRUDA JUNQUEIRA & CIA. metralhou um grupo de índios CINTA LARGAS; que, após a matança, encontraram uma índia remanescente conduzindo seu filhinho de 6 anos; que mataram a criancinha com um tiro na cabeça e penduraram a índia pelos pés, com as pernas abertas, e partiram-na a golpe de facão, abrindo-a a partir do pubis em direção a cabeça; que entrega, no momento, à Comissão uma fita magnética na qual está gravada a confissão dessa monstruosidade prestada por um dos bandidos, ATAIDE PEREIRA DOS SANTOS, na presença do depoente, do capitão do 26 BC, digo, 16 BC, GERALDO DE OLIVEIRA // SILVA, e do Delegado da Polícia Estadual - capitão JUVENAL DO NASCIMENTO; que o crime continua impune e os assassinos passeiam livremente pelas ruas de Cuiabá, talvez devido ao prestígio de seus protetores; que o seringalista JESSY DE TAL é responsável pelo envenenamento dos índios BEIÇOS DE PAL, localizados à margem esquerda do RIO ARINOS, entre os Rios MIGUEL DE CASTRO E TOMÉ DE FRANÇA; que o referido JESSY envenenou certa quantidade de açúcar, dosando-o com arsênico, e deixou-o para ser recolhido pelos índios, // imitando o que fazem as expedições de atração; que os índios recolheram o açúcar oferecido e morreram envenenados ao ingeri-lo; que esse crime também continua impune apesar de ser do domínio público de toda a população do Estado; que lembra ainda que foram feitas // outras expedições de extermínio dos CINTAS LAGAS, CINTAS LARGAS por assecclas da firma ARRUDA JUNQUEIRA & CIA. chegando mesmo a utilizar até bombardeio aéreo com dinamite; que lamenta a atitude do ex-Chefe da Inspetoria JOSÉ BATISTA FERREIRA FILHO que obstaculizava a ação de funcionários quando tentavam se opor à invasão da terra indígena como no caso em que escreveu carta "AO MARRETEIRO DE TERRAS" MANOEL DE ALMEIDA pedindo desculpa por ter JOÃO VIEGAS se insurgido contra invasão de terras da reserva TERESA CRISTINA pelo citado GRILEIRO; que o Governo de Mato Grosso prejudicou o ÍNDIO ao doar 75 mil Has. de terras de TERESA CRISTINA; que o mais espantoso de tudo reside no fato de aquela reserva indígena só ////
////////////////////////////////////

4004
P/B

só possuir 65 mil has. de área, o que prova a irresponsabilidade governamental no tocante a distribuição de terras; que, para legalizar a situação o Ministro NEY BRAGA assinou convênio "a posteriori" com o Estado do Mato Grosso cedendo as terras de TEREZA CRISTINA a título de 100 reses, 5 touros e um trator, verdadeira ninharia diante do imenso valor da propriedade; que considera, assim, o Ministro NEY BRAGA conivente no furto legalizado da propriedade indígena; que é vergonhosa a verificação dos donatários pois que se constituem quasi exclusivamente de altos dignatários da finança, da política e, até, da magistratura estadual, como se pode ver no mapa de loteamento das terras; que todas as reservas indígenas, com exceção de duas apenas, se encontram invadidas com títulos definitivos expedidos pelo Governo de Mato Grosso se sobrepondo aos direitos dos índios, não obstante os protestos do depoente que chegou a fazer cinco protestos documentados em um só dia; que o depoente foi ameaçado muitas vezes, inclusive em sua própria vida; que há um verdadeiro genocídio em relação ao autoctone brasileiro com o fim de se apropriarem das terras; que entrega à Comissão o Diário Oficial do Estado de Mato Grosso - Suplemento "Diário da Justiça", no qual se publica o Despacho do MM Juiz da 1ª Vara denegando arguição de suspeição do Dr. 2º Procurador da Justiça; que, apesar disso, o rpo, digo, o processo se encontra parado há mais de um ano enquanto os trucidadores dos CINTA LARGAS perambulam pelas ruas da Capital, conforme se disse acima; que sugere com muita insistência rigoroso inquerito a fim de apurar a infiltração de estrangeiros nessas áreas, com grave perigo para as riquezas e, talvez, até para a segurança nacional; que os Postos do SPI estão tomados por estrangeiros, que se dizem missionários, linguistas, antropólogos e etnólogos mas que, verdadeiramente, não exercem missão dentro dessas alegadas profissões; que é de toda conveniência examinar tais casos porque é provável haver fraude e interesses ocultos; que, quando é vedado aos norteamericanos o penetrar na área indígena, os mesmos adquirem terras vizinhas e constroem magníficas mansões e continuam a atrair o índio, como é exemplo o PI MAL RONDON (Batovi); que tais "missões" possuem poderosas estações radiotelegráficas, cuja finalidade é desconhecida aos brasileiros; que foi paralizada a construção da estrada de rodagem que ligaria a BR-29 à nova sede do município de ARIPUANÃ; que assoalha-se que o Prefeito Municipal daquela comuna suspendeu o construção por se haver descoberto cassiterita e urânio; que aquele edil, AMAURI FURQUIM, pretendeu obstaculizar a penetração de possíveis exploradores daquelas riquezas ao paralisar os trabalhos da rodovia; que o mesmo tem estreita ligação com a firma ARRUDA JUNQUEIRA & CIA; E na, digo, que existe centenas de campos de pouso no interior do Estado, todos clandestinos; E nada mais disse nem lhe foi perguntado, havendo prestado o presente depoimento livre de qualquer coação tendo eu, João Luiz Almeida

////////////////////////////////////

400 5
90
BJS

Nóbrega, Secretário, lavrado o presente termo que de
pois de lido, se achado conforme, vai assinado pelo depoente e por to-
dos o membros da Comissão.

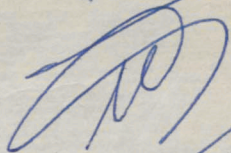
M Fáder Lourenço
Presidente

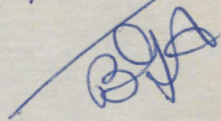
W. Kelly
Vogal

Uldimar J. Lima
Vogal

Raimundo
Depoente

4006

A stylized handwritten signature in blue ink, possibly reading 'W. J. B.' or similar, with a horizontal line drawn through it.

A stylized handwritten signature in blue ink, possibly reading 'B. J. B.' or similar, with a horizontal line drawn through it.

41007
79
384

TÉRMO DE INQUIRIÇÃO: Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete, na sala da Secretaria da IR - 6, em Cuiabá, Estado do Mato Grosso, aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo instituída pela Portaria Ministerial nº 239/67, compareceu ARLINDA COSTA GUTEMBERGUE, brasileira, casada, Auxiliar de Enfermagem, nível 14.B, esclarecida sobre as razões de sua convocação, esclareceu que, devido a falta de condições, a depoente residiu algum tempo na cidade de co, digo CONCEIÇÃO DE ARAGUAIA, de onde viajava para prestar assistência aos índios de diversos postos, entre os quais aos do Pôsto GOROTIRE; que viajava de ida e volta em um avião C-47 da FORÇA AEREA BRASILEIRA que fazia o correio aéreo do Araguaia ; que, na volta, os aviadores enchiam o avião de sacos de castanha do Pará levando-os para CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA; que o chefe do Pôsto era o funcionário ENEU; que isso se repetiu muitas vezes, sendo que havia casos em que o avião dava duas viagens para apanhar castanhas; que é adotado o sistema de financiamento mais a depoente ouviu do funcionário ALTINO que a conta corrente é feita de tal modo que o índio sempre fica a dever; que as castanhas são vendidas em CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA aos comerciantes FILEMON E JOAQUIM LIMA. Nada mais disse nem lhe foi perguntado tendo prestado o presente depoimento sem qualquer coação o qual, lido e achado conforme, vai assinado pela depoente, pela Comissão e por mim João Luiz Almeida Nobre - Secretário que o datilografei.

Adenilson Pereira
Presidente
Alfredo
Vogal

Arlinda Costa Gutemberg
Depoente
Uldemar D. Lima
Vogal

4008
97
254

TERMO DE INQUIRIÇÃO: Aos vinte e um (21) dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete (1967), na sala da Secretaria da IR-6, em Cuiabá, Estado de Mato Grosso, aí presentes os membros da Comissão de Inquérito Administrativo instituída pela Portaria Ministerial nº 239/67, compareceu o Sr. ARLINDO DIAS DA COSTA, brasileiro, casado, digo, casado, Agente de Índios 5-A. Esclarecido sobre as razões de sua convocação e advertido sobre as penas da lei em que poderá incorrer por perjúrio, informou que foi indiciado por Inquérito Administrativo presidido pelo Dr. BENEDITO PEREIRA LEITE por venda de gado no P.I. FRATERNIDADE INDIGENA; que ALFREDO JOSÉ DA SILVA vendeu 400 reses do PI SIMÕES LOPES e 250 do PI COUTO MAGALHÃES; e nada mais disse nem lhe foi perguntado motivo por que se encerrou a presente inquirição da qual eu, João Luiz Almeida Nobre Jr., Secretário lavrei o presente termo // que depois de lido se achado conforme vai assinado pelo depoente e pela Comissão.

João Luiz Almeida Nobre Jr.
PRESIDENTE
Ubirajara
VOGAL

Arlindo Dias da Costa
DEPOENTE
Ubirajara
VOGAL

EM TEMPO: o depoente declara ainda que ANTONIO IZIDORO, Chefe do PI PIEBAGA vendeu sem ser autorizado por Ordem de Serviço Interna 13 reses; que igualmente incorreu na mesma falta o Trabalhador // SILVINO RIBEIRO DA SILVA, Chefe do PI GALDINO PIMENTEL; que tanto o depoente como os outros referidos no presente depoimento assim procederam por ordem verbal do Chefe da IR-6, HÉLIO JORGE BUCKER, a fim de alimentar os índios do Pôsto. Nada mais disse nem lhe foi perguntado motivo por que se encerrou a presente inquirição da qual eu, João Luiz Almeida Nobre Jr., Secretário lavrei o presente termo que depois de lido se achado conforme vai assinado pelo depoente e pela Comissão.

João Luiz Almeida Nobre Jr.
PRESIDENTE
Ubirajara
VOGAL

Arlindo Dias da Costa
DEPOENTE
Ubirajara
VOGAL

4009
[Handwritten signature]

TÉRMO DE INQUIRIÇÃO: Aos vinte e um (21) dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete (1967), na sala da Secretaria da IR-6, em Cuiabá, Estado do Mato Grosso, aí presentes os membros da Comissão de Inquérito Administrativo instituída pela Portaria Ministerial nº 239/67, compareceu o Sr. ALBERICO SOARES PEREIRA, brasileiro, casado, Agente de Índios, 6.B, exercendo as funções de Chefe da IR-6, esclarecido sobre as razões de sua convocação e advertido/ sobre as penas em que poderá incorrer por perjúrio, informou que atribui seu afastamento da chefia da IR-9 o fato de haver realizado uma expedição às terras do igarapé FLORESTA no rio CANDEIAS com o fim de verificar se havia exploração e assassinato de índios pelos garimpeiros; que foi afastado pelo CEL HAMILTON DE OLIVEIRA CASTRO; que reafirma o fato de atribuir seu afastamento à expedição que realizou; que antes de sua administração na IR-9, o Inspetor Chefe JOSE DE MELO FIUZA, autorizou, não sabe se de moto próprio ou se ordem superior, a SEBASTIÃO PLÍNIO BENFICA, pesquisar CASSITERITA ao longo do rio LAJES, onde é situado o POSTO TENENTE LIRA; que não houve exploração uma vez que o Sr. SEBASTIÃO PLÍNIO BENFICA não encontrou o minério procurado; que desconhece as negociações que antecederam o CONTRATO firmado pelo MAJ LUIS VINHAS NEVES para exploração de CASSITERITA; que PLÍNIO BENFICA regressou do RIO DE JANEIRO e apresentou ao depoente um CONTRATO DE EXPLORAÇÃO DE CASSITERITA já devidamente firmado pelo MAJ VINHAS; que esse fato ocorreu em MARÇO DE 1965; digo em MARÇO DE 1966; que na oportunidade PLÍNIO BENFICA entregou uma carta de próprio punho do MAJ NEVES, endereçada ao depoente em que, digo e que apresenta à COMISSÃO no momento, na qual carta o MAJ VINHAS determina que o depoente requisi-te algumas áreas para a reserva indígena; que entrega a Comissão os ofícios ns. 77/66 e 78/66, ambos de 22 de abril de 1966, em que enca-minha ao Exmo. Sr. Governador do Território Federal de Rondônia os requerimentos das áreas acima mencionadas; que entrega também duas declarações firmadas por ALOÍSIO MARTINS DA SILVA E RAIMUNDO MOREIRA MATOS, sobre massacre de índios na Região do MUQUÍ; que não sabe se a Região de CAUTÁRIO possui cassiterita mas existe jazidas na Mesopotânea, digo, que existe cassiterita nos Rios JAMARI E CANDEIAS, situa-dos na Região requerida conforme ofício nº 77/66; que não sabe se // existe aquele minério nas outras Regiões requeridas; que PLÍNIO BENFI-CA pesquisou mas não explorou o minério durante a gestão do depoente; que a exploração de cassiterita demanda preparativos e instalações // próprias, uma linha de abastecimentos e de transporte do minério ex-traído que implicam em muito dinheiro; que PLÍNIO BENFICA INICIOU a construção de uma pista de pouso para aviões; que não foi o depoente quem requereu ao DAC a homologação do referido campo de pouso em ///

////////////////////////////////////

em nome do S.P.I.; que não deu autorização para a construção do campo de pouso mas consentiu que PLINIO BENFICA o, construisse / em virtude dos direitos que lhes asseguravam o contrato já firmado com o MAJOR LUIS VINHAS no Rio de Janeiro, do qual tomou conhecimento conforme já expôs acima; que não vendeu bovinos na IR-9, durante sua gestão; que assistiu ao episódio em que JOSE BATISTA FERREIRA FILHO, então Chefe da IR-6, denunciou FLÁVIO / DE ABREU de espancar índios e apresentar uma palmatória da qual se servia para êsses castigos; que a denuncia foi feita ao Diretor do SPI, MAJOR VINHAS NEVES, durante uma reunião da qual participavam os Chefes de Serviços e das Inspetorias Regionais; que ~~houviu~~ contou mas não conhece os detalhes do caso do índio espancado por haver roubado um saco de ipecaconha (poaia); que a causa da diminuição dos rebanhos dos postos da IR-6 se deve à venda determinada pelo Cel MOACYR RIBEIRO COELHO e cita a Ordem de Serviço Interna publicada no Boletim nº 54, salvo engano, do referido Diretor; que o depoente pediu abertura de Inquérito // Administrativo, presidido por BENEDITO PEREIRA LEITE, da Delegacia Federal de Agricultura de Cuiabá, e Inquérito Policial, a cargo da Policia Federal de Mato Grosso por venda irregular de gado feita pelo funcionário ARLINDO DIAS DA COSTA, no Pôsto de FRATERNIDADE INDÍGENA; que o funcionário AMÉRICO ANTUNES DE SIQUEIRA denunciou HÉLIO JORGE BUCKER, em cuja gestão teria havido venda irregular de gado no P.I. COUTO MAGALHÃES, havendo o depoente encaminhado a denuncia à Administração Central do S.P.I.; que não existe escrituração contábil em livros próprios; que a única renda arrecadada durante o Exercício de 1967, na sua gestão, foi proveniente da venda 75 sacos de arroz, pertencente à produção do P.I. SANTANA; que o funcionário AMÉRICO ANTUNES DE SIQUEIRA foi encarregado de recolher o arroz no aludido pôsto, / trazê-lo para Cuiabá e providenciar a venda; que não houve concorrência para a venda; que a produção aproximada desse pôsto, em arroz, é de 120 sacos. Nada mais disse nem lhe foi perguntado, havendo prestado o presente depoimento sem qualquer coação o qual, lido e achado conforme, vai assinado pelo depoente, pela Comissão e por mim Mar Luiz Almeida Nobre, Secretário que o da tilografei.

Adelino Carneiro
Presidente

Albino de Souza
Depoente

Khay
Vogal

Udmar V. Rios
Vogal

4013
9/10/62

que sobre as irregularidades encontradas no Pôsto FRATERNIDADE INDÍGENA o depoente faz entrega de um relatório firmado por ele mesmo historiando todo que foi observado; que no Pôsto PRESIDENTE ALVES DE BARROS, em fevereiro de 1962, foi assassinado o índio FAUSTINO DE SOUSA, da nação TERENA, por um cunhado de ALCIDES BRANCO que é invasor das terras dos KADIUEUS; que esse fato o depoente denunciou ao Sr. ERICO SAMPAIO e posteriormente ao Diretor do SPI - MOACYR RIBEIRO COELHO; que a Chefia da IR nem a Direção do SPI tomou qualquer providência; que o encarregado do Pôsto - ALBERTO FERREIRA assistiu o crime e também não tomou providências; que as providências foram tomadas pelos índios aprisionando o criminoso em CURUMBÁ, levando-o preso para a cidade de MIRANDA; que dito criminoso foi solto por HABEAS CORPUS; que o HABEAS CORPUS foi concedido em virtude da omissão do encarregado do Pôsto que não forneceu nenhum elemento à Delegacia de Polícia; que o depoente telegrafou à Direção do SPI, // através do telegrama no.8, de 28 de fevereiro de 1962; que mesmo assim não houve qualquer providência; que conforme relatório apresentado pelo depoente ao atual Chefe da IR-6, cuja cópia entrega a Comissão, os responsáveis pela venda de 260 cabeças de gado do posto indígena FRATERNIDADE foram, digo, os responsáveis pela venda de 260 cabeças de gado pertencentes as pessoas dos índios - e, não, ao patrimônio indígena - são os funcionários JOÃO FONSECA e IVAN EDSON GADELHA; que JOÃO FONSECA também vendeu 1.500 cabeças de gado do Pôsto FRATERNIDADE INDÍGENA; que desconhece o destino dado ao dinheiro dessas vendas; que IVAN EDSON GADELHA trocou uma caldeira locomóvel nova do SPI por um motor velho com um indivíduo de nacionalidade portuguesa estabelecido em BARRA DO BUGRE, em cuja serra - ria está trabalhando essa maquinária criminosamente trocada; que desapareceram completa e definitivamente 120 reses de um plantel de gado da raça GIR, puro sangue, do Pôsto SIMÕES LOPES, cujo Chefe na época era o funcionário PEDRO VANY; que não acredita que esse desaparecimento tenha sido natural; que LUIS MARTINS DA CUNHA, atual // Chefe do Pôsto GUARITA, foi denunciado por JAPHET, em virtude de o mesmo LUIS MARTINS DA CUNHA ter recebido durante mais de um ano os vencimentos de professora de sua falecida esposa; que ERICO SAMPAIO é responsável pelo abafamento do caso; que BENEDITO PIMENTEL vendeu 280 vacas do Pôsto CAPITÃO IAKRÍ, em São Paulo, para transferir // essa importância a fim de o depoente comprar vacas e criações no Pôsto Cachoeirinha, em Mato Grosso; que, ao invés disso, PIMENTEL // comprou burros velhos, postos a venda por emprestáveis, pela PREFEITURA DE BAURU, animais esses que morreram durante a viagem e nenhum chegou ao Pôsto; que foi aberto Inquérito, e, como todos os outros, não teve resultado prático. E nada mais disse nem lhe foi perguntado, encerrando-se este depoimento prestado livre de //

livre de qualquer coação, mandando o Sr. Presidente que se lavrasse
o presente termo, assinado por mim, Mar Luiz Almeida Nobre
pelo depoente e por todos os membros da Comissão.

Adere Cerqueira
PRESIDENTE

Ufring
VOGAL

Adere Cerqueira
DEPOENTE

Udmar S. Pinho
VOGAL

4015
10/15

TÉRMO DE INQUIRIÇÃO: Aos vinte e um (21) dias do mês de novembro de mil novecentos e sessenta e sete (1967), na sala da Secretaria da / IR-6, em Cuiabá, Estado do Mato Grosso, aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo instituída pela Portaria Ministerial nº 239/239/67, compareceu LOURDES SEBASTIANA MODESTO, brasileira, solteira, Rádio-Telegrafista, nível 12.A, exercendo as funções de arquivista e encarregada do protocolo, esclarecida sobre as razões de sua convocação e advertida das penas em que poderá incorrer por perjúrio, informou que desde de 1958 é funcionária do SPI; que não conhece qual quer assunto que envolvam irregularidades na Inspetoria; que nunca teve notícias, nem por ouvir dizer, de irregularidades havidas na IR-6; Nada mais disse nem lhe foi perguntado tendo prestado o presente depoimento sem qualquer coação o qual, lido e achado conforme, vai assinado pela depoente, pela Comissão e por mim *João Luiz Almeida Nobre* Secretario que o datilografei.

Adalberto Correia

Presidente

Lourdes Sebastiana Modesto

Depoente

[Assinatura]

Vogal

Uldemar S. Riuor

Vogal

4016
1967

TERMO DE INQUIRIÇÃO: aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessente e sete (1967), na sala da Secretaria da IR 6, em Cuiabá, Estado do Mato Grosso, aí presente a Comissão de Inquérito Administrativo instituída pela Portaria Ministerial nº 239/67, compareceu o Sr. FRANCISCO DE ASSIS SOARES DA SILVA, brasileiro, casado, Agente de Índios, nível 5.A, esclarecido sobre as razões de sua // convocação, esclareceu que há treze anos é servidor do SPI; que exerceu as funções de Encarregado dos Postos de PRESIDENTE GALDINO PIMENTEL (IR 6) e FRATERNIDADE INDIGENA (IR 6); que há dois anos está lotado na Sede da IR 6 onde desempenha as atribuições de Servente; que o índio LALICO, do PI FRATERNIDADE INDIGENA, da tribo UMUTINA foi espancado por JOÃO BATISTA CORREIA por haver furtado um saco de paia (ipeca-conha) e vendido na cidade de Barra do Bugre; que LALICO foi preso na sede do Posto e fugiu; que JOÃO BATISTA CORREIA foi encontrá-lo escondido debaixo da cama da própria mãe do índio, arrastando-o pelos cabelos e recambiando-o à prisão; que FLVA, digo, FLAVIO ABREU é arruaceiro e se jacta de valentia, andando sempre armado; que o depoente acha que FLAVIO ABREU se afastou da Repartição, para tratar de assuntos de seus interesses, temendo a presente Comissão de Inquérito; que o mesmo tem fama de maltratar índios e que a índia LAURITA disse, certa vez ao depoente que FLAVIO castigava os índios que erravam; que sabe haver a índia ROSA dado à luz uma criança porém não soube a quem atribuíam a paternidade; E nada mais disse nem lhe foi perguntado mandando o Presidente lavrar o presente termo de depoimento, prestado livre de coação, que eu, Moacir Luiz Almeida Nobrega, Secretário, o subscrevo e asino, juntamente com o depoente e demais membros da Comissão, depois de lido, se achado conforme.

666666666666

Adere Corrêa Presidente
U. P. S. Vogal
Uolmar V. Riuor Vogal
Francisco de Assis Soares da Silva Depoente

4017
MBA

TÉRMO DE INQUIRIRIÇÃO: Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessente e sete (1967), na sala da Secretaria da IR 6, em Cuiabá, Estado do Mato Grosso, aí presentes os membros da Comissão da Inquérito Administrativo instituída pela Portaria Ministerial nº 239/67, compareceu o Sr. JOSE AUGUSTO PAIRAQUE, brasileiro, casado, Motorista, Nível 8.A, esclarecido sobre as razões de sua convocação informou que há dezoito anos é servidor do SPI; que sempre foi lotado na Sede da IR 6; que por muitas vezes certificou contas do Sr. JOSE BATISTA FERREIRA DA SILVA; que certificava as contas sem ler do que se tratava; que entretanto sabia que se tratava de material que teria sido remetido aos Postos; que nunca recebeu ou mesmo viu o material constante das contas que certificou; Nada mais disse nem lhe foi perguntado tendo prestado o presente depoimento sem qualquer coação o qual, lido e achado conforme, vai assinado pelo depoente, pela Comissão e por mim Moacir Luiz Almeida Nobre Secretario que o datilografei.

Jaider Pereira
Presidente

[Assinatura]
Vogal

Jose Augusto Paioque
Depoente

Udmar S. Junior
Vogal

4018
97/04

TÉRMO DE INQUIRIÇÃO: Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete (1967), na Sala da Secretaria da IR 6, em Cuiabá, Estado do Mato Grosso, aí presente a Comissão de Inquérito // Administrativo instituída pela Portaria Ministerial nº 239/67, compareceu o Sr. PORFIRIO JOSÉ JUSTINO, brasileiro, casado, Motorista, Nível 8.A, que esclarecido sobre as razões de sua convocação informou que há dez anos é servidor do SPI; que sempre trabalhou na Sede da IR 6; que por várias vezes foi solicitado pelo então chefe da IR 6 - JOSE BATISTA FERREIRA FILHO, para assinar certificado em faturas; que sempre assinou; que nunca leu de que material se tratava; que apenas sabe que se tratava de material que teria sido encaminhado aos Postos; que assinava o certificado das contas sem conferir se efetivamente o material teria dado entrada na IR 6; que o leite em pó armazenado na sede da IR 6 não é transportado aos Postos em virtude de não existir condução; que sabe que a índia ROSA deu luz a uma criança na maternidade de Cuiabá; que o pai da criança seria o Sr. JOSE BATISTA FERREIRA FILHO; Nada mais disse nem lhe foi perguntado, havendo // prestado o presente depoimento sem qualquer coação o qual, lido e achado, conforme vai assinado pelo depoente, pela Comissão e por mim Almeida Nobuy Secretário que o datilografei. Almeida Nobuy

Almeida Nobuy
Presidente

Almeida Nobuy
Vogal

Porfirio José Justino
XXXXX Depoente

Udmar O. Muniz
Vogal

4019

Fuize

TERMO DE INQUIRICAÇÃO: Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete (1967), na sala da Chefia da IR 9, em Rondonia, Território Federal, aí presentes os membros da Comissão de Inquérito Administrativo instituída pela Portaria Ministerial nº 239/67, compareceu n.º digo o Sr. JOSE DE MELO FUIZA, brasileiro, casado, Agente de Índio, nível 6.B, esclarecido sobre as razões de sua convocação e advertido sobre as penas em que poderá incorrer por perjúrio, informou que há catorze anos é funcionário do SPI; que antes de chefiar a IR 9, foi encarregado dos seguintes, digo de vários Postos; que ratifica todas suas declarações prestadas perante a Comissão Parlamentar de Inquérito; que as negociações preliminares para exploração de minérios por parte de PLINIO BENFICA, foram feitas na gestão do depoente; que o depoente encaminhou à Direção do SPI e apenas autorizou ao Sr. PLINIO BENFICA a se deslocar para os Postos MAJOR AMARANTE e TENENTE LIRA; que autorizou pesquisar; que encaminhou proposta de PLINIO BENFICA à Direção do DPI, para exploração de minério; que antes de PLINIO BENFICA apareceu o Sr. LUIS TOURINHO que também estava interessado em pesquisar minérios em terras da IR 9; que ao Sr. LUIS TOURINHO o depoente não concedeu autorização para pesquisa; que a autorização que o depoente concedeu ao Sr. PLINIO BENFICA foi ratificada pela Direção do SPI; que a zona em que foi autorizada a prospecção não se situa no IGARAPE FLORESTA, mas à margem da estrada de ferro Madeira/Mamore; que posteriormente foi assinado um contrato com PLINIO BENFICA; que esse contrato foi firmado na gestão do MAJ VINHAS NEVES, sendo Chefe da IR 9 o Sr. ALBERICO SOARES PEREIRA; que a Construção do campo de pouso foi realizada na gestão de ALBERICO SOARES PEREIRA; que antes de todas as propostas o MAJ VINHAS NEVES mandou à IR 9 três garimpeiros para realizarem prospecção nas terras da IR 9; que esses garimpeiros não trouxeram resultados positivos; que esses garimpeiros chamavam-se SAQUE INOSÃO APORANA, ANTONIO DE TAL e outro nome que não recorda; que esse fato demonstrou o interesse da Direção do SPI na exploração de minério; que visando esse interesse superior autorizou a pesquisa de PLINIO BENFICA; que a IR 9, na gestão do depoente, não recebeu qualquer renda da exploração de minérios; que não sabe se em outras gestões foram pagas rendas de minérios; que o campo de pouso existente no Posto, digo em terras da IR 9, na região de IGARAPE FLORESTA, é utilizado pela firma CIVA subsidiária da ESTANIFERA, esclarecendo que a firma mencionada tem como titular uma senhora conhecida pelo nome de DONA FLÁVIA; que nunca foi verificar se havia exploração de minérios na região de IGARAPE FLORESTA, presumindo-se que haja exploração na área indígena circunjacente ao aludido campo; que a IR 9 não recebe renda indígena; que há três meses o Sr. REINALDO DE OLIVEIRA BARBOSA apresentou denúncia sobre um grupo de estrangeiros estariam no Rio Marmelo explorando índios; que o depoente entrou em entendimentos com o Comandante do 5º BEC; que referido Comandante destacou um oficial para averiguar; que segundo consta esses estrangeiros são de nacionalidade norte americana e havia construído, digo construído, na região, um campo de pouso, digo pouso; que na ocasião faz a entrega da carta denúncia; Nada mais disse nem lhe foi

////////////////////////////////////

4018
10208
907
324

NEM LHE FOI perguntado tendo prestado o presente depoimento sem qual
quer coação o qual lido e achado conforme vai assinado pelo depoente
pela Comissão e por mim Max Luiz Plucida Nobre Secretário que
o datilografei.

Fátima Carneiro
Presidente
Luiz
Vogal

José de Azeite Guiz
Depoente
Udonar S. Minor
Vogal

4019
1021
AB
BVA

TERMO DE INQUIRICAÇÃO: Aos vinte e dois do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessente e sete (1967), na sala da Chefia da IR-9, em Pôrto Velho, Território de Rondonia, aí presentes os membros da Comissão de Inquérito Administrativo instituída pela Portaria Ministerial nº 239/67, compareceu o Sr. JOSE DE AZEVEDO CAMPOS, brasileiro, casado, Escrivente Datilografo, Nível 7, que esclarecido sobre as razões de sua convocação informou que há dez anos é servidor do SPI; que sempre foi lotado na // IR-9; que o Contrato para exploração de CASSITERITA foi firmado na gestão do Sr. ALBERICO SOARES PEREIRA; que a única pessoa interessada nesse assunto de minérios que procurou a IR 9 foi o Sr. PLINIO SEBASTIÃO XAVIER / BENFICA; que não conhece os termos em que foram discutidas as bases do contrato porquanto o assunto era discutido em caráter reservado entre o então chefe da IR-9 e o interessado; que o Chefe da U, digo Chefe da Inspetoria - Sr. PLINIO SEBASTIÃO XAVIER BENFICA em suas ausências era substituído por sua própria esposa - Sra. JANDIRA CUNHA SOARES; que anteriormente a conversação mantida com PLINIO BENFICA o MAJ VINHAS NEVES, então Diretor do SPI, havia mandado dois garimpeiros à IR 9 para realizar uma prospecção nas terras da IR9; que ditos garimpeiros nada encontraram; que nessa época o chefe da IR 9 era o Sr. JOAO FERNANDES MOREIRA; que não tem conhecimento de que a IR 9 receba qualquer renda de exploração de minérios; que a última vez que foram feitos registros contábeis foi em 1964; que dessa data até o presente não se fazem registros de qualquer espécie; que desconhece como é feito o controle de verbas; Nada mais disse nem lhe foi perguntado havendo prestado o presente depoimento sem qualquer coação o qual, lido e achado conforme, vai assinado pelo depoente, pela Comissão e por mim João Luiz Almeida Nobre Secretário que o datilografei.

Adenilson Soares
Presidente
Adenilson Soares
Vogal

João de Deus Costa Silva
Depoente
Admar O. Lima
Vogal

EM TEMPO: esclarece o depoente que na IR 9 houve venda de dez reses, em 1966, com autorização do Diretor do SPI.

João de Deus Costa Silva
Depoente

1022
40
BIA

TÉRMO DE INQUÉRITO: Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete (1967), na Sia da Chefia da IR 1, em Manaus, Estado do Amazonas, aí presentes os membros da Comissão de Inquérito Administrativo instituída pela Portaria Ministerial nº 239/67, compareceu o Sr. GILBERTO PINTO FIGUEIREDO COSTA, brasileiro, casado, Auxiliar de Portaria, nível 8, esclarecido sobre as razões de sua convocação e advertido sobre as penas em que poderá incorrer por perjúrio, informou que recorda haver inspecionado alguns postos da IR-1 juntamente com o Sargento HELU, mas não lembra a reunião havida no Aeroporto de MANAUS, citada na carta de ALBERTO PIZARRO JACOBINA ao MAJOR VINHAS NEVES, datada de 22 de junho de 1965; que JACOBINA trazia ordens do MAJOR VINHAS para vender uma partida de gado que totalizasse CR\$ 15.000.000,00 (QUINZE MILHÕES DE CRUZEIROS ANTIGOS); que o depoente ponderou ser inconveniente venda tão grande porque / iria atingir 250 bois adultos, quantidade esta que não existia na FAZENDA SÃO MARCOS; que haveria, então, que vender gado // mais jovem e prejudicaria o desfrute da FAZENDA SÃO MARCOS nos anos subsequentes; que JACOBINA Não aceitou a ponderação porque o MAJOR NEVES não se satisfaria com quantia inferior; que o depoente na ocasião era o administrador da FAZENDA DE SÃO MARCOS; que o negócio foi entabulado inicialmente com o SR. FRANCISCO HOTÊNCIO DA SILVA, vulgo Mitônio, tido como REI DOS MARCHANTES de Manaus; que efetivamente presenciou quando JACOBINA recebeu o telefonema do Advogado de MITONIO cancelando as negociações da venda do gado; que o referido Advogado alegou o cancelamento do negócio devido a interferência do funcionário AURELIANO RIBEIRO GARMINDÉ mas este último, ao ser interpelado pelo depoente, negou a interferência; que o gado foi vendido posteriormente a ADAUTO LEITE DA SILVA, a 24 de junho de 1965, ao preço de..... CR\$ 225,00 (Duzentos e vinte e cinco cruzeiros antigos) o quilo vivo; que o gado é pesado pelo sistema de amostragem, isto é, //

////////////////////////////////////

Depoente: Gilberto Pinto Figueiredo Costa

4023

isto é, pesaram-se 10 reses para fazer a média; que a venda importou em Cr\$18.000.000,00 (DEZOITO MILHÕES DE CRUZEIROS ANTIGOS) recebidos pelo depoente; que foi recebida em duas parcelas, digo, em três parcelas; que a primeira parcela foi remetida integralmente ao MAJOR VINHAS NEVES, // conforme OT 15, de 25.06.65, de Cr\$8.000.000,00 (Oito milhões de cruzeiros antigos) por intermédio do BANCO DO BRASIL S/A, de Manaus; que a segunda parcela de Cr\$ 7.000.000,00 (Sete milhões de cruzeiros antigos), também foi transferida integralmente ao MAJOR VINHAS NEVES pela OT 16, de 30.06.65, do mesmo BANCO; que o restante, Cr\$3.000.000,00 (Três milhões de cruzeiros antigos) foi pago ao final da entrega e foi empregada em despesas da FAZENDA SÃO MARCOS e da IR-1, digo, foi pago ao final da entrega e foi empregada em despesas da FAZENDA SÃO MARCOS e da IR-1; que foram vendidas mais 65 reses à Prefeitura de Boa Vista como contribuição obrigatória de todas as fazendas ao abastecimento da população do Território de Roraima; que a venda de madeiras de lei e de pau rosa por sistema de percentagens atribuído ao SPI sobre o valor do produto vendido foi executado pelo depoente em virtude de ter encontrado a tradição na Inspetoria, pelo menos desde seu antecessor BENAMOUR BRANDÃO FONTES; que pagou as despesas de hotel e de bar do Sargente SIMÃO HELOU porque o mesmo se ausentou da cidade sem tê-las resgatadas e deixou ao hotel o encargo de recebê-las da IR-1; que reconhece não ser regular mas acontece que o mesmo era ASSESSOR do Diretor Geral além do que o depoente desejava evitar maus falatórios contra a Repartição; que não tem ideia do gado vendido na FAZENDA SÃO MARCOS nos últimos anos, salvo bem entendido daquelas vendidas na gestão do depoente, objeto da presente inquirição; que ratifica todas as declarações prestadas perante a CPI modificando-as somente quanto ao concernente ao funcionário EURICO CASTELLO BRANCO, no episódio do arrombamento do cofre; que hoje pode informar haver CASTELO BRANCO mandado arrombar o cofre da FAZENDA SÃO MARCOS para retirar documentos, segundo foi informado por testemunhas oculares; que foi solicitada a aquisição de uma lancha de carga mas foi adquirida, pelo SARGENTE HELOU, uma lancha de passeio que além de anti econômica não se adapta às necessidades da Inspetoria; que desconhece irregularidades pra-

////////////////////////////////////

4024
[Handwritten signature]

praticadas por MANOEL MOREIRA DE ARAÚJO; que sabe que ALBERTO JACOBINA respondeu inquérito, mas não sabe quais as acusações; que JOVINIANO MAGALHÃES respondeu a inquérito administrativo, não sabendo as acusações; que MANOEL DA ROCHA VIANA respondeu inquérito, não sabendo quais as acusações; que TUBAL FIALHO VIANA respondeu a processo administrativo - por embriaguês e por desentendimento havidos numa viagem ao Pôsto AJURICABA quando um jornalista paulista e um industrial quiseram atirar em TUBAL; que MANOEL MOREIRA DE ARAÚJO respondeu processo, não sabendo /// quais as irregularidades; que CRISTOVÃO LÔBO respondeu a inquérito por venda de gado do Pôsto BARBOSA RODRIGUES; que DURVAL MAGALHÃES havia // sido demitido A BEM DO SERVIÇO PÚBLICO; que hoje DURVAL MAGALHÃES é funcionário do Governo do Território de RORAIMA; considerando o adiantado da hora, mandou o Sr. Presidente que fossem suspensos os trabalhos e lavrado o presente termo que lido e achado conforme vai assinado pelo depoente, pela Comissão e por mim *João Luiz Almeida Nobre* Secretário que o datilografei.

Fader [Handwritten Signature]
PRESIDENTE

[Handwritten Signature]
VOGAL

Alberto Jacobina [Handwritten Signature]
DEPOENTE
Admar D. Ruivo [Handwritten Signature]
VOGAL

4025

TÉRMO DE INQUISIÇÃO - Aos vinte e quatro dias do mês de novembro de mil, novecentos e sessenta e sete, na sede da IR-1, em Manaus, compareceu o Dr AURELIANO RIBEIRO CARMINDÉ, brasileiro, solteiro, advogado, funcionário do SPI, residente e domiciliado em Manaus, que, advertido das penas da lei para falso testemunho e, depois de inquirido, respondeu: que não interferiu nas negociações para venda do gado, objeto da carta de 26-6-65, que ALBERTO JACOBINA dirigiu ao MAJ VINHAS NEVES; que apenas informou ao Deputado e advogado RENATO DE SOUZA PINTO a falta de segurança da operação e explicou ser estranho às regras que regem as alienações dos bens públicos o modo de proceder dos interessados na venda de certa partida de gado da fazenda SÃO MARCOS ao Sr. MITONIO; que o DEP SOUZA PINTO procurou o depoente para se informar quanto à legalidade e segurança da operação porque desejava assessorar o seu parente, Sr. MITONIO; que, procurado por GILBERTO PINTO, disse francamente o que transmitira ao colega e amigo sobre o assunto; que notou certo aborrecimento de parte de JACOBINA para com o depoente após o episódio; que pode sentir ter sido a transação realizada contra a vontade da chefia e o próprio GILBERTO se queixou de ser destruído o trabalho que estava realizando em S. MARCOS com a venda indiscriminada de tão grande lote de bois, inclusive sem proveito para a Inspeção porque o dinheiro seria remetido para a Sede do SPI; que o depoente foi indicado pela chefia da Inspeção para ser contratado advogado do SPI, ahvendo recebido a procuração e desempenhado o mandato com interesse porem jamais recebeu seus honorários; que deveriam ser os equivalentes a Procurador de II Categoria; que teve oportunidade de requerer ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Amazonas a reserva de todas as áreas onde estão situados os Postos e Ajudâncias da IR-1; que os requerimentos versam sobre os Postos JATAPU, área compreendida entre os rios UATUMÁ e JATAPU, Posto CAMANAÚ, situado entre os rios CAMANAÚ, CURIAÚ, WALALÁ e JAUPERÍ, Ajudância de VALPÉS, encravada entre os rios WALPÉS, TIQUIÉ, PAPURÍ, Malá, RA, digão, MARAIUÁ, CAAUBORIS, PADAUARÍ, CURICUARI, MARIÉ e IÇANA, PI de TICUNAS, área compreendida pelos rios CURUÇÁ e ITUI, PI AJURICABA, encravado entre os rios MAPULAU, TOTOTOBI, DEMENÍ e ARACÁ; que requereu mais as áreas de cinco outros, cujas cópias de requerimento o depoente não tem presente. E nada mais disse nem lhe foi perguntado pelo que eu, Max Luiz Almeida Nobrega, Secretário lavrei o presente termo que, depois de lido, se achado conforme, vai assinado pelo depoente e pelos membros da Comissão.

Depoente

Vogal

Presidente

Vogal

4026
BIA

TÉRMO DE INQUIRICAÇÃO: Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete (1967), na Sala da Chefia da IR -1, em Manaus, Estado do Amazonas, aí presentes os membros da Comissão de Inquérito Administrativo instituída pela Portaria Ministerial nº 239/67, compareceu o Sr. ANTONIO CORNELIO DE MELO, brasileiro, viuvo, Telegrafista 14-B, que esclarecido da razão da sua convocação e advertido sobre as penas em que poderá incorrer por perjúrio, informou que pode garantir que, a partir da assunção de GILBERTO PINTO FIGUEIREDO COSTA à Chefia da IR-1, ocorrida em junho de 1965, as notas de venda da firma CRUZ & CIA, desta praça, são exatas e espelham a realidade; que não // pode se responsabilizar pelas notas que essa firma expediu, anteriormente, e admite a possibilidade do fornecimento de notas de vendas gratuitas a outros Chefes da Inspetoria; que GILBERTO teve que deixar no Rio de Janeiro cerca de Cr\$17.000.000,00 ou Cr\$18.000.000,00 de uma // verba de Cr\$40.000.000,00 que recebeu em 1965; que esse dinheiro foi pago por GILBERTO à IMPORTADORA MUNDIAL DE FERRAGENS S/A, do Rio de Janeiro, por compras feitas por BENAMOUR BRANDÃO FONTES antecessor de GILBERTO na Inspetoria e por outros funcionários da Administração do SPI, além de outras peças adquiridas pelo próprio GILBERTO para as lanchas IR-1; que os preços cobrados pela IMPORTADORA são escorchantes; que o depoente teve oportunidade de constatar, em companhia do mecânico JURANDIR FERNANDES DA SILVA, que os preços cobrados pela IMPORTADORA / MUNDIAL, FOB GUANABARA, em muitos casos eram superiores aos cobrados na praça de MANAUS em 100%, digo, 100%; que dar exemplos do preço de um cilindro de um motor marca "Bolinders" de 50 HP, faturado por Cr\$..... 500.000,00 quando essa mesma peça custava na firma AMÉRIGO PINHO & CIA, de Manaus, Cr\$250.000,00; que em 1966 o Sargento SIMÃO HELOU de parceria com um Bacharel de nome PADRÃO tentou empenhar, na praça de /// MANAUS, por Cr\$50.000.000,00, toda a produção da IR-1; que a firma escolhida para esse fim foi IB, digo, I.B. SABBAR & CIA.; que a importância de Cr\$50.000.000,00 não ficaria na IR-1, mas seria entregue ao Sargento HELOU; que o Sargento HELOU informou ao depoente que estava agindo em nome do Diretor do SPI, MAJOR VINHAS NEVES; que se aludido //

////////////////////////////////////

4027
[Handwritten signature]

se aludido contrato houvesse sido firmado tôada a produção da II-1, pas-
saria, por muitos anos, a ser entregue a referida firma; que tal negó-
cio não efetivado graças a intervenção do depoente que, sem conhecimen-
to de HELOU, tentou e conseguiu evitar essa dilapidação do patrimônio /
indígena; que para realização de tal negócio HELOU não deu nenhuma es-
plicação ao depoente adiantando apenas que o Diretor do SPI precisava /
do dinheiro; que não tendo sido realizado o negócio, no mesmo dia, o
Sargento HELOU viajou. Nada mais disse nem lhe foi perguntado havendo
prestado o presente depoimento sem qualquer coação o qual, lido e acha-
do conforme, vai assinado pelo depoente, pela Comissão e por mim João

Luiz Almeida Nobrega, Secretário que o datilografei.

[Handwritten signature]
PRESIDENTE

[Handwritten signature]
VOGAL

[Handwritten signature]
DEPOENTE

Udmar S. Rinao
VOGAL

4028
AP

TÉRMO DE INQUIRICAÇÃO: Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala da Chefia da IR-1, em Manaus, Estado do Amazonas, aí presentes os membros da Comissão de Inquérito Administrativo instituída pela Portaria Ministerial nº 239/67, compareceu o Sr. ATHAYDE IGNACIO CARDOSO, brasileiro, casado, Agente de Índios, nível 6, aposentado, que esclarecido sobre as razões de sua convocação informou que sempre/no SPI; foi lotado, havendo anteriormente servido à Prefeitura de São Gabriel das Cachoeiras; que nunca recebeu dinheiro pelo trabalho realizado no Posto de Atração MARAULÁ nem sua irmã - ANAIDE MARA, digo ANAIDE MARIA DE SOUSA recebeu qualquer importância; que MANOEL MOREIRA DE ARAUJO, quando na chefia da IR 1, fez com que a irmã do depoente, sua procuradora, assinasse as folhas de pagamento, mas não pagou qualquer importância; que posteriormente MANOEL MOREIRA DE ARAUJO reconheceu a existência da mesma dívida; que atendendo a solicitação de MANOEL MOREIRA DE ARAUJO mandou a índia LEONORA para companhia de MANOEL MOREIRA DE ARAUJO, que assim fez porque MANOEL MOREIRA DE ARAUJO havia solicitando do depoente que arranjasse uma empregada; que não sabe se entre a índia LENORA e MANOEL MOREIRA DE ARAUJO existiram outras relações diferentes das de patrão e empregada; Nada mais disse nem lhe foi perguntado, tendo prestado o presente depoimento sem qualquer coação o qual, lido e achado conforme, vai assinado pelo depoente, pela Comissão e por mim *João Luiz Almeida Nobrega* Secretário que o datilografei.

João Luiz Almeida Nobrega
Presidente
[Assinatura]
Vogal

Athayde Ignacio Cardoso
Depoente
Uomar D. Lima
Vogal

4029
PPS

TERMO DE INQUIRICAÇÃO: Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete (1967), na Sala da Chefia da IR - 1, em Manaus, Estado do Amazonas, aí presentes os membros da Comissão de Inquérito Administrativo instituída pela Portaria Ministerial nº 239/67, compareceu o Sr. GILBERTO PINTO FIGUEIREDO COSTA, já qualificado nos autos que inquirido informou que nunca houve, digo, que nunca ouviu falar de haver notas fiscais e faturas de firmas fictícias inseridos nas prestações de contas; que sabe haver JOSÉ FARNELA denunciado esse fato e outros mas não tem conhecimento do conteúdo da denuncia; que recebeu a IR-1 do Sr. BENAMOUR BRANDÃO FONTES com um saldo de Cr\$10.901,00 (DEZ MIL NOVECENTOS E UM CRUZEIROS ANTIGOS); que desconhece a GADERNETA GEFA-CD3, DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL DO AMAZONAS, que foi encontrada pela Comissão; que de todos os créditos recebidos fez a competente prestação de contas; que efetivamente comprovou o crédito de Cr\$7.500.000,00 (SETE MILHÕES DE CRUZEIROS ANTIGOS) pelo qual esteve preso administrativamente; que encaminhou essa comprovação de contas à Direção do SPI em Brasília; que o não encaminhamento dessa prestação ao Tribunal de Contas da União é da responsabilidade do então Diretor do SPI, CORONEL HAMILTON DE OLIVEIRA CASTRO; que faz entrega à Comissão de duas cópias fotostáticas / autenticadas em que fica esclarecido o encaminhamento e recepção pela Direção Geral do SPI, referente a outras prestações de contas do depoente; que não sofreu nenhuma coação durante o depoente nem em função dele. Nada mais disse nem lhe foi perguntado havendo o Presidente mandado lavrar o presente termo que vai por mim. *João Luiz Almeida Nobrega* Secretário, assinado juntamente com o depoente e demais membros da Comissão, depois de lido e achado conforme.

Fader Corrêa
PRESIDENTE

Vogal
VOGAL

Gilberto Pinto Figueiredo Costa
DEPOENTE

Admar D. Lima
VOGAL

4030
JLP
JSA

TERMO DE INQUIRIÇÃO: Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete (1967), na sala da Secretaria da IR-1, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, aí presentes os membros da Comissão de Inquérito Administrativo instituída pela Portaria Ministerial nº 239/67, compareceu o Sr. GILBERTO // PINTO FIGUEIREDO COSTA, Auxiliar de Portaria Nível 8, informando o depoente que pagou Cr\$16.000.000,00, em números redondos, a Importadora Mundial de Ferragens, no Rio de Janeiro, por compras feitas por BENAMOUR e pelo Sargento HELOU; que o depoente achou os preços muito caros e reclamou que muitos artigos, os melhor, a quase totalidade, digo, a quase totalidade dos artigos poderia ter sido adquirido em Manaus, com entrega imediata, e por preços inferiores; que o depoente recebera Cr\$40.000.000,00, ficou com Cr\$... 2.000.000,00 em dinheiro para pagamento de pequenas contas da IR-1 e comprou um cheque de transferência de Cr\$38.000.000,00 no BANCO DO BRASIL S/A, em Brasília; que ao chegar ao Rio de Janeiro teve de pagar o valor do débito da IMPORTADORA, para o que obteve do BANCO DO BRASIL S/A recebesse o cheque de transferência emitido em Brasília, descontasse o que deveria pagar à IMPORTADORA e emitisse outro cheque de transferência no valor do saldo ou seja de VINTE E UM MILHÕES DE CRUZEIROS ANTIGOS E FRAÇÃO que não recorda; que quer esclarecer melhor a razão porque pagou a conta de HOTEL E BAR do Sargento HELOU, DO HOTEL AMAZONAS; que o Sargento HELOU havia pago ao Hotel com um cheque sem, um, digo, um cheque de emissão própria sobre a praça de Brasília; que o cheque não tinha suficiente provisão de fundos; que o Banco devolveu o mencionado cheque e o Hotel Amazonas passou a importuná o depoente insistindo pelo pagamento do débito; que o depoente resolveu atender a fim de salvar o bom nome da IR-1; que o depoente adquiriu na praça de Manaus, um ano depois, muitos artigos com preços inferiores ao da IMPORTADORA. Nada mais disse / nem lhe foi perguntado havendo prestado o presente depoimento sem qualquer coação o qual lido e achado conforme vai assinado pelo depoente, pela Comissão e por mim *Moacir Luiz Pereira Nobre* Secretário que o datilografei.

(assinaturas no verso)

Fadere Conner
Presidente

Presidente

William Paul Figueroa, C-28
Depoente

Depoente

VOBAL

VOWEL

U. S. Rima
VOCAL

VOGAL



4031
[assinatura]

MINISTÉRIO DO INTERIOR

TÉRMO DE INQUIRICAÇÃO: aos vinte e sete(27) dias do mês de novembro do ano /
de mil novecentos e sessenta e sete(1967) na ante-sala do Gabinete do Excelen- /
tíssimo Senhor Ministro do Interior, aí reunida a Comissão de Inquérito Admi- //
nistrativo instituída pela Portaria Ministerial nº 239/67, compareceu o Senhor //
OCTAVIO PINHEIRO CANGUSSU, digo, CANGUÇU, Agente de Índios, nível 6, //
atualmente desempenhando as funções de encarregado do PI JOSE ANCHIETA, //
Município de Peruibe, Ajudancia de São Paulo. Depois de advertido das penas //
das leis para falso testemunha, inquirido respondeu: QUE NILO DE OLIVEIRA //
VELOSO, quando Chefe da Seção de Estudos, resolveu fazer uma casa para re- //
sidência de encarregado no PI CARVALHO PINTO; que o mesmo NILO VELOSO //
passou pelo , digo, pela cidade de Peruibe, onde encontrou o depoente; que NILO //
VELOSO chefiava uma caravana bastante numerosa de pessoas que não tinham / //
relação a, digo, relação com a construção porque se tratava, em maior parte, // //
de pessoas do Rio de Janeiro; que NILO adquiriu os materiais para essa constru- // //
ção, isto é, madeiramento e telhas, na cidade de TUPÃ; que aquele município // //
dista cerca de 800 quilômetros do local das obras; que na região do posto há // //
abundante material que poderia ser adquirido a preço conveniente, digo, convenien- //
te; que não pode compreender a razão do desfalterio que é aquisição do material //
em cidade tão distante, quando poderia ter sido feita quase no próprio local do //
serviço; que o depoente visitou o posto err, digo, constatou ser verdadeira a acusa- //
ção do Sr. Prefeito de ITARIRI, quando disse que eram constantes as festas e be //
bedeiras da caravana de NILO VELOSO no posto em tela; que NILO se aborreceu / //
com a simples presença do depoente, que nenhuma comentário fizera, e, de certa //
maneira, o proibiu de novas visitas dizendo-lhe que não deveria mais ir ao posto; //
que ITAMAR SIMÕES era companheiro de tudo isso e assistiu ao mesmo ITAMAR //
comprar caixas de garrafas dec, digo, de cachaça no armazém de PEDRO MURO, //
em Peruibe; que ouviu o então Diretor do SPI se queixar que fornecera a quantia //
de Cr\$400.000,00(quatrocentos cr, digo, quatrocentos mil cruzeiros antigos) a NI- //
LO VELOSO para a implantação do cultivo de banana naquele posto, isto é, na re- //
gião e que o indigitado não fizera o serviço e apresentara fotografias de um bana- //
neiral adulto como se fora o próprio que deveria ter sido plantado; que, com di- //
nheiro dessa mesma verba, NILO VELOSO comprou quatro(4) novilhas de gado / //
bovino para o posto JOSE DE ANCHIETA, mas essas rezes jamais chegaram ao //
posto e consta que ficaram em poder de ITAMAR SIMÕES para crias, digo, cria- //
las de "meia" com NILO VELOSO; que ITAMAR SIMÕES fazia pagamentos da Aju- //
dancia de maneira secreta, não sabendo o depoente o motivo; que certa feita, fi, //
digo, foi convidado a se retirar do Gabinete daquele funcionário sob a alegativa //
de que iria ser feito um pagamento de Cr\$2.000.000,00(dois milhões de cruzeiros //
velhos); que o depdoen, digo, depoente obedeceu a ordem mas depois viu o recebe- //
dor conferindo a importância e por uma contagem rápida dos maços de cédulas //
o depoente viu apenas Cr\$1.39, digo, Cr\$1.300.000,00(hum milhão e trezentos mil //
cruzeiros antigos), em treze pacotes de cédulas; que na oportunidade ITAMAR / //
afirmou que não havia ninguém honesto no SPI e que o próprio ITAMAR também //
não era honesto; que esse pagamento se referia a compra de uma serraria adqui- //
rida em São Paulo e instalada em Mato Grosso; que ITAMAR criava gado do //
SPI, digo, gado seu e de NILO VELOSO na área do posto VANUIRE, posto es- //
se conhecido como fazenda do Itamar; que a Delegacia Federal de Agricultura doou //
uma partida de milho para semente aos postos indígenas da Ajudancia havendo // //
ITAMAR desviado e ved, digo, vendido ao comércio parte desse milho; que o depoen- //
te constatou haver esse mesmo milho no armazém do já citado PEDRO MURO; // //
////////////////////////////////////

[assinatura]



4032
BVA

MINISTÉRIO DO INTERIOR

PEDRO MURO; que ITAMAR se vangloria de não temer comissões de inquérito no SPI porque suborna os componentes de tôdas elas; que ITAMAR declarou / muitas vezes haver subornado o SARGENTO HELU com a importância de // NCR\$500,00 (quinhentos cruzeiros novos); que ITAMAR menospreza-os e declara ser muito fácil comprar-lhes as consciências porque vivem em COPACABANA levando um padrão de vida superior à suas posses, complementando, o deficit orçamentário com recebimento de propina; que ITAMAR arrenda as terras dos postos e não é certo que empregue corretamente o dinheiro, sendo conveniente uma verificação; que ITAMAR tem gastos muito superiores às suas possibilidades funcionais e é misteriosa a fonte suplementadora do seu orçamento; que são conhecidos os maus tratos aos índios praticados por ITAMAR sendo que o índio NILO, tratorista do posto VANUIRE se queixou ao depoente do sofrimentos infringidos por ITAMAR; E nada mais disse nem lhe / foi perguntado tendo o Sr. Presidente mandado que eu placêr Nobre Secretário da Comissão, lavrasse o presente termo que // depois de lido e achado conforme vai assinado pelo depoente e pelos membros da Comissão.

Adenilson Pereira
Presidente

placêr Nobre
Depoente

Uldimar S. Muniz
Membro

do seu índio estabelecido, não havia simples posse: havia um título imediato do domínio não havendo, portanto, posse a legitimar e não domínio a reconhecer; concluindo esse eminente jurista, sustentou que "quer da letra, quer do espírito da Lei de 1850, se verifica que esta lei nem mesmo considera devolutas as terras possuídas por hordas selvagens estáveis; essas terras são tão particulares como as possuídas por ocupação legítima, isto é, são originariamente reservadas da devolução nos expressos termos do Alvará de 1º de Abril de 1860 que as reserva até na concessão das sesmarias (Terras de Índios, José Maria de Paula, página 72). Proclamada a República em 15 de novembro de 1889 e promulgada a sua primeira Constituição Política a 24 de Fevereiro de 1891, estabeleceu esta em seu artigo 64 que — "passariam a pertencer aos Estados, as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios, bem assim os próprios nacionais que não fossem necessários aos serviços da União". Os Estados, recebendo do Império, as terras devolutas, ficaram obrigados a respeitar, pelo "positivo constitucional acima traçado, as áreas particulares, entre as quais se encontravam as reservadas e ocupadas pelos indígenas. II — Na discussão e votação da Carta Magna de princípio constitucional. Assim, em 16 de julho de 1934, o direito do índio à terra por ele ocupada foi erigido em princípio constitucional. Assim, em Constituição no seu artigo 159, passou a definir o direito do índio na terra em que vive, determinando que, "Será respeitada a posse de terra de selvícolas que nelas se acham permanentemente localizadas, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las". Inspirado neste princípio constitucional, os Constituintes matogrossenses, fizeram inscrever na nossa Constituição de 25 de Dezembro de 1935, o artigo 114 que assim dispõe: "Será respeitada a posse e mantidas sem restrição, as atuais reservas de terras destinadas aos indígenas matogrossenses; sendo-lhes no entanto, vedado aliená-las. § 1º — As terras ficam sob o domínio da União para os efeitos de proteção e incorporação das selvícolas à comunidade nacional. § 2º — Estado poderá ceder à União terras de que as terras de que necessitar para os fins do parágrafo anterior. Revogada a Constituição de 16 de Julho de 1934 pela de 10 de Novembro de 1937, ainda nesta, foi conservada, pelo artigo 154, o respeito à terra do índio. Finalmente, a 18 de Setembro de 1943, nova Constituição Política foi dada ao país e, ainda nesta, atualmente em vigor, continua respaldado a terra do índio através da seguinte disposição: Artigo 215 — Será respeitada aos selvícolas a posse das terras onde se acham permanentemente localizadas, com a condição de não transferirem. III — Dando cumprimento à legislação imperial que imporia também a da República, o atual Governador do Estado de Mato Grosso, Dr. Antonio Corrêa da Costa, após designar e Marechal Rondon para medir e demarcar as terras reservadas aos Borócas, aprovou essa medição, tendo pelo ofício de 27 de Janeiro de 1937, encaminhado para a Diretoria de Terras, onde deveriam ficar arquivadas, os autos dessa medição, após a competente registro. Esta medição operava a transac-

ção do domínio e valia contra terceiros, na conformidade de Lei 335 de 14 de Abril de 1902, que aprovou o Regulamento concedendo as leis de terras, constante do Decreto n. 130 de 4 de Junho de 1902 (documentos 2, 3 e 4). Infelizmente esse respeito à terra do índio, dado pelo eminente estadista matogrossense, e seguido pelos seus honrados sucessores, notadamente, Dr. João Ponce de Arruda e Professor Júlio S. Muller, não serviu de exemplo ao atual Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa que, instalou, com ostensiva ofensa à lei e à Constituição, a propriedade indígena. (Docs. 108 a 138). No seu primeiro Governo tal foi o abuso dessa violação à terra indígena que no Senado da República se levantaram as vozes de Heitor Muller e Heitor Medeiros e na Câmara dos Deputados, a de Philadelpho Garcia, protestando perante a Nação contra as vendas ilegais de terras em Mato Grosso e pedindo providências ao Governo Federal sobre as denúncias da imprensa do País e do Serviço de Proteção aos Índios, tendo a Câmara Alta aberto inquérito para apurar responsabilidades e por termo àquela situação. (Docs. ns. 108 a 120). Houve por parte de chefes da 6a. Inspeção, com sede em Cuiabá, Dr. Benjamin Duarte Monteiro e Octaviano Calmon, vários protestos contra a venda e invasão das terras indígenas, mas esses protestos foram em vão... embora tivessem repercutido favoravelmente na imprensa (docs. ns. 123, 128, 129, 131, 132, 133, 134 e 135). Pelo ofício 742 de 5 de Julho de 1934, o Dr. Benjamin Duarte Monteiro, então chefe da 6a. Inspeção fez ver ao Diretor de Terras, em longa e fundamentada exposição, a ilegalidade de sua Portaria sob n. 2, pela qual ordenava a vistoria dos serviços de levantamento da Colônia Teresina Cristina, como ainda no referido ofício o Serviço de Índios, pelo seu Delegado, protestava, mais uma vez contra a venda de terras que se processavam dentro dos limites daquela área reservada e medida para a tribo Boróca e onde viviam esses indígenas, há muitos anos, desde o tempo do Império. (doc. n. 5). IV — Tratando-se, como realmente se tratava de terras pertencentes a tribo Boróca, e como dentro dessa área o Governo de Mato Grosso expediu vários títulos definitivos, uns já descobertos, outros ainda desconhecidos, a pessoas com endereços certos a endereços residências ignoradas, e Serviço de Proteção aos Índios, vem propor a presente ação de anulação das referidas títulos com cancelamento dos respectivos registros: ilegítimos, anulados, com a de reintegração das terras usurpadas e reintegração de posse das mesmas, pelo que requer a V. Exa. que, para virem se defender na presente causa, sejam citados, por mandado: 1º — João Moreira de Barros, brasileiro, juiz do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, residente a São Cândido Mariano, em Cuiabá: Título definitivo expedido pelo Governo do Estado, a 19 de Janeiro de 1934, registrado sob n. 1.133, no Cartório de Imóveis de Rondonópolis, à fls. 177 do Livro 24; (doc. n. 7); 2º — Nilo Ponce de Arruda Filho, brasileiro, casado, Tesoureiro do Departamento das Correias e Telégrafos de Cuiabá: Título expedido a 31-10-1934, registrado sob n. 1.235 no Cartório de Imóveis de Rondonópolis, às fls. 218 do Livro 3A; (doc. n. 8); 3º — Wilson Furtado Mendonça, brasileiro, solteiro, brasileiro, residente em Cuiabá, Título expedido pelo Governo do Estado de Mato Grosso a 21-10-1930, registrado sob n. 1.752, no cartório de imóveis de Rondonópolis, à fls. 293 do Livro 3A; (doc. n. 9); 4º — Lourival Coelho Barreto e sua mulher, brasileiro, casado, funcionário federal, residente à Av. Pres. Marques, em Cuiabá, área 2.908 ha. adquirido a 1-3-1935 de Antonio Pinto, que por sua vez, a adquiriu do Governo do Estado, através do título definitivo expedido a 6-4-1949, com a transcrição n. 449, Livro 3, fls. 134/5, a 2 de março de 1953 do cartório de imóveis de Rondonópolis; (doc. 10); 5º — Gasão de Matos Muller e sua mulher, brasileiro, casado, residente nesta Capital; Clóvia Pompeu de Barros e sua mulher, brasileiro, casado, funcionário estadual, residente nesta Capital, Título expedido pelo Governo do Estado e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235 à fls. 177 do Livro 3 em 9-7-1903 no cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 6º — Dácio Matoso, brasileiro, casado, funcionário estadual, residente à Rua Dr. Joaquim Murinho em Cuiabá, (doc. 4); 7º — Manoel José de Arruda, brasileiro, casado, Juiz do Tribunal de Contas do Estado, residente à Rua Dr. Joaquim Murinho em Cuiabá (doc. n. 4); Que sejam citados por procuração: 8º — João Dias de Souza, brasileiro, casado, fazendeiro, residente em Três Lagoas, Título expedido pelo Governo do Estado, a 22-8-1932, registrado sob n. 4.169 no Cartório de Imóveis de Rondonópolis, à fls. 75 do Livro 3B (doc. n. 13); 9º — Odele Moreira de Figueiredo, brasileiro, solteiro, residente em Corumbá, Título expedido pelo Governo do Estado, a 21-10-1950 e a 29-11-1955, registrados respectivamente no cartório de imóveis de Rondonópolis, sob ns. 3.618 e 3.036, e à fls. 237 e 20 do Livro 30; (doc. ns. 14 e 15, 16 e 17); 10º — Antonio Moreira de Souza e sua mulher, brasileiro, casado, residente em Rondonópolis, Título expedido e registrado no Departamento de Terras a 2-7-1903, sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Rondonópolis dito cartório de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 11º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 12º — Raul Marques Dadi, brasileiro, casado, deputado estadual, residente em Três Lagoas, Título de compra e venda, lavrada a 29-11-1964, à fls. 237v e 237v, do Livro 29 do cartório de 6º Ofício de Cuiabá, e registrado à fls. 237 do Livro 29, sob n. 35.819 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 13º — Adair de Oliveira José, brasileiro, solteiro, funcionário do Estado, residente em Três Lagoas, escritura de compra e venda lavrada a 2 de maio de 1964, lavrada em 1964, e registrada sob n. 31.512 no cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 14º — Aguiar de Oliveira José, brasileiro, casado, fazendeiro, residente

em Cuiabá, Título expedido e registrado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 15º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 16º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 17º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 18º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 19º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 20º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 21º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 22º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 23º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 24º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 25º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 26º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 27º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 28º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 29º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 30º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 31º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 32º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 33º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 34º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 35º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 36º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 37º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 38º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 39º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 40º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 41º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 42º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 43º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 44º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 45º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 46º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 47º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 48º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 49º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 50º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 51º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 52º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 53º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 54º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 55º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 56º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 57º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 58º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 59º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 60º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 61º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 62º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 63º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 64º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 65º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 66º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 67º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 68º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 69º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 70º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 71º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 72º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 73º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 74º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 75º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 76º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 77º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 78º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 79º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 80º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 81º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 82º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 83º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 84º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 85º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 86º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 87º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 88º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 89º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 90º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 91º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 92º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 93º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 94º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 95º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 96º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 97º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 98º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 99º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 100º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 101º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 102º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12); 103º — Antonio Francisco da Mata, brasileiro, solteiro, proprietário, residente em Rondonópolis, Título expedido e averbado no Departamento de Terras a 2-7-1903 e registrado sob n. 22.235, à fls. 127 do Livro 3 e 9-7-1903 do cartório de imóveis de Cuiabá; (docs. ns. 11 e 12);

C O P I A

seja fracionária. Assim, em Tribunal de sete membros, a maioria, a maioria absoluta é quatro (do voto do Sr. Min. Luiz Galletti).

-----A C Ó R D ã O-----

Vistos, relatados e discutidos os autos acima identificados, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigrafadas, por maioria de votos, acolher a arguição de inconstitucionalidade da Lei nº 1077, de 10.4.50, de Mato Grosso, divergindo os Srs. Ministros Relator e Pedro Chaves. - Brasília, 30 de agosto de 1961 (data do julgamento). Assinado)-Barros Barreto, Presidente. Assinado)-Victor Nunes Leal - Relator para o acórdão.

ESTÁ CONFORME O ORIGINAL. - Secretaria do Supremo Tribunal Federal, em 14 de novembro de 1961. -----

Eu _____ Oficial, o datilografei. Eu _____

_____, Diretor de Serviço, subscrevi. -----

V I S T O:

Diretor Geral.

VISTO		
S. P. L.	de	de 19
CÓPIA DA I. R. - 5		